

Defesa Nacional



OUTUBRO
1952

NÚMERO
459

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

40 Ano XL	BRASIL — RIO DE JANEIRO, OUTUBRO DE 1952	N. 459
--------------	--	--------

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	2
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
A Engenharia na batalha (Cont.) — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller.....	7
As reservas militares terrestres — Trad. dos Majs. Cesar Gomes das Neves e Heracldes de Araujo Nelson.....	13
A Infantaria no combate — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller.....	21
Um método para a elaboração do "Conceito" de alunos — Cel. Adalberto Pereira dos Santos.....	25
Logística e administração — Cel. José S.M. Lindenberg.....	37
Da camuflagem nas posições da Artilharia de Costa Motorizada (Cont.) — Coronel Newton Franklin do Nascimento.....	47
O canhão norte-americano 105 mm sem recuo — Trad. dos Majs. Cesar Gomes das Neves e Heracldes de Araujo Nelson.....	51
Treinamento físico — Processos de verificação e julgamento — Cap. Estevam Meireles.....	55
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Psicologia do povo brasileiro — Fernando de Azevedo.....	61
A sobrevivência biológica, causa das guerras mundiais — Trad. do Maj. Luiz Wiedemann.....	79
A psicologia nas Forças Armadas — Cel. José Horacio da Cunha Garcia.....	85
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
A retomada de Corumbá — José Nonato de Faria.....	89
Mato Grosso e os lutas pela fixação da fronteira ocidental do Brasil — General Antonio de Souza Junior.....	95
A estrada "União e Indústria" — Maj. Alvaro Cardoso.....	103
História Militar — Ten.-Cel. A.C. Moniz de Aragão.....	115
DIVERSOS	
Instituto de física teórica.....	117
O forte do Pau Amarelo — Gen. Dermeval Peixoto.....	121
Os grandes problemas nacionais — Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.....	123
O Exército, o êxodo rural e os tiros de guerra — Maj. Carlos Alberto da Fontoura.....	129
Da Província — Vida da tropa.....	133
Caçando almas de pára-quedas — P.J. Busato.....	139
A potência militar da China — Trad. da Redação.....	143
A "A Defesa Nacional" em marcha pelo mundo.....	145
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	153
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	159
ATOS OFICIAIS.....	165



NA MESMA ESTACADA, PELO EXÉRCITO E PELO BRASIL

Completa a nossa Revista, neste mês, o seu 39º aniversário de fundação.

Organizada em outubro de 1913, por um grupo de oficiais idealistas, cujos nomes declinamos com respeito, orgulho e gratidão — Estevão Leitão de Carvalho, Mário Clementino de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Bertolio Klinger, Francisco de Paula Cidade, Brasília Taborda, Epaminondas de Lima e Silva, Cesar Augusto Parga Rodrigues, Euclides de Figueiredo, José Pompêo Cavalcanti de Albuquerque, Jorge Pinheiro e Amaro de Azambuja Villa Nova — a "A Defesa Nacional" se projetava nos meios militares de então como uma força nova a serviço do Exército.

O seu escopo, como reza o seu primeiro editorial, não era outro senão colaborar, na medida das próprias forças, para o soerguimento das instituições militares, sobre as quais repousa a defesa do vasto patrimônio territorial que os antepassados nos legaram.

Estava-se nos tempos que precederam a primeira Guerra Mundial. Os ares estavam saturados de ameaças e natural era, portanto, que o problema da defesa nacional se apresentasse como de primeiro plano para todos os que, como os fundadores desta Revista, se preocupavam com a segurança da Pátria. Daí o nome que lhe adveio — "A Defesa Nacional", — órgão nascido no Exército e para o Exército.

De fato, nos seus primeiros números, a "A Defesa Nacional" era inteiramente técnica, como a mostrar o propósito de seus fun-

dadores de batalharem, com tôdas as forças, pelo aprimoramento profissional dos quadros e, através da livre crítica, pelo aperfeiçoamento e engrandecimento das instituições militares.

Não possuía, como hoje, as secções de Cultura Geral, Geografia, História Militar, Noticiário de Interêsse Militar e Diversos, com as quais se atendeu a outros aspectos culturais da formação do oficial, principalmente o de Estado-Maior, este cada vez mais obrigado a alargar o campo de seus conhecimentos para acompanhar a evolução vertiginosa da técnica militar e seguir os acontecimentos internacionais, também desenrolados, de então para cá, em ritmo acelerado.

A razão era também que o Exército passava por fase intensa de reorganização (governo Hermes), não só atinente ao pessoal, como ao material, as questões profissionais absorvendo inteiramente o trabalho dos quadros.

"A necessidade, pois, de construirmos um exército que corresponda às nossas legítimas aspirações de desenvolvimento e progresso", dizia o primeiro editorial, "está acima de qualquer discussão".

"O exército atual", continuava o comentarista, "não corresponde absolutamente às nossas necessidades e é convicção generalizada que o país está completamente indefeso".

Nesse linguajar ousado, porém construtivo, pode ver-se o desamor e entusiasmo daquela plêiade de moços na defesa de seus ideais.

Convencidos de que só se corrige o que se critica; que criticar é um dever e até que o progresso é obra dos dissidentes, exclamavam que "esta revista foi fundada para exercer o direito que todos temos de julgar das cousas que nos afetam, segundo o nosso modo de ver e de darmos a nossa opinião a respeito".

Paladinos do direito de crítica, julgavam-se, antes, "Cavaleiros da Idéia, saídos em campo armados, não de uma clava, mas de argumentos; não para cruzar ferros, mas para raciocinar; não para contundir, mas para convencer".

E, como se fôsse possível lançar pedras sobre tão abnegados camaradas, justificavam-se dizendo que "tanto quanto nos fôr possível, dentro da falibilidade das cousas humanas, procuraremos manter sempre uma nobreza de atitude digna daqueles para quem escrevemos".

Finalizando, faziam esta profissão de fé que ainda hoje norteia a nossa conduta nesta casa: "Não nos move, de forma alguma, a preocupação de sermos os mentores dos nossos chefes nem dos nossos camaradas; entramos na liça apenas com um pouco de mocidade, um pouco de estudo e a maior boa vontade e dos chefes e camaradas ambicionamos tão somente ser prestimosos auxiliares e dedicados colaboradores".

Trinta e nove anos são passados desde que foi escrita essa página de convicção profissional e moral.

Desde então numerosos oficiais têm passado pela direção deste mensário, dando-lhe o melhor de sua inteligência, esforço e até abnegação. E foi graças não só a eles como ao favor dos presados camaradas assinantes que ele tem superado muitas crises, principalmente de ordem financeira, conseqüentes do encarecimento sempre crescente do material, da falta, às vezes, da subvenção oficial e do fato de não possuir oficinas próprias.

Basta dizer-se que, nos primeiros tempos, os oficiais-redatores executavam até os mais elementares serviços de redação tais como o empacotamento, subscrição de endereços e expedição dos exemplares da revista. Mas essa abnegação sublimou a instituição. Hoje, a "A Defesa Nacional" é um patrimônio material e moral do Exército. Os serviços que tem prestado à cultura profissional dos quadros de oficiais — permitam-nos dizer — são inestimáveis e é inútil desconhecê-los. Além do farto material usualmente concatenado pela Redação, são sem conta as vezes em que ela abrigou em suas páginas, a pedido de oficiais ou grupos de oficiais, artigos de indiscutível interesse profissional. Os camaradas candidatos à E.E.M. encontram nela substancial e, em muitos casos, único subsídio para o seu estudo. Sempre tivemos e continuaremos a ter as nossas portas abertas para a publicação de tudo que interessar profissionalmente aos camaradas do Exército.

E, hoje, podemos dizer, sem falsa modéstia, o nosso mensário rivaliza com os melhores do gênero. De toda a parte, inclusive do exterior, recebemos testemunhos do que afirmamos. Sem desprezar o melhor do que é nosso, temos procurado transcrever a boa matéria estrangeira, pondo os nossos oficiais a par dos derradeiros aperfeiçoamentos e inovações do material e da evolução da arte da guerra, no campo quer da tática, quer da estratégia.

Variedade, novidade, interesse, cultura profissional e geral e um alto espírito de brasilidade é o que o leitor sempre encontrará nas páginas da nossa revista.

Eis porque, ao ensejo de mais um aniversário de nossa fundação, sentimo-nos orgulhosos de nossa instituição e côscios de que não traímos os elevados ideais dos primeiros batalhadores.

Que seja, pois, de gratidão e, para alguns de saudade, a nossa palavra para aqueles que aqui mourejaram no anonimato de um trabalho fecundo e construtivo.

E, ao finalizar, congratulando-nos com as compreensivas autoridades do Exército que nos têm favorecido com as facilidades que nos permitem vir à luz da publicidade; congratulando-nos ainda com todos os que, na redação e nas oficinas, ou como representantes e agentes trabalham, no momento, para a manutenção e engrandecimento da nossa revista, seja-nos lícito reafirmar, uma vez mais, o inabalável propósito em que estamos de servir sempre bem e cada vez melhor aos nossos camaradas, ao Exército e à Pátria.



A ENGENHARIA NA BATALHA

Coronel D. GABINO ANFUSSO

Traduzido e condensado data vênica, da "Revista Militar y Naval", do Urugual, pelo Tenente-Coronel FLORIANO MÖLLER.

III — A ENGENHARIA NA TRAVESSIA DOS CURSOS D'ÁGUA

A) GENERALIDADES



Ao escolher-se uma posição defensiva, convém fazê-lo nas proximidades de um curso d'água, o qual, uma vez destruídos os pontos de passagem porventura existentes, constitui o obstáculo mais eficiente contra a ação da Infantaria e dos Blindados.

Do acima exposto se deduz que numerosas operações ofensivas terão de iniciar-se com a travessia de um curso d'água e que, ainda mesmo durante a manobra em retirada, a defensiva se valerá do curso d'água para retardar as ações inimigas e que o atacante, para não afrouxar sua pressão, ver-se-á obrigado a transpor o curso d'água

utilizado pela defesa, com a maior rapidez. A travessia de um curso d'água é, portanto, a operação capital, sendo seu aspecto mais complexo a transposição à viva força, estando a margem oposta ocupada pelo inimigo.

B) O PROBLEMA DA TRANSPOSIÇÃO À VIVA FORÇA

A organização defensiva de um curso d'água compreende os seguintes elementos escalonados em profundidade:

- Sobre a margem do curso d'água, observadores e armas automáticas;
- A retaguarda, infantaria em alerta;
- Logo a seguir, posições de artilharia e C.R., núcleos capazes

de contra-ataques rápidos e potentes.

Assim, pois, a operação de transposição compreende várias fases a saber:

a) *Conquista de uma cabeça de ponte*, isto é, de uma certa porção do terreno, que será aprofundado na margem inimiga, até às prováveis posições de armas automáticas capazes de bater os pontos de travessia. A linha que marca a profundidade máxima chama-se 01 (objetivo o primo) e essa área conquistada deve ser suficientemente ampla, de modo a permitir a reorganização dos elementos que realizam a transposição.

b) *Conquista de 02*, cujo limite extremo se encontre um pouco além dos prováveis observatórios de morteiros e da artilharia.

c) *Conquista de 03*, ou seja a zona que envolve as posições de bateria da artilharia inimiga, e que, portanto, esta não possa ulteriormente atuar sobre os locais de passagem.

Durante o desenvolvimento dessas fases, é necessário precaver-mo-nos contra as ações aéreas e de blindados.

O objetivo 01 é conquistado lançando-se sobre ele elementos de infantaria e impedindo que a infantaria inimiga intervenha durante a transposição. Para tal fim, pode-se efetuar uma preparação de artilharia, que será suspensa durante a travessia, ou então a travessia dos primeiros elementos de infantaria será feito de surpresa. A conquista dos outros objetivos é feita progressivamente, adensando os meios e aprofundando e ampliando as operações iniciais. A partir da conquista de 02, é possível o desencadeamento de contra-ataques de infantaria e blindados, o que obrigará a reforçar o número e a capacidade de carga dos meios de transposição. Finalmente, será necessário alimentar o campo de batalha e, para tal fim, ter-se-á que intensificar ao máximo o transporte de suprimentos pelos locais de passagem.

C) MISSÕES DA ENGENHARIA

a) *Primeiro tempo* — Com o fim de surpreender a infantaria inimiga, as primeiras vagas de infantaria transpõem o rio de surpresa, por meio descontinuos (botes de assalto e remo ou dotados de propulsores silenciosos).

b) *Segundo tempo* — Trata-se de transpor o mais breve possível uma quantidade de engenhos anti-carro, canhões, munições e elementos motomecanizados.

Se a tonelagem dos barcos disponíveis é insuficiente e, como não se podem lançar pontes antes que seja conquistado 02, empregam-se portadas e transportes autopropulsados.

c) *Terceiro tempo* — A fim de assegurar ao máximo a eficiência da operação, constroem-se pontes, logo que possível.

D) PREPARAÇÃO DE UMA OPERAÇÃO DE TRAVESSIA

A delicadeza de uma operação desta classe obriga a conduzir a operação até seus mínimos detalhes. As dificuldades a solucionar são de ordem técnica e tática. As de ordem técnica dependem das características do curso d'água e do material a empregar-se. As de ordem tática derivam da necessidade de fracionar a infantaria para transportá-la e da dissociação resultante; da necessidade de que as primeiras vagas de infantaria conquistem a base de partida antes de se reagruparem, da impossibilidade destes elementos se beneficiarem do apoio dos blindados desde o início da operação e da necessidade de começar-se a construção dos pontos quando a artilharia inimiga ainda possa bater os locais de lançamento.

Para uma preparação eficiente, a Engenharia procurará obter a potência de meios necessários e proceder por surpresa, o que exige:

1) A escolha das regiões e locais de travessias;

2) O estudo e a reunião dos meios e do pessoal;

3) O conhecimento do dispositivo das tropas.

Sobre o eixo de ataque fixado e de acordo com os objetivos designados pelo Comando, a escolha dos pontos de travessia deve atender aos imperativos de ordem tática e técnica.

O Cmt. da Engenharia, com tempo suficiente, procede a um estudo das informações geográficas e hidrográficas disponíveis, completando-se com dados obtidos de órgãos técnicos responsáveis (Diretoria de Obras e Fortificações, Diretoria de Engenharia, Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, Secretarias de Obras Públicas dos Estados, etc.) e bem assim a interpretação de fotos aéreas batidos. Determina, logo que possível, o reconhecimento da região escolhida, orientando o esforço do mesmo sobre o seguinte:

a) *Características do curso da água:*

Largura, velocidade, perfil transversal, profundidade, natureza do fundo, regime, barragem, enchen-tes, possibilidade de lançamento de minas flutuantes inimigas e medidas adequadas contra as mesmas.

b) *Natureza das margens:*

Existência de afluentes, praias de embarque e desembarque, cobertas, rede de estradas, natureza do solo, condições de visibilidade e organizações inimigas sobre a margem oposta.

Como resultado deste estudo, o Cmt. da Engenharia está em condições de indicar locais de travessia tecnicamente favoráveis e o Comando em condições de escolher a que considere mais conveniente aos objetivos táticos em vista.

De acordo com a decisão do Comando da G.U. e tendo em vista as condições de emprego e as disponibilidades, o Cmt. da Engenharia dá suas ordens para a execução da operação.

Conhecendo as necessidades em material e pessoal e as suas disponibilidades, o Cmt. da Engenharia está em condições de formular um plano detalhado, se os meios são suficientes ou de solicitar os meios necessários se os disponíveis não

satisfizerem, modificando seus planos, caso não sejam satisfeitos os seus pedidos de reforço.

Orientados pelo escalão superior, as unidades de Engenharia determinam no terreno os locais exatos onde executar sua missão. Para as unidades de assalto, isto implica fixar áreas de reunião, praias de embarque, caminhos de acesso às mesmas, praias de desembarque, etc. Para as unidades de equipagem de pontes, isto significa a determinação dos locais de espera do material e os locais de descarga do mesmo. Para as unidades encarregadas da construção das pontes, significa determinar os locais de lançamento das pontes, da construção dos trechos e partes de pontes; os caminhos de acesso a serem melhorados ou construídos, etc.

E) **PLANO DE EXECUÇÃO**

Este plano que serve de base à operação e que naturalmente é suscetível de ser modificado no curso da ação, é preparado em estreita concordância com os Cmts. das unidades de Infantaria que reconhecem os pontos de deslocamento e são postos ao corrente dos horários que lhes interessam.

F) **FASE PREPARATORIA**

A adoção do dispositivo e a preparação do ataque devem ser efetivados no mais estrito segredo, isto é, que:

a) os movimentos para os pontos de deslocamento se façam em horas da noite ou com tempo nublado;

b) os estacionamentos e depósitos sejam camuflados;

c) os reconhecimentos e deslocamentos sejam limitados aos estritamente indispensáveis;

d) os movimentos de material nas proximidades do rio sejam evitados durante as horas imediatamente precedentes ao ataque;

e) os preparativos de travessia poderão ser simulados em locais diferentes do real, assim como reconhecimentos, tráfego intensificado, concentrações de tropas, exibição

de material de equipagem, criação de fumaça, etc.

As tropas e o material devem ser reunidos no tempo exigido, nas vizinhanças da região escolhida; as áreas de reunião ficam geralmente a algumas horas de marcha dos pontos de deslocamento e fora do alcance da artilharia.

Os Cmts. das unidades de todas as armas que tomam parte na operação reconhecem os pontos de reunião, de deslocamento; as praias e os itinerários que devem ser cuidadosamente balizados e assinalados com setas.

G) TRAVESSIA DE ASSALTO

A travessia de assalto é uma operação minuciosamente regulada na base de surpresa, rapidez e audácia.

1. As unidades devem conhecer, de antemão, os planos de travessia, precisos e detalhados, que compreendem a distribuição das unidades nas diversas vagas; e, para os elementos de uma mesma vaga, sua distribuição nas praias e embarcações.

2. Deve adotar-se um sistema de controle do embarque; as unidades de infantaria que se encontrem nos locais de espera são encaminhadas, à hora prescrita, a seus respectivos pontos de deslocamento pelo oficial regulador de embarque, para evitar obstruções.

O embarque e a travessia são regulados pelo oficial de engenharia chefe de embarque; na margem de chegada, um comissário regulador de desembarque desembarca os acessos das praias de desembarque.

Todo este sistema de controle é coordenado, o mais cedo possível, por meio de um sistema de transmissões, estabelecido o mais cedo possível.

3. As tropas de engenharia cabe o controle da operação, a partir do ponto de destino final das unidades até às praias de desembarque. A Engenharia regula também os movimentos e travessias, de acordo com a composição prescrita para as vagas, o horário e as modificações que a operação

possa experimentar, atendo-se sobretudo aos seguintes princípios:

(a) em primeiro lugar e, de um modo geral, tentar a surpresa na travessia da primeira vaga; impor o silêncio e, de preferência, efetuar a travessia a remo, para evitar colisões e ruídos;

(b) em cada vaga, devem passar elementos que constituam uma unidade tática de valor adequado; não se devem dissociar as pequenas unidades, nem as mesmas ficarem separadas de seu comandante imediato;

(c) impedir que a infantaria faça uso de seu armamento durante a travessia;

(d) reagrupar as embarcações o mais cedo possível e compensar as perdas nas vagas subsequentes.

4. Realização da travessia. As embarcações são trazidas antecipadamente e descarregadas nos pontos de deslocamento situados aproximadamente a 200 metros das praias; sob a direção dos pilotos, são levados, a braço e lançadas pelas guarnições de engenharia e elementos de infantaria da primeira vaga.

As tropas de infantaria, fracionadas em elementos de transporte e conduzidas às suas respectivas praias pelos comissários reguladores, embarcam mediante ordem do oficial de engenharia chefe do embarque.

A hora prescrita, a flotilha atravessa sem obedecer nenhuma formação, apenas com a preocupação de atingir a segunda margem custe o que custar.

Uma vez que a infantaria haja desembarcado na margem inimiga, as embarcações retornam imediatamente à sua praia de embarque, para ser lançada uma segunda vaga, de acordo com o plano de travessia ou ordem do Cmt. da operação; a seguir, passa o armamento pesado de infantaria, ou sejam os morteiros e metralhadoras.

Contra o tiro das armas automáticas que se revelarem na segunda margem e que possam bater o curso do rio, a Engenharia poderá recorrer aos fumígenos; na maioria dos casos, é unicamente pela au-

dácia de suas tripulações que as embarcações logram atingir a margem inimiga. Tão logo a infantaria desembarcada tenha anulado a resistência na segunda margem, os elementos de engenharia só têm a temer os morteiros, a artilharia e a aviação; pode então, daí para diante, executar a travessia com meios relativamente pesados.

H) TRAVESSIA POR MEIOS DESCONTÍNUOS

Enquanto a travessia prossegue por meio de barcos isolados, a engenharia constrói as portadas que permitirão a passagem do material pesado, viaturas, canhões de infantaria, armas anticarro, elementos motomecanizados e, finalmente, a própria artilharia.

As travessias desta natureza são de pouco rendimento, mas permitem atingir o propósito almejado, isto é, lançar o mais cedo possível, sobre a margem inimiga, as armas pesadas e os meios indispensáveis ao apoio direto da ação da infantaria.

A travessia por meios descontínuos prossegue até que se tenha construído uma ponte de capacidade suficiente; e mesmo, durante algum tempo depois, como meio de comunicação para a retaguarda.

D) LANÇAMENTO DE PONTES

O lançamento das pontes deve ser iniciado o mais cedo possível, mas, em virtude do elevado custo e da vulnerabilidade do material de equipagem, — nunca antes da conquista de 02.

A construção das pontes é uma fase crítica, porquanto os locais mais convenientes para as mesmas não estão fora do alcance da artilharia inimiga e a conquista das posições de artilharia é o resultado de uma ação em força que exige a presença dos carros e o deslocamento da nossa própria artilharia, ações estas por sua vez ligadas à construção da ponte.

A fim de ganhar tempo, a Engenharia estabelece os locais de construção ainda dentro do alcance, mas fora das vistas das armas inimigas.

Reunido o material, lançada a ponte, a mesma é reservada inicialmente para a circulação da retaguarda para a frente, enquanto se mantém a passagem descontínua para a circulação da frente para a retaguarda, além de ser um meio eventual em caso de ruptura ou interrupção da ponte.

1) O local de lançamento — O local de construção é escolhido de acordo com as possibilidades de acesso ao mesmo, da rede de estradas, pelo que, sempre que for conveniente, a ponte será lançada próximo das obras darte destruídas. Para evitar a observação aérea, o lançamento da ponte deve ser feito à noite ou coberto por cortinas de fumaça que serão mantidas enquanto persista o perigo do tiro de artilharia.

2) Uso da ponte — Um oficial de engenharia controla a servidão da ponte mediante postos de regulação do trânsito situados junto à ponte ou seus acessos, e atende à sua conservação e proteção contra enchentes ou ações inimigas.

3) Proteção — A ponte deve ser protegida contra as flutuações do próprio curso d'água (enchentes naturais ou provocadas), mediante pontos de observação instalados a montante, que assinalem as variações de nível e a passagem de corpos flutuantes naturais ou lançados pelo inimigo, e bem assim de postos de proteção dotados de equipamento para retirada dos engenhos flutuantes passivos e evitar ou eliminar os ativos com redes, tiro ou cargas especiais. Contra uma ação em força ou de surpresa, os elementos de engenharia devem ser reforçados com armas anticarro; e, contra a ação aérea, com elementos de defesa antiaérea, ou por meio de cortinas de fumaça.

As pontes de material de equipagem orgânico são substituídas por obras semi-permanentes de dupla via, nas quais se utiliza o material mais pesado.

K) TRAVESSIA DE CURSOS D'ÁGUA DE MENOR IMPORTÂNCIA

Esta operação compreende as mesmas fases táticas e técnicas que as anteriormente descritas;

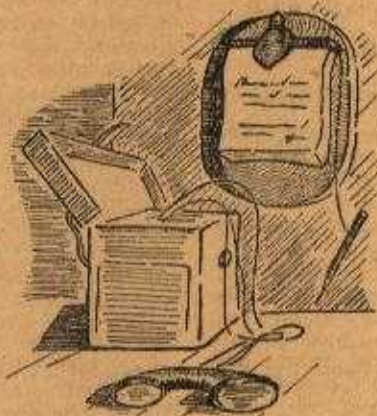
entretanto, as possibilidades técnicas são maiores e permitem, logo após a passagem dos primeiros elementos por meios descontínuos, o lançamento de passarelas sobre suportes flutuantes, de rendimento muito superior à das embarcações, sendo de construção fácil e facilmente vulneráveis. As passarelas permitem o trânsito contínuo da infantaria e eliminam o grave inconveniente do fracionamento de suas unidades pelas embarcações.

Se o curso d'água é relativamente estreito, o lançamento da ponte será mais fácil e mais rápido, podendo dispensar-se a travessia por meios descontínuos dos elementos pesados e será possível o lançamento da ponte sob a cobertura dada por névoa ou fumígenos, se o local ainda estiver sob as vistas do inimigo.

Em certos casos a ponte poderá ser armada antes do ataque, nas proximidades do local escolhido, a coberto das vistas e a seguir lançada no início do ataque, com o fim de permitir a imediata entrada em ação dos carros de combate.

Nos cursos d'água de pouca importância, a infantaria poderá cruzá-los por vãos convenientemente balizados ou por meio de pinguelas ou passarelas de circunstância; e as viaturas e carros de combate pelos mesmos locais tornados mais acessíveis ou mediante o lançamento de alguns lances de "Treadway" (carris de aço) ou de ponte "Bailey".

Em muitos casos, as pontes poderão ser lançadas à noite, de modo a permitirem um ataque em massa no dia seguinte.



AS RESERVAS MILITARES TERRESTRES

Comandante GONZALO DE BENITO SOLA
(Extraído de "Ejército")

Tradução, data vênia e adaptação dos Majores
CESAR GOMES DAS NEVES e HERA-
CLIDES DE ARAUJO NELSON.

A) SUA IMPORTANCIA, EVOLUÇÃO E CONCEITO ATUAL

1) As reservas militares constituem um dos elementos do fator militar do potencial bélico. Este, por sua vez, representa um dos aspectos do problema da organização da Nação para a guerra. Parece oportuno o exame em detalhes da questão relativa às reservas militares terrestres, à qual — apesar de fazer parte do conjunto principal — se atribui grande importância em todas as organizações militares.

Trataremos somente das reservas militares "terrestres", sem examinar as suas correspondentes na Aeronáutica e na Marinha.

2) Interessa também este estudo pela confusão que o atual conceito de "guerra total" introduziu no de "reservas militares", pois o fato de, em caso de guerra, estarem todas as forças da Nação submetidas às necessidades militares, origina a dificuldade de distinguir quais os elementos — entre os que não constituem parte do Exército permanente — que deverão fazer parte do fator militar do potencial bélico e que, por conseguinte, passarão a ser dirigidos pelas organizações militares e compreendidos na mobilização militar, e quais os que, pertencentes aos demais fatores que formam o potencial, serão previstos na organização total da Nação para a guerra, podendo ser postos em ação pela mobilização civil.

3) Os ensinamentos das 1ª e 2ª guerras mundiais e as prováveis exigências da futura guerra tornam

supérflua qualquer consideração sobre a importância das reservas; esta importância é hoje incontestável, e, em apoio de tal afirmação, citaremos as seguintes palavras do Marechal Foch: "O principal valor do Exército dependerá da qualidade e da quantidade das reservas"... "O Exército de guerra cuidará das reservas para que na convocação de milhões de homens, no momento da mobilização, surja uma organização bélica a que não faltem as virtudes guerreiras, o espírito militar, a cultura profissional e a disciplina".

E diremos desde já que a palavra "reservas" não diz respeito, hoje, somente ao elemento humano e sim também — ao material.

4) Na época moderna, várias necessidades, principalmente de ordem política e social, determinaram a distinção entre os Exércitos "profissionais", compostos de militares mantidos permanentemente sob as armas e os Exércitos "nacionais", formados por cidadãos em serviço unicamente o tempo indispensável em cada caso, de guerra ou de paz.

A distinção assinalada ressalta imediatamente o conceito de "reservas", ou seja a organização e posterior utilização, para fins militares, dos elementos já instruídos e reintegrados à vida civil.

5) A importância do problema evolui pouco a pouco. Pode-se dizer que, até à guerra de 1870, a importância bélica das reservas era menor do que a das forças armadas permanentes; cresce rapidamente até a 1ª Guerra Mundial e, a partir

desta, coloca-se em primeiro lugar. Isto é compreensível, tendo-se em vista que o conceito de que o Exército permanente é o que toma parte nas primeiras batalhas está hoje destruído; atualmente, as primeiras batalhas terão de ser travadas pela massa dos chamados às armas.

6) Napoleão percebeu toda a importância do problema das reservas, mas a sua constante necessidade de homens para nutrir seus crescentes exércitos não lhe permitiu criar as reservas por ele vistas. Em suas memórias, escritas em Santa Helena, expressa claramente o seu pensamento.

Scharnhorst, na Prússia, foi quem primeiramente constituiu suas reservas, estimulado pela limitação de efetivos imposta a esta Nação pelo Tratado de Tilsit.

7) No período seguinte às guerras napoleônicas, o esgotamento causado traduz-se — como uma reação — na criação de Exércitos reduzidíssimos, previstos somente para a segurança interna, sem ocupar-se da criação de reservas, que havia despertado hostilidades nos povos cansados por continuas lutas.

Porém, na época do liberalismo nacional, diante das crescentes ameaças de conflitos externos, o problema passa a ser examinado com atenção. Duas são as tendências: a prussiana, com breve permanência nas fileiras e grande quantidade de reservas instruídas, e a francesa, com permanência aproximada de 10 anos e a consequente diminuição de reservas.

8) O sistema prussiano apresenta dois inconvenientes: criação de reservas numerosas, mas de pequeno valor devido à instrução insuficiente; esta, por sua vez, é resultante da curta duração do serviço militar que impede o pessoal de, rapidamente, se capacitar para o desempenho das funções inerentes aos subalternos. Isto traz, em consequência, um complexo sistema de reengajamentos.

Ao sistema francês são atribuídos os inconvenientes de não difundir

a instrução militar no país, de criar reservas reduzidíssimas e que estas — muito bem instruídas, dada a grande duração do serviço — formam homens cansados para uma prolongada luta militar.

A guerra de 1870 demonstrou clara e praticamente a grande superioridade do sistema prussiano, e todos os Exércitos aproveitaram a lição, dando às reservas a devida importância, contando com as mesmas em caso de guerra, tanto para completar os efetivos do Exército de paz como para constituir novas Unidades.

9) Chega-se, assim, após algumas transformações, ao sistema que hoje pode ser considerado como geral:

— um primeiro escalão, composto de sete ou oito contingentes de pessoal mais jovem, com dois deles sob as armas, destinados a manter os Exércitos em operações;

— um segundo escalão, composto de quatro ou cinco contingentes de pessoal de meia idade, com o mesmo fim;

— um terceiro escalão, de outros sete ou oito contingentes de pessoal de idade superior, destinado às guarnições e serviços de retaguarda.

10) Com este sistema, consegue-se um Exército permanente mínimo, compatível com a instrução do maior número de homens e uma massa organizada preparada para a mobilização e com fins previstos, compreendendo a totalidade de homens válidos da Nação.

A experiência fez com que até a Inglaterra e os Estados Unidos abandonassem, em época recente, seus tradicionais sistemas dos pequenos Exércitos profissionais, com que chegaram à 2ª Grande Guerra.

11) O esquema anterior apresenta a evolução sofrida pelas "reservas militares terrestres" e mostra que sua necessidade é importância são hoje reconhecidas por todos. Cabe agora examinar o conteúdo desta denominação genérica que igualmente tem sofrido uma evolução sensível.

Antes da 1ª Guerra Mundial, entendia-se por expressão "reservas militares terrestres":

— o pessoal licenciado, instruído ou não (reservas instruídas e reservas de recrutamento), sujeito por sua idade e condições à não isenção do serviço militar;

— o material acumulado para o caso de uma mobilização nos Corpos e Arsenais (dotação de mobilização);

12) Porém, ao estender-se o âmbito da luta a todas as forças da Nação e a consequente orientação dos Estados até sua organização para a guerra total mudaram e esclareceram a limitação do conceito de "Reservas militares terrestres". As teorias sustentadas podem resumir-se nas duas seguintes:

— a que considera como "reservas militares" todas as energias em homens e material que existem no país e que podem ser utilizadas para a guerra, excetuando o Exército de paz, ou sejam todas as forças inerentes aos fatores do potencial bélico;

— a que considera "reservas militares" só ao pessoal instruído militarmente e ao material utilizável imediatamente no momento da mobilização, por estar desde o tempo de paz a cargo de organizações militares.

13) Não devemos de abraçar nenhuma destas duas teorias extremas — de evidente exagero — mas é preciso reconhecer que o moderno conceito de "guerra total" introduziu uma grande dificuldade na limitação entre os elementos militares das reservas em pessoal e material e os elementos civis correspondentes ao potencial bélico.

14) Quanto ao pessoal, surge principalmente a dúvida sobre:

— o pessoal que, sem ter obrigação de serviço militar, exerce profissões civis que podem permitir sua utilização imediata no Exército, como médicos, mecânicos, radiotelegrafistas, etc.;

— o pessoal que, sem estar sujeito ao serviço militar, não possuindo aptidões especiais nem ins-

trução, poderá ser utilizado no Exército Mobilizado, como as mulheres e os jovens de idade inferior à idade militar.

É evidente que o pessoal especialista citado em primeiro lugar poderá — sem ser uma verdadeira reserva militar — prestar, em caráter extraordinário, obrigatória ou voluntariamente, uma eficaz contribuição para a luta. E o segundo, especialmente os jovens entre dezoito e vinte anos, embora sem instrução, poderá ser rapidamente utilizado com vantagens sobre os mobilizados normais de idade mais avançada.

15) No campo do material, as dúvidas são ainda maiores.

Entretanto, os materiais civis em uso, cada vez mais modernos e aperfeiçoados, podem substituir, com vantagem, outros materiais militares análogos.

16) A distinção entre o material militar e civil não pode derivar da condição — militar ou civil — da organização que o possua em tempo de paz. Sua classificação deverá depender unicamente de sua utilidade militar, pois existindo tal material, é evidente que há de ser empregado pelo Exército quando se impõe a exigência da guerra total.

A grande quantidade de materiais desta espécie, utilizáveis imediatamente em caso de guerra, existentes em cada Nação, torna difícil distinguir os que podem fazer parte das "reservas militares".

17) Como consequência do exposto, podemos estabelecer que as reservas militares terrestres estão hoje constituídas:

— No que se refere ao pessoal, por:

— reservas instruídas: as imediatamente utilizáveis no momento da mobilização, por terem uma instrução adequada recebida nas forças armadas;

— reservas não instruídas: as formadas por pessoal que não haja recebido instrução por várias causas, mas que por estarem sujeitas ao serviço militar têm lugar previsto no enquadramento;

— reservas de especialistas: os especialistas civis não sujeitos ao

serviço militar por idade ou outras causas, mas que, por suas atividades profissionais, são úteis em postos militares.

— No que se refere ao material, por:

— *dotações de mobilização*: materiais em depósito nos Parques ou em Unidades Militares a serem empregados no momento da mobilização em postos previstos desde o tempo de paz;

— *os materiais de requisição*: todos os existentes no país, de utilidade militar, igualmente relacionados e previsto seu emprego nas forças armadas desde o tempo de paz.

18) Adotamos como o critério qualificativo de "reserva militar" ao pessoal ou material de qualquer classe ou procedência, porém com a característica comum de estar previsto seu emprego nas forças armadas, desde o tempo de paz.

O pessoal a ser enquadrado no exército de trabalho, o restante a ser utilizado no Exército de operações, em necessidades não previstas, e o material que concorre para a mobilização civil, não podem ser considerados como "reservas militares", mas sim pertencentes ao potencial bélico e incluídos na parte que atende à organização da Nação para a guerra em seu aspecto mais amplo.

B) CONDIÇÕES DE EFICIÊNCIA

19) Examinando o conteúdo das reservas militares terrestres, vejamos que condições deverão preencher para que seu valor seja efetivo.

A eficiência das reservas decorre dos três elementos principais seguintes:

- qualidade;
- quantidade;
- rápida disponibilidade.

a) *Reservas de pessoal*:

20) A qualidade das reservas depende essencialmente, no que se refere ao pessoal:

- de seu grau de instrução;
- de seu espírito militar;

- da idade dos reservistas;
- de seu enquadramento.

21) No grau de instrução, distinguem-se três elementos concorrentes: a instrução pré-militar, a recebida durante o serviço militar e após-militar.

A instrução pré-militar não pode ser muito intensa, mas apresenta particular importância em relação aos indivíduos que são mobilizados sem alcançar a idade militar, pois constitui sua única instrução; interessa, portanto, que seja a mais completa possível e, pelo menos, de grande difusão, por diminuir bastante o tempo posterior previsto para a instrução dos recrutas.

O grau de instrução recebida pelos soldados, durante o serviço, depende da intensidade daquela e da duração deste. É lógico que a uma maior duração do serviço correspondam também maiores possibilidades de melhor instruir o soldado. Sua intensidade, segundo os sistemas, disponibilidades de meios, etc., influi igualmente de maneira relevante.

22) A instrução pós-militar é também necessária, se bem que esta necessidade esteja em relação inversa à eficiência da instrução recebida durante o serviço. Porém, é fora de dúvida que, nos países de pequena duração de serviço militar, será necessário que não se esqueçam, em grande parte ou totalmente, os conhecimentos adquiridos.

Seus inconvenientes são a perturbação que impõe à vida social e seu elevado custo, que nem todas as nações podem suportar. Na Itália, durante o período anterior à 2ª Guerra Mundial, calculava-se em trinta milhões de liras o custo da convocação de 100.000 reservistas para um período de instrução de vinte dias; e isto só constituía aproximadamente um terço das necessidades. A chamada de uma só vez de todos os que constituíam a disponibilidade iria a um gasto triplo, isto é, quase cem milhões de liras para um resultado mínimo; imagine-se o que esta importância representava na época citada.

23) O espírito militar depende — mais do que o recebido no Quar-

tel — do ambiente em que os indivíduos vivem na vida civil. O trabalho não deverá ser só das organizações militares e sim da toda a Nação; por isso, o Estado deverá incentivar, por intermédio das associações de reservistas, a conservação da honra militar, a exaltação cívica pela propaganda constante das glórias militares do país.

24) A idade influi de maneira evidente na formação bélica dos indivíduos, por determinar uma diferente aptidão física para fadiga e uma diferente aptidão para as exigências e realidades da guerra, diminuída esta última pelas preocupações familiares e profissionais que se apresentam nos indivíduos de maior idade. Não é problema, portanto, a discutir, a idade — vinte ou vinte um anos — mais adequada para a chamada às fileiras, mas sim o valor das reservas por causa da idade; isto é, o que justifica a divisão das reservas de pessoal em vários escalões, a que nos referimos no § 9º deste artigo.

25) Finalmente, é óbvio aos militares a influência da qualidade das reservas, de seu enquadramento em Oficiais, Suboficiais e Especialistas, aos quais é preciso prestar a maior atenção, especialmente na instrução pós-militar, que não poderá ser feita por motivos sociais ou financeiros na amplitude desejada; ao menos, àqueles elementos que constituem parte dos quadros na mobilização, deverá, portanto, ser dedicada maior atenção.

26) Quanto ao que se refere à quantidade das reservas em pessoal, referimo-nos às reservas instruídas e não às não instruídas, que são um elemento negativo. Esta quantidade depende essencialmente:

- do sistema de recrutamento;
- da duração da obrigação do serviço militar;
- da duração da permanência sob as armas.

27) O sistema de recrutamento à base do voluntariado, isto é, constituição de Exércitos profissionais, alonga a duração do serviço militar, tornando a renovação do pessoal muito reduzida; os indivíduos só deixam o serviço militar, na

maioria das vezes, por velhice ou invalidez, sendo, portanto, o número de elementos instruídos na reserva muito pequeno.

Ao contrário, o sistema geralmente adotado — serviço militar obrigatório, com breve permanência no Exército dos contingentes incorporados — acarreta a transferência anual de um grande número de licenciados instruídos e úteis às reservas, que se tornam muito numerosas.

28) A duração da obrigação do serviço não necessita ser examinada, uma vez que sua relação direta com o efetivo disponível é evidente. E o mesmo ocorre com o efetivo dos contingentes incorporados, que produz maior número de pessoal instruído, à medida que é maior o número dos chamados em cada convocação.

29) A rápida disponibilidade é um fator de eficiência muito interessante. Não basta ter uma grande massa de reservas em estado potencial; é necessário que sua entrada em ação se verifique em tempo. Não significa isto a utilização imediata da totalidade das reservas; as grandes massas só poderão ser chamadas gradualmente. Uma chamada simultânea de todos os escalões disponíveis criaria um grave problema de transporte, uma insolúvel dificuldade de acomodação e de entrega de equipamentos e uma repentina perda das energias nacionais.

No entanto, cada Exército deverá estar em condições de dispor, com certa margem de segurança, dos diversos escalões de suas reservas no momento oportuno. Portanto, a rápida disponibilidade das reservas, relativamente ao pessoal, dependerá dos seguintes elementos essenciais:

- presença dos reservistas no território nacional;
- cuidadosa preparação da mobilização militar.

É preciso, ainda, ter em conta a disponibilidade em material para armar e equipar as massas mobilizadas.

30) Para os Estados de grande emigração, é importante a existência de indivíduos fora do território

nacional; embora a instrução de seus emigrados seja deficiente, nenhuma nação os exclui do serviço militar; daí as restrições impostas nas saídas para o estrangeiro dos que não hajam cumprido seus períodos de serviço obrigatório. Por outro lado, as possibilidades de incorporação dos residentes em países neutros ou inimigos é praticamente nula e ainda de mais difícil solução.

As medidas preparatórias da mobilização são indispensáveis para assegurar a oportuna utilização dos reservistas em caso de guerra. Conhecer perfeitamente a situação de cada indivíduo, trocá-lo oportunamente de escalão, permitir que cada um conheça sua própria situação militar e o que deverá fazer para incorporar-se, quando chamado, são as medidas que concorrerão para uma mobilização rápida e eficiente.

C) MATERIAL

31) A *qualidade* das reservas, relativamente ao material, depende:

- das possibilidades financeiras do Estado;
- das possibilidades econômicas da Nação.

As primeiras influem no sentido de que, segundo suas possibilidades, os Estados possam dar a seus Exércitos dotações de mobilização de materiais de tipo mais ou menos perfeitos e igualmente renová-los ou não, com frequência, por outros mais modernos.

As possibilidades econômicas da Nação influem ao determinar a existência no país de materiais de requisição de tipos mais ou menos perfeitos e variados, isto é, mais ou menos úteis ao Exército, por depender esta existência das matérias-primas, organização científica, adiantamento industrial, etc., da Nação.

32) Quanto à *quantidade*, depende dos mesmos fatores apontados, pois a maior riqueza do Estado e da Nação corresponderá maior dotação e melhor qualidade de meios.

33) Quanto à *rápida disponibilidade* das reservas de material,

deve notar-se que nenhum Exército moderno poderá ter à sua disposição, como dotações de mobilização, desde o tempo de paz, a não ser com grandes prejuízos para a economia nacional, a totalidade dos materiais necessários para a totalidade das suas reservas.

Estas dotações de mobilização serão constituídas do necessário para vestir, armar, equipar e municiar um primeiro escalão de reserva. Posteriormente, tornar-se-á necessário recorrer às requisições e aos materiais produzidos pelo mobilização industrial.

Segundo o conceito de "reservas militares", torna-se claro que a sua rápida disponibilidade depende:

- da quantidade das dotações de mobilização, que por sua vez depende das condições econômicas da Nação;
- da amplitude e perfeição da requisição prevista, isto é, de sua organização.

Não podendo ser completada a totalidade dos materiais necessários até que a mobilização industrial comece a produzir seus efeitos, não se poderá chegar à rápida disponibilidade da totalidade das reservas militares de material. Portanto, estas não satisfarão às necessidades das reservas militares em pessoal e a disponibilidade destas ficará sempre subordinada ao limite do material, cujo número — especialmente os de material de requisição, que supõe um menor esforço econômico — é preciso elevar ao máximo por meio de uma perfeita organização prévia.

D) CONCLUSÕES

34) Examinamos três dos problemas da organização pré-belica: os fatores do potencial bélico, a mobilização civil e as condições necessárias para a constituição de "reservas militares" eficientes; exame realizado com a superficialidade imposta pelo estudo de tão complexos problemas em um artigo ligeiro e pelos modestos conhecimentos do autor.

Deixam-se assim expostos somente os alicerces que permitirão

levantar o edifício de mais detalhados estudos e soluções de cada um dos problemas esboçados. O panorama é de grande amplitude; entretanto, qualquer um de nós poderá ser chamado a colaborar — em um escalão mais ou menos elevado — na resolução prática de algum de tais problemas; é necessário, portanto, que não sejamos surpreendidos. A opinião autorizada do General Martínez de Campos, em recente artigo, salientou como uma nação de tão grande poder industrial, como os Estados Unidos, demorou vários meses para reagir diante de um campanha — local em seu início, como a planejada na Coreia, em 1950.

As virtudes da improvisação, para orgulho da nossa raça, têm permitido resolver muitas vezes, com êxito, as mais complexas situações; mas estas virtudes só poderão ser aproveitadas com extraordinário brilhantismo, sobre uma boa preparação.

35) Duas necessidades salientam-se, como consequência do exposto:

— que a preparação pré-bélica total, grande e de matizes variados, necessitará de uma organização militar que dê as diretrizes — com toda a amplitude necessária — para que as atividades de todos os departamentos não se oponham e sim concorram para a eficiência do conjunto dos fins expostos;

— que um órgão informativo permita ao Comando conhecer o poder e a organização das demais nações e outro, contra-informativo, encubra os próprios, pois sua certa avaliação é fundamental para orientar com eficiência a própria organização. E estas redes devem estender-se hoje a todos os campos do poderio bélico, pois são seus fatores os que contam — como antes o número de "homens de armas" ou divisões — ao empenhar-se em um conflito armado.

AOS SRS. CMTS DE CORPOS, CHEFES, DIRETORES DE ESTABELECIMENTOS E REPRESENTANTES DA REVISTA "A DEFESA NACIONAL"

A regularização do serviço de expedição e controle da nossa Cooperativa, no que tange a revista "A Defesa Nacional" depende de dois fatores, a saber:

- um fichário alterado e em dia;
- uma informação permanente das alterações ocorridas com os assinantes nas Unidades Administrativas em que servem os mesmos.

Para tal é preciso:

- 1) Cooperação dos Srs. Cmts., Chefes e Diretores no sentido de serem designados oficiais diligentes, ativos e dedicados para representantes de "A Defesa Nacional";
- 2) Devolução das relações dos assinantes das Unidades, contendo as últimas alterações ocorridas com os mesmos, a saber:
 - a) transferência para outra Unidade;
 - b) término da assinatura;
 - c) renovação da assinatura;
 - d) modalidade de pagamento (integral ou em prestações).
- 3) Remessa dos pagamentos pelo Banco do Brasil, Vale Postal ou em dinheiro. (Evitar mandar selos como dinheiro).
- 4) Apresentar sugestões para melhorar o serviço de expedição.

Toda a correspondência deverá ser dirigida ao Diretor Gerente da Cooperativa, endereço:

Caixa do Correio n. 17 — Ministério da Guerra — 3º Pavimento da ala da Rua Visconde da Gávea. Rio — Praça da República — Quartel-General do Exército.

A INFANTARIA NO COMBATE

ERROS COMETIDOS NA 2ª GRANDE GUERRA

Coronel EDWIN B. CRABILL

Traduzido da revista irlandesa "An Cosantoir" pela redação da revista "Exército", de outubro de 1951 e, data vênia, desta, pelo Tenente-Coronel FLORIANO MOLLER.



A discussão sobre qual foi a arma que venceu a 2ª Grande Guerra é, presentemente, menos violenta do que logo após o seu término.

Já há quem admita possa ter se equivocado em algum conceito então formulado. Chegou portanto, a ocasião de discutir de forma ampla as lições da última guerra.

Terei oportunidade, neste artigo, de expressar claramente a minha opinião pessoal, fruto de cinco batalhas no Teatro de Operações europeu; mas, em se tratando de conclusões de ordem pessoal, podem, como tal, ser contestadas.

As minhas impressões referem-se especialmente às coisas mal feitas, uma vez que considero desnecessário argumentar sobre os fatos em que logramos bom êxito, e que nos trouxeram a vitória final nesta incruenta guerra.

ORGANIZAÇÃO E EQUIPAMENTO

É tempo perdido tentar querer manter a infantaria presa aos quadros de organização e dotação de material. Depois de um dia de combate encarniçado, qualquer efetivo de unidade está desarticulado completamente e, portanto, os oficiais devem estar capacitados para enfrentar qualquer problema desta espécie, tal como o de que fuzileiros se convertam em serventes

de metralhadoras ou de morteiros e vice-versa.

O sistema atual de cobrir as baixas não é aplicável no combate. O "recompletamento" não conhece a situação e chega assustado; por sua vez, o restante do pessoal, não conhecendo os novos "recrutas", tão pouco confia nêles, ainda que se trate de oficiais.

Portanto, acho aconselhável que se instruem todos os infantes no manejo de todo o armamento de infantaria e bem assim na parte de transmissões. Se o tempo urge, devem reduzir-se as horas de instrução em outras matérias, sem prejuízo daquelas que considero primordiais. Os oficiais, especialmente, devem conhecer o emprego de todas as armas, inclusive as operações com carros de combate, a regulação do tiro de artilharia e estarem capacitados para desempenhar qualquer destas tarefas.

A BOA PONTARIA

O infante é um excelente atirador, o que se deve principalmente ao fato de que se gaste muitíssimo tempo ensinando-se-lhe a atirar no centro de um alvo de instrução. Entretanto, no combate, quase nunca se enxerga o objeto contra o qual se atira, pelo que um atirador bisonho terá tanta eficiência quanto um outro bem adestrado, quando se tratar de bater um grupo de árvores, uma sebe, etc...

No que se refere à alça de mira, esta poderia ser substituída por uma do tipo usado nos fuzis de caça, paisanos.

Quando o inimigo se apresenta de corpo inteiro, geralmente o faz em movimento e contra esta classe de alvos, esse tipo de mira é mais conveniente.

O TIRO EM MARCHA

O tiro em marcha obriga o inimigo a manter-se abrigado após a preparação da artilharia e proporciona confiança ao homem que o usa para avançar.

Seu emprêgo é corrente para passar em terreno descoberto, à frente da posição inimiga e dele participam as metralhadoras leves, mas, para sua eficácia, é necessário u'a manifesta superioridade de fogo.

Para ilustrar esta assertiva, lembremos que os alemães não dispunham dessa superioridade, ao empregá-lo contra nossas posições na cabeça de ponte do Rio Elba, tanto que todos os atacantes foram postos fora de combate antes de atingirem nossas posições.

COMBATE EM LOCALIDADES

A maioria de nossos combates na Europa se orientou na conquista de cidades, vilas e povoações. Desde já se pode vaticinar que as características do próximo conflito serão semelhantes.

Na Europa aprendemos e praticamos esse tipo de ataque, em parte na própria peleja e bem assim nos temas de instrução desenvolvidos durante as pausas de combate, nas povoações conquistadas.

Nessa classe de combate, necessita-se um maior grau de treinamento e amplos recursos para desenvolvê-lo. É fundamental a valorização do conjugado infantaria-carros. Os carros de combate desorientam e aniquilam os defensores e a infantaria protege os carros contra o fogo das armas antitarro e ocupa os edifícios capturados.

OPERAÇÕES NOTURNAS

Ao entrar em combate pela primeira vez, ao cair da noite, a tropa está demasiado cansada, preocupada e mesmo assustada, para fazer outra coisa senão agrupar-se para "reajustar o dispositivo". A medida que vai adquirindo maior experiência de combate, os ataques noturnos poderão ser mais frequentes que diurnos.

O ataque à cidade de Neuss, às margens do Reno, foi iniciado ao entardecer, e ao amanhecer do dia seguinte a cidade estava capturada. A luz do dia revelou as casamatas de 88 mm que dominavam os caminhos de acesso à cidade. Estes foram desbordados na obscuridade e suas guarnições tiveram que abandonar suas peças intactas. Um ataque diurno contra as mesmas teria custado muitíssimas baixas.

OS CARROS E A INFANTARIA

Na instrução tática deverá sempre ter-se em conta a necessária cooperação entre os carros de combate e a infantaria.

Na 2ª Grande Guerra, as D.I. não entravam em ligação com os carros antes de se chocarem com o inimigo. O resultado disso era que a cooperação com a infantaria era aprendida de forma muito difícil. Entretanto, a instrução em conjunto, durante as pausas do combate, tornou realidade o conceito do conjugado infantaria-carros, com excelentes resultados nas últimas operações táticas da 2ª Grande Guerra.

TRANSMISSÕES

O emprêgo de códigos nas mensagens transmitidas pelo rádio é útil nas organizações da retaguarda e na defensiva estabilizada, mas, é de pouca eficiência quando utilizado pelas unidades de infantaria empenhadas, uma vez que já é bastante difícil para a mesma atender às mensagens em claro quando está sob o fogo inimigo.

O processo inimigo mais seguro é empregar "planos" em que os

principais acidentes do terreno sejam numerados. O emprego de números em vez de nomes dificulta a captação e interpretação das informações que o inimigo possa obter por meio do seu Serviço de Escuta.

O sistema de coordenadas ortogonais tão pouco é seguro, pois o inimigo pode utilizar as mesmas cartas topográficas.

A conservação das linhas telefônicas durante o combate custa muitas baixas, mas ainda assim sai "barato", tendo em vista o alto rendimento que proporciona.

A DISCIPLINA DO TRÂNSITO

A disciplina do trânsito nas estradas de muito movimento é de pouca eficiência, em virtude das interferências que se produzem entre as colunas de marcha.

Quando um certo número de viaturas estranhas se infiltra na sua própria coluna, os motoristas têm a tendência de cerrarem de tal forma que as distâncias entre as viaturas do seu comboio ficam reduzidas a zero. Se os alemães dispusessem de alguma unidade sua Força Aérea, quando realizamos a travessia dos Rios Roer e Reno, certamente teriam aniquilado nossas forças. Todos os pontos de cruzamento de estradas estavam totalmente bloqueados pelas nossas viaturas. Entre estas, havia tantas viaturas dos diversos serviços que se destinavam à retaguarda quanto das tropas combatentes, acarretando sérias dificuldades para que pudessem atingir o "front".

Nas estradas de muito trânsito, este deve ser controlado da mesma forma que nas vias férreas. Cada unidade a utilizar um determinado itinerário deve receber um quadro-horário fixando a hora para alcançar ou ultrapassar cada um dos pontos de controle. Em cada um destes pontos, devem ser designados oficiais para controle do trânsito, os quais devem ter relações das unidades que dispõem da devida organização, com as respectivas horas de passagem.

Deve deixar-se "espaço" suficiente entre as unidades sucessivas,

de maneira que possam intercalar-se, entre as mesmas, as viaturas dos mensageiros e as do Estado-Maior das G.U.

As unidades que não atingirem os pontos de controle à hora fixada, deverão estacionar fora da estrada e aguardar que se produza um "claro" entre as colunas de marcha.

Deve-se procurar-se restringir as prioridades de ultrapassamento para viaturas, subentendendo-se que tal restrição não vigora para os mensageiros.

O ARRAÇOAMENTO

Para se conseguir os melhores resultados num ataque, convém arraaçar a tropa antes do mesmo e preferentemente com refeição quente.

Um ataque que seja iniciado às onze horas, sem um arraaçamento prévio, — com toda a segurança, não irá muito longe.

A ESTAFA DE COMBATE

A estafa de combate é uma enfermidade muito contagiosa; propaga-se facilmente, se o Comando não a detem com medidas bastante drásticas.

Este mal pode ocasionar inúmeras baixas, se bem que muitas delas possam ser recuperadas, desde que os elementos afetados passem um determinado período em lugar seguro à retaguarda.

Deverão ser proibidos as dissertações de psiquiatria, dirigidas à tropa, em que se exponham as causas, sintomas e tratamento da estafa de combate, já que, infelizmente, os soldados as aprendem demasiadamente bem.

O MORAL

O moral das tropas de infantaria tem uma importância incomparavelmente maior que nas demais armas. Muito poucas batalhas serão ganhas pelo Exército que disponha de uma infantaria de moral fraca, mesmo que contem com ótimo apoio das demais armas.

O moral dos infantes pode ser mantido pelos seguintes meios:

1. Supressão das informações especiais das unidades das outras armas que não estejam expostas às inclemências do tempo como a infantaria.

2. Suspensão das recompensas por riscos de vida e todos os privilégios ao pessoal cujas probabilidades de ser morto ou ferido sejam menores que as do infante.

3. Supressão das condecorações ao pessoal da retaguarda, pois estas reduzem o valor das outorgadas ao pessoal combatente. Para um civil, um herói é um homem com o peito coberto por condecorações e não sabe diferenciar quais são as concedidas por serviços prestados na frente ou na retaguarda.

Em todas as guerras passadas, sempre coube à infantaria "dançar com a mais feia"; é de se esperar

que nos conflitos futuros lhe caiba uma tarefa menos ingrata e de menos sacrifício.

Neste sentido, tem sido feitas algumas sugestões para converter a infantaria em um "corpo de elite" de maneira a oferecer compensações que lhe permitam sobrepor-se às demais armas.

O leitor não necessitará de uma lente de aumento para enxergar neste artigo uma série de argumentos a favor da Infantaria, pois, em verdade, não foi outra a minha intenção ao escrevê-lo. Creio firmemente que uma nação dispõe verdadeiramente de um Exército quando seus infantes são capazes de saltarem de seus abrigos e avançarem para o inimigo com plena consciência de que poderão ser mortos ou feridos. Em contraposição, quando a infantaria se recusa a avançar, não há Exército.



UM MÉTODO PARA A ELABORAÇÃO DO "CONCEITO" DE ALUNOS

Cel. ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS,
Comandante do C.P.O.R./P.A.

A) INFORMAÇÕES PRELIMINARES



A Escola de Motomecanização, em 1950 e 1951, foi pôsto em prática um método para a elaboração do "conceito" de alunos. Algumas inovações contidas no método pareciam quase inexequíveis ou de resultados problemáticos; constituíam, sobretudo, uma "idéia nova". Ora, toda gente sabe como são normalmente recebidas as idéias novas... Mas,

como um oficial do Exército, segundo dito clássico, não deve ter medo de cousa alguma, nem mesmo de uma idéia nova, resolvemos pôr o método em execução. Esta seria também a única maneira convincente de verificar se o método seria exequível ou não e se os seus resultados seriam compensadores.

2. A experiência de dois anos de execução, nos diversos cursos de oficiais da Escola de Motomecanização, quando foram corrigidas as imperfeições notadas e cancelados certos aspectos de impossível realização, demonstrou que o método pode ser empregado sem receio e que os resultados obtidos são compensadores, sob todos os pontos de vista.

3. Decidimos utilizar o método, no corrente ano, com as adaptações necessárias, no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre. A categoria do aluno, neste estabelecimento, é diferente da do aluno da Escola de Motomecanização. Se forem obtidos resultados satisfatórios, podemos credenciar mais uma qualidade para o método: a sua praticabilidade tanto em escolas de especialização, como de formação. Daí, para sua aplicação generalizada, basta experimentá-lo em escolas de aperfeiçoamento e de outras categorias.

4. Para dar uma idéia bem objetiva do método, serão transcritos os quatro documentos que constituem a sua base essencial: "O conceito nas escolas do Exército", "Normas gerais de ação para elaboração do conceito", "Ficha de conceito" e "Modelo da folha de conceito do caderno do instrutor". Tais documentos são os da E.M.M., adaptados para o C.P.O.R./P.A.

5. A decisão de publicar estas informações resultou de sugestões de terceiros, por serem julgadas de utilidade e para sujeitá-las à crítica de todos aqueles que têm meditado sobre o problema do "conceito" e que têm assumido a responsabilidade de sua elaboração.

6. Cumpre finalmente declarar que o método exposto não é da autoria de quem escreve estas linhas. É o resultado de um longo e discutido trabalho de equipe, principalmente do excepcional grupo de instrutores da Escola de Motomecanização, onde surgiu a idéia, que teve como principal intérprete o então subdiretor do ensino daquela escola, Major Wolfgang Teixeira de Mendonça. Aos instrutores do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre cabe o mérito do

estudo, discussão e elaboração dos itens para a adaptação do método ao fim de sua aplicação em um estabelecimento formador de oficiais da reserva.

B) "O CONCEITO" NAS ESCOLAS DO EXÉRCITO

I — Introdução

Há muito que nas Escolas do Exército se introduziu a praxe de formular um conceito sobre o comportamento do aluno. Todavia, a experiência tem mostrado que, realizado empiricamente e sem fundamento científico, o "conceito" às vezes tem falhado na sua finalidade precípua de informar, de ajuizar de alguns aspectos da personalidade do instruendo mais relacionados com a atividade escolar.

De uma certa maneira, se bem executado, o "conceito" deve ser para o Exército de muito mais interesse que a própria classificação ou o resultado final do estudo do aluno. Não é de admirar que um aluno bem classificado numa turma fracasse na atividade profissional para que foi preparado na escola: é que o grau, classificação ou menção se relaciona, apenas, com a atividade intelectual desenvolvida pelo aluno na escola e pouco diz do valor do indivíduo em si mesmo.

A significação do conceito, e nisto reside seu grande valor para o Exército, consiste em dar informações sobre o indivíduo que permitam ajuizar de sua capacidade em relação à atividade adquirida na escola e seu melhor aproveitamento ulterior em funções onde possa dar o máximo de seu rendimento.

Para que o "conceito" não fuja à sua alta finalidade, é preciso que sua elaboração se subordine a um método, apoiado em bases rigorosas e capaz de eliminar, ou restringir, ao máximo, as influências pessoais de julgamento. Deve, ainda, ser de fácil execução e apresentar bases comuns a serem obedecidas por todas as escolas do Exército e adaptar-se à finalidade profissional de cada escola.

Assim situado o problema e visto o que se faz, trata-se agora de ver o que se deve fazer e como.

II — Desenvolvimento

1. Numa escola qualquer, a atividade do aluno é examinada sob dois aspectos principais:

- a) a medida da aprendizagem, que se traduz por "nota" ou "menção";
- b) a observação do comportamento, que se expressa num "conceito".

2. O primeiro aspecto já está perfeitamente resolvido pela Diretoria de Ensino do Exército, com as suas "Normas para Julgamento", e dele aqui não se trata.

3. Verifica-se, portanto, que a escola, ao fornecer sobre um aluno duas apreciações — a "nota" ou "menção" e o "conceito" — apresenta dois elementos que podem fundir-se numa apreciação global ou ser examinados isoladamente.

Assim, as escolas de formação, que devem classificar o indivíduo numa ordem hierárquica rígida, de repercussão para o resto de sua vida profissional, devem associar esses dois julgamentos, fundindo-os numa classificação.

Neste caso, o "conceito", além de ser expresso em termos, tem uma expressão numérica, para que, somado à "nota" e obtida a média, se tenha a classificação final do curso.

Nas Escolas de Especialização, Aperfeiçoamento, Técnica e de Estado-Maior, onde não se visa obter uma classificação de natureza competitiva e onde os resultados finais da aprendizagem são expressos em "notas" ou "menções", o conceito não deve ser a elas associado, servindo ambos como expressões isoladas de valores independentes, que devem ser apreciados independentemente.

4. Do que fica dito acima, se conclui que, cada escola, embora obedecendo a normas gerais comuns, deve ter sua ficha própria de conceito, onde são examinados os aspectos da personalidade mais relacionados com a finalidade da escola. É mesmo possível que uma determinada Escola, em função de seus variados cursos, adote uma ficha de conceito apropriada para cada curso, desde que os aspectos a observar sejam diferentes entre seus diversos cursos.

5. Entre os aspectos da personalidade mais frequentemente apreciados nas escolas do Exército se contam :

Iniciativa	Agressividade	Capacidade de comandar
Decisão	Honestidade moral	Sociabilidade
Cooperação	Interesse vocacional	Flexibilidade intelectual
Inteligência	Persistência no esforço	Entusiasmo
Disciplina	Estabilidade emocional	Civismo
Discreção	Manifestação de humor	
Auto-domínio	Resistência física	
Capacidade de trabalho	Aparência e porte militar	
	Organização	

6. Uma escola, ao elaborar sua ficha de conceito, escolhe dentre os aspectos acima enumerados e outros, aqueles que mais se relacionam com a sua finalidade. Geralmente, uma ficha de conceito aborda de 7 a 12 aspectos.

7. Na elaboração de uma ficha de conceito para uma escola, procede-se da seguinte maneira :

a) determinar, em função da finalidade da escola ou curso, quais os aspectos da personalidade que devem ser examinados.

b) definir em termos objetivos, claros e precisos cada um desses aspectos abrangidos pela ficha.

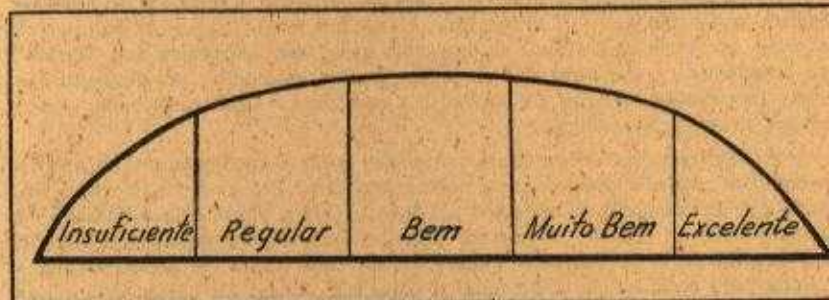
c) dividir, cada um desses aspectos em cinco faixas de dispersão correspondentes a :

Excelente }
Muito bem } Acima do normal

Bem — Normal

Regular }
Insuficiente } Abaixo do normal

d) definir clara, objetiva e precisamente o significado de cada faixa de cada aspecto.



8. Exemplificando.

Uma escola escolhe os seguintes aspectos: A, B, C, D, E, F, G, H. Define-os. Divide-os em 5 faixas graduadas. Define-as. E a ficha de conceito apresenta, então, o seguinte aspecto esquemático:

A		X			
B	X				
C			X		
D		X			
E		X			
F				X	
G			X		
H		X			

9. Organizada a ficha, é preciso preenchê-la. Aqui surgem os seguintes problemas: quem? quando? e como?

10. Para resolver o primeiro problema, é preciso recordar que "conceito" expressa, em termos específicos, a observação do comportamento do aluno numa escola. Destarte, para que seja o retrato mais fiel possível de determinados aspectos da personalidade do aluno e a fim de atender a necessidade do maior número para emprego do critério esta

tístico, é necessário que o "conceito" traduza, não apenas, a observação dos instrutores, mas também, a do grupo de companheiros em que, com mais frequência se desenvolve a atividade do aluno, além da opinião do aluno sobre si próprio.

De sorte que o aluno é observado sob 3 pontos de vista :

a. de cima para baixo : ponto de vista do instrutor, que, em geral, revela a conduta "fiscalizada" do aluno, aquela que ele mantém, para ser observada pelo instrutor, em sua presença ;

b. lateral : ponto de vista do companheiro de grupo, não só do amigo, mas de qualquer membro da turma, de preferência do grupo em que, com mais frequência se desenvolve a atividade do aluno ; retrata, em geral, a conduta "espontânea" do indivíduo para com seus companheiros e instrutores ;

c. de dentro para fora : é a opinião do próprio aluno, ponto de vista valioso para o conceito global, pois revela o indivíduo em si mesmo ; ainda que o indivíduo se subestime ou superestime — e nesses casos a sua opinião será desprezada automaticamente pelo critério estatístico adotado — de qualquer maneira está ele fornecendo um elemento a mais para julgamento, capaz de aparecer na interpretação final do "conceito".

11. Este é o critério modernamente aceito e o mais expressivo.

O conceito que a Escola faz do aluno é, portanto, um conceito global, em que se aproveitam as observações tomadas dos pontos de vista acima referidos. O conceito final de cada instrutor, o conceito de cada membro do grupo consultado e o conceito do aluno sobre si próprio se fundem numa apreciação sintética do comportamento do aluno, que o caracteriza, identificando-o.

12. O 2º problema — o de quando fazer o conceito se resolve da seguinte maneira :

a. os instrutores elaboram o seu "conceito" durante todo o período letivo, aproveitando todas as oportunidades de observação ; esta tarefa do instrutor fica sob o controle periódico da direção da escola ;

b. a observação do grupo e a do indivíduo sobre si mesmo são pedidas, uma só vez, quase ao terminar o período letivo, e depois que todos tiverem oportunidade de revelar-se ; ao mesmo tempo que se pede que o aluno preencha sua própria ficha de conceito, dão-se-lhe mais quatro ou cinco fichas, de membros de seu grupo e de um ou dois estranhos ; esse pedido deve ser de tal maneira organizado que se obtenha, para cada indivíduo, cerca de cinco observações, não só de membros do grupo, como de estranhos ;

c. o conceito final é feito pouco antes da conclusão do período letivo.

13. O terceiro problema — como preencher a ficha — obedece às seguintes regras :

a. procura-se examinar cada qualidade separadamente, como uma variável independente ; ao julgar uma qualidade, não se deve deixar influenciar pela marcação feita a respeito de outra qualidade ;

b. para cada qualidade a julgar, determina-se a faixa que melhor define o julgamento a respeito do aluno em causa, de acordo com os dizeres da ficha ;

c. caso o conceito tenha expressão numérica dentro de cada faixa de cada qualidade, se dá ao aluno o valor numérico que for julgado mais adequado e conforme o critério usado pela escola na medida da aprendizagem.

14. De posse de todos os elementos, organiza-se o conceito final na sub-direção de ensino da escola e sob a direta responsabilidade do Co-

mandante; não representa, contudo, a opinião dêste e sim o julgamento da escola.

15. Para se chegar ao conceito final, emprega-se o método estatístico. Reunidos todos os conceitos obtidos, examina-se, para cada aspecto, a dispersão dos julgamentos, ordenam-se os valores obtidos, determina-se a mediana, valor de posição, que representa, portanto, a opinião da maioria. Todavia, o valor da mediana, em alguns casos, poderá ser submetido a interpretação da dispersão ou à revisão dos conceitos.

16. Não é muito grande a dispersão dos julgamentos em cada aspecto dos abrangidos no conceito. Quando houver grande dispersão nos julgamentos, com frequências aproximadamente iguais em todas as faixas, num mesmo aspecto a examinar, não se pode interpretar senão desfavoravelmente ao aluno cuja versatilidade ou inconsistência de personalidade, no aspecto em causa, originou a diversidade extrema de julgamentos. Neste caso, a mediana, com probabilidade, irá situar o indivíduo na faixa de normalidade, devendo, portanto, ser corrigida, para situá-lo imediatamente abaixo dessa faixa.

17. Determinadas as medianas de todos os aspectos abrangidos pela ficha, para se obter o conceito final, basta reunir os dizeres das faixas sobre que incidem as medianas.

18. Um conceito final pode ser expresso em grau. Para isto, após determinado, pelo emprêgo da mediana, o valor numérico de cada aspecto da ficha, basta somá-los todos e tirar a média.

19. Um conceito final pode, ainda, ser expresso em menção. Para isto, após determinar, pelo emprêgo da mediana, a faixa de cada aspecto da ficha, procede-se da seguinte maneira:

a. atribuem-se os seguintes valores às faixas:

Excelente	— 5
Muito bem	— 4
Bem	— 3
Regular	— 2
Insuficiente	— 1

b. somam-se os valores obtidos em todos os aspectos do conceito final e divide-se pelo número deles;

c. e finalmente, verifica-se a que menção corresponde o resultado obtido.

20. De posse do conceito final, pode-se, ainda, fazer o perfil caracterológico do aluno, ligando, por um traço na ficha, as faixas sobre as quais caíram as medianas.

C) NORMAS GERAIS DE AÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO CONCEITO

1. Em obediência ao preceito constante do art. 85 do seu regulamento, o C.P.O.R. emite, no final do ano letivo, um "conceito" de cada aluno, como resultado da observação de seu comportamento. Essa observação incide sobre os seguintes aspectos da personalidade do aluno:

Inteligência — Capacidade de compreensão, criação e reflexão crítica.

Interesse — Grau de atração demonstrado por todos os assuntos relacionados com a vida militar.

Iniciativa — Capacidade de agir imediatamente, numa situação que surgiu inesperadamente, sem ter necessidade de esperar por ordem do comando superior.

Capacidade de decidir — Grau de aptidão para selecionar e fixar o que se deve pensar, julgar, fazer ou ordenar.

Capacidade de comando — Aptidão para liderar (dirigir ou comandar) grupos humanos.

Disciplina — Prática precisa e consciente dos preceitos regulamentares.

Assiduidade — Qualidade daquele que é constante no trabalho e cuja presença é freqüente e continua nas atividades escolares.

Pontualidade — Qualidade daquele que está sempre no local certo e na hora certa — que se não atrasa.

Educação — Prática dos bons usos da sociabilidade, civilidade, delicadeza, urbanidade e cortezia.

Auto-domínio — Grau de controle de seus próprios impulsos.

Civismo — Dedicção ou devoção patriota à causa pública.

Vigor físico — Qualidade natural ou adquirida daquele cuja capacidade física suporta todos os trabalhos que exigem dispêndio de esforço e energia.

2. Para observação dos atributos acima relacionados, o instrutor deve prestar atenção aos indícios que os revelam, tanto nas salas de aula como no terreno, nos trabalhos práticos como na realização das verificações do aproveitamento, nas tarefas individuais como nas coletivas, nos assuntos táticos como nos técnicos, nas situações normais como nas ocasiões excepcionais.

A título de exemplo, se apresentam os seguintes indícios:

a. **de inteligência** — nas soluções dadas pelo aluno às perguntas, questões ou problemas formulados pelo instrutor, bem como nas perguntas, questões ou problemas formulados pelo aluno, se pode verificar sua compreensão, criação ou reflexão crítica; pela apresentação clara, rápida, lógica, concisa e precisa de seus pensamentos (uns compreendem facilmente, enquanto outros necessitam de explicações mais detalhadas); os resultados das verificações do aproveitamento, também, constituem um indício da inteligência do aluno;

b. **de interesse** — espontaneidade no cumprimento dos deveres escolares; conduta do aluno durante os trabalhos escolares (atenção, desatenção, cooperação, etc.);

c. **de iniciativa** — verificam-se nas perguntas e respostas dos alunos; nas situações imprevistas nos trabalhos práticos; nos trabalhos de campo (exterior); na instrução tática em sala ou no terreno; nos trabalhos de grupo onde se exija cooperação;

d. **de capacidade de decidir** — nas perguntas, questões ou problemas apresentados ao aluno para sua decisão, seja na sala, na oficina ou no terreno, tanto nos trabalhos teóricos como nos práticos;

e. **de capacidade de comando** — em qualquer tarefa de grupo, seja na sala, na oficina ou no campo, sempre que houver oportunidade para surgimento de um líder, espontâneo ou institucionalizado;

f. **de disciplina** — nas apresentações, nas formaturas, no tratamento com os superiores; no cumprimento das ordens e preceitos regulamentares; na execução de serviços de escala; na apresentação individual e cuidados com o uniforme;

g. **de assiduidade** — comparecimento sistemático a trabalhos, exercícios ou aulas;

h. de *pontualidade* — correção em suas obrigações, entregando a tempo e hora qualquer trabalho ou tarefa de que tiver sido incumbido; comparecimento na hora exata a qualquer ato de serviço ou aula;

i. de *educação* — no tratamento dispensado aos superiores e colegas; na linguagem durante a instrução e fora dela; no respeito e acatamento à opinião de outrem, durante discussões dirigidas ou particulares;

j. de *auto-domínio* — conduta perante um fato ou ação desagradável (repreensão, crítica, rendimento pequeno de trabalho, possibilidade de risco); coordenação motora em qualquer ocasião; controle no falar e no agir;

k. de *civismo* — na expressão atenta e de respeito observada no aluno, nas ocasiões ou aulas em que se comentam fatos sobre os grandes vultos, sobre a História da Pátria e sobre as virtudes cívicas; nas expressões fisionômicas e atitudes reveladoras de emoção ou respeito, quando nas solenidades de caráter cívico e formaturas; nas perguntas demonstrando interesse e preocupação pelas coisas públicas, como sobre dificuldades e problemas referentes ao Exército e à Segurança Nacional, soluções indicadas e adotadas para os mesmos; eventualmente, nas impressões colhidas de palavras, atitudes e ações do aluno, reveladoras do Patriotismo; na conduta mantida em presença da Bandeira Nacional e ante o Hino Nacional; na colaboração prestada à jornais dos Grêmios, murais, a organização de reuniões e a qualquer iniciativa visando assuntos sérios tendentes a dignificar a Pátria e a valorizar a Sociedade; na maneira como encara a sua obrigação para com o Serviço Militar;

l. de *vigor físico* — no grau de resistência apresentado em exercícios que exijam esforço físico e dispêndio de energia (sessões de educação física, competições esportivas, marchas, combate, serviço em campanha, equitação); no resultado das verificações de educação física; no comportamento face às intempéries e no comparecimento à visita médica ou solicitação de cuidados médicos pode-se verificar o grau de resistência às doenças.

3. Cada instrutor terá um caderno particular, com uma folha para cada aluno, em que anotará, nos momentos oportunos, as observações feitas sobre seus alunos. Os instrutores entregarão seus cadernos ao comandante nos dias 15 de janeiro, 15 de fevereiro e 15 de junho, com os conceitos provisórios até aquelas datas, e no dia 15 de julho com o conceito definitivo. É recomendável que o instrutor, para apreciar um determinado aspecto da personalidade do instruído, em uma tarefa definida, prepare a sua "Ficha de Observação". O Conceito do instrutor pode evoluir, modificando-se, à medida que, para ele, melhor se definir a personalidade do aluno, de sorte que seu conceito final sobre o mesmo pode não guardar nenhuma relação numérica ou de posição como os conceitos provisórios.

4. A Observação do comportamento do aluno se faz em função do que estabelece a "Ficha de Conceito", onde os aspectos da personalidade do aluno, escolhidos para observação, se acham graduados em cinco faixas distintas e perfeitamente definidas, correspondentes às menções:

Excelente — Muito Bom — Bom — Regular e Insuficiente.

A tarefa do instrutor se limita a:

a. Para cada aspecto da personalidade a observar, determinar a faixa da "Ficha de Conceito" que melhor define seu julgamento a respeito do aluno em causa, de acordo com os dizeres da ficha; esse seu julgamento é baseado na observação metódica e na interpretação dos indícios.

b. Examinar cada aspecto da personalidade, separadamente, como uma variável independente; ao julgar um aspecto, não se deve influenciar pela marcação feita a respeito de outro.

5. A observação dos instrutores é completada pela observação do aluno e de seus companheiros. A observação do grupo e a do indivíduo sobre si mesmo são pedidas, uma só vez, quase ao terminar o período letivo, e depois que todos tiverem oportunidade de se revelar; ao mesmo tempo que se pede ao aluno que preencha sua própria ficha de conceito, dão-se-lhe mais quatro ou cinco fichas, de membros do grupo em que, com maior frequência se exerce sua atividade e de um ou dois estranhos. Esse pedido deve ser de tal maneira organizado que se obtenha, para cada indivíduo, cerca de cinco observações, não só de membros do grupo, como de estranhos. Não se deve pedir opinião que possa ser influenciada por amizade ou inimizade.

6. O conceito final do C.P.O.R. é feito pouco antes da conclusão do período letivo. É um conceito global em que se fundem, numa apreensão sintética do comportamento do aluno, o conceito final dos instrutores, o conceito de cada membro do grupo consultado e o conceito do aluno sobre si próprio.

7. Para se chegar ao conceito final do Centro, emprega-se o método estatístico. Reunidos todos os conceitos obtidos, examina-se, para cada aspecto da personalidade de um aluno, a dispersão dos julgamentos, ordenam-se os valores obtidos e se determina a mediana, valor de posição, que representa, portanto, a opinião da maioria. Todavia, o valor da mediana, em alguns casos, poderá ser submetido à interpretação da dispersão ou à revisão dos conceitos. Determinadas as medianas de todos os aspectos abrangidos pela ficha, para se obter o conceito final basta reunir os dizeres das faixas sobre que incidem as medianas.

8. A elaboração do conceito final do C.P.O.R. se faz na chefia dos respectivos Cursos, sob a responsabilidade do Comandante do C.P.O.R.

9. O conceito é de natureza sigilosa; o aluno dêle só toma conhecimento no final do curso.

10. Maiores esclarecimentos se encontram no documento deste Centro "O Conceito nas Escolas do Exército".

G) FICHA DE CONCEITO

INTELIGÊNCIA: Capacidade de compreensão, criação e reflexão crítica.	Inteligência excepcionalmente profunda e brilhante, dotada de extrema flexibilidade mental, capaz de ajustar-se simultaneamente a mais de uma situação. Exprime suas idéias com lógica e brilho.	Vivo e agudo em seus pensamentos. Hável na planificação e organização de suas tarefas. Muito boa flexibilidade intelectual. Expressa seus pensamentos com muita facilidade, clareza, precisão e coerência.	Capta e resolve sem dificuldades a linha de conduta em cada situação. Exprime-se com facilidade e propriedade.	Um tanto lento na compreensão, necessitando, quase sempre, de exemplos. Expressa-se com iniciativa própria, mas sem desembaraço.	Interpreta erroneamente os fatos. Incoerente em seus pensamentos. Não tem facilidade para expressar seus pensamentos.
INTERESSE: Grau de atração demonstrado por todos os assuntos relacionados com a vida militar.	Revelou, em todas as oportunidades, interesse e absorvente, entusiástico por todas as missões ou trabalhos propostos. Concentra todas as suas energias para fazer o melhor.	Interessa-se muito por todos os assuntos abordados no curso; estudá-los, discute-os, procurando fazer o melhor possível.	Presta atenção constante e se preocupa em realizar, com acerto, os trabalhos e missões que lhe são confiados.	Seu interesse sofre alterações. Interessou-se apenas por alguns aspectos dos problemas apresentados.	Não revelou nenhum interesse durante os trabalhos, missões e aulas. Inerte.
INICIATIVA: Capacidade de agir imediatamente, numa situação que surja inesperadamente, sem ter necessidade de esperar por ordem do comando superior.	Age com muita rapidez e desembaraço face a situações novas; dispõe de recursos e expeditos para resolver, com acerto, os problemas inespiciados.	De muito boa iniciativa, enfrenta as situações novas com firmeza e decisão, resolvendo-as bem, com facilidade e rapidez.	Possui iniciativa capaz de resolver satisfatoriamente os problemas, a medida que eles se apresentam.	De regular espírito de iniciativa, algumas vezes é superado pelos acontecimentos e se sente tolhido.	Falta de iniciativa, não resolve os problemas quando surtem.
CAPACIDADE DE DECIDIR: Grau de aptidão para seleccionar e fixar o que se deve pensar, julgar, fazer ou ordenar.	Procura responsabilizar-se, impulsiona o trabalho ou emprega o grupo para o cumprimento da missão. Decide com presteza e segurança, analisando rapidamente as situações. Sua acção exclui qualquer dúvida.	Assume responsabilidade; assume a chefia intelectual do grupo. Toma decisões com confiança e com relativa rapidez.	Aceita responsabilidades. Tem confiança em si mesmo. Decide sem hesitação, mas com alguma demora, e ainda com oportunidade.	Evita responsabilidades. Toma decisões com hesitação. Demora para decidir. Deixa dúvidas.	Foge à responsabilidade. Fraco, vacilante, irresoluto. Quando decide, já passou a oportunidade.
CAPACIDADE DE COMANDO: Aptidão para liderar (dirigir ou comandar) grupos humanos.	Inspira confiança a seus subordinados. Consegue aquilo que deseja dos outros.	Capaz de organizar e dirigir grupos. Decide e ordena com clareza e segurança.	Dirige, com discreção. Eficiente e coerente em suas decisões e ordens.	É pouco eficiente e não é coerente em suas ordens.	Não consegue ser obedecido. Não se por invocação de castigo. Carece de personalidade própria.
Necessita de rigor	É um exemplo de disciplina	Cumpre conscientemente	É cumpridor de seus	É negligente no cumprimento	Necessita de rigor

res e ordens superiores. É excepcionalmente correto em suas tarefas.	Revela com naturalidade boas maneiras em alto grau. É finamente educado. Sua atividade social é destacada e exemplar.	É bastante afável e cortês. Conduz-se com bastante desembaraço e correção na vida social.	presteza, agindo com energia no seu cumprimento. Está sempre coerente com suas atividades militares. Fardado muito bem.	superiores. É discreto em suas atividades militares e cuidadoso com seus uniformes.	turas e instruções. Pouco cuidadoso com seus uniformes.	cha da instrução. Deixado com seus uniformes.
Completo domínio de si mesmo, em qualquer circunstância, ainda que excepcional.	Robusto e dotado de bastante força física. Resiste muito bem aos esforços que lhe são exigidos sem se fatigar. Originalmente bastante resistente às intempéries.	É muito interessado pela causa pública. Demonstra bastante conhecimento e interesse pelo que diz respeito às nossas tradições e antepassados. Dedicar-se com prazer às iniciativas de fins construtivos. Dedicar-se com atenção aos problemas referentes às instituições nacionais.	Manifesta interesse pela causa pública. Revela gosto pelo culto de nossas tradições e antepassados. Ampara as iniciativas de fins construtivos. Dedicar-se com atenção aos problemas referentes às instituições nacionais.	É pouco interessado pela causa pública. Pouco se interessa pelo culto de nossas tradições e antepassados. Cooperar nas iniciativas de fins construtivos quando solicitadas. Dedicar pouca atenção aos problemas referentes às instituições nacionais.	É completamente indiferente à causa pública. Demonstra muita ignorância e desinteresse pelo culto de nossas tradições e antepassados. As iniciativas de fins construtivos não lhe despertam o mínimo interesse. É completamente desvinculado dos problemas referentes às instituições nacionais.	Incapaz de controlar-se; ode com indiferença a qualquer impulso sem reparar suas consequências.
AUTO-DOMÍNIO: Grau de controle de seus próprios impulsos.	Robusto e dotado de bastante força física. Resiste muito bem aos esforços que lhe são exigidos sem se fatigar. Originalmente bastante resistente às intempéries.	É muito interessado pela causa pública. Demonstra bastante conhecimento e interesse pelo que diz respeito às nossas tradições e antepassados. Dedicar-se com prazer às iniciativas de fins construtivos. Dedicar-se com atenção aos problemas referentes às instituições nacionais.	Manifesta interesse pela causa pública. Revela gosto pelo culto de nossas tradições e antepassados. Ampara as iniciativas de fins construtivos. Dedicar-se com atenção aos problemas referentes às instituições nacionais.	É pouco interessado pela causa pública. Pouco se interessa pelo culto de nossas tradições e antepassados. Cooperar nas iniciativas de fins construtivos quando solicitadas. Dedicar pouca atenção aos problemas referentes às instituições nacionais.	É completamente indiferente à causa pública. Demonstra muita ignorância e desinteresse pelo culto de nossas tradições e antepassados. As iniciativas de fins construtivos não lhe despertam o mínimo interesse. É completamente desvinculado dos problemas referentes às instituições nacionais.	Insapaz de controlar-se; ode com indiferença a qualquer impulso sem reparar suas consequências.
EDUCAÇÃO: Prática dos bons usos da sociedade, civildade, delicadeza, urbanidade, e cortesia.	Robusto e dotado de bastante força física. Resiste muito bem aos esforços que lhe são exigidos sem se fatigar. Originalmente bastante resistente às intempéries.	É muito interessado pela causa pública. Demonstra bastante conhecimento e interesse pelo que diz respeito às nossas tradições e antepassados. Dedicar-se com prazer às iniciativas de fins construtivos. Dedicar-se com atenção aos problemas referentes às instituições nacionais.	Manifesta interesse pela causa pública. Revela gosto pelo culto de nossas tradições e antepassados. Ampara as iniciativas de fins construtivos. Dedicar-se com atenção aos problemas referentes às instituições nacionais.	É pouco interessado pela causa pública. Pouco se interessa pelo culto de nossas tradições e antepassados. Cooperar nas iniciativas de fins construtivos quando solicitadas. Dedicar pouca atenção aos problemas referentes às instituições nacionais.	É completamente indiferente à causa pública. Demonstra muita ignorância e desinteresse pelo culto de nossas tradições e antepassados. As iniciativas de fins construtivos não lhe despertam o mínimo interesse. É completamente desvinculado dos problemas referentes às instituições nacionais.	Revela pouco conhecimento das regras de civildade. Seu comportamento não se ajusta à sociedade e pouco recomendável.
VIGOR FÍSICO: Qualidade natural ou adquirida daquele cuja capacidade física suporta todos os trabalhos que exigem dispêndio de esforço e energia.	Robusto e dotado de bastante força física. Resiste muito bem aos esforços que lhe são exigidos sem se fatigar. Originalmente bastante resistente às intempéries.	É muito interessado pela causa pública. Demonstra bastante conhecimento e interesse pelo que diz respeito às nossas tradições e antepassados. Dedicar-se com prazer às iniciativas de fins construtivos. Dedicar-se com atenção aos problemas referentes às instituições nacionais.	Manifesta interesse pela causa pública. Revela gosto pelo culto de nossas tradições e antepassados. Ampara as iniciativas de fins construtivos. Dedicar-se com atenção aos problemas referentes às instituições nacionais.	É pouco interessado pela causa pública. Pouco se interessa pelo culto de nossas tradições e antepassados. Cooperar nas iniciativas de fins construtivos quando solicitadas. Dedicar pouca atenção aos problemas referentes às instituições nacionais.	É completamente indiferente à causa pública. Demonstra muita ignorância e desinteresse pelo culto de nossas tradições e antepassados. As iniciativas de fins construtivos não lhe despertam o mínimo interesse. É completamente desvinculado dos problemas referentes às instituições nacionais.	Pouca robustez física. Não resiste a certos exercícios que exigem algum dispêndio de energias. Organismo sem resistência às doenças e ao mau tempo.

E) MODELO DA FOLHA DE CONCEITO DO CADERNO DO INSTRUTOR

CONCEITO	ATRIBUTOS										
	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k
1º											
2º											
3º											
4º											
5º											
FINAL											

Observações :

a. Relação entre as letras e os atributos :

a) Inteligência ; b) Interêsse ; c) Iniciativa ; d) Capacidade de decidir ; e) Capacidade de Comando ; f) Disciplina ; g) Assiduidade ; h) Pontualidade ; i) Educação ; j) Auto-domínio ; k) Civismo ;
l) Vigor físico.

b. Relação entre os números e as faixas do conceito :

1) Insuficiente ; 2) Regular ; 3) Bom ; 4) Muito Bom ;
5) Excelente.

c. O instrutor apenas lança, para cada atributo, o número correspondente à faixa da "Ficha de Conceito", onde julga que o aluno se acha enquadrado.

"Esta (A Defesa Nacional) é a única revista especializada que possui o nosso Exército, o único veículo de que dispomos para externar nossos pontos de vista e para demonstrar ao mundo o estado de nossa cultura profissional, a única fonte onde podemos debater certas questões ainda controvertidas ou de pouca divulgação e a única revista que, por quase quarenta anos, vem mantendo uma linha inflexível, devotada exclusivamente ao aprimoramento do nível cultural do Exército brasileiro".

(Do artigo "Em defesa de nossa revista", do Cap. João B. Santiago Wagner.)

LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO

(De uma série de palestras realizadas no Estado-Maior do Exército)

Gel. Eng. JOSÉ S.M. LINDENBERG,
Chefe do Serv. de Logística da S/Chefia
de Planejamento do E.M.E.

I — CONSIDERAÇÕES INICIAIS



VOCÁBULO mestre de nossa palestra — *Logística* — tem entrada recente na terminologia do nosso Exército. Basta lembrar que só-

mente em regulamentos publicados a partir de 1948 figura ele pela primeira vez.

Neste rápido intróito, são encontradas as razões pelas quais a “Logística” — dentro do programa estabelecido para estas palestras — ocupará maior número de sessões que suas co-irmãs da Subchefia de Planejamento, o que lhe permitirá partir de esclarecimentos indispensáveis e conhecimentos fundamentais, tais como exige o estudo de matéria ainda pouco debatida e, mesmo, em evolução para uma sistematização definitiva.

Em 5 ou 6 sessões — esta primeira a meu cargo e as demais a cargo dos chefes de Subseções e seus adjuntos — abordaremos — simplesmente abordaremos — o panorama geral da Logística, particularizando, apenas, aquilo que melhor venha definir seu objeto, seus processos, suas limitações, e, principalmente, o planejamento logístico.

II — POR QUE “LOGÍSTICA” ?

Bem reconhecemos o real proveito didático das pesquisas filológicas e históricas em torno da origem de certos vocábulos e da

evolução do objeto que eles definem. Mas o tempo é pouco para nos alongarmos nesse sentido. Contentemo-nos em corresponder — e é, sem dúvida, uma boa forma de entrarmos na matéria — às naturais e imediatas interrogações que assaltam o espírito daqueles que, pela primeira vez, estabelecem contacto com essa “recem-conhecida”, de ares misteriosos e aparentemente pernóstica (sofisticada, na linguagem moderna) mas que na intimidade atrai e prende, pelos seus muitos encantos, inclusive espirituais, apesar de encarar a vida, conforme veremos dentro em pouco, nas suas mais realísticas imposições...

— Por que “Logística” ?

— A que se propõe ? Onde vem ?

— Terá algum parentesco com a Lógica ?

— A “velha” Filosofia terá alguma “responsabilidade nisso” ?

A quantos dentre nós não terão ocorrido dúvidas tais como as acima, ao ouvirem, pela primeira vez, essa misteriosa palavra — “logística” ?

E se assim aconteceu, por certo, o primeiro recurso foi apelar para o “amigo certo das horas... de dúvidas” : o velho *dicionário*.

E se o fizeram lá terão deparado “verbetes” assim :

Logística (matemática) : “estudo das operações fundamentais, pela “Álgebra”. Ou então : “Denominação dada pelos gregos à arte de calcular, ou Aritmética Aplicada”.

Logística (filosofia): "notação simbólica com que se pretende substituir a linguagem corrente, com o estabelecimento de um método geral de raciocinar que abrange as diversas funções do pensamento".

E daí? Em que parte da arte da guerra teriam ou tiveram aplicação tais conceitos?

Tudo indica que os estudiosos da matéria não encontraram ligações bem definidas entre esses conceitos científicos — muito superiores à qualquer tentativa de sistematização da guerra como arte ou ciência — como a atual compreensão do termo "logístico", no campo das atividades militares.

Essa correlação só se encontra, implicitamente, em um conceito sobre logística emitido pelo Gen. Eisenhower, no seu livro a "Cruzada da Europa", nos seguintes termos: "Logística é a matemática do transporte e do abastecimento".

Na verdade, o planejamento logístico, se quisermos reduzi-lo a sua máxima simplificação, consiste em verificar o que chamamos de "lotação do T.O." e isso nada mais é que a solução de um problema aritmético, mais ou menos nos seguintes termos: tantos homens precisam, por dia, de tantos quilos de necessidades diversas, dos quais tantos quilos devem ser transportados de fora do T.O.; dadas as possibilidades de suprimento e transporte existentes no T.O., a quantos homens é possível assegurar o fornecimento daquelas necessidades?

Mas, voltando à definição do Gen. Eisenhower, por que matemática só dos "abastecimento e do transporte"? Inferimos daí que a definição do Gen. Eisenhower é uma interessante "ponte" lançada entre o antigo conceito matemático de logística e sua significação atual na arte da guerra. Mas não se pode concluir que esta significação derive daquele conceito.

Conclusão: parece, mesmo, que em outra fonte ou em outra direção deve ser procurada a origem da significação de "logística" como termo militar.

A origem que tem sido melhor aceita ou, pelo menos, não contrariada até agora, é a referida por Jomini, no seu livro "A Arte da Guerra". Diz o grande mestre, no capítulo intitulado "Logística ou a Arte Prática de Movimentar Exércitos": "A palavra logística é derivada, como sabemos, do título do *Major General des Logis*, um oficial cuja função era antigamente a de alojar e acampar as tropas, de dirigir as marchas das colunas e de colocá-las no terreno. "A logística era então bastante limitada".

E noutro capítulo do mesmo livro, como que procurando definir a posição da "logística" em relação à tática e à estratégia (às quais também interessam as marchas e a colocação das tropas no terreno): "A logística compreende os processos e medidas que permitem a execução dos planos da estratégia e da tática; a estratégia decide onde agir; a logística leva as tropas a esse ponto; a grande tática decide o modo de execução e emprêgo das tropas".

Não há dúvida de que nesses conceitos de Jomini encontram-se os fundamentos do largo conceito atual de logística, como termo militar.

E, então, para atender à nossa natural curiosidade, em benefício dos ensinamentos que daí nos podem advir, somos levados a aceitar que, não tendo a origem histórica, referida por Jomini, entrado em oposição com os antigos conceitos científicos de logística... no campo das atividades militares, a logística assumiu um outro conceito específico, objetivo, atual, como vamos definir um pouco mais adiante.

III — CONCEITUAÇÃO NORTE-AMERICANA DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO. SUA EVOLUÇÃO

Os que se inclinam para o estudo e aplicação da logística e que, forçosamente, devem inspirar-se nas fontes norte-americanas, pois, aí a matéria tem sido tratada mais a fundo, necessitam conhecer, de início, a seguinte advertência (de

dois anos atrás) da autoria de consagrado logístico daquela nacionalidade: "Logística é um assunto que deveria interessar a todos os estudiosos dos problemas militares. Há porém uma grande discordância quanto à sua definição, insegurança quanto ao seu lugar na estrutura militar e, além disso, seu estudo intensivo é parte relativamente nova na educação militar".

Com esse "alerta", ficam justificadas as divergências encontradas na documentação norte-americana a respeito, e que se extremam quando provindas do Exército ou da Marinha.

Já agora, no âmbito das operações combinadas, percebe-se a evolução rápida dos estudos, com tendência para um ponto de vista comum, que parece atingido em relação aquilo que é básico.

De qualquer modo, no entanto, pode-se afirmar que os conceitos de Jomini constituíram a fonte comum onde se abeberaram os doutrinadores logísticos de qualquer das forças armadas norte-americanas.

Temos a impressão de que as divergências surgiram do fato de se apegarem, uns, rigorosamente, ao objeto da logística de acordo com o conceito de Jomini e, outros assimilando as finalidades da mesma, ampliarem seu objeto, segundo as imposições da evolução da guerra.

Os primeiros, isto é, os que restringiram o campo da logística, sob outro título conservaram o que dele ficava fora, sem pertencer também à tática e à estratégia. E esse título foi "administração".

O Manual (do Exército) FM-100-10, "Field Service Regulations Administration", edição de novembro de 1943, equivalente ao nosso C-100-10, silencia quanto à definição do termo logística e empresta à administração um sentido global declarando: "Quando não especificada, a administração compreende todas as fases das operações militares não abrangidas nos termos "tática" e "estratégia". Ela inclui suprimento, evacuação, saneamento, construção, manutenção, reequipamento, transporte, tráfego, direção do pessoal, baixas,

aquartelamento, governo militar e outros assuntos conexos.

Na edição de 1946, no citado Manual, aparece, pela primeira vez, a definição de Logística. Foi conservada, no entanto, a definição de administração, sem emprestar, porém, à logística, o sentido de parte da Administração Militar, como aparece nas edições subsequentes. Nestas, a Logística é definida como sendo: "o ramo da administração que engloba a direção e a provisão dos suprimentos, da evacuação e hospitalização, do transporte e dos serviços. Sua finalidade é colocar o pessoal exato e o material adequado, no tempo exato e no lugar exato, nas condições próprias".

No Dicionário de Termos Técnicos do Exército, encontra-se essa outra definição: "Logística é a arte de planejar e executar movimentos militares, evacuações e suprimentos".

A Marinha norte-americana divergia dos pontos de vista do Exército e situava a Administração e a Logística em campos próprios, emprestando aquela um sentido mais consentâneo com sua real compreensão, como sendo a "gestão (direção) tendo em vista possibilitar a realização das tarefas militares" e, a esta, atribuindo a "procura, obtenção, armazenamento e distribuição dos suprimentos e meios de transporte; procura e obtenção do alojamento, do treinamento, de distribuição e do transporte de pessoal necessitado pela Marinha; e, a prestação dos serviços de apoio à Força Naval".

Alçadas as divergências ao mais alto escalão doutrinário das forças armadas norte-americanas (junta de Chefes dos Estados-Maiores do Ex., da Marinha e da Aeronáutica), uma compreensão comum parece ter sido colimada. O fato é que do Dicionário de Termos Militares, para uso atual das operações combinadas, constam as seguintes definições:

Logística: é o ramo das atividades militares que trata da produção, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição, manutenção e evacuação do pessoal, suprimentos e do equipamento; do re-

crutamento, classificação, nomeação, bem-estar e exclusão do pessoal; dos meios necessários aos estabelecimentos militares, inclusive construção e funcionamento. A logística compreende tanto o planejamento como a execução".

"Administração: (no sentido mais geral): É um termo que compreende a gestão (ou a direção) de todas as fases das operações militares não diretamente incluídas na tática e na estratégia".

Em sentido mais restrito "significa a gestão interna das Unidades". Esta definição do Gen. Le Roy Luttres sobre Logística também deve ser considerada, dada a autoridade, no assunto, do seu autor:

"Logística compreende todas as atividades militares não incluídas na tática e na estratégia".

IV — CONCEITUACÃO DO EXERCITO (FME), MARINHA E AERONAUTICA E EMFA

No Exército, o único documento oficial onde se encontram definidos os termos "logística" e "administração militar" é o Manual C-100-10 (Serviço em Campanha-Serviços), edição de 1948, aliás já necessitando de atualização, em face da evolução verificada nesse setor. Trata-se de definições então compreendidas pelo Exército, unilateralmente.

Nesse Regulamento lêem-se as seguintes definições:

"Administração Militar: é a arte de dirigir as operações militares não abrangidas pela tática e pela estratégia. Compreende o suprimento, o recompletamento, o transporte, o aquartelamento, as evacuações, a hospitalização, a manutenção, as medidas sanitárias, o controle do tráfego, a direção do pessoal, o serviço postal e censura, o governo militar e outros assuntos correlatos".

"Logística: é o ramo da arte militar que procede ao estudo comparativo dos recursos alimentares, etc., do provável teatro de guerra. Abrange o planejamento e a execução dos problemas de suprimento, evacuação e transportes das forças em operações".

Deixando de lado a redação pouco explícita desta última definição, verifica-se que os conceitos nela contidos, em comparação com os expressos na definição de administração, delimitam o objeto da logística em campo mais restrito que o da administração. Também a forma de ação em uma e outra diferem.

Pelo que está dito, enquanto a administração estende-se a todas as "atividades militares, não abrangidas pela tática e pela estratégia", a "logística" restringe-se aos problemas de suprimento, evacuação e transportes das forças em operações. Enquanto na definição de administração, a forma de ação restringe-se a "dirigir", na de logística compreende o planejamento e a execução".

Não pouco têm sido os estudos e debates em torno da exata compreensão desses dois termos, procurando defini-los do modo mais explícito possível.

Duas dificuldades têm complicado a questão: uma de ordem geral — e que a todo momento nos "atira casca de bananas pelo caminho" — que é a reconhecida dificuldade e perigosa "arte de definir"; a outra, é a imprecisão, à qual há pouco nos referimos, advinda do estudo da documentação norte-americana que nos tem servido de base.

Já agora, no entanto, circunstâncias e relegadas as dúvidas, vamos nos aproximando de definições conjuntamente aceitas.

Para tanto concorrem, como base comum, conceitos já consagrados por uma compreensão única.

Tais são:

1º — *Finalidade da logística* (não o objeto, chamo a atenção), que tem sido firmada como única desde a primeira aplicação do termo por Jomini: "levar as tropas ao ponto conveniente, no tempo desejado e nas melhores condições de emprego".

2º — *O conceito generalizado de "administração"* (no sentido mais geral — "latu sensu" — na expressão dos filólogos), como sendo a "arte de administrar" ou a

"gerência" de negócios públicos e particulares". (Cabe aqui um esclarecimento: se quisermos considerar esse conceito de administração como definição, estaria esta definição muito próxima do vício chamado na Lógica de "tautologia", ou seja a inclusão, na definição, da palavra a definir — digo muito próxima porque, se não inclui a própria palavra, inclui um sinônimo muito próximo. Mas não estamos à procura de definições logicamente perfeitas e sim de um entendimento comum que se pode atingir através conceitos comuns e claros. Mesmo porque, segundo Henry Fayol, para definir administração sem apelo a termos próximos como "gerência", "direção", "chefia", etc., será necessário enunciar as 5 ações que ela compreende: prover, organizar, comandar (no sentido de fazer funcionar o pessoal) coordenar e controlar).

3° — *Compreensão nítida* de que em qualquer operação ou atividade conduzida destacam-se ações de condução e ações conduzidas. Ou, em outros termos, ações de direção e ações de execução propriamente dita.

O primeiro conceito, relativo à finalidade da logística, apreciado em conexão com o nosso conhecimento sobre a evolução da guerra, relativamente aos processos e recursos empregados, nos faz compreender que, se ao ser concebida a primeira definição de logística, esta abrangia apenas os suprimentos, os transportes e a evacuação, porque estas eram, então, as únicas atividades realizadas em proveito da "colocação da tropa no terreno nas melhores condições", hoje em dia, essas "melhores condições" exigem muitos outros recursos e muitas outras atividades além dos primitivos. Inferimos daí que, para a logística manter-se dentro de sua finalidade, jamais discutida, deve abranger, isto é, seu objeto deve incluir todas as atividades militares que concorram para levar as tropas às operações táticas e estratégicas, nas melhores condições possíveis.

Estabelecida essa compreensão comum, de muitos modos pode ser

redigida a definição (não esquecendo as "cascas de banana"). Uma delas é a seguinte: *Logística* — é o ramo da arte da guerra que trata das atividades militares não abrangidas pela tática e pela estratégia". Compreende: (viria agora a enumeração, segundo a síntese de cada um, de todas essas atividades — ver anexo I). Quanto à administração, diremos o seguinte: o seu conceito geral, há pouco relembrado, associado à idéia de que uma operação logística não pode deixar de ser uma operação conduzida, e na qual, conforme também relembramos, destacam-se ações de condução, de "gerência" e ações de execução propriamente dita — as primeiras justamente da alçada da administração — assim podemos concluir quanto à compreensão de administração militar: é um termo que compreende a gerência das atividades militares abrangidas pela logística. Subtende a organização, a direção do pessoal, a coordenação, o controle e a previsão de medidas relativas, capazes de assegurar o melhor rendimento daquelas atividades.

No sentido mais restrito (strito sensu), de uso já consagrado, administração militar compreende a gestão interna das unidades.

A Marinha e a Aeronáutica também assim entendem a logística e a administração, podendo não defini-las com as mesmas palavras.

Quanto ao EMFA, no "glossário" de termos militares que está elaborando para as operações combinadas, espousa essa mesma compreensão que, conforme terão todos percebido, está em harmonia com as definições contidas no Dicionário de Termos Militares para os Estados Unidos, em uso para as operações combinadas.

Como dissemos inicialmente, estão as três forças armadas em condições de, sob a coordenação do EMFA, estabelecerem uma definição comum para os termos Logística e Administração, pois a compreensão única está assentada.

Em resumo: A logística e administração têm um único objeto, ou em outros termos, o mesmo campo

de aplicação: as atividades militares não abrangidas pela tática e pela estratégia.

Têm a mesma finalidade: levar as tropas ao combate nas melhores condições.

Diferem, no entretanto, na forma de ação: enquanto a logística cuida do estudo, do planejamento, da aplicação dessas atividades, a administração trata da gerência, da gestão dos órgãos que vão executar essas atividades.

V — POSIÇÃO DA LOGÍSTICA NO CAMPO DA ARTE MILITAR E OUTROS ASPECTOS

Após essa longa exposição, onde nem sempre foi possível a escolha de termos suficiente diferenciadores de idéias, às vezes, subtis, a expor, ficamos na dúvida se conseguimos esclarecer suficientemente, o que desejamos.

tanto, que tanto podem pertencer a um como a outro, ou, mesmo, confundirem-se em relação aos três ramos.

Eis porque no plano que convencionamos como "de nível", os três ramos se interpenetram, apresentando setores comuns.

A fig. 2 representa a posição da Logística num sentido vertical. Como plano vertical de referência tomamos o "dos recursos para a guerra" (meios físicos: pessoal e material). Assim sendo, temos: em nível menos elevado e correspondente às unidades de combate, os Serviços; acima destes, correspondente ao nível T.O., a Logística; e, finalmente, em nível ainda mais elevado, incluindo a totalidade dos recursos da nação para a guerra, temos a Economia Nacional. Mas cada escalão abrangendo o menos elevado.

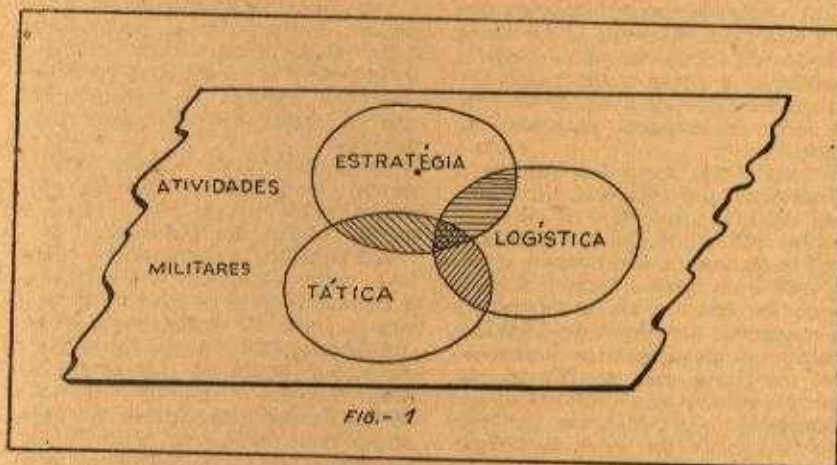


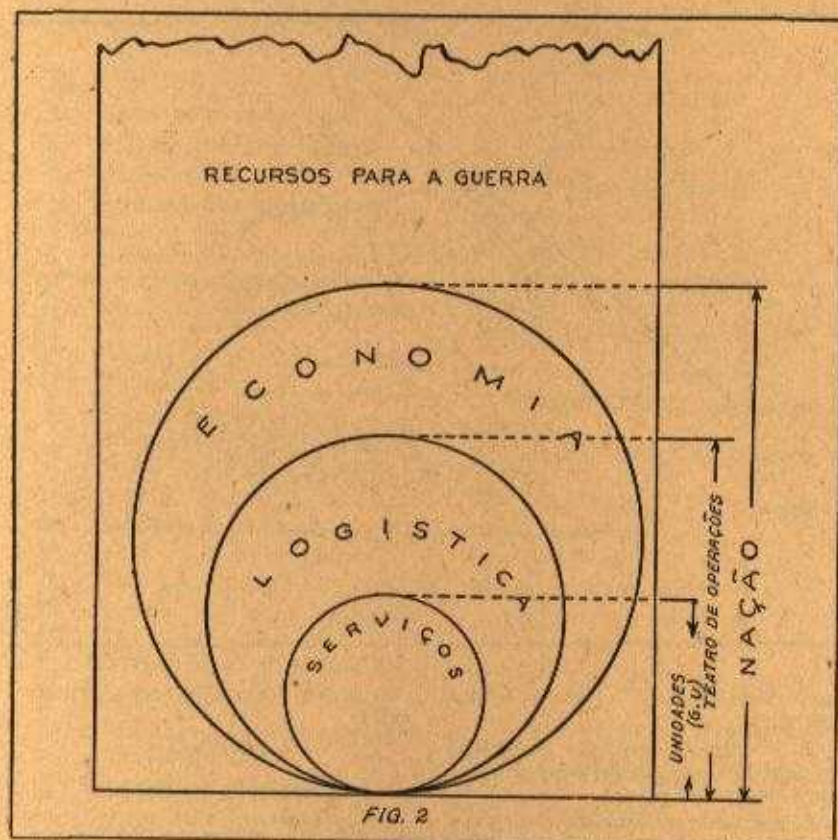
Fig. - 1

Por isso ainda incluímos este item em nossa palestra. E como tratamos de fixar uma posição, nada melhor que apelar para os "planos de referência". A figura 1 nos indica a posição da Logística no "plano das atividades militares".

Ao lado da estratégia e da tática, constituem a trilogia da arte da guerra. Mas se há assuntos que se situam de maneira nítida num dos três ramos componentes da arte da guerra, outros há, entre-

Quando às posições relativas da logística e da administração, a figura 3 procura concretizar o que foi explicado no item anterior,

Os conceitos acima expostos aplicam-se a qualquer das Forças Armadas. Porém é fácil conceber que, sendo diferentes, em alguns dos seus aspectos, as necessidades peculiares a cada uma delas e os meios empregados, também devem ser diferentes seus processos es-



pecíficos. Daí surge a possibilidade de se classificar a logística em:

- logística das forças terrestres;
- logística das forças navais e
- logística das forças aéreas.

Do mesmo modo, a aplicação da logística tanto pode ser no campo da tática como da estratégia. Daí, se pode, também, conhecer uma logística tática e uma logística estratégica; ou, melhor, logística aplicada à tática e logística aplicada à estratégia.

E agora, quando já se fala numa estratégia nacional, que se vem colocar ao nível ou superpor-se à política de guerra, já se fala, também, em uma logística nacional, que viria colocar-se no mesmo nível ou sobrepor-se ao conceito de

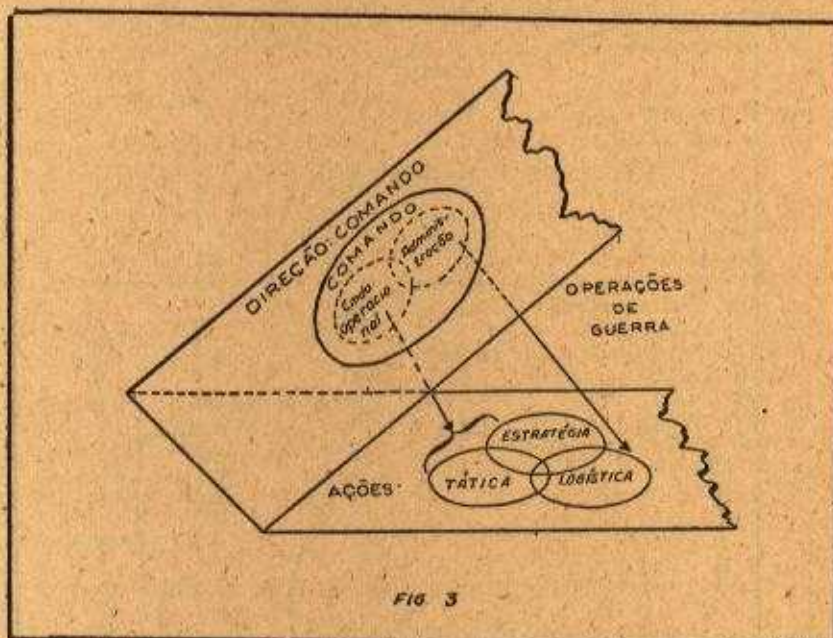
economia. Neste caso, em lugar daquela sucessão de "Serviços — logística — economia", teríamos:

- logística militar e
- logística nacional.

Encerrando esta parte da nossa palestra, em anexo, transcrevemos todas as atividades atualmente abrangidas na definição de logística, segundo um Relatório publicado pelo Gen. Le Roy Luttès. (Anexo).

Comparando o que aí se contém com as atividades inicialmente abrangidas pela logística, duas observações temos a fazer, porque para outras não nos resta tempo:

1ª — (plagando uma frase pitoresca de um dos nossos progra-



mas radiofônicos): "isto é muito grande".

2ª — imensa evolução do objeto da logística, do conceito de Jomini para os nossos dias.

É isso uma consequência da evolução da guerra em todos os sentidos. Já é chamada de "total", mas continua ampliando seus domínios. Em relação ao homem, primeiramente a logística — para o manter nas melhores condições de emprego — tratou apenas do seu físico (alimentação, alojamento e transporte de utilidades que o podiam sobrecarregar — criação dos trens e separação das Armas dos serviços por Gustavo Adolfo e a instituição dos "trens de artilharia" e de engenharia por Napoleão); em seguida, passou a tratar do seu espírito para elevação do seu moral; e finalmente, no mesmo sentido, passou a cuidar da mente do homem. Daí a grande ampliação do objeto da Logística, cumprindo suas finalidades, estabelecidas desde seu primeiro conceito.

E a evolução, por certo, prosseguirá...

ANEXO

ATIVIDADES LOGÍSTICAS

(Do Relatório do Gen. Le Roy Luttres — "Logistics in World War II")

1 — Aperfeiçoamento do equipamento:

- Pesquisas científicas;
- Características militares;
- Informações técnicas;
- Projetos;
- Especificações;
- Protótipos;
- Experiências e testes;
- Estandardização.

2 — Suprimentos:

- Determinação quantitativa das necessidades em equipamentos e suprimentos;
- Obtenção das munições.

3 — Distribuição:

- Contrôle do estoque;
- Requisições;

- c) Aquisição e controle dos itens críticos;
- d) Expedição.
- 4 — *Armazenamento*:
 - a) Recebimento e embarque;
 - b) Depósitos;
 - c) Empacotamento e encaixotamento;
 - d) Manutenção e reparação de equipamentos e suprimentos;
 - e) Funcionamento dos armazéns;
 - f) Recolhimento e aproveitamento dos resíduos.
- 5 — *Transporte de tropas e de carga por avião. Estrada de Ferro, rodovia e navios*:
 - a) Trabalho portuário;
 - b) Controle de tráfego.
 - c) Áreas de permanências;
 - d) Frete e embarque;
 - e) Preparativos para o movimento interno e de ultramar;
 - f) Documentação de embarque.
- 6 — *Estabelecimentos*:
 - a) Projeto, construção, reparação e manutenção de:
 - Alojamentos para tropa;
 - Centros de treinamento;
 - Aeroportos;
 - Portos;
 - Depósitos;
 - Rodovias;
 - Ferrovias;
 - Hospitais;
 - Empresas de comunicações (transmissões);
 - Fábricas de manufaturas e de montagem;
 - Usinas de energia;
 - Serviços de águas e esgoto.
 - b) Serviços públicos (energia, água, esgoto);
 - c) Aquisição e aluguel de bens;
 - d) Aproveitamento dos imóveis excedentes;
 - e) Inspeção, reprodução e fornecimento de mapas.
- 7 — *Comunicações*:
 - a) Telefone;
 - b) Rádio;
 - c) Telégrafo;
 - d) Serviço Postal.
- 8 — *Serviço de Saúde*:
 - a) Evacuações;
 - b) Hospitalização.
 - c) Medicina preventiva;
 - d) Serviço dentário;
 - e) Serviço veterinário.
- 9 — *Serviço do pessoal*:
 - a) Recrutamento, instalação e recepção;
 - b) Classificação, distribuição e registro;
 - c) Necessidades e disponibilidades do pessoal;
 - d) Prisioneiros de guerra;
 - e) Polícia militar;
 - f) Assistência espiritual;
 - g) Justiça militar;
 - h) Proteção aos bens do pessoal;
 - i) Advocacia dos negócios do pessoal;
 - j) Locais de diversão.
- 10 — *Finanças*:
 - a) Orçamento;
 - b) Contabilidade;
 - c) Pagamento do pessoal;
 - d) Dotações e benefícios;
 - e) Transferências de fundos;
 - f) Contas de depósito;
 - g) Estabelecimentos bancários;
 - h) Seguro.
- 11 — *Justiça*:
 - a) Justiça militar;
 - b) Reclamações;
 - c) Litígios.
- 12 — *Tropas de serviços*:
 - a) Necessidades;
 - b) Instrução de unidades e de especialidades;
 - c) Mobilização e desmobilização.

DA CAMUFLAGEM NAS POSIÇÕES DA ARTILHARIA DE COSTA MOTORIZADA

Cel. NEWTON FRANKLIN DO NASCIMENTO

I — INTRODUÇÃO



O vocábulo *camuflagem* é um galicismo que fomos obrigados a introduzir em nossa linguagem militar para distingui-lo da expressão *disfarce*, que

tem sentido militar menos preciso. Com efeito, *camuflagem* é o ato de dissimular no terreno, por meios naturais ou artificiais, qualquer posição ocupada com todo seu pessoal, material e equipamentos, enquanto a expressão *disfarce*, conquanto semelhante, possui um significado mais geral e até burlesco, qual seja o ato de disfarçar a voz, tornando-a voz de falsete, além de outros exemplos, inclusive nos animais, como no caso do camaleão e outras espécies de lagartos (lei do mimetismo).

O tema CAMUFLAGEM, na artilharia de costa motorizada, é muito antigo, mas nem sempre obedecido, não obstante as graves consequências que disso possam resultar na guerra.

Por ser um assunto muito vasto, vamos apenas resumir-lo, dentro de nossas fracas possibilidades, até que seja publicado o respectivo MANUAL, já elaborado pela Diretoria de Armas.

PRINCÍPIOS GERAIS

Os princípios em que se baseia a camuflagem são uma consequência lógica da necessidade que tem

o combatente de escapar da observação inimiga, cujos meios de investigação são de duas naturezas: a observação terrestre e a observação aérea, sendo que os meios de ação progridem dia a dia, sobretudo os da segunda espécie.

Por isso, o cuidado máximo de qualquer combatente é o de tornar invisível as posições que ocupe, durante o maior tempo possível, de modo que o inimigo fique sempre na incerteza do valor e da localização destas mesmas posições.

Disso resultam os seguintes princípios, cujo enunciado nunca é demais repetir:

a) no terreno, procura-se confundir a uniformidade com os contornos indecisos, tanto no conjunto, como nas partes que compõem o todo; para isso, é recomendável evitar abrigos de relevo exagerado, as arestas vivas e cores diferentes às do meio natural (princípio da obediência ao mimetismo).

b) a dissimulação do material, pelo emprego das cobertas naturais ou da camuflagem, é obrigatória tão logo se ocupem as posições;

c) sempre que possível, são construídas falsas posições, de que já tratamos em artigo anterior;

d) é necessário que se estabeleça uma rigorosa disciplina nas posições, para não se revelarem os trabalhos e os órgãos a que se destinam;

e) a utilização de cobertas naturais, como sejam bosques, casas, posições abandonadas, locais à beira de estradas, é feita sem modificar o aspecto primitivo do terreno e do que nele exista;

f) a camuflagem aplicada sem discernimento torna-se mais prejudicial do que útil; após a conclusão dos trabalhos que se pretendem camuflar, é imprescindível que o local mantenha o mesmo aspecto que tinha antes; por isso, é preciso respeitar, tanto quanto possível, a forma e o aspecto do terreno, evitando tôdas as causas de colorações anormais, harmonizando-se a cor de camuflagem a dos objetos circunvizinhos.

MEIOS DE CAMUFLAGEM

Na camuflagem utilizam-se *meios naturais*, que são os melhores, e *meios artificiais*.

Os *meios naturais* são as ervas rasteiras, sobretudo as leivas de grama, obtidas tão longe quanto possível do local a camuflar; os ramos de árvores, de espessura suficiente e as árvores plantadas de modo que não modifiquem o aspecto da posição.

Os *meios artificiais* são múltiplos e obedecem todos todos ao princípio do *mimetismo*. Dentre estes meios, citaremos os seguintes:

- emprêgo de tintas que evitem modificações na coloração natural do material e locais ocupados;

- uso de painéis, telas, rédes e outros artificios que a habilidade dos ocupantes das posições podem criar;

- utilização inteligente de casas, abrigos, das estradas já existentes e construção de estradas artificiais por meio de painéis devidamente coloridos, etc.

Enfim, existe uma variedade imensa de meios artificiais, cujo emprêgo deve ser previsto pelo comandante da artilharia de costa motorizada no Plano de Organização da Posição.

PLANO DE ORGANIZAÇÃO DA POSIÇÃO

Os trabalhos de organização de uma posição de artilharia de costa motorizada devem ser dissimulados, desde seu planejamento, bem como durante a execução dos trabalhos e após, nas fases de seu aproveitamento, isto é, antes, durante e depois do combate.

Uma vez determinadas e balizadas as posições das peças e as direções de tiro, o comando estabelece o plano dos trabalhos a executar no terreno.

Consoante estabelecem os manuais da artilharia de costa, especialmente o C 4-5, os itens do plano de trabalho podem ser os seguintes:

- trabalhos de camuflagem a executar;

- regras de circulação nas proximidades e no interior da posição e postos de vigilância a estabelecer, para fazê-las respeitar;

- natureza e número dos trabalhos a realizar na posição (comunicações, P.C., P.O., Cm. T., E.L. e respectivas bases, abrigos de pessoal, alvéolos e nichos de munições, etc.);

- dimensões aproximadas e natureza de todos os elementos constitutivos da posição;

- ordem de urgência dos trabalhos;

- constituição das equipes respectivas, discriminando o número e locais dos canteiros de trabalho; materiais necessários por ordem de urgência; local do depósito dos materiais a empregar e respectiva camuflagem;

- organização da defesa local, de que já tratamos, sumariamente, em artigo anterior;

- balanço completo dos materiais a empregar, inclusive ferramenta e organização dos pedidos a encaminhar ao escalão superior, caso sejam precisos meios suplementares.

ORDEM DE URGÊNCIA — PROGRESSÃO DOS TRABALHOS

A ordem de urgência e progressão dos trabalhos é a seguinte (Vide C 4-5) :

1° — *Camuflagem* da posição, idem das suas proximidades e, de modo especial, das pistas, para estabelecer-se, desde logo, a *disciplina de circulação* ;

2° — melhoramentos a realizar no local, a fim de que facilitem o acesso às posições e execução do tiro ;

3° — estabelecimento das comunicações (telefone, rádio, etc.)
Cm. T., P.O., abrigos de pessoal e

municiões, cujo acabamento e melhoria prosseguem dia a dia.

Como se verifica, a ordem de urgência dos trabalhos resume-se a muito pouco : *camuflagem* — *disciplina* — *execução do tiro* — *proteção* (do material e pessoal).

São poucas palavras, mas resumem muita coisa. Por isso, seja-nos permitido, para não alongar em demasia nosso modesto estudo, que o finalizemos hoje, deixando para outra oportunidade o importante tema que se resume naquelas palavras e cujo título poderá ser o seguinte : *organização e construção das posições na artilharia de costa motorizada*.



O CANHÃO NORTE-AMERICANO 105 mm SEM RECUO

Da publicação norte-americana "Infantry School Quarterly"

Tradução de "Ejército"

Traduzido, data vênica, e condensado pelos Maiores CESAR GOMES DAS NEVES e HIRACLIDES DE ARAUJO NELSON



ARMA mais moderna de nossa Infantaria é o canhão M-27, de 105 mm, sem recuo. O seu aparecimento é tão recente que ainda não foi possí-

vel determinar qual o seu lugar no Regimento. Por suas características, pode perfurar a blindagem de qualquer carro conhecido.

O canhão propriamente dito pesa 260 k e possui um alcance de 7.475 m, embora a alça de que está dotado para a pontaria direta seja graduada até 2.430 m.

Ao adaptar o canhão de 105 mm às nossas necessidades atuais, prevêem as instruções que seja montado em alguma viatura ou carreta das atualmente em uso. Com modificações relativamente pequenas, poderão ser utilizados o "jeep" e o "Weasel" (viatura anfíbia). Em qualquer dos casos, obtém-se uma peça ligeira autopropulsada. O peso total que se coloca sobre o "Jeep", incluindo a peça, a munição e o pessoal, é, aproximadamente, de uns 675 k. Isto sobrecarrega consideravelmente a viatura, que necessita, portanto, de uma suspensão traseira devidamente reforçada.

Adaptou-se também ao veículo um forte eixo traseiro, embora não seja imprescindível. Um "jeep" empregado na fase de experiência com um canhão sem recuo de 105 mm, percorreu mais de 1.600 km sobre todo o tipo de terreno em que, normalmente, esta viatura terá que se deslocar. Este

"jeep" tinha o eixo posterior semelhante ao de qualquer viatura igual a ele; entretanto, não se apresentaram problemas especiais originados pelo excesso de carga.

Se, por qualquer circunstância, a viatura ficar imobilizada, o canhão, embora por pouco tempo e como solução de emergência, poderá ser montado sobre qualquer "jeep". A peça adapta-se à viatura por meio do reparo M-75, facilmente ajustável à parte posterior do "jeep", depois de tirado o assento colocado neste lugar. Também se instala um dispositivo em forma de "A", na parte anterior da viatura, com o objetivo de imobilizar e servir de ponto de apoio ao canhão nos deslocamentos da viatura.

Os dois tipos de viaturas citados apresentam certas restrições, uma das quais é a pequena quantidade de munição que podem transportar. Depois de colocados os dispositivos especiais, o "jeep" e a viatura anfíbia só poderão conduzir, respectivamente, quatro e oito tiros completos. Dêste modo, ressalta a necessidade da utilização de uma segunda viatura para cada canhão, a fim de servir de meio de tração para um reboque de munição. Com esta finalidade, foi proposto um "jeep" e um reboque de um quarto de tonelada.

Também adotou-se, para este canhão sem recuo, uma carreta sobre duas rodas, rebocada, denominada carreta M-22. Com o canhão montado e pronto para abrir fogo, pesa uns 450 k, podendo ser des-

tuido pela luneta M-90-C, de 3 aumentos. A forma do retículo é essencialmente igual aos outros tipos, com seus fios central e verticais e horizontais, que servem de indicadores de distância. Cada segmento vertical e o espaço entre eles é equivalente a uma variação em alcance de 90 m. As distâncias, expressas em jardas, estão indicadas por números. Do mesmo modo, cada segmento e o espaço entre os mesmos equivalem, em sentido horizontal, a uma variação em direção igual a cinco milésimos. As linhas cruzam o retículo em intervalo de distância de 180 m.

Não se deve pôr de lado as possibilidades de ser este canhão sem recuo empregado contra objetivos terrestres. Sua precisão e as características da munição o tornam eficaz contra os abrigos de peças, ninhos feitos com troncos e terra, covas ou grupos de pessoal. Além da luneta para a pontaria direta, possui também esta peça um sistema que permite executar a pontaria indireta, com a particularidade de que este sistema pode ser utilizado na contaria direta a distâncias superiores a 2.430 m, que é a graduação máxima materializada na luneta de pontaria.

Em relação a outro tipo de ma-

terial, trata-se de um canhão ligeiro e facilmente transportado por via aérea, quando instalado sobre o "jeep", viatura anfíbia modificada, ou sobre a carreta M 22. Também pode ser lançado por intermédio de pára-quedas.

O canhão sem recuo de 105 mm, montado sobre o "jeep" ou sobre a viatura anfíbia, não representa o fim do problema planejado pela necessidade de um material anti-carro dentro do batalhão. As viaturas tem certas limitações com os problemas mecânicos e de treinamento peculiares a estes veículos.

O tubo tem certas desvantagens, sendo a principal o seu peso excessivo que dificulta o transporte a braços. Outro inconveniente é a falta de um reparo para sua utilização sobre o solo. Entretanto, apesar de tudo, constitui uma arma potente para a infantaria. Reune condições de precisão, funciona regularmente e sua potência é extraordinária. Trata-se de um tipo de canhão que inspira confiança a todos os que estão sob o seu apoio. E todos terão a certeza de participar do combate com segurança, se tiverem a sorte de dispor deste canhão, capaz de destruir qualquer carro médio que esteja dentro do seu alcance.



TREINAMENTO FÍSICO — PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO E JULGAMENTO

(EXPERIMENTADOS COM SUCESSO NA A.M.A.N.)

Cop. ESTEVAM MEIRELES

GENERALIDADES

a) O exame físico se destina a verificar se o candidato satisfaz determinados índices ou se, com a instrução, atingiu níveis excelentes de treinamento desejáveis.

b) É preciso selecionar provas que permitam verificar simplesmente a aptidão física e a posse de qualidades morais, como espírito de luta, amor próprio, resistência e fibra. E torna-se necessário selecionar provas nas quais prepondera o grau de destreza física do executante, qualidade mais difícil de ser adquirida, pois repousa na posse de meios físicos altamente desenvolvidos. Aqui, o estilo (o "geito") vai influir poderosamente nos resultados.

O treinamento físico procura desenvolver os meios físicos de que o homem dispõe, dá-lhe consciência da posse dos mesmos e o ensina a utilizar-se inteligentemente destes recursos, faculdade que, em última análise, se denomina destreza e é o principal fim dos exercícios físicos: o desenvolvimento em alto grau da destreza física.

Dois tipos de verificação podem ser realizados: (1) uma verificação composta de provas que não exigem habilidade física anteriormente desenvolvida, para examinar o estado e desenvolvimento dos meios físicos. (2) uma verificação composta de provas para examinar também a posse das habilidades físicas fundamentais.

c) O julgamento dos resultados deverá permitir uma classificação dos instruídos em *insuficientes* (abaixo do mínimo); *regulares* (índices mínimos); *bons* (valores médios) *muito bons* e *excelentes*.

Verificações e Provas.

(1) *Teste de aptidão física.* Consta de 5 provas: I — Apoio estendido na barra horizontal, flexão dos braços até o queixo, aflorar por cima (força e resistência dos músculos flexores dos braços). II — Afastamento para frente, agachado num calcanhar, dedos das mãos entrelaçados sobre a cabeça; saltar e agachar sobre o outro calcanhar (força e resistência dos músculos extensores das pernas). III — Apoio de frente sobre o solo, flexão e extensão dos braços (força e resistência dos músculos extensores dos braços). IV — Deitado de costas, pernas estendidas e afastadas de aproximadamente 0,30, dedos das mãos entrelaçados na nuca, com um apoio nos pés; flexão e rotação do tronco até tocar com o coto-

TESTE DE APTIDÃO



I - Barra



II - Congurô



III - Braço



IV - Alalahô (2 minutos)



V - Corrida (300 ms)

velo o joelho oposto e tornar a deitar (força e resistência dos músculos abdominais e lombares) no prazo de 2 min. V — Corrida de 300 m em pista de 60 m, contornando-se cada vez balizas de 0,50 de altura cravadas no solo; percurso feito em 5 etapas de 60 m (teste de velocidade e agilidade). As provas são feitas na mesma sessão de trabalho e é permitido um repouso de 5 minutos entre a realização de cada exercício.

O cadete só é submetido a este exame físico durante o 1º ano, e ao fim do 2º e 4º mês de instrução. O 3º exame físico do 1º ano consta das provas práticas, as quais já vão depender, em grande parte, das habilidades desenvolvidas até a época; em suma, da destreza física.

(2) *Provas práticas.* Correr: velocidade e resistência; Saltar: em altura, em distância, em profundidade; Levantar e transportar um companheiro; Lançar: o peso de 5 quilos; Tregar: corda e barra; Flexibilidade-Equilíbrio-Destreza: exercícios acrobáticos (4 exercícios escolhidos, de acordo com o grau de progresso na instrução).

O exame físico através destas provas práticas se inicia no 1º ano e vai até ao 3º ano. Os índices a atingir é que são progressivamente dificultados. Visando examinar outras qualidades que a instrução física militar deve desenvolver, são procedidos ainda: Corrida rústica (3.000 m para o 1º ano e 4.000 m no 2º ano) em tempo. Aplicações Militares (2º e 3º anos). Pista com 7 obstáculos em tempo, cadete equipado.

O que a experiência mais aconselhou na administração dos exames físicos através das provas práticas (habilidades fundamentais) é o seguinte:

1. Seja tomada a melhor marca conseguida pelo cadete;
2. Fazer-se um primeiro exame com o fito principal de classificação homogênea dos instruídos e conhecerem-se as deficiências físicas dos mesmos;
3. As marcas obtidas pelo instruído na instrução normal devem ser consideradas para melhorar a sua classificação;
4. Os cadetes com índices excelentes devem ser dispensados da prática formal da educação física e encaminhados ao treinamento desportivo sob a orientação de instrutores capacitados para tal, ou então livremente, só obedecendo a um plano de treinamento.

Assim sendo, a instrução passa a contar com a participação plena do instruído que estará se treinando e lutando sempre por uma melhor classificação. O exame físico será das reais qualidades do executante, sem o prejuízo dos fatores emocionais do exame ou outros fatores ocasionais (indisposição, estudo, serviço, etc.).

Gabaritos para julgamento. (Aprovados pelo Cmt. do Corpo de Cadetes — Programa Geral de Ensino Militar — 1952).

Os graus de referência para organização de gabaritos que permitirão julgar e dar um grau ao cadete são os seguintes:

Provas Práticas (Habilidades Fundamentais)

PROVAS	GRAUS DE REFERENCIA						OBS.
	0 (zero)	3 (três)	6 (seis)	9 (nove)	10 (dez)	Barema de 3.0 a 10.0	
100 m	Mais de 15" Mais de 14"	15" 14"	14" 13" 5	13" 2 13" 0	13" 0 12" 8	1º ano 2º e 3º anos	
1.500 m	Mais de 6' 40" Mais de 6' 30"	6' 40" 6' 30"	6' 30" 6' 00"	6' 00" 5' 40"	5' 40" 5' 30"	1º ano 2º e 3º anos	
Salto em altura	Menos de 1.15 m Menos de 1.20 m	1.15 m 1.20 m	1.25 m 1.35 m	1.35 m 1.45 m	1.40 m 1.50 m	1º ano 2º e 3º anos	
Salto em distância	Menos de 4.00 m Menos de 4.50 m	4.00 m 4.50 m	4.50 m 4.75 m	5.00 m 5.25 m	5.25 m 5.50 m	1º ano 2º e 3º anos	
Corda só c/braços: Partir sentado	Menos de 3.00 m Menos de 3.50 m	3.00 m 3.50 m	3.50 m 4.00 m	4.00 m 4.30 m	4.30 m 4.30 m e apoio	1º ano 2º e 3º anos	
Barra	Não	Sim 1 oitava	Sim 2 oitavas	Sim 3 oitavas	Sim 4 oitavas	Seguidas (só o 1º ano)	
Ex. acrobáticos	Não	Sim 2 exerc.	Sim 3 exerc.	Sim 4 exerc.	Correção	2º e 3º anos	
Levantar e trans- portar	Mais de 40"	40"	30"	25"	20"	1 comp. do solo (só o 1º ano)	
Lançar peso de 5 k (soma)	Menos de 12 m Menos de 14 m	12.00 m 14.00 m	14.00 m 17.00 m	16.00 m 19.00 m	18.00 m 20.00 m	1º ano 2º e 3º anos	

Administração dos exames físicos.

(1) *Teste de aptidão física* — As provas são individuais, sua realização é fiscalizada, quanto à correção, por um juiz; os resultados obtidos são registados no cartão do executante pelo anotador. Este último contém o número total de execuções do exercício, o juiz apenas assinala o número de execuções incorretas. O resultado anotado na ficha é o número de execuções corretas. As funções de juiz e de anotador de preferência devem ser desempenhadas por homens mais categorizados que os executantes. Sendo impossível tal situação, podem-se colocar os próprios executantes nas funções mencionadas. Os homens trabalham em equipes de três: um juiz, um anotador e um executante; revezando-se eles nas funções após cada execução. De qualquer forma, é importante que os julgamentos sejam rigorosos e uniformes. A técnica perfeita para a realização dos exercícios deve ser demonstrada antes, apontando-se os erros de execução mais comuns. Os executantes poderão mesmo fazer algumas tentativas antes de começar o exame. Deve ser dado um período de descanso de cinco minutos, no mínimo, entre a realização de cada exercício. A 4ª e a 5ª prova, feitas em tempo, exigem um cronometrista.

No "alalahô", ele comandará o início e o fim, do exercício, devendo assinalar o tempo de 20 em 20 segundos. Na corrida de 300 m, ele se colocará perto da chegada e a partir de 52 segundos passará a anunciar o tempo; assim: 52 — meio — 3 — meio — 4 — meio, etc., etc. O juiz vai verificar com que tempo o executante atinge a linha de chegada. O anotador aponta o resultado na ficha.

Mais detalhes para realização das provas encontram-se nas "Notas sobre o Treinamento Físico Militar" do Dep. de Ed. Fis. da A.M.A.N. — 1951.

(2) *Provas práticas* — De realização já conhecida, pois é o tipo de exame físico que temos feito até hoje. Aqui na A.M.A.N., elas são realizadas em três dias consecutivos:

1º dia — 100 m e salto em distância.

2º dia — Corda — salto em altura e peso;

3º dia — Acrobático ou L.T. — 1.500 m.

O julgamento para os exercícios acrobáticos é o seguinte: resultado sim ou não, provas: *parada de três apoios, rolamento simples* com a mão na nuca em 15 metros, *salto em profundidade* de 3,00 m, *salto de preze* sobre um cavalo de pau a 1,30 m de altura.

EXPEDIÇÃO DE "A DEFESA NACIONAL"

AVISO AOS SRS. REPRESENTANTES E ASSINANTES

A Diretoria desta Revista, ciente das numerosas reclamações que ultimamente lhe vêm sendo feitas sobre a irregularidade de distribuição dos exemplares dos seus sucessivos números, avisa que, em entendimento com os serviços postais, ficou deliberado fazer a expedição de todos os seus exemplares em *porte registrado*, providência que se iniciou com o número de março último e com a qual espera regularizar definitivamente a questão da distribuição.

Outrossim, solicita aos Srs. Representantes o favor de divulgarem o mais possível esta deliberação entre os camaradas assinantes efetivos ou potenciais.

Antecipadamente grata.



PSICOLOGIA DO POVO BRASILEIRO

FERNANDO DE AZEVEDO

Não é somente pelas particularidades de sua vida, de seus costumes, de sua língua e de suas instituições que um povo ou, mais geralmente um grupo humano se distingue dos outros. É também pelo seu temperamento e caráter coletivo. Produto de grande variedade de fatores, geográficos, étnicos, econômicos e sociais, dos quais os dois primeiros têm um papel importante, mas não preponderante, na sua formação, o caráter coletivo é uma síntese de elementos os mais diversos, concordantes e resistentes, que se combinam ou tendem a combinar-se, marcando a fisionomia original de um povo ou nação. "Um temperamento coletivo ou individual, frisa E. Durkheim, é coisa eminentemente complexa e não poderia ser traduzida numa simples fórmula.

O caráter, nos grupos como entre particulares, é o próprio sistema de todos os elementos mentais; é o que faz a sua unidade. Mas essa unidade não se prende simplesmente à preponderância, mais ou menos marcada, de tal ou qual tendência particular". Não é, pois,

generalizando observações de indivíduos, mas analisando o meio natural e, mais do que este, o meio humano, as instituições e a revolução histórica e social de cada povo, que se torna possível reconstituir, ao menos nos elementos fundamentais, o seu caráter, — "explicável ele mesmo não por uma causa única, geográfica ou racial, mas por uma convergência de influências múltiplas". As grandes forças naturais, como o meio físico, o clima e a raça, modelam, de fato, profundamente, um povo no momento em que sua alma é virgem ainda; e, prolongando sua ação ao longo da história, observa Boutmy, são capazes, através das modificações do meio humano, de perpetuar os traços hereditários que imprimiram desde o princípio às primeiras gerações. Mas, à medida que a civilização se desenvolve, as forças sociais pesam mais sobre o caráter das nações do que as forças naturais que tiveram um papel de importância primordial nas suas origens e na sua formação. Se, pois, a alma de um povo não é uma "essência eterna", alguma coisa de

imutável e definitivo; se os caracteres que a compõem estão numa perpétua transformação, a análise do caráter coletivo, tão complexo por natureza, sujeito a influências tão diversas e, por isso mesmo mudável com as modificações no sistema de instituições, no interior de cada povo, deve concentrar-se na pesquisa dos hábitos e tendências mentais "suficientemente persistentes e suficientemente gerais".

A complexidade de um caráter coletivo, a variedade de influências que concorreram para o modelar e esse fato de que também ele é suscetível de se transformar bastariam para mostrar as dificuldades que se levantam a quem se proponha, não digo a esboçar um quadro sistemático e explicativo do caráter brasileiro, mas a fixar-lhe um certo número de traços, recolhidos em observações e estudos e do qual se desprenda uma impressão de conjunto.

A leitura dos autores que estudaram a psicologia dos povos nos faz reconhecer quanto é difícil, nessa matéria, chegar a uma precisão. Mas, na análise da psicologia do povo brasileiro, o estudo da etologia coletiva se encrespa de dificuldades tanto maiores quanto os traços que o caracterizam se apresentam com essa imprecisão natural dos povos jovens que, não tendo atingido a sua maturidade, ainda não chegaram a afirmar os seus aspectos distintivos e a realizar a fusão harmoniosa dos diversos elementos mentais que entraram na sua composição. Que já temos um caráter próprio, uma feição particular, uma personalidade viva e, a certos respeito, marcada, não há dúvida; mas, além de alguns elementos básicos, mais facilmente definíveis, o que há de vago e de impreciso, de flutuante e variável, em outros traços psicológicos, torna essa psicologia, em muitos pontos, senão inabordable, ao menos rebelde a uma análise segura e penetrante. As monografias e os estudos feitos anteriormente, devidos a vários autores, pensadores e sociólogos, não nos fornecem elementos suficientes para uma psicologia política e social do povo brasileiro,

tanto nos traços com que se esboçam por defini-lo, — transitório porque são antes ligados a fases diversas de nossa evolução e tendem a desaparecer com as transformações sociais —, como na sua explicação, quase sempre ligada a condições geográficas e às três raças que concorreram, inicialmente para a constituição do povo brasileiro. Mas, por maior que tenha sido a pressão do meio sobre a raça, no tempo em que quase nenhum produto social se interpunha entre um e outro, entre a raça e o meio, poder-se-á explicar muitas cousas na história de um povo, pergunta C. Bouglé, por essa pressão primitiva? E, por maior que tenha sido, em alguns pontos do território nacional, a mestiçagem de brancos e índios e de brancos e negros, ou a influência de suas culturas respectivas, sobretudo nos três primeiros séculos, poder-se-ão aceitar essas explicações por ativismo, em relação a elementos que se devem menos aos índios ou aos negros do que formas de vida social e tomar, como traços gerais e persistentes, traços peculiares a certos grupos e ligados a diversos estágios de nossa evolução?

Certo, índios e negros não só contribuíram de maneira notável na colonização e conquista do Brasil, como se caldearam, misturando-se com os portugueses, mais intensamente nos primeiros dois séculos e, em proporções variáveis, nas diversas regiões do território. Se o indígena colaborou formidavelmente na obra de devassamento e conquista dos sertões; se ele constituiu, com os mamelucos, nas expressões de Gilberto Freyre, "a grande muralha movediça de carne, que foi alargando no sentido ocidental as fronteiras coloniais do Brasil", foi "a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais e lhe amaciou a terra-séca", exercendo uma função civilizadora, do ponto de vista agrário e econômico. As misturas de brancos e negros, de brancos e índios, como também, mais raramente, de índios e negros, salpicaram de mestiços de todos os tipos e matizes a população branca que devia ter, no

norte, pelo menos 50 % de sangue indígena e que somente no planalto e no sul readquiriu o seu predomínio, restaurando-se nas suas fontes primitivas, com os fluxos das imigrações de origem mediterrânea e germânica. Não se pode, pois, nem do ponto de vista racial, nem do ponto de vista econômico, subestimar a importância dessas contribuições, na composição étnica e na formação da mentalidade do povo brasileiro. Os hábitos físicos e mentais, as concepções da vida e as técnicas do trabalho tinham de forçosamente mudar com os contatos e a interpenetração das três culturas e sob a pressão desses fenômenos "resultantes do contato direto e contínuo de grupos de indivíduos de culturas diferentes, com as mudanças conseqüentes nos padrões originais, culturais, de um ou ambos grupos". Mas, em primeiro lugar, não chegou a completar-se a fusão dessas três culturas e sempre ficou superficial a assimilação de índios e negros pela cultura ibérica, predominante em todos os pontos, mantendo-se a discordância profunda que dissimulam compromissos variados e constituindo-se indígenas e negros à margem das duas culturas: as de origem, que esqueceram e de que perderam as características e a cultura dominante em que não foram completamente integrados. Além disso, certos elementos que se supõem constitutivos do caráter coletivo, como a tristeza, a frouxidão, a lubricidade, tão longe estão de provirem do negro quanto, do aborígene, a dissipação ou desapêgo à terra e o espírito de aventura, que se procura explicar por atavismo, como uma herança dos índios americanos. O que teve de perniciosa a influência do negro, na vida e formação social do povo brasileiro, foi devido menos à raça do que à sua condição de escravo, como já observara Joaquim Nabuco, quando afirmava não ser a raça negra o mau elemento da população, mas "essa raça reduzida ao cativeiro". Essa mesma "apagada e vil tristeza", que Ronald de Carvalho considera como resultante das "duas melancolias imensas", a do negro e a do índio escravizados

e que tanto, a seu juízo, iriam pesar no caráter do povo, não mergulha as raízes nos africanos, que antes comunicaram à nossa vida doméstica uma nota de alegria e cujas reservas extraordinárias de alegria e robustez lhes permitiram tolerar bem, escreve Gilberto Freyre, "o ramerrão tristonho da lavoura da cana, em que falharam os índios".

No seu livro Retrato do Brasil, — um ensaio sobre a tristeza brasileira, segundo a classificação do próprio autor ("o mais feio retrato que o Brasil podia esperar de um filho seu") —, Paulo Prado assinala na luxúria e na cobiça dois traços principais do caráter brasileiro. São eles, na sua opinião, que caracterizaram, no tempo, os nossos antepassados; e deles, da paixão genésica que fatigou o português e o índio e da fome de ouro, em que se lhes cristalizou a alma no século XVIII, é que resultou "a tristeza da nova raça a que o africano veio trazer a sua colaboração doentia, como exilado e como escravo". O brasileiro, — observa, porém, Humberto de Campos, numa página de grande lucidez —, "não é absolutamente um povo triste, nem tem de onde lhe venha esse mal. O português é jovial, festeiro, comunicativo. Provam-no a alegria de seus vilarejos e os seus folguedos campestres, em que predominam os ballados nacionais. E o nosso índio não o era menos. As suas festas eram bulhentas, tumultuosas e duravam dias, às vezes semanas. O nosso indígena, isoladamente, acrescenta o ilustre escritor, era de fato taciturno. Mas ser taciturno não é ser triste. A taciturnidade é uma das características dos povos caçadores e torna-se um hábito pelas próprias exigências da ocupação. O silêncio e a quietação não significam, assim, tristeza, que só pode vir do desgosto da vida. Os nossos selvícolas viviam satisfeitos de sua condição. E considerando-se instintivamente felizes, viviam alegres, mesmo porque a tristeza, como nós a definimos, só pode nascer de um confronto de destinos e da certeza de inferioridade, tirada desse confronto". Os cinco diversos traços

psicológicos com que, por seu lado, A.A. De Melo Franco caracteriza a civilização brasileira, marcando-a para sempre com a sua influência, não são gerais e persistentes, nem também, como os classifica o autor de "Conceito de civilização brasileira", resíduos tipicamente afro-indios, isto é, elementos constitutivos das culturas inferiores, assimilados pela raça branca. A imprevidência e a dissipação, o desaprêço pela terra, a salvação pelo acaso, o amor à ostentação e o desrespeito pela ordem legal, que éle atribui aos nossos antepassados tupis-guaranis ou aos negros, — uma herança que nos ficou no sangue e na alma —, são antes, na justa observação de Miranda Reis, características de um estágio determinado da evolução de um povo, como o desaprêço da terra, ou do atraso mental das massas populares, como o misticismo nas suas diversas modalidades e, sobretudo, nas formas que reveste, nas camadas inferiores, do sentimento do acaso, do jôgo e de toda espécie de superstições.

Certamente, ainda está por estudar (se é que ainda venha a ser estudado um dia), com mais rigor científico, o resultado do encontro das três culturas iniciais e da fusão das três raças, branca, vermelha e negra que entraram na composição primitiva do povo brasileiro. A raça não deixa de ser um fator importante. Esses numerosos cruzamentos que se verificam, sobretudo durante os três primeiros séculos, entre os elementos raciais, constitutivos de nossa população, puderam passar à alma brasileira certos caracteres desses povos, modificando como modificaram a do conquistador e a do colonizador branco. As transformações, de origem racial, variaram de uma para outra região do território, conforme a maior ou menor percentagem de sangue indígena ou africano que se misturou ao do branco, mas elas se acusam fortemente nas próprias concordâncias ou incompatibilidades existentes entre tal ou qual traço de caráter, entre tal caráter ou tal instituição e nas particularidades que distinguem as populações

do norte e do sul, relativamente suas tendências, aos seus gostos, suas maneiras de ser e de reagir e, portanto, às formas e tipos de seu comportamento. E por isso mesmo, e não só pelas diversidades de paisagens e climas, que a própria homogeneidade do povo brasileiro contrasta com a variedade de formas que apresenta, segundo meios sociais, a sua civilização. Mas, antes de tudo, o contato e a mistura com as raças aborígenes como já faz sentir Sérgio de Holanda, num ensaio vigoroso, não nos alteraram profundamente a herança que recebemos da península ibérica e não nos fizeram tão diferentes de nossos avós de além-mar, como gostaríamos de sê-lo. "De Portugal nos veio a forma atual de nossa cultura: o resto foi matéria plástica que se sujeitou bem ou mal, a essa forma". A argila portuguesa, lançada no molde do mundo americano, então todo por colonizar, saiu, evidentemente, transformada; é sópro sempre poderoso, mas inteiramente novo que animou a estátua antiga. Não nos parece também (e esta é outra consideração preliminar indispensável) que se possa esclarecer o caráter ou predizer o futuro de um grupo humano em função de sua composição étnica. Os fenômenos que nêle se passam, já observou H. Hubert, fenômenos de crescimento, de decomposição, econômicos, religiosos, morais, são fenômenos sociais e não fenômenos peculiares às raças. Além disso, os grupos observáveis são de tal maneira compostos que não é científico procurar distinguir, na sua vida social e mental, a contribuição das aptidões originais de seus diversos elementos, tanto mais quanto esses se misturam, em proporções extremamente desiguais, de uma região a outra, apresentando grande variedade de tipos e subtipos raciais, que não permitem estabelecer, do ponto de vista étnico, "o brasileiro legítimo, autêntico, verdadeiro".

Entre os traços dominantes, um dos mais fortes, e considerado, às vezes, como a própria chave do caráter brasileiro, é o predomínio, na sua estrutura, do afetivo, do irra-

cional e do místico, que se infiltra por todo ser espiritual, amolecendo-lhe ou exasperando-lhe a vontade, conforme os casos e dando-lhe à inteligência um aspecto essencialmente emocional e carregado de imaginação. Certamente, todos os grupos humanos, segundo a lição de Ribot, se formam e se mantêm por uma comunidade de crenças, de opiniões e de preconceitos e é a lógica dos sentimentos que serve para criá-las e defendê-las. Essa lógica sentimental, mais complexa e confusa, que o sábio ignora e de que derivou a lógica científica, racional, embora variável com as condições sociais, desempenhou e desempenha sempre um papel considerável na vida dos grupos. Além disso, se não seria possível essa lógica sentimental no caso em que a consciência individual não se prestasse a ela, — como demonstra Ribot, decompondo o mecanismo psíquico, que torna possíveis esses raciocínios sui-generis de que sentimentos e estados emotivos formam a trama real —, não é menos certo que os estados mentais que constituem a matéria dessas operações são essencialmente coletivos. São crenças, idéias, conclusões relativas à vida futura ou que residem à base da magia e da adivinhação, que tomam formas diversas nas diferentes sociedades, e dentro de uma mesma sociedade, nas diferentes camadas ou classes sociais. Mas, no brasileiro, a sensibilidade, a imaginação e a religiosidade têm uma tal intensidade e força que raramente a cultura consegue dissimulá-las, não concorrendo senão para levantar o afetivo e o místico, de suas formas primitivas e grosseiras, para formas mais altas e delicadas. Essa interferência constante dos sentimentos em nossos juízos e opiniões, as formas de raciocínio emocional, tão frequentes em todas as classes sociais, a facilidade com que se acredita e se propaga tudo que tem de estranho e miraculoso, o desinteresse pelas considerações objetivas, não acusam, de fato, esse fundo afetivo e místico que se traduz ainda na tendência de se pôr e resolver em termos pessoais, de "amigo" e

de "inimigo", os problemas mais concretos, e nessa própria concepção de autoridade fundada sobre a fé sentimental dos homens na superioridade de um chefe ou de um corpo social? É preciso, para compreender esses traços, não esquecer nem as origens do brasileiro, tributário da península ibérica ou, mais particularmente, do português, em todos os domínios, nem o meio em que se formou e se desenvolveu a sua atividade e em que é fácil encontrar, na sobrevivência do estado de alma dos primeiros colonos e na obra apostólica dos evangelizadores, prolongada através de gerações, a explicação da persistência e da vitalidade do sentimento religioso.

Mas, esse sentimento religioso que apresenta, no norte, um caráter mais místico, mais ligado ao dogma, ou inclinado às superstições e ao fanatismo, nas camadas populares e nos sertões, tomou, em geral, uma direção diferente, mais formalista, concentrando-se nas cerimônias, nas práticas e nos ritos religiosos. A religião desenvolve-se livremente, dobrando-se aqui, como por toda parte, às necessidades próprias dessa sociedade nova de senhores de engenho, sertanejos e pioneiros e, portanto, ao gênero de vida que a exploração de um imenso território impõe aos descendentes dos primeiros imigrantes e dos imigrantes novos. Ao contrário, porém, dos Estados Unidos em que o sentimento religioso não parece prender-se demais ao dogma nem lançar-se aos sonhos místicos, e o clero se preocupou sobretudo de "desenrijar e desanuviar a teologia", para lhe reter tudo o que impede à ação, como observa Boutmy, na sua penetrante análise da psicologia do povo americano, a religião, no Brasil, não assumiu essa feição essencialmente ética e prática que lhe imprimiram, naquele país, de um lado, a severidade ascética e a rigidez de costumes dos puritanos, seus primeiros colonos, e, de outro, a mobilidade e a atividade intensas na obra de colonização. É, em todo sistema de vida colonial, escreve Gilberto Freyre, "uma religião doce, doméstica, de relações quase de fa-

mília entre os santos e os homens, que, — das capelas patriarcais das casas grandes, dos templos sempre em festas, batizados, casamentos, festas de bandeira de santos, crismas, novenas —, presidiu ao desenvolvimento social do Brasil. Essa religião "doméstica, lírica, e festiva, de santos compadres, de santas comadres dos homens, de Nossa Senhora madrinha dos meninos", essa confraternização de valores e de sentimentos, da terra e dos céus, não se teria realizado aqui se, como diz Gilberto Freyre, tivesse dominado a nossa formação social outro tipo de cristianismo, "um tipo mais clerical, mais ascético, mais ortodoxo, calvinista ou rigidamente católico". A tendência do brasileiro para a dissolução de todas as hierarquias sociais atingiu, modificando-o e enriquecendo-o de ingenuidade e de espontaneidade, o sentimento religioso, com essa aproximação, quase convívio com os deuses que pareciam, como na idade grega, andar sobre a terra, mais humanizados, na intimidade doméstica dos crentes. Ou por força desse sentimento religioso, com sua espontaneidade rica de simpatia humana, ou pela ação da natureza tropical, deprimindo e esmagando o homem, o brasileiro não é um revoltado, mas um resignado, dócil e submisso às fatalidades físicas e morais, às quais aprendeu a resistir com coragem e subordinar-se sem amargura, quando as reconhece superiores aos seus recursos de defesa e ação. A sua atitude em face da vida, — misto de indulgência, de piedade, e ironia —, é uma espécie de capitulação resignada ao assalto das forças de uma natureza hostil, difícil de dominar, cuja violência ele conhece por experiência própria e que ele se habituou a enfrentar, quase sempre ao desamparo, contando consigo mesmo, nas suas entradas aventureiras, nas suas expedições desbravadoras e nas suas investidas pelo sertão a dentro.

De todos os traços distintivos do brasileiro, talvez um dos mais gerais e constantes, que constitui a sua força e a sua fraqueza a um tempo, o mais atraente e comunicativo, e que o destaca, nos primei-

ros contatos, e mais se acentua, no convívio, é, pois, a sua bondade, que parece brotar da alma do povo, do seu temperamento natural. A sensibilidade ao sofrimento alheio, a facilidade em esquecer e em perdoar as ofensas recebidas, um certo pudor em manifestar os seus egoísmos, a ausência de qualquer orgulho de raça, repugnância pelas soluções radicais, a tolerância, a hospitalidade, a largueza e a generosidade no acolhimento são outras tantas manifestações desse elemento afetivo, tão fortemente marcado no caráter nacional. Não se trata de "polidez", que é, por toda a parte, um produto de refinamento de civilização, como qualidades antes adquiridas do que naturais, apuradas no convívio com os homens, na frequência de contatos com as fontes de cultura, na ação civilizadora das viagens e, sobretudo, mais do que na experiência, no gosto da vida social, com todos os seus requintes e artifícios. É uma delicadeza sem cálculo e sem interesse, franca, lisa, de uma simplicidade primitiva, às vezes rústica, mas freqüentemente trespassada de ternura e encolhida de timidez e discrição. Aliás, se os estrangeiros se sentem, entre nós, quase como em sua pátria e se são tão facilmente assimilados no primitivo núcleo nacional, é porque a nossa terra é mais maternal, mais doce, mais acolhedora, mais humana, capaz de fazer sentir a suave pressão de seu braço sobre a cintura de todas as raças e de todos os povos. Essa bondade que ignora, como sentimento igualitário, distinções de classes e diferenças de raças; que se retrai, como ofendida, diante da violência e brutalidade; que atenua as repressões individuais ou coletivas e torna o brasileiro tão fácil de se conduzir, quando se faz apelo à razão e, sobretudo, aos sentimentos e tão difícil de levar pela força, tem as suas origens na formação cristã de nosso povo, na confraternização de sentimentos e de valores e na democratização social, para que tão poderosamente contribuíram, de um lado, a religião, e, de outro, a mestiçagem largamente praticada, das três raças

iniciais e, mais tarde, de outras raças carregadas para o sul nas correntes de imigração. O contato do negro deve ter também concorrido, segundo Gilberto Freyre, para apurar os tesouros sentimentais que acumularam a religião e a fusão de raças: "deu-nos ele a revelação de uma bondade maior que a dos brancos, de uma ternura como não a conhecem igual os cristãos; de um misticismo quente, voluptuoso, de que se tem enriquecido a sensibilidade, a imaginação e a religiosidade do brasileiro". O que teve, porém, influência notável no desenvolvimento desse culto da hospitalidade em que desabrochou, como uma flor de civilização, a delicadeza sentimental do brasileiro, foram as enormes distâncias que separavam uns dos outros os núcleos de população e o isolamento em que viviam, disseminados, segregados: a chegada de estranhos, de viajantes, nacionais ou estrangeiros, a esses agrupamentos, — fazendas, povoações e vilas —, insulados nos sertões, era sempre uma nota festiva que, reatando as comunicações com o litoral e o mundo exterior e restabelecendo a sensibilidade e o gosto da vida social, quebrava por horas ou dias a tristeza e a monotonia da solidão. Mensageiro das cidades, portador de novas, — um presente dos deuses nessa imensidade territorial salpicada de pequenos núcleos —, o forasteiro, a quem se abriam os braços e às vezes o coração, punha em alvoroço as famílias, nostálgicas de outros ambientes, acordava-lhes a curiosidade e, rasgando aos espíritos horizontes mais largos, os deixava suspensos às miragens de terras distantes.

Mas, essa hospitalidade, longe de ser aberta e sem reservas, é quase sempre escottada de uma atenção vigilante e às vezes de uma severa discreção. No estudo dos caracteres individuais, costumam os moralistas descrever uma grande variedade de tipos, conforme a predominância de tais ou quais defeitos ou qualidades e que, a rigor, não são senão abstrações ou invenções de seu espírito. Sob esse aspecto, o romancista que nos apresenta

seus personagens por inteiro, dotados de virtudes e carregados de defeitos ou de vícios e surpreendidos na vida, em plena atividade, nos dá mais realidade concreta do que essa que nos fornece, sob o nome de moralista, a análise de uma virtude, de um vício ou de um defeito. É o mesmo que se passa na análise do caráter coletivo.

Há grupos, como há pessoas, que têm um ou outro ou vários desses defeitos, mas também têm uma existência que influi sobre eles e em que eles intervêm; sua existência ou seu gênero de vida modifica-lhes os defeitos, do mesmo modo que estes se modificam uns aos outros, pelo fato de sua coexistência. Assim, esse traço de hospitalidade, tão característico do brasileiro, coexistindo com outros, como uma natural reserva e desconfiança, modificou-se sob a influência destes e se reveste de um caráter particular, só explicável dentro das condições específicas de nossa formação. Por maior que seja a hospitalidade, os brasileiros, ainda os do norte, mais loquazes e comunicativos, não se abrem facilmente nem totalmente: "os recessos das consciências, como os dos lares, escreve Tristão de Ataíde, ficam vedados por muito tempo a quem não se impuser lentamente à confiança do filho da terra". Essa desconfiança e reserva, que constitui um dos traços de nosso caráter, pode ser um de seus defeitos; mas, se acompanharmos a evolução social do povo brasileiro, é-nos fácil reconhecer nele uma das suas mais notáveis reações de defesa. Em um país novo, de formação heterogênea, sujeito a influências de raças diferentes que se foram incorporando lentamente ao núcleo primitivo, e de uma população extremamente rarefeita, o homem, exposto na sua solidão, às extorções do fisco, aos cercos de aventureiros e à ganância de mercadores, tinha de viver aos sobressaltos, numa permanente desconfiança que, ainda ao abrir as portas da casa, o leva a fechar as da intimidade e as do coração. A atmosfera social que criavam o isolamento e as distâncias, ao mesmo passo que concorria para desenvol-

ver o culto da hospitalidade, contribuía para fortalecer o sentimento da família, para resguardar, num ambiente de recato, a felicidade relativa que se desfrutava e se expunha aos perigos ou às seduções de estranhos, viajantes e forasteiros.

Não há nada, porém, nessa atitude de desconfiança, que seja agressivo ou destoe do espírito hospitaleiro; e, se ela é constante, como uma reação de defesa, assume, combinada com outras qualidades ou defeitos, diferentes aspectos e uma série de nuances que vão desde a reserva no falar e a dissimulação até essa aparente incontinência de linguagem que nos permite falar muito sem dizer nada, ou, ao menos, sem abrir o coração. Ela é mais sensível no centro-sul, entre paulistas e mineiros, e, sobretudo, entre estes, cuja formação foi condicionada por certos fatores peculiares ao gênero de trabalho e de vida na região das minas.

Sempre atento, eis como Miran Latif descreve o mineiro, sempre a postos para colher as possibilidades que reluzem furtivas, — a pepita que brilha na areia do rio; sempre à espreita. Procurando vencer pela perspicácia e mais confiante na boa estrela do que no esforço, o mineiro, de tanto desconfiar acabou também por se tornar dissimulado. Mostra-se imaginoso e cheio de confiança. A sua linguagem, que trai a mentalidade de quem sempre está de pé atrás, adota o modo indeterminado do verbo em que a ação continua e pode ser esquivo. "Este rio dá bom ouro? Está dando, responde o fazedor. Está dando, mas amanhã, talvez não dê". Resposta de quem não se compromete... O abuso do gerúndio reflete a desonestidade de quem pretende poder invocar que nada afirmou, ou então o escrúpulo de quem não ousa afirmar. "Esse feitiço especial, que se reforçou, nos mineiros, pela atmosfera de desassossegado em que viviam, devido ao isolamento da capitania em relação ao resto da colônia, às exigências do fisco, às facilidades de deslocamento das minerações e ao contato com o comércio das vilas, e que dele fez um homem, na aparência

afável e diplomata, mas no fundo reservado e cheio de desconfiança, é um traço psicológico da gente do interior e do caboclo e, em geral do brasileiro, embora menos carregado no litoral e nos grandes centros de população. A heterogeneidade, na composição étnica do povo, o contato de culturas diferentes, o isolamento das capitânias, a política fiscal da Metrópole, as flutuações econômicas e o convite enganador de uma natureza aparentemente fácil e opulenta, mas na verdade, ávara e inconstante, na distribuição de suas reservas, mostram como um meio desfavorável, excitando os indivíduos a reagir, pôde contribuir à formação do caráter brasileiro e imprimir-lhe o traço desse cepticismo indulgente que acusa, com uma plasticidade singular de adaptação às situações novas, uma grande imprudência e malícia do espírito. O brasileiro, sob a pressão dessas causas, aprendeu a reagir e a defender-se pela desconfiança, dúvida e irreverência, mantendo-se numa atitude de expectativa e de observação. Mas é verdadeiramente admirável que esse cepticismo que se traduz numa atitude de complacência e de bom humor, de piedade e de ironia em face da vida, — flor de sabedoria em que se desabrocham as civilizações maduras e refinadas, — tenha surgido, como um dos traços mais vivos de seu caráter, num povo simples e jovem, ainda em formação.

De uma simplicidade primitiva, fácil de contentar nas suas necessidades materiais, vivendo e satisfazendo-se com pouco, o brasileiro tem a sobriedade dos habitantes de países que não oferecem senão uma fraca superfície de terras cultiváveis e cujos terrenos de cultura não podem conservar seu valor senão por uma ocupação contínua e por um esforço incessante. Em um país de montanhas, de natureza tropical, áspera e selvagem, em que as declividades, as secas prolongadas e as chuvas torrenciais constituem antes obstáculos à cultura, o homem tinha de forçosamente habituar-se à frugalidade no regime alimentar e à poupança nos gastos. O

brasileiro não é, de fato, nem foi nunca torturado pela sede do ouro, como julga Paulo Prado e podiam fazer crer as entradas e as expedições realizadas por paulistas, impelidos pelo espírito de aventura e estimulados pelo poder régio, para descoberta e explorações das minas. A parcimônia dos mineiros, essa também, como já se observou, não é tanto manifestação de usura quanto o desejo de continuar a desfrutar o pouco que cada um já se sente habituado. "A medida que as novas possibilidades (na exploração das lavras) começam a se tornar fugidias, escreve Barros Latif, amalha-se cada vez mais no fundo dos baús. Nesse apêgo ao dinheiro, não há sofreguidão por ganhá-lo. Sente-se apenas o receio de o perder". Não é, certamente, característica do brasileiro a avidez do ganho nem a preocupação do futuro; o cálculo não é a essência desse povo; o que está além do presente, quase não existe para ele; o presente é o que conta e, por isto, nem tem o culto do trabalho nem despreza todos esses prazeres, leves e fugitivos, que fazem o encanto da vida. Mas, se o desamor ao trabalho, cultivado no longo regime de escravidão, é, na classe média, toda uma tradição moral da nobreza reinol a que "uma digna ociosidade sempre apareceu mais excelente e até nobilitante do que a luta insana pelo pão de cada dia", a indolência displicente no povo, em geral, não provem antes do hábito de viver com pouco mais do que nada e da consciência da desproporção entre o lucro, sempre escasso, e as duras fadigas para grangeá-lo, entre o esforço despendido no trabalho e o resultado realmente obtido? O fundo do caráter brasileiro, pondera com lucidez Milton Rodrigues, "é de uma simplicidade rústica; o meio que o gerou, nos seus primeiros tempos, nem ao rico permitia o conforto, ainda mesmo que lhe concedesse o luxo. Acostumado a isso, ele não tem as necessidades do europeu; e quando a opulência o atinge, envolve-o sem penetrá-lo e ele não sabe como usá-la, passando abruta-

mente da carência para o exibicionismo e a delapidação.

Não é, pois, do índio que o brasileiro herdou a imprevidência e a dissipação; ligadas, ao contrário, à constante instabilidade de nossa vida social, acompanham, como caracteres que lhes são próprios, esses períodos de flutuações econômicas que, abalando fortunas antigas e fazendo surgir novas, convidam à dissipação da riqueza e tendem a substituir pela espera do milagre e nos vaivéns da sorte a confiança na continuidade do trabalho. Essa instabilidade econômica e social, o processo fragmentário de nossa formação por núcleos, desgarrados, sem relações uns aos outros, a descontinuidade dos contatos econômicos e culturais e a disseminação extrema da população, que é tão nociva à intensidade da vida espiritual, explicam, também, a atitude do brasileiro em face da cultura, geralmente considerada entre nós, não como uma necessidade prática ou um valor moral, mas como um sinal de classe ou de distinção. Não é que faltasse ao brasileiro interesse pela cultura; a sua sensibilidade delicada e excitável, a sua inteligência vivaz, mas superficial, a sua facilidade de adaptar-se a um mínimo de vida material e a sua própria tradição religiosa não só lhe despertam uma noção viva da subordinação dos valores materiais aos morais, mas lhe trouxeram uma forte atração pelas cousas do espírito. Mas a nossa cultura é, geralmente, uma cultura literária de superfície, feita, como observa Milton Rodrigues, "para preencher os olhos de desocupados, cultura que não envolve os sentimentos nem leva às convicções fortes". Não é somente a tradição secular de uma disciplina escolástica, verbalista e dogmática, de influência ibérica, que manteve o brasileiro tão distante do espírito positivo, da objetividade e da exatidão, tão desinteressado das idéias e tão facilmente impressionável e sujeito ao encanto da forma, ao aparato da linguagem e às pompas da erudição. A delicadeza e a força de sua sensibilidade, se impediram que descambasse para uma moral sem generosidade, para as

artes sem apuro e para uma literatura sem beleza e sem inspiração, contribuíram, com tudo o que tem de vivaz a inteligência, para afastá-lo das especulações filosóficas e das investigações científicas que exigem uma técnica severa e uma forte disciplina de pensamento. O que o caracteriza, não é a penetração, nem o vigor, nem a profundidade, a graça, o brilho; é a rapidez no assimilar, a ausência total de exatidão e de precisão, o hábito de tomar as cousas obliquamente (*talent for indirection*) e de lhe apanhar os aspectos que tocam menos à inteligência do que à sensibilidade.

Aliás, nesse mundo móbil e disperso, dominado pelas necessidades materiais imediatas, a filosofia e a ciência não tiveram tempo de lançar raiz; e todos os defeitos dessa cultura verbalista, escolástica, dogmática, que herdamos dos portugueses e que se infiltrou até a medula, no ensino de todos os graus, não revelam menos uma inteligência fraca do que uma inteligência mal formada, e, portanto, capaz, como já o tem provado, de se destacar, sob uma nova orientação, em todos os domínios, da literatura e das artes, como técnica, da ciência e do pensamento?

A inteligência e a sensibilidade têm entre si um jogo alternado que é a nossa própria vida mental; e é preciso que a sensibilidade não a excite demasiadamente, para que se desenvolva em toda a sua plenitude a inteligência, capaz, também ela, de influir sobre a sensibilidade, constringendo-a ou favorecendo-a. Tanto por influência das três raças que entraram na composição do nosso povo, como pela ação do meio físico e do clima, e ainda pelas próprias condições de nossa formação social, parece fortemente marcado o predomínio da sensibilidade sobre a inteligência, no brasileiro. Daí, desses defeitos de predominância afetiva, certos aspectos de nossa vida intelectual, pela qual a sensibilidade faz passar, agitando-lhe a superfície, uma corrente constante de vibração. Poder-se-ia talvez traçar o retrato mais sistemático e mais explicativo do caráter brasi-

leiro se lhe procurássemos a chave, não na inteligência, mas, sim, na sensibilidade, que exerce grande influência também sobre a nossa vontade, imprimindo-lhe um ritmo irregular e descompassado, de depressões e arremessos, da indolência até a impetuosidade. Tudo o que a nossa vontade tem de explosivo, essa aptidão de guardar, sob as aparências da moleza, da lassidão e da indiferença, reservas de energias que se desencadeiam, sob o imperativo de uma necessidade ou ao choque de uma emoção, não denunciam uma preponderância acentuada da sensibilidade sobre a inteligência, ou para empregarmos termos técnicos da fisiologia, do simpático neuro-glandular, com todas as suas impulsões, os seus instintos e as suas taras, sobre o cérebro, com a sua capacidade de comparar, de julgar, de concluir? A ação do brasileiro, de modo geral, não tem, de fato, nada de premeditado, nem de refletido: ela é feita de impulsões, às vezes violentas, mas passageiras e sem continuidade. Os povos, porém, como os indivíduos, não lutam apenas com suas qualidades, mas também com os seus defeitos, que empregam para se defenderem, e que depois de nos terem servido, se tornam preciosos e habituais, até nos formarem o caráter individual ou coletivo.

É uma ilusão ver, nos ares de indiferença e de despreocupação do brasileiro, um princípio de fraqueza, quando a indolência, nêle, representa antes uma "economia" de forças, uma "reação de defesa" contra o clima e as condições físicas e sociais do meio. É certo que a dúvida, quando se postou e enquanto se mantém diante dele, o obriga a recuar e a conservar-se inativo até à preguiza, indiferente até à abstração. Nem sempre, porém, a melhor reação de defesa é um ataque. Pode ser, e será muitas vezes a expectativa, a capacidade de esperar, a vigilância sobre o momento de entrar em ação. Esse dom de resposta aos estímulos exteriores, essa aptidão para reagir, essa capacidade de grandes esforços, ainda que descontínuos, são tão

fortemente acentuados no brasileiro que, a um abalo emocional, se mobilizam logo todas as suas forças e, desencadeadas, surpreendem sempre, até o espanto, pela violência do poder combativo, dissimulado e economizado sob a inação desculhada em que parecia deleitar-se.

Nessa mistura singular de qualidades e defeitos que entram, em proporções diversas, na composição do caráter brasileiro, e em que os rudes comandos da vida intervêm, como princípios de ordem, um dos elementos mais ativos é, sem dúvida, o individualismo. Ele provém dos povos ibéricos; expandiu-se até a agressividade nas condições favoráveis que lhe oferecera a vida nos sertões e, mais tarde, nas fronteiras do sul e adquiriu, para o brasileiro, toda a eficácia de um instrumento de defesa. É ele sempre, aliás, a um tempo, o dissolvente de todas as restrições que tendem a fazer prevalecer a sociedade sobre o indivíduo e o grande agente disciplinador onde quer que não se façam sentir com eficiência ou corram perigo o prestígio da lei e a autoridade das instituições. Não é, porém, esse individualismo de origem ibérica, criador, como o individualismo anglo-saxônico, nem possui o seu sentido e o seu conteúdo social. É, ao contrário, e até certo ponto, negativo. Ainda que alimentado poderosamente nos sertões, sem limites e sem freios e cuja extensão proporciona o asilo fácil, como nas regiões fronteiriças, à proximidade da linha divisória, o individualismo que é, no interior despovoado, a condição necessária para a própria proteção e defesa, teve, no Brasil, novas fontes de exaltação no regime patriarcal e escravocrata de exploração agrícola, do norte e do planalto. Toda a tendência do sertão, com a sua imensidão territorial, fora do alcance da lei, e com todos os seus perigos que punham em primeiro plano, entre as virtudes sociais, a coragem física, a confiança em si mesmo, a astúcia e a dissimulação, era para criar "um tipo de homem rebelde a qualquer forma de organização social" e para estimular o desenvolvimento de classes não só

sociais, mas anti-sociais, cujo individualismo agressivo tinha de forçosamente tomar o lugar à lei e à proteção do Estado. A vida nômade, imposta pelo regime do pastoreio, nessas terras ilimitadas em que se respirava uma atmosfera de liberdade sem peias, contribui para acentuar o caráter individualista do homem que se formava nesse ambiente de isolamento, de audácia e de aventuras. Mas o poder adquirido pelos senhores de engenho, no litoral do norte, ou das grandes fazendas de café, da bacia do Paraíba e, em geral, em todo o planalto do centro sul, o relativo isolamento em que viviam e o regime de autarquia nesses latifúndios, cujos proprietários se vangloriavam de quase nada adquirir fora de suas terras, não podiam deixar, por seu lado, de exacerbar, ainda que sob outra forma, esse individualismo renitente que se gerara no sertão. Não é somente pelas regiões das lavras ou pelas invernadas, mas também sob a pressão de outras cousas, nos núcleos patriarcais das grandes propriedades agrícolas, que se desenvolveu esse individualismo rebelde, que às vezes se exaspera, agressivo ou arrogante, orgulho da vida e da força, nas zonas sertanejas como nas classes senhoriais. O indivíduo é que conta; e, se esse individualismo rude implica um sentimento extremamente vivo da personalidade, nem sempre envolve, entre nós, um respeito à vida proporcional à importância que damos à autonomia de cada um dos homens em relação ao seu semelhante e ao valor próprio da pessoa humana. Estimulando sentimentos individuais, de audácia, coragem e altivez, assegura sem dúvida, a sua floração, mas, impondo à vida o princípio das competições individuais, alimenta, ao mesmo tempo, com a dispersão e a indisciplina, as fontes de rivalidade e de conflito.

Se a esse individualismo, nem sempre agressivo, mas dissolvente e anárquico, se acrescentarem as tendências particularistas, desenvolvidas pelo fracionamento político da Colônia em individualidades coletivas (as capitânias), distantes

e isoladas uma das outras, e numa multidão de pequenas células, ter-se-á nestes dois fenômenos, de grande poder centrífugo, a explicação tanto da falta de coesão social como da resistência constante, ativa ou passiva, à concentração política no país. O caráter essencial da história brasileira, durante um largo período de mais de três séculos, e com forte projeção pelo Império e pela República, é esse duplo fato do individualismo e do particularismo resultante da justa posição de pequenos e grandes Estados, sem contato uns com os outros e sujeitos a influências diversas, geográficas e sociais, no processo de sua formação. Daí, a ausência do espírito de cooperação, no brasileiro. "As iniciativas, escreve Sérgio de Holanda, mesmo quando se fizeram construtivas, foram continuamente no sentido de separar os homens e nunca de os unir". Em terra, "onde todos são barões, não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitada e temida". Certamente, o inimigo comum representado quer pelo índio, nas suas incursões, quer pelo estrangeiro, nas tentativas de conquista e ocupação, constituía um elemento unificador, tendente a reduzir o individualismo e o particularismo e a estimular a união de indivíduos e das unidades coletivas, isoladas. Contra esse meio, de uma natureza hostil e povoado de inimigos, "não se luta sozinho, observa Milton Rodrigues; luta-se em bandos, organizados quase que militarmente, quer se trate de entradas e bandeiras, quer da exploração agrícola ou pastoril da região já conquistada. O trabalho em comum é a regra, trabalho que exige de todos as mesmas qualidades rudes, e trabalho igualizador que pede todavia a autoridade indiscutível e sem limites de um chefe, que só pela sua posição se distingue de seus comandados". É verdade, mas esse fato, que à primeira vista poderia denunciar um espírito de cooperação, mostra apenas como a falta de coesão, na sociedade brasileira, é um fenômeno de raízes profundas. Pois, se a coesão, mantida

aliás pela autoridade de um chefe, de um poder sem limites, dominava, digamos assim, a superfície da sociedade, nesses grupos unidos pelos laços de um perigo comum, no âmago, ela ficava essencialmente individualista. Essas formações em bandos constituem antes uma fase accidental nas tentativas de organização em que se debateu um povo de pioneiros, para a conquista e exploração do território, do que uma expressão de qualquer tendência ao agrupamento: são formações sociais, esporádicas e transitórias, que se organizam para fins determinados, sob o império de uma necessidade e se dissolvem depois, sem deixarem quaisquer vestígios na estrutura social, em instituições ou associações permanentes.

A quem não tenha perdido de vista esses elementos fundamentais no processo de nossa formação social, tão fortemente influenciada pelas tendências individualistas e particularistas, não pode, como se vê, causar surpresa o funcionamento da democracia e os efeitos, no Brasil, do movimento igualitário. Certamente, como já observou Sérgio de Holanda, a vida foi aqui incomparavelmente mais suave, mais acolhedora das dissonâncias sociais, raciais e até religiosas, e tudo concorreu para acentuar a tendência à dissolução de todas as hierarquias sociais. O contato de raças diferentes, a miscigenação praticada em larga escala e variável com a latitude e a classe social, as migrações internas, o nomadismo do pastoreio, a liberdade de vida nos sertões e, em geral, no interior do país, o espírito de independência que geravam as distâncias e o isolamento, tudo isso contribuiu para desenvolver, em alto grau, o sentimento democrático e as tendências igualitárias.

Daí talvez o caráter eminentemente popular e a maior força de expansão do carnaval brasileiro, em que Almir De Andrade vê como que "um protesto, — protesto gigantesco, de multidões delirantes e alucinadas, contra as fórmulas que nos separavam uns dos outros, contra todos os artifícios que a ordem social exige para a conservação de

si mesma". Parece que, nesse anonimato de cada um, nessa identificação com a grande massa, "todas as paredes que dividiam os homens em classes e em indivíduos desmoronam uma por uma, se esfacelam e se diluem; todas as convenções sociais se destroem; todas as partes se fundem num mesmo todo unitário, onde tudo é homogêneo e uniforme". Mas, se é tão espontâneo e vigoroso o sentimento democrático no Brasil, é preciso, para compreender o funcionamento da democracia, ver, atrás das instituições, os costumes e os homens que agem e são as "forças" da vida política e surpreendê-los nos seus métodos de ação e nos seus movimentos. O espírito individualista e quase libertário e as influências tradicionais dos particularismos locais levam os homens a agrupar-se em torno de pessoas e não idéias; tornam os partidos cada vez menos capazes de servir de instrumentos do interesse público e transformam pouco a pouco o municipalismo, princípio vivificador da República, em instrumentos de servidão. Todas as lutas tendem a revestir, por força desse individualismo, um caráter pessoal; e mesmo quando se julga que aplaudimos ou combatemos idéias, o que, no fundo, se pretende consagrar ou repelir são os indivíduos que as encarnam, e de que o brasileiro é geralmente incapaz de separar das suas idéias, não só no terreno político, mais agitado de paixões, como no próprio domínio intelectual em que as divergências de doutrinas acarretam quase sempre separações e conflitos de pessoas.

Num país em que o prestígio pessoal é tudo, independente do nome herdado e a união de indivíduos e grupos se tinha de fazer, em consequência, em torno de chefes ou de personalidades prestigiosas, não podia ser forte o princípio de coesão e de hierarquia social, nem dominante a tendência à centralização. Toda a nossa História social e política mostra, como já frizamos, tanto a resistência oposta pelas províncias a movimentos centralizados que, acima desses governos territoriais e particularistas suscita-

ram um organismo comum e unitário que os envolvesse, reduzindo as autonomias regionais, como a reação instintiva do individualismo contra as hierarquias ou toda e qualquer composição que se tornasse obstáculos à autonomia do indivíduo.

O individualismo, de um lado, e, de outro, as tendências localistas resultantes do processo de nossa formação residem à base desse personalismo tradicional, profundamente enraizado no brasileiro e intimamente ligado à vida de partidos e aos seus mecanismos de ação. A organização social, mais solidamente hierarquizada, que regista a nossa formação histórica, foi a das sociedades agrícolas, latifundiárias e escravocratas. Mas o fenômeno de urbanização, o desenvolvimento do comércio, a transformação das estruturas urbanas num sentido democrático, a extensão da cultura intelectual e o individualismo crescente acabaram por desagregar os agrupamentos rígidos da sociedade rural, antes mesmo de ser atingida, nas suas próprias bases, pela abolição. O que delas nos ficou, quase como um resíduo transferido à vida política, foi a moral de patrões e agregados, de senhores e escravos, formada e desenvolvida no regime social da escravidão. É esta moral, — constituída de dois princípios, da autoridade soberana do chefe, herdeiro do senhor e a da fidelidade incondicional do servidor, — que deu o conteúdo social ao personalismo por via de regra tão complacente e doce, para os submissos, tão arrogante e desabusado em relação a quaisquer restrições ao seu domínio e à sua expansão. "Ainda hoje, como pondera Milton Rodrigues, se formos analisar os elementos componentes do complexo constituído pelo que aqui se denomina "prestígio", talvez o encontremos naquela espécie de relação entre o protegido e o proprietário, que caracterizou a nossa formação por núcleos agrícolas semi-feudais e isolados. Esse traço que um individualismo intenso imprimiu ao caráter político e de que se acham afastados tanto o sentimento do interesse comum

quanto o espírito de cooperação, ainda mais fortemente se acentuou com o desenvolvimento da burocracia a que as condições sociais e econômicas do país arrastaram a burguesia urbana desde o Império; com o hábito de apelar para o governo a propósito de tudo quanto interesse a mais de duas pessoas, na justa observação de Roy Nash, e com a absorção constante de todas as funções sociais pelo estado".

Enquanto, como observa Boutmy, o Estado surge, na América do Norte, como uma criação consciente dos indivíduos e os cidadãos se mostram pouco desejosos de vê-lo intervir nas suas relações, no Brasil, o Estado aparece como uma providência que precede os indivíduos e a que se recorre como um sistema de amparo e de proteção. O que se vê, atrás da estrutura do Estado, não é o interesse coletivo de que é ou deve ser a suprema expressão; não é uma vontade objetiva que se desenvolve e reforça a dos indivíduos, para que esta se possa realizar completamente; não é a sociedade politicamente organizada que, como um espelho mágico, transmite ao indivíduo, com sua imagem, um poder novo; são, antes de tudo, as forças vivas, as personalidades que agem e têm em suas mãos as alavancas do comando. Não são as instituições, não é a autoridade que se respeita, seja qual for o indivíduo em que nela se instalou, mas os personagens que detêm o poder ou se agitam no cenário político, envolvendo-se numa auréola de prestígio... Esse respeito e essa atração pelas individualidades sobranceiras não apresentam, no entanto, o caráter místico de devoção até o sacrifício que costumam impor, aos indivíduos atraídos pelo seu magnetismo, os grandes chefes e condutores de massas; desconfiado e irreverente, enamorado do acontecimento e da sensação, o brasileiro manifesta, nessa atitude, antes um interesse quase espetacular pela força atuante dos tipos representativos e um constante esforço para despojar das fisionomias reais, humanas, a que às vezes tenta prender-se, a máscara fascinadora de

predestinados. A extensão territorial e a sucessão inumerável de quadros geográficos em que se desdobra o panorama do país e a própria dispersão dos grupos tendiam a apagar, no homem, pela distância em que os mantinha dos governos, a imagem visível do Estado. Aliás, a discordância já aqui notada entre a marcha territorial da sociedade e a do poder, entre a área de expansão social e a de eficiência política e o fato de não ter sido constrangido a defender constantemente os indivíduos e a reconquistar a sua segurança contra inimigos exteriores, nem deram tempo e meios ao Estado nem lhe impuseram, por longo período, a necessidade de se fortificar, pelo temor da guerra, a de pôr a sua força em movimento, estreitando as relações dos indivíduos entre si e destes com o Estado. Se, porém, algum traço de misticismo se encontra na atitude do brasileiro em face do Estado, é um certo feiticismo das fórmulas e dos regimes, que se exprime numa confiança quase ingênua na eficácia de construções "a priori", de instituições sociais e políticas perfeitas, e deve provir tanto da falta de uma longa tradição política quanto de um espírito revolucionário, ainda remanescente do século XVIII, que acreditava poder a razão interromper a continuidade histórica e regular o curso dos acontecimentos.

O patriotismo, no Brasil, como nos Estados Unidos, é também ele, mais utilitário do que místico, e se apoia sobre o individualismo, longe de contrariá-lo. Ainda que alimentado aqui, como por toda parte, na crença de que a nação representa uma grande tradição e encarna um ideal que é preciso defender, ele se volta mais para o futuro que para o passado, com brilhantes mas sem largas perspectivas históricas. Se ele reveste raramente a forma mística a que estão habituados os ocidentais, é que lhe falta, com efeito, recuo.

Os povos americanos, em geral, segundo observou Boutmy, em relação aos Estados Unidos, não podem amar sua nação como um antepassado venerável, pois que eles

a vêem formar sob seus olhos e por assim dizer a modelam com suas mãos. Não é senão pouco a pouco que, aproximados cada dia mais e unidos uns aos outros, adquirem os grupos uma verdadeira consciência coletiva. Sua imaginação pede então ao futuro essas largas perspectivas que o passado lhe recusa, em país novo, de formação recente. Mas todas as lutas em que o brasileiro se empenhou, mostram a força e a vitalidade desse sentimento nacional que se formou sem a frequência estimulante de contatos hostis e que tende a desenvolver-se cada vez mais à medida que a população se torna mais densa e se multiplicam as trocas econômicas e culturais, de uma a outra região. O que admira, ao primeiro aspecto, nesse fato singular da existência de um espírito coletivo já tão arraigado, é que esse sentimento se tenha formado e tenha adquirido tanta vitalidade num país em que não concorriam para desenvolvê-lo nem a extensão territorial, nem a densidade de população, nem os estímulos poderosos de inimigos exteriores. O sentimento nacional é, de fato, um desses que se afirmam, opondo-se, e chegam a tomar um caráter religioso, quase fanático, de idolatria, de sacrifício e de imolação, sob a pressão de agressões externas ou de invasão do território. A experiência testemunha ainda a existência de "um laço efetivo e de uma lei de progressão concordante entre a densidade de população e o vigor do sentimento nacional". Compreende-se também que, nos pequenos Estados, o patriotismo tenda a adquirir maior intensidade, como na Grécia antiga, em que, na observação de A. Jardé, "esse sentimento foi senão engendrado, ao menos desenvolvido pela medíocre extensão do Estado". O território nacional era de fato, para o grego, "uma realidade concreta e viva; o cidadão conhece-lhe todos os aspectos, todos os encantos; êle pode muitas vezes do alto da Acrópole abranger, num só golpe de vista, toda a cidade até as fronteiras que indica no horizonte um círculo de montanhas". Ora, apesar da grande

extensão territorial e da rarefação demográfica do país, que só podiam concorrer para enfraquecê-lo, e de lhe terem faltado, para temperá-lo, as grandes lutas dramáticas com que se robustece e se exalta o espírito coletivo, o sentimento de pátria é uma das forças vivas do brasileiro, que mal se dissimula sob a sua doçura, humanidade e tolerância para com as outras pátrias.

Mas, se estes constituem alguns traços comuns da psicologia do povo brasileiro, a unidade fundamental que acusam, no caráter nacional, não se formou nem tende a acentuar-se com prejuízo da grande diversidade de tipos regionais que tornam a paisagem social, no Brasil, uma das mais ricas e pitorescas. Pode-se dizer certamente e, de um modo geral, que o brasileiro é pouco altruísta, sentimental e generoso, capaz de paixões impulsivas, violentas mas pouco tenazes, amando mais a vida do que a ordem, pacífico, hospitaleiro mas desconfiado, tolerante por temperamento e por despreocupação. Eis quanto à sensibilidade. Trabalhador resistente, dotado desse individualismo vigoroso que caracteriza os povos de pioneiros, mas sem espírito de co-operação, e guardando, sob uma atitude displicente de indolência e de abandono, reservas extraordinárias de energias. Eis quanto à vontade, que, agindo por impulsões e, portanto, sem continuidade, parece tender constantemente a concentrar-se, economizando forças, para as grandes reações periódicas, individuais ou coletivas. De uma sensibilidade aguda, de rara vivacidade intelectual e de uma imaginação rica em ficções que o pre-dispõem mais às letras e às artes do que às ciências, não é o brasileiro menos interessante quanto à inteligência, quase primitiva pela facilidade de "apanhar no ar" e pela sua intuição, alimentada na sensibilidade e pelos seus instintos de direção. Mas, se parece ser este, nos seus traços mais importantes e gerais, o retrato do brasileiro, esse tipo comum, facilmente distinguível, se desdobra numa admirável variedade de sub-tipos psicológicos e sociais, diferenciados, pelos seus

caractéres próprios, de uma para outra região. Não se trata das diferenças ou divisões que não são específicas, peculiares ao Brasil, mas separam por toda a parte a cidade e o campo, o litoral e o interior, discriminando as respectivas populações com marcadas características que ressaltam de sua mentalidade particular, de seus modos de vida, de seus costumes e de suas tendências. Aqui, como em todos os países, se opõem a atmosfera inquieta e brilhante das grandes cidades e o ambiente tranqüilo e repousante das cidades provincianas; a simplicidade rústica, a reserva e o espírito tradicionalista dos grupos sociais que vivem isolados nas montanhas ou separados pelas distâncias, e se mantêm, por isto, mais fechados e homogêneos, e a acessibilidade às idéias novas, a tendência ao progresso, o gosto pela aventura e a afeição de lucro das grandes cidades, de composição heterogênea, e cosmopolitas.

Não é, sem razão, escreve C. Bouglé, que se atribui às montanhas "uma influência conservadora. As costas, ao contrário, sobre as quais os elementos mais heterogêneos, trazidos pelas vagas, podem entrar em contato, fazem as sociedades mais imóveis de certa maneira, e menos tradicionais".

As diferenças mais características, ligadas à diversidade de composição étnica, à variedade de meios físicos e a condições específicas de formação social, são as que se constataam entre as populações do norte e as do sul, e bastante acentuadas para se perceberem, através de uma grande unidade de espírito e de sentimentos. É preciso levar em conta, como um dos fatores que mais contribuíram para distinguir dos povos do sul os do norte, o que se poderia chamar a influência social favorável dos meios naturalmente desfavoráveis a que alguns autores atribuem a maior importância. De fato, em região alguma do país, a natureza exterior se apresenta tão bárbara e desordenada, tão fortemente perturbadora, na força e na sucessão de suas paisagens, como nas terras do norte, em que, oferecendo aos homens as

impressões voluptuosas e as sensações variadas, tudo parece convidar a sensibilidade a desdobrar-se sobre as cousas e a inteligência a se deixar arrebatado pelo entusiasmo e pela exaltação.

O homem do norte é, com efeito, mais vibrátil, mais lírico e dramático; o do sul, mais comedido, mais positivo e realista; naquele, a preponderância da sensibilidade sobre a razão, o gosto da eloquência, dos gestos e atitudes ardentes; neste, um maior domínio dos nervos, uma sobriedade até a reserva, equilíbrio e moderação. O norte, escreve Jorge Amado, dando o seu depoimento sobre as duas populações, "parece-me muito mais lírico e misterioso; o sul, mais vertiginoso e progressista". Mas, nessa paisagem humana em que avultam dois tipos tão nitidamente diferenciados, — um, expansivo, inflamável, catagórico nas afirmações, e o outro, retraído, prudente e conciliador, destacam-se ainda novas diferenças, não só nas populações do centro sul, mas entre estas e as do extremo sul, em que se elaborou um dos tipos mais característicos de nossa formação histórica e social. Embora tão próximos, o paulista, de uma discrição quase hostil, de tão reservada, com sua tendência à ação, empreendedor e tenaz; o mineiro, desconfiado até a dissimulação, prudente até o pessimismo, de um grande poder de plasticidade, de um claro bom senso e de hábitos morigerados, e o carioca, com seu bom humor até a irreverência, seu senso do ridículo e seu gosto do bem-estar e dos prazeres da vida, se distinguem tão nitidamente que esses traços discriminativos já não passam despercebidos à observação superficial.

De todos esses tipos sociais se diferencia porém, o rio-grandense, o gaúcho propriamente dito, romântico e cavalheiresco, em que um vigoroso individualismo, o entusiasmo apaixonado e o ardor combativo se misturam a uma sensibilidade afetiva e a uma natural generosidade para modelarem um tipo original, de acento áspero e rebelde, procedendo por contrastes de violência e de conciliações, de arrebatamen-

tos autoritários e de sentimentalidade derramada, e amando tanto a arrogância dos gestos como a nobreza das atitudes.

No entanto, se estes traços diferenciais mostram o processo fragmentário de nossa formação que favoreceu a eclosão, na variedade dos quadros geográficos, da diversidade pitoresca da paisagem humana, os de semelhanças, tão gerais e persistentes, revelam que o Brasil se tornou uma unidade histórica, um sistema de civilização em que circulam idéias comuns e aparecem tendências dessa civilização à expansão atual. Todos esses grupos de sociedades, diferenciados sob a pressão primitiva da raça, do meio e dos regimes de produção e de trabalho, tendo participado de uma vida comum, formaram uma sociedade mais ou menos coerente, com seus costumes, suas tradições e seus caracteres próprios. Mas algumas dessas diferenças regionais já se atenuaram, como certos traços ou tendências, cujo feixe constitui o caráter brasileiro, tendem a transformar-se por força de causas internas e externas que vão operando modificações na estrutura social e econômica e, em consequência, na própria mentalidade nacional. Das transformações que se produziram no planalto paulista, já resultou que o que lhe constituía a base primeira, é dissimulado ao olhar não só pela mistura e assimilação de povos europeus ao núcleo primitivo, como também pela massa de instituições novas que se lhe sobrepueram e a alteraram, pelo simples fato dessa superposição. Onde certos traços ainda se observam, na sua pureza e força originais, é certamente em aglomerações de populações de menor ou maior vulto,

disseminadas pelo interior ou enclavadas no sertão, que mantêm o seu caráter antigo, enquanto se transformam as do litoral e do planalto, sobre as quais, desde os princípios desse século, já reverberava mais intenso o clarão da civilização industrial. No mesmo país em que as condições naturais permanecem as mesmas, toda a vida se modifica desde que os povos mudam, como no planalto; e à medida que a civilização se desenvolve, conforme já observamos, as forças sociais pesam mais sobre o caráter das nações do que as forças naturais.

Aos contatos e comunicações mais frequentes entre o litoral e o interior, o norte e o sul, graças aos meios mecânicos de transporte (automóvel e avião); à força assimiladora do rádio; às mudanças de estrutura social e econômica num mesmo sentido e à transformação das condições demográficas podem-se ligar as transformações recentes da psicologia do povo brasileiro. Essas mudanças se processam todavia dentro de certos limites e na direção das tradições e tendências fundamentais com que se afirma o temperamento de cada povo. Por mais que as nações modernas se esforcem por serem completas e procurem o sucesso econômico e industrial, político e militar, literário e artístico, filosófico ou científico, elas conservam certas particularidades características e se fazem notar singularmente pelo relevo dessas ou daquelas qualidades nacionais, fornecendo com essa própria diferenciação, um princípio de riqueza e de força para a civilização de que participam e para qual concorrem com seus progressos em domínios determinados.

LEBRE FILHO S. A.

FUNDADA EM 1939

Artefatos — Estiragem de arame — Tecido exagonal para aviários — Tela de arame galvanizado, latão, cobre, alumínio ou bronze — Fósforos para todos os fins — Peneiras para a lavoura

RUA ANCHIETA N. 22 — SÃO PAULO (CAPITAL)

(32)

A SOBREVIVÊNCIA BIOLÓGICA, CAUSA DAS GUERRAS MUNDIAIS

General J.F.C. FULLER, da revista norte-americana *Ordnance*

Tradução "data vênica" do Major de Artilharia
LUIZ WIEDEMANN

A guerra é influenciada pela civilização e como a civilização está sofrendo, atualmente, uma rápida mudança, a natureza da guerra e os métodos bélicos refletem esta mudança. Em consequência, os preparativos para a guerra não servirão para enfrentar as futuras necessidades, a não ser que, acertadamente, diagnostiquemos tais mudanças.

Ao longo da História, as causas das guerras têm sido de duas espécies: discricionais e imperativas. Existem muitos casos das primeiras, de caráter principalmente político (insegurança, medo, avariza, ambição); causas imperativas só existe uma, a biológica, baseada na equação alimentos-população. Assim como as causas discricionais podem ser controladas pelo homem, a imperativa não o pode, por ser regida pelo instinto de conservação.

A necessidade da alimentação tem precedência sobre os demais apetites humanos. Para viver, o homem precisa comer e, senão puder comer, lutará para o conseguir.

EFEITOS DA FOME

Por exemplo, se encerrarmos um rebanho de animais dentro de um cercado, uma vez terminado os pastos que contenha, se o puder fazer, romperá o valado e invadirá os campos vizinhos. O mesmo acontece com o homem.

No passado, especialmente nas civilizações pastoris, uma mudança

de clima ou uma seca prolongada punham em movimento herdas humanas com seus animais domésticos de todas as classes, em busca de novas terras que os sustentassem, invadiam as comarcas vizinhas e expulsavam os seus habitantes.

Os povos deslocados, por sua vez, invadiam outras terras e assim, sucessivamente, originavam grandes movimentos de populações, enquanto que os povos da periferia de tais convulsões ignoravam a causa inicial das mesmas.

Como nas civilizações agrícolas podiam ser armazenados os alimentos, a pressão da fome era menos freqüente entre as mesmas e, como além disso, a mortalidade equilibrava, aproximadamente, a natalidade, a causa biológica da guerra ficava ordinariamente controlada. De u'a maneira geral, o equilíbrio agrícola se manteve até o advento da nossa civilização industrial atual, na qual começou a formar-se uma crise mundial.

E já fazem dois mil anos que Platão examinou as razões das crises desse gênero. Notou que a causa biológica das guerras era endêmica numa civilização industrial. Para ilustrar sua asserção, referiu-se às cidades-estados de então, pequenas cidades ou povoados murados, cujos habitantes cultivavam os campos que se estendiam em seu redor. Fêz notar que, enquanto seus habitantes continuavam sendo agricultores, as guerras entre as re-

feridas cidades-estados eram pouco frequentes.

Mas, assim que surgiu uma classe artesã dentro das cidades e os campos circunvizinhos foram insuficientes para sustentar os agricultores e também os artesãos, a pressão da população sobre o abastecimento de víveres originou, automaticamente, a expansão bélica com o objetivo de aumentar a posse de terrenos agrícolas à custa das cidades-estados vizinhas.

Em resumo, é isto que está hoje sucedendo. Até, aproximadamente, os meados do Século XIX, as nações européias bastavam-se a si mesmas, no que se relacionava com a alimentação, porque sua civilização era agrícola. Mas, com o aparecimento da civilização industrial, as cidades cresceram em número e importância, as classes artesãs se multiplicaram e seus produtos deram origem a muitas outras classes de trabalhadores não agrícolas. O equilíbrio entre os alimentos e a população alterou-se rapidamente, pois enquanto esta última aumentou, a produção de alimentos diminuiu ou se manteve estacionária.

Para aumentá-la, estimulou-se a colonização e o comércio internacional (que até então tinha consistido, principalmente, em artigos supérfluos) orientou-se cada vez mais para os de primeira necessidade, o que equivale a dizer, alimentos baratos para manter a população e matérias-primas para sustentar as indústrias, cujos produtos eram necessários para serem trocados por alimentos e matérias-primas.

O resultado foi não somente um aumento na população, como também a competição entre os países industrializados. Até então, as nações haviam guerreado principalmente por causas que, em sua maioria, não eram plausíveis: a partir deste momento e com gradual intensidade, lutariam pelo elemento básico, os alimentos, pelas matérias-primas que uma vez manufaturadas proporcionariam os alimentos, os armamentos e, em geral, toda a imensa gama de coisas que um estado moderno precisa.

A ERA DAS GUERRAS COMERCIAIS

Chegamos à Era das guerras comerciais, guerras essenciais para o sustento das nações e para a suspensão do trabalho, porque deve ser lembrado que a paralização do trabalho é um passo seguro para a fome.

Como o comércio é universal, todas as partes do Mundo foram saqueadas na procura de alimentos e matérias-primas e em todas as partes buscaram-se mercados para os produtos manufaturados. Desta maneira, a guerra atrás do comércio fez-se cada vez mais geral até que, no princípio do século atual, nos introduzimos na Era dos conflitos mundiais.

Em setembro de 1919, ao examinar retrospectivamente o primeiro desses conflitos, disse o Presidente Woodrow Wilson, num discurso em São Luis: "Mas, concidadãos, existe aqui entre vós algum homem, alguma mulher ou mesmo alguma criança que ignore ser a rivalidade industrial e comercial uma sementeira de guerras no mundo moderno? ... Esta guerra foi, em sua origem, guerra industrial e comercial. Não foi uma guerra política..."

O mesmo pode ser dito da 2ª Guerra Mundial. Não foram as doutrinas políticas, que Hitler apregoara, as que a desencadearam e sim o êxito de sua experimentação econômica baseada na troca e no comércio exterior subvencionado, que lhe permitiam burlar as tarifas aduaneiras de seus competidores, minar seu comércio e fazer com que a paralização do trabalho aumentasse nos demais países.

No entanto, apesar de seu considerável êxito, a posição da Alemanha, como a de todos os demais países industrializados era artificial, uma vez que o equilíbrio entre os alimentos e a população estava por um fio. Apercebendo-se disso, Hitler decidiu estender seu "Lebensraum" (espaço vital) pela conquista da Ucrânia, o celeiro russo. Com ela (e presumindo-se que a maior parte de sua população houvesse se deslocado para Este) a Alemanha seria autárquica du-

rante muito tempo, uma vez que a sua agricultura e a sua indústria se equilibrariam.

QUAL É A RESPOSTA?

A resposta ante a tremenda crise que aflige o Mundo não é um credo político ou outro. É a de se o homem vae ou não comer! Se o homem não vae poder comer, de nada servirá nenhuma experiência política, porque quando os homens não podem comer, lutam e o resultado da fome seriam guerras de exterminação para romper o bloqueio da fome.

A civilização ocidental tem a sua principal expressão, como já foi mencionado, no industrialismo que substituiu, socialmente, os barões feudais e seus servos, os grandes senhores feudais e seus trabalhadores braçais, pelos donos das fábricas e seus operários.

A revolta contra as desigualdades desta última divisão encontrou sua expressão no Socialismo, arauto do Comunismo, que captou os conceitos cristãos do Céu e Inferno, porém inverteu a doutrina cristã, situando-os neste Mundo e não no espaço. O inferno foi identificado como capitalismo do Estado Burguês e o Céu como futura sociedade hipotética, sem Estado e constituída por seres terrenos, na qual a igualdade seria tão absoluta como num formigueiro.

O Comunismo sustenta que, para se conseguir esta uniformidade, torna-se necessário liquidar a civilização existente e que, em seu lugar, os eleitos na sua serão os pobres e os réprobos, por direito adquirido, os ricos.

Desta maneira, chegamos a uma situação em que o Mundo se enfrenta com uma segunda Reforma, com uma espécie de Calvinismo invertido; e por isso, a natureza da guerra está tomando uma forma religiosa ou ideológica, em vez de seu anterior caráter político. Na realidade, o conflito entre a Democracia e o Comunismo nos leva, novamente, à Era das guerras religiosas.

Estas são extrapolíticas (apolíticas) e incondicionais e seu obje-

tivo de exterminar os ministros da religião contrária e convertê-los em adeptos é que explica a ferocidade que caracterizou a 2ª Guerra Mundial, que foi uma guerra semi-ideológica.

O objetivo de Hitler foi econômico (a ampliação do seu "Lieberbraum"), porém o de seus inimigos foi ideológico. Os aliados ocidentais e a Rússia propuseram-se à tarefa de destruir o Fascismo que, segundo a definição fonética, inclui todos os credos políticos alheios ao Comunismo e, conseqüentemente, à Democracia ocidental, sob suas diversas formas.

Os quatro Aliados foram proletistas ao mesmo tempo que combatentes. Em cada país conquistado pelos russos, foram destruídas as classes dirigentes e tornou-se obrigatoriamente comunista o proletariado; por outro lado, uma vez terminada a guerra, os norte-americanos, os franceses e os ingleses apelaram para as leis, com efeitos retroativos, para se desembaraçarem de seus ex-inimigos mais proeminentes, "desnazificando" os seus seguidores e "reeducando" o restante da população. E, também, estabeleceram Governos obrigatoriamente democráticos, em vez de comunistas.

A diferença entre estas duas séries de acontecimentos estriba-se nas maneiras de sua aplicação, pois, apesar dos métodos russos terem sido os mais bárbaros, o objetivo deles foi o de destruir uma fé. Por mais absurdos e criminosos que possam parecer estes atos, quando o tempo permitir analisá-los, o que até agora tem sido considerado como um critério de guerra civilizada, terá equivalido a estabelecer um precedente que num futuro conflito mundial "justificará" vencedor ou vencedores se "legalmente" exterminarem populações inteiras.

Assim pois, às guerras contra o excesso de população que foram desencadeadas por causas biológicas se adicionarão as pazes que vão também contra o excesso de população e são ainda mais aniquiladoras. Vemos, portanto, que a

guerra ideológica e sua causa biológica seguem de mãos dadas.

NOVOS METODOS DE COMBATE

Uma civilização em processo de mudanças rápidas é sempre revolucionária; assim acontece que os períodos em que ocorrem os métodos bélicos, também o devem ser. Assim como na guerra política o objetivo é obrigar ao Governo inimigo a mudar de opinião e a aceitar a política de seus adversários, nas guerras revolucionárias, que nas suas raízes são ideológicas, o objetivo é obrigar o povo inimigo a derrubar o seu Governo.

Hoje em dia, os meios que permitem levar a cabo, mais eficazmente, esta espécie de guerra são: o bombardeio e a propaganda estratégica; o primeiro é possível devido à aviação, e o segundo em virtude do rádio. O objetivo revolucionário, no primeiro caso, é conseguido pela destruição material e, no segundo, pela subversão psicológica. Juntas as duas, constituem os polos positivo e negativo da guerra revolucionária: negativo, dado que a destruição somente aniquila o existente, e positivo porquanto a subversão não só destrói como também conduz a uma nova ordem política e social.

Na época atual, Lenine foi o primeiro que situou a estratégia sobre uma base revolucionária: "A melhor estratégia bélica — declarou — é atrasar as operações até que a desintegração moral do inimigo seja possível e torne-se fácil assentar o golpe mortal".

Mais tarde, Hitler, que estudara atentamente a Revolução Russa, apropriou-se da idéia e disse:

"A propaganda revolucionária para abater psicologicamente o inimigo antes de nem sequer terem começado a atuar os Exércitos ocupará, no futuro, o lugar que até agora era ocupado pela preparação da artilharia, nos ataques frontais da Infantaria, na guerra de trincheiras. A população inimiga poderá ser desmoralizada e amadurecida para a capitulação, reduzindo a passividade moral antes

que nem sequer possa pensar na ação militar... Quando o inimigo estiver desmoralizado por dentro, quando se encontrar às bordas da revolução, quando o ameace o desassossego social, então será o momento oportuno! Um só golpe poderá destruí-lo... Um golpe gigantesco e totalmente aniquilador!..."

Tanto Lenine como Hitler viram que cada homem é uma bomba psicológica em estado latente e que o meio mais econômico e mais positivo para derrubar um Governo hostil, especialmente num país democrático, é converter esta bomba em estado latente em uma bomba de ação.

No entanto, havia uma profunda diferença entre os objetivos desses dois chefes revolucionários: Hitler oferecia às nações europeias uma nova ordem econômica; Lenine oferecia (e Stalin oferece) uma nova ordem social: A República Soviética Mundial.

O objetivo de Lenine continha não só uma atração mais universal, como também muito mais profundamente emocional. Não se restringiu simplesmente a um reajustamento das economias europeias; em vez disso, oferecia às massas ignorantes e emocionáveis uma nova esperança, um Edem terreno, a chamada Ditadura do Proletariado, ou seja o regime dos anjos terrenos.

A técnica soviética só poderá ser compreendida se olhada sob o ponto de vista de um apelo à ressurreição da fé; funda-se nesta. Onde o ardor revolucionário do Comunismo ter-se introduziu no vácuo espiritual originado pela falta do espírito religioso; e também, a sua aceitação mundial, pois, atualmente os comunistas (como os cristãos primitivos) encontram-se em todas as partes do Mundo. A sua lealdade é para com a sua Igreja e não para com o seu país, a sua devoção é messiânica e, nela, Marx é o Salvador.

É importante se dar conta de que foram as circunstâncias criadas pela revolução industrial e pela super-população as que brindaram Lenine com suas bombas

psicológicas, as quais devidamente carregadas e providas de espoletas pelos agitadores profissionais, aspiram destruir a capacidade bélica do inimigo muito mais eficazmente do que qualquer quantidade de bombas atômicas. Suas fábricas estavam feitas sob medida; estão em todas as cidades industriais, em todas as oficinas, em todas as comunidades.

Este método insidioso de luta é a alma da presente guerra fria, em que o poderio militar russo atua como uma cortina de terror, já que é sob sua proteção que os comunistas exercem a sua guerra de propaganda e de subversão. As Forças Armadas russas são, virtualmente, em suas bases psicológicas, semelhantes a uma cortina de fogo de artilharia, como base tática de um ataque de Infantaria. O perigo de sua "guerra fria" está em que, sendo uma ameaça, poderá passar a se converter no instrumento para realização da política russa.

BOMBARDEIO ESTRATÉGICO

Quando passamos ao segundo dos dois métodos radicalmente novos, o do bombardeio estratégico, vemos algo muito diferente. Em primeiro lugar, seu fim é mais econômico que psicológico: destruir o potencial industrial inimigo. É também certo que, levado a cabo, espera-se simultaneamente com tal destruição, que baixará, rapidamente, a moral civil inimiga. No entanto, se algo apreendemos do bombardeio estratégico da Alemanha e do Japão, é que seu efeito moral é muito limitado e a desmoralização que produz muito pequena.

Como todos os meios puramente militares, o bombardeio estratégico não dá ao inimigo nada além da derrota, conseqüentemente não poderá eliminar os males da nossa civilização industrial. E, mais ainda, a causa do caos e a miséria que ocasiona não pode deixar de agravá-los, e em conseqüência, de aumentar o clima propício ao Comunismo.

Como sucede com as Forças Armadas Comunistas, a força principal do bombardeio estratégico prende-se muito mais na ameaça do que no seu emprêgo; em outras palavras, é uma arma psicológica para coibir os russos a não apelarem para a "guerra quente".

Na "guerra fria", que é tão guerra quanto a "quente", as "bombas psicológicas" estão todas do lado russo, do mesmo modo que até há pouco tempo, as bombas atômicas estavam todas do lado contrário. Mas, agora, que os russos também a possuem, os seus adversários carecem das psicológicas e a guerra fria se desenvolverá cada vez mais contra as Democracias.

Só quando possam juntar os ataques psicológicos à sua defensiva econômica é que estarão em condições de enfrentar a Rússia, no mesmo plano de igualdade. Mesmo que isso não impeça os russos de substituir a guerra fria pela "quente", poder-se-á perguntar: desejam os russos a guerra "quente"?

Ainda que se não possa contestar, com certeza, a uma pergunta hipotética, se alguma coisa ficou demonstrada no último conflito mundial é que as guerras mundiais se tornam cada vez menos proveitosas para os que tomam parte nelas. O fato dos russos manterem o Exército mais poderoso do Mundo não contraria e sim, ao contrário, apoia esta asserção. Seu objetivo em mantê-lo é, provavelmente, o de conservar o "Statuquo" que, durante os últimos cinco anos, lhes resultou tão vantajoso, e não acabar com ele. Em conseqüência, devemos aceitar, como provável, que a revolução soviética mundial, triunfará ou fracassará, segundo ganhe ou perca a atual "guerra fria".

Seja ou não assim, que exige a guerra psicológica ocidental? Um fim, um "evangelho" e um instrumento. O fim deverá ser, não só combater a ideologia comunista mediante um ataque incessante, bem como, simultaneamente, eliminar os males da civilização industrial, uma vez que, se isso não

fôr feito, não se chegará a um resultado decisivo.

UMA CARTA DEMOCRÁTICA

O "evangelho" deverá adotar forma de uma Carta Democrática, tão atraente para as massas, como o é o Manifesto Comunista e cuja doutrina deverá ser observada, para demonstrar que seus partidários possuem tanta fé em seu credo como os comunistas no seu.

Finalmente, o Komiform deverá ser combatido por um Anti-Komiform, um cérebro estratégico organizado para dirigir a guerra psi-

cológica, baseado em linhas ideológicas convenientes. Os objetivos deverão ser: atacar e desarraigar o culto comunista onde quer que se encontre e estimular e manter viva a cultura ocidental nos países que a Rússia está, agora, subvertendo.

O problema da guerra é, hoje em dia, mundial. Já não é uma questão de dinastias nem de políticas, é sim uma luta pela sobrevivência humana e quanto antes derem conta de seu caráter, mais rapidamente os países do mundo encontrarão uma solução para a crise que os ameaça asfixiar.

OFICINA MECÂNICA BRASILEIRA

Fabricante do Reparo para Metralhadora "Madsen" 1935

MARIO FABRI

Encarrega-se de serviços de mecânica em geral
Serviços de Tornos — Serviços de Freza — Serviços de Platina
Soldas elétricas e a Oxigênio — Serralheiro — Estamparia

Fabricação própria de fogareiro de um queimador a gasolina, tipo militar
Fabricante da palha de aço "Cruz de Malta"

ORÇAMENTOS GRÁTIS

RUA TENENTE ABEL CUNHA, 149-A-B E C

BANCO DO VALE DO PARAIBA S.A.

CAPITAL E RESERVAS — CR\$ 39.747.120,80

MATRIZ: TAUBATÉ — Rua Duque de Caxias, 253 — Telefones: 160 e 521

FILIAIS: SÃO PAULO — Rua da Quitanda, 85-93 — Telefones: 33-2503 e 36-013

RIO DE JANEIRO — Rua Visconde de Inhaúma, 111 — Telefones: 43-1114, 23-4461 e 43-3781

AGÊNCIAS: Arealva, Bananal, Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Brotas, Caçapava, Cruzeiro, Dourado, Guaratinguetá, Ibirá, Irapuá, Itavol, Jacaré, Jati, Lorena, Mineiros do Tietê, Pindamonhangaba, Potirendaba, São José dos Campos, Tabapuá, Torrinha, Urupês, Vila Maria (São Paulo)

ESCRITÓRIOS: Cunha, Paraibuna, Piquete, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião, Ubatuba

DEPÓSITOS — DESCONTOS — CAUÇÕES — COBRANÇAS — E TODOS
SERVIÇOS BANCÁRIOS

FACILIDADE PRESTEZA E SEGURANÇA
PAGUE SEMPRE COM CHEQUES: — FACILITA OS PAGAMENTOS
E EVITA ENGANOS

A PSICOLOGIA NAS FORÇAS ARMADAS

Cel. JOSÉ HORÁCIO DA CUNHA GARCIA

Podia ser até irrisório tentar salientar-se a importância da psicologia para as Forças Armadas, isto é, a dependência que dela tem quase tudo que fazemos. Se, em muitos países, além da psicologia já estar incorporada aos currículos de suas escolas militares, servem-se suas Forças Armadas de todos os cidadãos especializados, entre nós, mesmo no meio civil, se já há psicólogos de nomeada e se, nos meios médicos, jurídicos e particularmente educacionais já há estudiosos desses assuntos, não está o conhecimento desta ciência difundido como seria desejável; entre nós, nas Forças Armadas, onde a psicologia pode prestar, como está prestando, em certos países, relevantes serviços, apenas começamos a balbuciar.

A psicologia geral, em si, como alguns de seus ramos (a psicologia diferencial e, sobretudo, a educacional e a coletiva) necessitam ser mesmo difundidos desde cedo em nossos meios militares, uma vez que nossas escolas devem formar educadores e condutores de homens.

O conhecimento da natureza humana, a sua compreensão, a possibilidade de ver ou sentir pequenos indícios (ou sintomas de fundo psíquico sempre cheios de nuances no início de suas manifestações), de ligar estes indícios às suas causas, de aplicar a medição devida, são pontos que, a um primeiro exame, sobressaem, afirmando a necessidade do estudo da psicologia por nós, militares.

Atualmente, fala-se muito em seleção e vemos companheiros embrenharem-se a fundo neste assunto sem mesmo conhecer as bases da

formação e da conduta da personalidade.

Não tem fundamento a afirmação de alguns de que, em um indivíduo com 18 anos (biológicos), nada se pode fazer para alterar a sua conduta, as suas formas de reação, porque sua personalidade já está constituída; um fato podemos afirmar com a atenção que vimos dispensando aos problemas psíquicos nas Forças Armadas: é que é fácil alterar profundamente a mentalidade de um rapaz desta idade e muito particularmente causar tais abalos em sua personalidade que ele perca, em parte, a confiança em suas possibilidades, coisa tão necessária ao combatente.

Dentro dessas considerações e por extensão ressalta, desde já, a importância da orientação psicológica no Colégio Militar, nas Escolas Preparatórias e mesmo na Escola Militar.

Todos sabemos, e é comum em psicologia, que a personalidade de um indivíduo adquire seus traços mestres ou fundamentais do nascimento (já se aceita desde a gestação) até os 5, 6 e 7 anos; mas ninguém contesta a influência do meio na conduta dos indivíduos, particularmente a influência de um meio ativo, como é o de escolas frequentadas por indivíduos de 10 a 18 anos, com regulamentos rígidos e professores, instrutores e comandantes também rígidos.

O fenômeno observado em uma criança que, sem a preparação necessária, é lançada na coletividade heterogênea de um colégio, repete-se, em menores proporções, no ingressar um menino no Colégio Militar, ou um adolescente nas Es-

colas Preparatórias, na Escola Militar ou Corpo de Tropa.

Para nós, a responsabilidade do Colégio Militar e mesmo das Escolas Preparatórias é quase total na conduta posterior do oficial.

No momento que atravessamos, o Colégio Militar, as Escolas Preparatórias e a Academia Militar das Agulhas Negras, particularmente aqueles, deviam ser verdadeiros templos ativos de civismo e de moral; dizemos ativos, porque não basta (é desperdiçar tempo) eriar um ambiente e deixar que este ambiente aja mornamente sobre os pacientes ou que, às vezes, corrigindo um relapso, sacuda-se este ambiente com uma lição ativa. Não! Compreendemos por templo ativo o estabelecimento que motiva as boas ações, predispõe os rapazes às ações certas, concita-os, possui espírito coletivo que empolga a todos, animando e refreando.

A mentalidade militar é formada nesses estabelecimentos e a personalidade, em geral, sofre as profundas modificações. Donde a necessidade imperiosa de uma atuação científica sobre a conduta dos alunos. Não bastam as ações isoladas, às vezes oportunas, dos psicólogos práticos, dos curandeiros da mente, como podemos chamar todos aqueles que agem pelo simples senso comum, sem conhecimento específico. Não! O organismo humano e de tal sensibilidade e particularmente o do indivíduo até 17, 18 anos, que constitui quase um crime menejá-lo sem a observação atenta de técnicos em psicologia educacional.

Os indivíduos devem ser tratados individualmente; cada um é um caso.

— Quem julga que um indivíduo dos 10 aos 13, 14 anos já pode resolver todos os seus problemas independentemente?

— Quanto problema sem solução, cujas raízes se adentram na personalidade em formação ou melhor em confirmação?

— Quanta falta de aproveitamento nos trabalhos pela falta de adaptação necessária ao meio?

— Quanta desistência e quanta carreira frustrada por desentendimentos passageiros?

— Haverá idade em que o indivíduo é mais fácil de conduzir cientificamente que esta dos 10 aos 17 anos?

— Já foi salientada em nosso meio e tomada na devida consideração a importância da conduta, nesta idade, em relação à conduta do adulto?

— Qual o órgão, em nossos estabelecimentos militares, encarregado de orientar psicologicamente os alunos necessitados?

— Ou melhor, qual o órgão, nesses estabelecimentos, capaz de descobrir os alunos necessitados de auxílio?

— Concorde o leitor que os problemas por acaso surgidos podem influir na conduta atual dos alunos e na vida futura do oficial?

— Pensa o leitor que a situação atual da vida aconselha atenção especial para a formação moral, espiritual, mental ou psicológica do aluno, ao lado da formação física e intelectual?

— Sabe o leitor que menos de 1 % dos nossos estabelecimentos de ensino civis e militares cogita da preparação moral de seus alunos?

— Já pensou o leitor da influência do estado moral sobre a produção nos campos físico e intelectual?

— Avaliou o leitor o valor da preparação moral nestes estabelecimentos para a formação da mentalidade do quadro de oficiais das Forças Armadas?

— Acha o leitor que os nossos estabelecimentos de ensino devem continuar, como os civis, a não cogitar da orientação moral ativa de seus alunos?

— Não acha o leitor que, sendo as Forças Armadas, em nosso país, o núcleo cultural maior e mais homogêneo (por estas razões tem desempenhado papel saliente na vida nacional), estamos perdendo uma oportunidade imperiosa e imprescindível de prestar relevante serviço ao Brasil, orientando firme e cientificamente a formação moral de nossa mocidade militar?

É necessário que se proclame, porque muita gente não sabe, que nestes últimos anos a Diretoria de Ensino tem feito evoluir o ensino no Exército; já há muita coisa moderna sendo aplicada e constando das cogitações dos responsáveis; moderna, embora já velha em outros países e mesmo entre nossas elite de educadores. Muito há ainda que fazer justamente porque não possuímos bases para encarar cientificamente os problemas educacionais; o estudo da psicologia é imprescindível, não só para orientar cientificamente a educação, o ensino, a instrução, ou o que for deste ramo no meio militar, como para compreender a coletividade, uma vez que, como chefes, devemos ter meios de agir sobre estas coletividades e poder conduzi-las. Se nos limitarmos a analisar apenas a instrução militar quanta coisa ainda nos falta!

A maioria de nossos instrutores pouco sabe sobre a motivação, sobre a transferência do conhecimento e do treino, sobre a fixação dos conhecimentos, sobre a memorização, sobre estímulos, sobre reflexos, instintos, impulsos, e sobre muitos outros pontos básicos para a instrução.

É verdade que fazemos aplicação de muitos dos princípios da teoria da aprendizagem, mas é mais ver-

dade que deixamos de aplicar muitos, prejudicando a economia do ensino.

O curso de técnicos de ensino, criado pela Diretoria de Ensino e o Curso de Seleção do C.A.E.R. têm divulgado muitos conhecimentos necessários ao bom manejo do pessoal.

Um grave defeito vem se notando, entretanto, na seleção do pessoal para esses cursos; não são escolhidos os oficiais que tem pendido pelo assunto, mas sim, é triste dizer-se, oficiais escalados ou que se apresentam voluntários porque necessitam permanecer algum tempo na Capital.

É imperioso que se faça propaganda destes cursos, que se mostre o campo de conhecimentos que eles abrem a quem os faz e sobretudo a importância que têm para o Exército.

Em traços gerais, sem estudar o problema *in loco*, mas apenas nos servindo de informações colhidas aqui e ali, é que tecemos estes comentários sobre o ensino Militar de 25 anos para cá, porque de 25 para lá, nós o vivemos e podemos falar, mas não interessa a não ser com vistas a um rápido retrospecto para estudo da evolução da educação em nossos meios militares.

RELOJOARIA S. PAULO

COMPLETO SORTIMENTO DE RELÓGIOS, JOIAS E BIJOUTERIAS

SECÇÃO DE FORNITURAS

CAETÊS, 525 — FONE: 4-3144 — BELO HORIZONTE

FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS, POR ATACADO E A VAREJO

SALVADOR GONZALEZ RODRIGUES

COMISSÃO, CONSIGNAÇÃO E CONTA PRÓPRIA

Entrepósito Municipal de Gêneros — Deffrente o Compartimento, 54

Quadra n. 11

TELEFONE, 33-4689 — SÃO PAULO

Geografia e História Militar



A RETOMADA DE CORUMBÁ

JOSE NONATO DE FARIA

Um matogrossense que no posto de Tenente fez parte do Batalhão da Vanguarda que, sob o comando do então Tenente-Coronel ANTÔNIO MARIA COELHO atacou e retomou a cidade de Corumbá do jugo paraguaio, em 13 de junho de 1857

AO EXÉRCITO NACIONAL

Uma página inédita da sua história.

Oferece o autor.

NOTA DA REDAÇÃO — A "A Defesa Nacional" vai iniciar, neste número, a publicação de um relato histórico da retomada de Corumbá, de autoria do Sr. JOSE NONATO DE FARIA, filho do Ten.-Cel. honorário do Exército Delfino Nonato de Faria, que tomou parte, como Tenente, naquele memorável acontecimento. Tendo recolhido do pai uma descrição fiel e, em muitos pontos, inédita das operações que culminaram com a retomada de Corumbá, o Sr. José Nonato de Faria brindou-nos com páginas de um realismo impressionante e de interesse histórico indiscutível. Escritas em linguagem simples e despretenciosa, nem por isso perdem o seu valor, antes o reforçam, parecendo nos fazer recuar até aqueles distantes e angustiosos dias em que tivemos o solo pátrio talado pelo inimigo invasor. Algumas referências que o autor faz a vultos do passado servem ao esclarecimento da verdade histórica e não podem deixar de ser registradas, visto terem sido ditadas por quem tomou parte saliente nos acontecimentos.

Em resumo, descrição viva, fiel, colorida, destinada a agradar.

DUAS PALAVRAS

Por muitos anos recalquei ao coração a vontade que chegava, por último, às proporções de uma obsessão, de fazer esta publicação,

para tornar conhecidos, não só de Mato Grosso como de todo o Brasil, estes feitos militares que representam o contingente com que concorreu o meu saudoso pai para que a Nação pudesse, então, enfrentar

e vencer o exército paraguaio, invadir.

Todas as vezes que eu lhe tocava nesse assunto, encontrava, de sua parte, opposição decidida: Não convém.

Primeiramente, porque esses feitos de guerra, em vez de me envaldecer me humilham; em vez de me alegrar, ao deles me lembrar, me entristecem.

Por que brigar e mesmo matar pessoas completamente desconhecidas, como se fôssemos, de parte a parte, duas turmas de loucos?...

Só mesmo a situação horrível em que me vi, de ferir para não ser ferido, para não morrer, me poderia levar a servir-me da minha espada da maneira porque o fiz.

Segundo, porque isso iria prejudicar a muita gente: a uns, turvando-lhes somente a memória porque já morreram; a outros, provocando duros castigos porque o crime militar que praticaram comigo e com os meus valentes companheiros é crime de morte.

Abandonar no barranco de um rio largo, transbordando de cheio e cercados por um pantanal sem fim, 56 soldados sem recurso algum, estando alguns deles doentes de moléstia violenta, e ainda na iminência de serem trucidados pelos inimigos, que, segundo diziam os prisioneiros, já deviam estar perto, é cousa que se não faz.

Um soldado, lamentando a sua situação dizia:

Por que não foi eu um desses dois que desapareceram?!

Pior que a morte é este nosso estado.

Porque a igitrité trazia 58 pessoas, mas, duas desapareceram na hora da balbúrdia do seu embarco, não se chegando a saber se morreram feridos por bala, ou se afogados.

Levados esses fatos ao conhecimento das autoridades militares, quantos amigos meus não sofreriam penas graves?

Até o Antônio Maria seria castigado.

E' verdade que eles, oficiais, explicaram-se bem.

Obedeceram ordem superior.

O Presidente da Província acumulava as funções de Comandante das Armas e, na ocasião, viajava superintendendo o comando de todo o 2º Corpo.

Ainda em suas justificativas, diziam os oficiais:

A audácia, com que agiu o "Salto Guairá", e a notícia de que vinham já aí perto mais dois vapores semelhantes, apavoraram o Presidente de tal maneira que, por último, respondia aos gritos a qualquer que se opusesse, com sugestões, à sua ordem terminante: Subir o rio a todo vapor.

Nenhum comentário escrito ficou da chegada desse restante Batalhão da Vanguarda.

De acordo comigo, fizeram completo silêncio sobre o caso.

Eram essas as razões que o meu pai me apresentava, quando lhe tocava no assunto.

E como em todo o correr de sua vida era-me prazer obedecê-lo, não mais tratei do caso mesmo depois dele morto.

Achei que devia continuar a fazer-lhe a vontade tanto quanto o fazia, quando ainda vivo.

* *

Passaram-se os anos e agora, narrando eu ao filho, que é militar e tem o mesmo nome do avô, trechos da sua vida para que ele bem possa compreender a responsabilidade do seu nome, pediu-me que publicasse este folheto, e com tamanho interesse que eu, considerando não mais trazer o relato da verdade oculta prejuízo a ninguém, acedi ao seu querer.

TRONCO DE DESCENDÊNCIA DE UM HEROI MATOGROSSENSE E TRAÇOS DA SUA VIDA MODELAR

O Tenente-Coronel Honorário do Exército Delfino Nonato de Faria, falecido em 18 de setembro de 1911, cujo corpo foi sepultado no cemitério do 1º Distrito desta Capital, de Cuiabá, nasceu a 26 de julho de 1833, em uma Fazenda no Município de Poconé, sendo seus pais: Salvador Paes de Faria e D. Custódia Eugênia Nonato de

Arruda e Sá, esta falecida a 14 de agosto de 1844, com 33 anos de idade, cujo corpo foi dado à sepultura na sacristia do Sacramento da Igreja Matriz desta cidade, de Cuiabá; aquêle, no dia 25 de setembro de 1862, com 60 anos de idade, sepultado na Igreja de São Gonçalo, defronte do altar de N. S. da Conceição.

Descende, portanto, o Tenente-Coronel Delfino Nonato de Faria, em linha reta, desses dois troncos, que, como os Antunes Maciel, Costa Marques, Figueiredo e outros, vindos do Estado de S. Paulo, penetraram neste Estado e nêle se estabeleceram como agricultores e criadores de vacum e cavalar, povoando toda esta extensa zona de centro e sudoeste matogrossense que vai da margem direita do Rio Cuiabá à esquerda do Paraguai, passando pelas cidades de Livramento, Poconé até à de S. Luiz de Cáceres.

Falecido o seu pai, Delfino com menos de trinta anos, veio para Cuiabá, onde se dedicou ao comércio, casando-se, após, com D. Maria de Arruda Antunes Maciel, filha de D. Luíza Maria de Arruda de Figueiredo e Marçal Antunes Maciel.

GUERRA DO PARAGUAI

Com menos de um ano de casado e na primeira filha, ouviu Delfino o grito de guerra e o apêlo da Pátria a todos os homens de seus sentimentos, para que se reunissem e formassem uma força para enfrentar o estrangeiro ovado que havia invadido o solo pátrio e se apossado de diversas povoações da fronteira e da cidade de Corumbá.

Deixando à margem o conselho de muitos que lhe falaram do perigo imenso a que se ia expor e o exemplo de outros que, ao invés de atenderem o apêlo patriótico, fugiram, internando-se pelas matas à cata de seguro abrigo das escoltas que não tardariam em lhes sair ao encalço, apresentou-se ao 40º Batalhão de Voluntários da Pátria, em organização, tendo esse

seu gesto decidido animado outros que o secundaram e a êle vieram se unir ao 40º.

Não era sem razão o pavor que aos tímidos, aos insensatos dominava, pondo-os como loucos, a se moverem apressados daqui para ali, na ânsia de encontrar a solução do seu duplo problema: os paraguaios e... as escoltas.

A notícia trazida de Corumbá, por uns poucos que conseguiram escapar das mãos dos paraguaios e que foram testemunhas oculares dos desrespeito e atrocidades por êles praticados, sem distinção de sexo e de idade, monstruosidades essas nem mesmo sonhadas pelos cuiabanos, que sempre tiveram, como a sua primeira obrigação social, o respeito à vida e à propriedade, assombrou a população cuiabana.

A todos que perguntavam ao soldado Finote (Finote era o seu apelido de família, pelo qual era êle, geralmente, conhecido na cidade) se ignorava a ferocidade dos paraguaios com quem ia lutar, respondia:

Se são assim tão bárbaros, mais uma razão para reunirmo-nos todos e organizarmos uma força capaz de vencê-los e impedir, assim, que venham praticar aqui, com os nossos irmãos e as nossas famílias, o que praticaram em Corumbá.

Conquanto o argumento fôsse irresponsível, o seu ato era considerado como uma temeridade.

Por qualquer rua que se passasse, quer de noite, quer de dia, ouvia-se, partindo do interior das habitações, um sussurro contínuo: eram as pessoas da família, que, de joelho ante os altares, imploravam a clemência divina.

Fela manhã, ao meio-dia e às Ave-Marias, as Igrejas badalavam plangentemente, reavivando no coração do povo a situação de perigo em que todos se achavam e a necessidade de se chegarem para mais perto de Deus, humildes, reverentes, pedindo perdão e prometendo maior consagração.

Do interior, onde as notícias chegaram acrescidas de maiores bar-

baridades praticadas pelos paraguaios, que se supunham em demanda da Capital, corriam à cidade, aos magotes, gente de toda condição, ansiosos, por ouvirem dos homens da cidade que fim de mundo era aquêlê que por lá se anunciavam.

E êles tinham razão. Até mesmo os militares participaram dêsse temor, sem se excluir o Chefe da esquadra Augusto Leverger, acreditando que os paraguaios pudessem subir três rios sem práticos, numa extensão de 454 milhas, para atacarem Cuiabá, não enxergando, nesses ataques à fronteira de Mato Grosso, a sua única justificativa sensata — a cobertura da sua retaguarda.

As duas celeberrimas tentativas de defesa da Capital, levadas a efeito por Leverger, armando em guerra o morro de Melgaço, a 25 léguas mais ou menos desta cidade, a primeira, desmoranada por um simples boato e a segunda por uma cincada que, por um triz, teria levado a guarnição de Melgaço a bombardear o navio "Alpha", um dos componentes da flotilha e que de parceria com o "Corumbá" fazia o serviço de vigilância do Rio Cuiabá, enganou êsses que foram de conseqüências desastrosas para a população que, aos gritos de "já estão aí no Melgaço os paraguaios", fugiam como loucos, levando para as vilas e sítios do interior por onde passavam o terror, cobriram-no de ridículo, que o fizeram meter-se em casa e dela não mais sair para sugerir novo plano.

Passando o momento do terror, voltaram os ânimos à agitação e à impaciência, dada a falta absoluta de notícias com relação ao que poderiam estar os paraguaios pensando a respeito da Capital ou quais as medidas que teriam tomado que pusessem ao claro as suas intenções de chegar até aqui.

E como tal estado não podia prolongar-se indefinidamente, o governo despachou um grupo de três caboclos, moradores do Amolar e que aqui se achavam foragidos, com a incumbência de, após o último ponto dominado pela floti-

lha, descerem em canoas e se aproximarem tanto quanto possível dos pontos guarnecidos pelos paraguaios e trazerem notícias seguras.

RESOLUÇÃO HEROICA

Após o resultado dessa expedição que desceu até ao acampamento, onde os moradores do Amolar fugitivos tinham se abrigado e de quem obtiveram segura informação de que os paraguaios, depois da tomada de Corumbá, não subiram o rio, nem mesmo até ao Amolar, seja por temor de alguma localia ou mesmo porque estivessem satisfeitos com a posse de Corumbá e a conferência particular que tivera o Presidente da Província com o Capitão Antônio Maria Coelho, provocada por êste, decidiu o Presidente organizar uma força, com o objetivo de ir atacar e retomar a cidade de Corumbá.

Convocados os oficiais superiores da guarnição, expôs o Presidente o seu intento, que foi unanimemente rejeitado, falando o Coronel Bandeira, por si e pelos seus subordinados, que era temerário, impraticável o seu plano, por não haver transportes suficientes para conduzir a força que teria que ser numerosa.

Dada autorização ao Capitão Antônio Maria para falar a respeito, disse que, se lhe dessem 480 homens à sua escolha e uma força igual para apoiar-lhe a ação por água, mesmo nesses pequenos vapores, êle assumiria a responsabilidade de expulsar os paraguaios de Corumbá.

Quanto a transporte, êle precisava dos vapores para auxiliar e proteger a sua força somente até o Porto do Alegre, seguindo daí nas igarités, através dos pantanais marginaes aos rios S. Lourenço e Paraguai, até ao ponto desejado.

Aceito o seu oferecimento, se bem que temerário o seu plano, promoveu-o o Presidente ao posto de Major, dias depois elevado para o de Tenente-Coronel, à vista das suas demonstrações de capacidade organizadora e seu destemor e da sua nomeação para comandar a

vanguarda de força expedicionária em organização.

A CHAMADA

A frente do batalhões e diante dos oficiais e autoridades, inclusive a do Presidente e após uma fala do comandante Antônio Maria, concitando os soldados ao amor à Pátria, que importava no amor à terra em que nasceram, no amor à família e no amor aos seus bens, a tudo quanto possuíam, e de uma breve, clara e sem disfarces exposição dos perigos a que se iam expor para alcançarem a glória de vitória, disse:

"Todo soldado digno dêse nome que quizer acompanhar-me nesse arriscado porém belo empreendimento, dê um passo à frente!"

Foi o Alferes Delfino Nonato de Faria o primeiro a atender ao convite do Comandante, sendo, por isso, imediatamente comissionado do posto de Tenente.

(É preciso notar que a promoção de Delfino Nonato de Faria ao posto de Alferes, dias depois da sua apresentação ao Batalhão, não foi obra do acaso, nem fruto de um arranjo qualquer, mas a consequência natural de certas qualidades que possuía: destro cavaleiro, hábil atirador, conhecedor de todos os segredos da vida dos campos, ativo, inteligente, decidido e sobretudo íntegro, de um caráter a toda prova, conhecimentos e condições intelectuais e morais essas que realçam os valores de um bom oficial).

Contando o Tenente-Coronel Antônio Maria Coelho com grande simpatia em todos os batalhões e mul especialmente nos corpos de Voluntários da Pátria, não lhe foi difícil organizar o Batalhão com que embarcou e seguiu, rio abaixo, a 13 de maio de 1867, em demanda da cidade de Corumbá.

O seu efetivo era de 480 homens, sendo: oficiais (inclusive o Comandante) 30 e 450 em subalternos e praças.

O Batalhão compunha-se de: seis companhias, fazendo parte da segunda o Tenente Delfino.

O transporte da força foi feito, desde o porto de Cuiabá, em igaritês protegidas pelos pequenos navios da flotilha — "Corumbá", "Antônio João", "Alpha", "Jaurú" e "Cuiabázinho" até a barra do Rio Negrinho, que subiram e meio quilômetro após o deixaram entrando no pantanal.

PANTANAL

Devido à pouca altitude dos terrenos que medeiam entre Cuiabá (168 metros, tomada no porto da cidade, ao nível d'água), Poconé e São Luiz de Cáceres, em grande largura, e extensão calculada em 454 milhas, até Corumbá, transbordam na estação das águas, os rios Cuiabá, S. Lourenço, Paraguai e seus afluentes, formando, nas terras marginais aos rios e pouco abaixo destas cidades, um mar de águas doces povoado de piranhas, jacarés, desde os propriamente assim chamados até o aligátor e o caimão, arraiais, mosquitos e infinitudes de outros animais, no interior das águas e na sua superfície, que fazem dele como que um mundo a parte.

A não ser os animais que o povoam, só as aves aquáticas o exploram, dele retirando o necessário à sua alimentação.

O gado, que na estação seca, quando o mar de águas doces se transforma em mar de verduras, o povoa, é, no tempo próprio, dele retirado pelos Fazendeiros que o conduzem aos terrenos mais altos da fazenda, sob pena de perecer, se o deixarem à simples orientação do instinto.

A gramínea macia que, na estação oposta, cobre toda a terra e a oculta, dando-lhe o aspecto de um tapete verde médio, de veludo, é devorada toda pelos peixes, ficando-lhe as raízes porque protegidas pela lama que logo se forma, na enchente, e as cobre.

Não fêra as aves aquáticas, desde a marrequinha mimosa, os franços d'água, os patos, os pensativos socós, os róseos colhereiros e os gigantes tuiuiús que, em bandos sucessivos, o cruzam e o adornam em quase todos os recantos, o pan-

tanal seria uma região, no seu aspecto natural, semelhante à do Sahara, na África, em tristeza.

Mas a vida que o anima e a beleza das formas e plumagem das aves que o povoam; a variedade de seus cânticos que se chocam com o urro seco e duro dos caimões; variedades outras de trilos e chiados os mais diversos, transformam aquela região, donde a vida humana foi escorraçada, em uma das mais poéticas do globo.

E não só isso: é um manancial inextinguível de riquezas que ainda não foram exploradas.

O azeite da piranha e de outros peixes próprios das lagoas e pantanais; o azeite dos jacarés (impiricamente aplicado como o primeiro remédio para combater eficazmente a tuberculose), o couro, especialmente dos caimões, de grande procura nos mercados estrangeiros, estão aí como a desafiar os capitalistas brasileiros que, em sua maioria, têm a sua fortuna enterrada nos bancos a juro de 2 % ao ano.

Aqui no Estado só o sírio e o italiano têm feito algumas tentativas nesse sentido, mas sem grande resultado devido à falta de capital.

Mas, aí nesse mesmo pantanal cheio de vida, de poesia e riquezas sem fim está o perigo, o infortúnio e não raro, a desgraça.

Sendo a piranha de uma voracidade sem par, o menor descuido pode ser a causa de grave consequência.

O simples cheiro de carne nas mãos de quem nela pegou, pode ser a causa da perda dos dedos, se desastrosamente êle meter a mão dentro d'água.

A arraia não poupa quem pisa sobre ela ou dela perto, e o caimão anda sempre à espreita de quem pode deverar.

O mosquito, não só incomoda, mas inculca grandes males no organismo, desde o terrível impaludismo até febres outras de igual ou pior caráter.

A própria água é portadora de outras moléstias provocadas por germens naturais em águas estagnadas.

Nas travessias de cordilheiras é quase certo topar-se com a onça que, acossada pela fome (devido à retirada do gado do pantanal), age com dobrada audácia.

Enfim, atravessar o pantanal, na época da sua grande cheia, é expor-se a perigos de toda a sorte, muitos deles inevitáveis.

E foi nesse pantanal sem fim, que se estende de poucos quilômetros abaixo de Cuiabá até o Forte de Coimbra, e avançando ainda se confunde, abaixo, com o Chaco paraguaio, que o Tenente-Coronel Antônio Maria Coelho se internou com o seu batalhão, Vanguarda do 2º Corpo Expedicionário, acomodado em igarités puxadas à zinga e a remo, levando, cada uma, uma ou duas canoas com que faziam as diligências na viagem.

Uma delas era a de dar a direção, a rota à expedição, de maneira a não se distanciarem muito dos rios que margeavam e, assim, poderem estar a par do que neles se passava.

A seguir:

"O plano de ataque à cidade de Corumbá".



O PRIMEIRO NOME
EM ROUPAS

ROUPAS E

ARTIGOS PARA

HOMENS

MATO GROSSO E AS LUTAS PELA FIXAÇÃO DA FRONTEIRA OCIDENTAL DO BRASIL

O presente trabalho, que pretendemos publicar numa série de cinco artigos, foi realizado com a exclusiva finalidade de proporcionar, aos estudiosos do assunto, subsídios históricos essenciais às conclusões de ordem militar, concernentes à defesa da extensa fronteira e do vastíssimo território situados na região centro-oeste do Brasil.

Desta maneira, este e os artigos seguintes, sem nenhuma preocupação de originalidade ou erudição, vêm a ser uma singela síntese da história do desbravamento de Mato Grosso e, particularmente, das expedições e acontecimentos militares ali registrados, através de três séculos de lutas e de civilização.

Sobre assunto correlato, a "Defesa Nacional" já publicou, em seus números de março e agosto do corrente ano, excelentes estudos do Exmo. Sr. Gen. Sílio Portela e do Cel. Adalardo Fialho, versando os aspectos geográficos do território matoprossense e as conclusões militares que nêles podem inspirar-se.

"Mato Grosso e as lutas pela fixação da fronteira ocidental do Brasil" completa, portanto, a nosso ver, com os trabalhos acima citados, o quadro de conjunto que permitirá aos cultores do assunto extrair, no domínio da tática ou da estratégia, conclusões que sejam corretamente justificadas pela análise dos respectivos elementos geográficos e históricos apresentados.

Não nos parece demasiado afirmar que essas conclusões têm caráter puramente pessoal e conseqüentemente estão sujeitas a contestações de toda a ordem, pois todos nós sabemos como os trabalhos dessa espécie sofrem influências psicológicas variadíssimas, que podem até conduzir ao refrão popular, de "cada cabeça, cada sentença".

ANTÔNIO DE SOUZA JÚNIOR,
Gen. Bda. R-1

I

O POVOAMENTO DE MATO GROSSO

A) ANTECEDENTES

Enquanto, na primeira metade do século XVI, os portugueses se estabeleciam na orla atlântica das terras recém descobertas, os espanhóis, embora senhores já de uma faixa lit-rânea do Pacífico, procuravam conhecer o interior do novo continente, em busca de tesouros e de novos domínios para a Casa Real de Castela.

Assim, depois das bem sucedidas expedições de Juan Dias de Solis, em 1516, e de Sebastião Caboto, em 1526, pelos rios Paraná, Uruguai e Paraguai, e da fundação de Buenos Aires, por Pedro Mendoza, em 1535, levantou Juan Ayolas, aos 15 de agosto de 1538, à margem daquele último rio, uma povoação a que deu o nome de Assunção. E esta, desenvolvendo-se e prosperando, veio a ser, efetivamente, durante largo pe-

riodo, o centro irradiador de todas as tentativas de conquista e de colonização castelhanas, a oeste do imaginário meridiano de Tordesilhas, na região sul do continente recém descoberto.

Alguns anos mais tarde, gaingando a serra do mar, os portugueses foram lançar, em 1554, no planalto de Piratininga, os fundamentos da vila de São Paulo, de onde partiram, durante mais de um século, as bandeiras expansionistas, que traçaram, praticamente, o contorno do Brasil.

Assunção e São Paulo passaram a ser, portanto, desde logo, os dois importantes centros de irradiação das iniciativas espanholas e portuguesas, de dilatação dos domínios das duas Coróas ibéricas. Como essas, no período de 1580 a 1640, estiveram reunidas sobre a cabeça do mesmo Soberano, somente a partir da Restauração de Portugal foi que os movimentos e incursões oriundos daqueles dois centros começaram a criar choques de interesses e provocar lutas pela posse daquilo que cada qual julgava de seu legítimo e líquido direito.

B) O CICLO ESPANHOL

Parece que a primeira arremetida dos sertanistas espanhóis, estabelecidos em Assunção, no rumo N.-NE., se deve ao próprio Juan Ayolas, que, em 1538, subiu o rio Paraguai até o porto de São Fernando e daí passou ao Peru.

Alguns anos mais tarde, em 1543, o Governador do Rio da Prata, Alvaro Nuñez Cabeza de Vaca, que já realizara, em 1542, extensa marcha desde o rio Itaboca, em frente à ilha de Santa Catarina, até Assunção, (1), saiu dessa localidade e, navegando pelo rio Paraguai, chegou a Puerto de Los Reys (na confluência do rio Cuiabá, para uns, na Lagoa Gaíva, para outros), de onde regressou. Idêntico roteiro tomara, ainda em 1542, a mando do mesmo Adelantado, ou Governador, talvez como reconhecimento, o Capitão Juan Irala, que abandonara Buenos Aires e se transferira com toda a população e os depar-

tamentos do Governo para a então próspera cidade de Assunção.

Em 1546, Irala tornou a subir o rio Paraguai, passou pelo porto de Itatin (confluência do rio Miranda, para muitos) e alcançou Puerto de Los Reys, de onde, transferindo-se para o vale do rio Beni, prosseguiu na sua viagem de exploração até a região andina.

Em 1556, Nuflo Chavez subiu o rio Paraguai até a barra do rio Jauru, a cujo porto denominou Parabanzanes; daí rumou para a Província de Chiriguano e chegou até as encostas dos Andes, onde, no ano de 1560, fundou uma povoação, a que deu o nome de Santa Cruz de La Sierra.

Mas, para os exploradores e sertanistas espanhóis, o rio Paraguai, dentro em breve, não apresentaria mais nenhum segredo: seria apenas a excelente via de comunicações para o norte, a qual poderia permitir, em boas condições, a ligação e o povoamento entre Assunção e Lima (Peru). Isto, entretanto, não era tudo que ambicionavam. Daí as incursões na direção do oriente, que iniciaram em busca, por certo, de uma saída para o Atlântico.

Parece que foi ainda Irala quem primeiro procurou explorar as terras para leste. Em 1553, saindo de Assunção, por terra, alcançou o rio Paraná, um pouco a montante dos Saltos das Sete Quedas; desse ponto, navegou rio acima até o rio Tietê, pelo qual subiu até o Salto de Albandaba (Avanhandava, talvez), onde teve violento encontro com os índios tupis. De regresso, em 1554, o Capitão Rodrigues Vergara fundou, num local situado uma légua a montante dos Saltos das Sete Quedas, uma povoação a que chamou Ontiveros.

Em 1557, Ruy Diaz Melgarejo, com uma expedição de 100 soldados, partiu de Assunção, ainda por terra, transpôs o rio Paraná e foi levantar uma povoação três léguas acima de Ontiveros, na barra do rio Piquiri, dando-lhe o nome de Ciudad Real (Guaira). E esse mesmo Melgarejo fundou, sucessivamente, mais tarde, a duas léguas ao oriente do rio Paraná, a Vila

Rica do Espírito Santo, a qual foi mudada pouco depois para a região da confluência dos rios Ivaí — Corumbataí; e, em 1579, a povoação de Santiago de Xerez, sobre umas alturas que dominavam o rio Mbotetey (rio Miranda). Essa povoação, que se tornou famosa, na época, foi evacuada alguns anos depois, para ser restabelecida à margem direita do rio Mondego, em 1593, e, finalmente, transferida para a chapada da Serra do Amambai, em 1625. (Segundo Barão do Rio Branco, esta foi a cidade de Xerez atacada e destruída pelos paulistas, em 1632) (2).

Foi, entretanto, na primeira metade do século XVII, que as viagens de exploração e as iniciativas de povoamento do solo, rumo do oriente, tiveram maior desenvolvimento, mercê, por certo, da união das Coroas de Portugal e Espanha, de 1580 a 1640, do melhor conhecimento da região e da ação catequizadora dos padres jesuítas.

Assim, transpondo o rio Paraná ou galgando as serras do Amambai, os sertanistas espanhóis foram fundando as seguintes povoações: à margem do rio Paranapanema, Loreto e Santo Inácio, em 1610; — no vale do rio Tibagi, San Xavier, em 1623, San José, em 1624, Encarnación, em 1625, San Miguel, em 1628 e Jesus Maria, em 1630; — às margens do Ivaí, San Pablo e Santo Antônio; — perto das nascentes do Corumbataí, Concepción de Los Gualachos, em 1628, e junto ao salto grande do Iguaçu, Santa Maria Maior, além de outros povoados mais para o Sul; — no vale do rio Pardo — Anhanduí, San Pedro y San Pablo, Cruz de Bolaños, San José de Itatines e Angeles (2).

O movimento expansionista espanhol, partindo de Assunção, nas direções do norte e do oriente, alcançava e fixava-se, principalmente, às margens do rio Mbotetey (rio Miranda), rio Pardo-Inhanduí, rio Paraná, rio Paranapanema e rio Iguaçu.

Território considerado a oeste do meridiano de Tordesilhas, nele se estabeleceram, os grupos castelhanos, confiantes nos termos da bula

do Papa Alexandre VI, que partilhara, em 1492, o mundo desconhecido entre as Casas Reais de Portugal e de Espanha.

C) PRINCIPAIS ROTEIROS DOS ESPANHÓIS PARA MATO GROSSO

Durante os dois primeiros séculos do descobrimento, os espanhóis sediados em Assunção utilizaram-se, principalmente, do rio Paraguai e de seus tributários, em suas investidas expansionistas.

De fato, essa excelente via de comunicações muito lhes facilitou o avanço ou os cometimento, tanto para o norte como para o nordeste, em busca de ouro e de terras para a Metrópole.

Mas, não foi somente pela via fluvial, pelo volumoso e manso rio Paraguai, que subiram os sertanistas castelhanos. Os caminhos terrestres também foram abertos e percorridos duramente, através de matas e rios e por sobre as extensas cordilheiras.

Dêses, os principais se dirigiam para o oriente e nordeste, atraídos pelas matas exuberantes do rio Paraná e de seus afluentes, ou pelos campos intermináveis e encantadores, que se estendiam a cavaleiro das serras do Amambai e de Maracaju.

D) O CICLO BANDEIRANTE

Realmente, a penetração bandeirante para o ocidente teve começo nas primeiras décadas do século XVII, com Raposo Tavares, segundo a maioria dos nossos historiadores. Mas, antes disto, já um arrojado sertanista português, Aleixo Garcia, partindo de Santa Catarina, havia atravessado o continente, do Atlântico ao Pacífico, por um roteiro que seria, mais tarde, muitas vezes palmilhado por outros exploradores.

O caminho seguido por Aleixo Garcia tem sido muito discutido pelos estudiosos do assunto. Segundo certa versão, ele teria marchado até Assunção e daí, pelo rio Paraguai acima, navegado até São Fernando, depois do que teria se internado em território das Charcas

ou do Peru, a procura de minas de pedras ou de metais preciosos. Para outros, porém, baseados nos relatórios do Adelantado Alvaro Nuñez, que, em sua excursão em 1543, se utilizara de índios que haviam acompanhado Aleixo Garcia, o itinerário seguido por este foi bem diferente.

"À vista do formal depoimento dos índios guaxarapos (paiguás), Garcia desceu pelo rio Miranda, que era o Yapaneme desses gentios, atravessou, nas imediações da foz do Miranda, o rio Paraguai, e internou-se pelo território adjacente, em busca das minas de Potosí. A latitude de 19°20' mencionada, que combina com a foz do rio Miranda, exclui qualquer dúvida a respeito.

Ora, se Garcia desceu pelo Miranda e por ele veio ter ao Paraguai, não subiu por esse rio de Assunção até São Fernando; o percurso que realizou foi outro, efetuado por terra, atravessando o Ipané, o Aquidaban, o Apa, e, ao penetrar no território hoje Mato Grosso, caminhou fraldeando os contrafortes da Serra do Amambai, até encontrar aquele rio, pelo qual desceu ao Paraguai" (3).

A primeira bandeira, porém, que tomou o rumo do ocidente, em busca dos índios aldeados pelos jesuítas ou pelos espanhóis nos vales dos rios Paraná e Paraguai, foi a de Antônio Raposo Tavares. Partindo do planalto de Piratininga, das vizinhanças da vila de São Paulo, em agosto de 1623 (ou outubro, segundo Basílio de Magalhães), a bandeira de Raposo Tavares, constituída de 900 mamelucos e 2.200 índios, marchou na direção geral de sudoeste e foi acampar além do rio Tibagi, nas proximidades das reduções jesuíticas. Entre janeiro e março de 1629, aproveitando-se de um incidente ou pretexto desejado, os paulistas atacaram e destruíram as aldeias de Santo Antônio, São Miguel e Jesus Maria, aprisionando os índios que puderam.

A obra de destruição desses povoados prosseguiu nos anos seguintes. Em 1631, outras bandeiras arrasaram San Pedro y San Pablo, San Xavier, Concepción, Villa Rica e, finalmente, Ciudad Real ou Guayra, onde estariam aldeados, na época, cerca de 100 mil índios, dos quais 15 mil foram mortos e 80 mil levados como prêsas ou escravos.

"A partir de 1633, desaparecidas as reduções do Iguaçu, os bandeirantes (gente que não teme desconhecimentos nem obedece cédulas reais, e que não faz caso da justiça de Deus nem dos homens, segundo o Padre Nicolas Durán, provincial da Companhia de Jesus no Paraguai) cruzaram o rio Paraná e iniciaram a destruição dos povoados indígenas do rio Pardo e seus afluentes, até alcançar a Vila de Xerez, que sofreu a mesma sorte" (4).

Em 1648, ainda Antônio Raposo Tavares, na sua mais célebre expedição, saiu de São Paulo, passou por Sorocaba, desceu pelo vale do Paranapanema, até alcançar o rio Paraná; subiu por esse e por um de seus afluentes, (o rio Pardo-Inhanduí, talvez?), cortou os campos da Vacaria e atingiu o rio Paraguai (pelo rio Miranda, possivelmente), de onde prosseguiu para galgar os Andes e chegar ao Peru. Daí regressou pelos rios Guaporé, Mameré-Madeira, entrando pelo rio Amazonas até Gurupá, de onde embarcou para São Paulo. Segundo alguns historiadores, Raposo Tavares destruiu também, durante essa expedição, os povoados de Santo Inácio, Santa Cruz de Bolaños, Nossa Senhora da Fé e Xerez, que existiam, então, no território hoje sul-matogrossense e ficavam no itinerário de marcha da mais famosa das bandeiras paulistas.

A audácia bandeirante, porém, não conhecia limites. Por volta de fevereiro de 1677, Francisco Pedroso Xavier atravessou o rio Paraná e foi atacar povoados existentes apenas a algumas dezenas de léguas de Assunção, o que provocou

do Cabildo castelhano enérgica reação. Realmente, para expulsar os paulistas de seu território, o Cabildo organizou, sob o comando de Dom Juan Diez Andino, uma expedição de 314 cavaleiros espanhóis e 248 índios, a qual, no dia 2 de março, já se encontrava a 20 léguas de Assunção, seguindo depois de Villa Rica para as cabeceiras do Amambai, no encalço dos invasores. No dia 19 desse mês, a expedição, agora aumentada para 320 espanhóis e 700 índios, alcançou no planalto do Amambai a bandeira paulista, constituída de 260 bandeirantes e índios tupis, e com ela travou combate violento, ainda nessa tarde, e diversas escaramuças, no dia seguinte. No dia 21, Pedroso Xavier abandonou a luta, por desigual, desceu o rio Amambai para o rio Paraná e daí regressou a S. Paulo.

Parece ter sido esse o primeiro choque armado entre espanhóis e luso-brasileiros, no oeste. Antes, porém, que decorressem dois séculos, por esses mesmos caminhos e nessa mesma região encontraram-se já brasileiros e paraguaios, numa luta encarniçada, que somente cessaria com a morte do Ditador da nação guarani, o qual aspirava realizar aquilo que não conseguiram seus ancestrais, na ânsia de dilatar domínios, de tomar posse de riquezas e territórios, em nome de uma Coroa ou de uma nacionalidade.

Nos anos seguintes, outras bandeiras internaram-se por essas terras, já então arduamente disputadas. Uma, em 1680, chefiada por Francisco Dias Mainard atravessou o Paraná, subiu o Ivinheima, passou para o Amambai e Iguatemi e chegou ao Paraguai, onde se radicou. Outra, em 1682, tendo à frente Braz Domingues Paes, e da qual participava Pedro Leme da Silva, o Torto, transpôs também o rio Paraná e alcançou os campos da Vacaria, onde teve encontro pacífico, mas não cordial, com um destacamento espanhol, que por ali cruzava, com o objetivo, talvez, de demonstrar aos habitantes da região, europeus e nativos, o direito à soberania da Espanha sobre aque-

las terras ultimamente tão frequentadas pelos arrojados bandeirantes.

Para contrabalançar tais efeitos e a fim de legalizar a conquista, com a posse efetiva e colonização do território contestado, o Capitão General de São Paulo, Artur de Sá Menezes, conferiu, aos 6 de junho de 1697, ao italiano Amaro Fernandes Gato, a patente de Capitão-Mor do lugar da Vacaria e seu distrito até os serros de Serrana, e, logo depois, a 3 de março de 1698, a Gaspar de Godói Colaço, o título de Tenente-General da jornada da Vacaria, ambos com a incumbência de pesquisarem minas de prata na região.

Destarte, embora unilateralmente, as autoridades do Governo Português no Brasil criavam, sobre o território que se estendia do rio Paraná aos campos da Vacaria e planalto do Amambai-Maracaju, um direito que a ocupação e o povoamento vieram depois consolidar.

Mas, não estava ainda concluído o ciclo das iniciativas bandeirantes. Restava, quase desconhecida, a região setentrional das vertentes dos grandes rios.

Assim, trocando o vale do rio Parapanema pelo do rio Tietê, os paulistas lançaram-se rumo ao noroeste, em busca de novas aventuras e riquezas. Em 1718, Antônio Pires de Campos deixou São Paulo, desceu o Tietê, alcançou o Paraná, entrou pelo rio Pardo e Anhandui, passou para o Aquidaban e Paraguai e depois subiu o Cuiabá até a foz do Coxipó, de onde regressou. Um ano depois, em 1719, Pascoal Moreira Cabral subiu o Paraguai, o Cuiabá e o Coxipó e aí lançou os fundamentos de uma cidade, que seria mais tarde a Capital da Província ou do Estado chamado de Mato Grosso.

E) PRINCIPAIS ROTEIROS DOS BANDEIRANTES PARA MATO GROSSO

Os principais roteiros fluviais seguidos pelos bandeirantes, durante esse ciclo, tendo por base de partida Araritaguaba ou Pôrto Feliz, no rio Tietê, foram:

- 1 — Tietê — Paraná — Ivinheima — varadouro de

- 40 Km — Miranda — Paraguai ;
- 2 — Tietê — Paraná — Pardo — Anhandui — varadouro de 50 Km — Miranda — Paraguai ;
- 3 — Tietê — Paraná — Pardo (até o pôrto de Sangue-suga) — varadouro do Camapuã, de 14 Km — Camapuã — Coxim — Taquari — Paraguai (5) .

Observações :

1) Varadouro era a distância terrestre compreendida entre os portos de ligação de dois rios.

2) Camapuã, o nome do posto de proteção e abastecimento fundado entre as mais altas cabeceiras dos rios Pardo e Coxim, por onde se fazia a ligação terrestre desses dois cursos d'água.

Mas, havia ainda outros roteiros e itinerários para o ocidente, e entre eles o que assinalava D. Luiz Antônio de Souza, em carta de 20, de outubro de 1719 :

"Saía de São Paulo a Sorocaba, dali à Fazenda Votucatu, que foi dos padres, e desta a São Miguel, junto do Parapanema, que hoje se encontra destruída ; ai, costeando o rio pela esquerda, se ia a Encarnación, S. Xavier e Santo Inácio, lugares que se acham destruídos e daí embarcavam no Parapanema e desde o salto das canoas até a barra deste rio gastavam vinte dias ; daí entrando no Parana navegavam o rio Ivinheima ou das Três Barras, e subindo por ele até perto de suas vertentes onde as canoas atravessando por terra as vargens da Vacaria iam direito a uma povoação chamada Santo Inácio e mais adiante dela tornavam a embarcar em outro rio considerável que deságua no Paraguai" (6) .

Fora do ciclo bandeirante, propriamente dito, não devemos esquecer ainda o caminho seguido por Aleixo Garcia e mais tarde pelo

Adelantado de Assunção, Alvaro Nuñez, os quais saíram de Santa Catarina (Laguna, talvez) galgaram a serra, seguiram pelo vale do Iguaçu até o rio Paraná, transpondo-o abaixo das quedas, para internarem-se em território paraguaio e tomarem destinos diferentes : o primeiro, rumo ao norte, em busca das minas de Potosí, no Peru, e o segundo, na direção sudoeste para chegar a Assunção, aonde ia assumir o Governo provincial.

Referências bibliográficas

- (1) GAY, Cônego João Pedro — História da República Jesuítica do Paraguai. Páginas 27 e 28. Rio. 1863.
- (2) CORRÊA FILHO, Virgílio — As raíais de Mato Grosso. Seção de Obras do "O Estado de São Paulo", Vol. III, páginas 28 a 40. São Paulo, 1924-26.
- (3) CORRÊA DA COSTA, Antônio — Os predecessores dos Pires de Campos e Anhangueras. Página 17. Niterói, 1918.
- (4) CORRÊA FILHO, Virgílio — As raíais de Mato Grosso. Edição e volume citados em (2), pág. 35.
- (5) MAGALHÃES, Basílio de — Expansão geográfica do Brasil Colonial. 2ª Edição, páginas 86 a 94. São Paulo, 1935.
- (6) CORRÊA FILHO, Virgílio — As raíais de Mato Grosso. Edição e volume citados em (2), pág. 43.

* *

Sumário dos artigos seguintes

- II — A Capitania de Mato Grosso. Os tratados de Madrid, de El Pardo e de Paris. As primeiras lutas no vale do Guaporé. Fortificações matogrossenses. Tratado de Santo Ildefonso. Primeira expedição militar contra Coimbra.
- III — Independência dos povos sul-americanos. A anexação de Chiquitos. Questões de fronteiras com o Paraguai.

A ESTRADA "UNIÃO E INDÚSTRIA"

Major ALVARO CARDOSO

Um trabalho retrospectivo, realçando: seu lançamento, sua realização, sua exploração, seu declínio e seu reaproveitamento.

Em busca do vale do Rio Paraíba do Sul, serpenteando pelas abruptas encostas da Serra dos Órgãos, rasgando a pedraria gnáissica dos contrafortes, acompanhando ao lado o trepidar das águas pelas ravinas de maior declive, inicia a estrada "União e Indústria" uma penetração que é verdadeira apoteose ao gênio empreendedor das iniciativas do Século XIX, onde pontificavam vultos do quilate de Mauá e Mariano Procópio.

Lançada em época propícia, mostrava em pouco tempo, a louvável iniciativa, o acerto de sua oportunidade bem como seu real valor econômico.

Visando servir ao escoamento de excepcional zona brasileira, tal como a região do Vale do Paraíba, na então Província do Rio de Janeiro, entre os contrafortes das serras do Tinguá e Paquequer, e na Província de Minas Gerais, a da conhecida Zona da Mata, principalmente entre os divisores dos Rios: Grande e Paraíba; Pomba e Muriaé, todos à margem esquerda do Paraíba, propôs-se a obra canalizar para o porto fluminense da Es'réla, a principal produção do momento, traduzida pela atividade cafeeira.

Da finalidade e visão econômica do arrojado trabalho, dizia a administração Imperial, por ocasião de uma inauguração: "Uma empresa cujo fim é a construção de uma estrada que ligue duas províncias tão importantes, e que, continuando talvez para o futuro a'é as margens do segundo rio do Brasil, reunirá os interesses de seis pro-

víncias, de certo modo merece ser chamada patriótica".

As palavras do augusto governante traduziam claramente a intenção da administração de não se quedar apenas na imediata ligação entre as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais; patenteavam, de modo expressivo, uma idéia de continuação do avanço pelo interior, em busca das águas do São Francisco, procurando resolver, por uma ligação interior, as necessidades de grandes zonas de outras províncias.

Seria, pois, o lançamento da "União e Indústria", nada mais que um passo inicial do magestoso plano de viação em que a administração da época punha esperanças; nossos atuais problemas de viação não podem oferecer melhor endosso ao acerto daquelas idéias.

Inicialmente, foi a estrada da Companhia "União e Indústria" empreendida com o fim de ligar, por meio de uma estrada normal, a capital do Império e a Província do Rio de Janeiro com a Província de Minas Gerais, aproveitando-se a linha de navegação a vapor existente entre a Corte e Mauá, o caminho de ferro deste porto à raiz da Serra da Es'réla e a magnífica estrada normal que vencia a serra até Vila Tereza (Petrópolis), na altura de 883 metros acima do nível do mar.

Tomando o nome da Companhia que a construiu e inicialmente a explorou, foi a "União e Indústria" considerada pelo engenheiro Flávio C. Rodrigues "a rainha das estradas brasileiras" e a "pioneira

das estradas de rodagem brasileiras" e, bastante razão têm as qualificações, quando recordamos as palavras de D. Pedro II, traduzindo o grande desejo de prolongá-la até o Rio São Francisco.

Diz ainda o eng. Filúvio C. Rodrigues, referindo-se ao plano da construção da estrada: "Esse plano de viação, inteligentemente ideado por Mariano Procópio, quando ainda não se cogitava da E.F. D. Pedro II, era um plano complementar do de Irineu Evangelista de Souza, depois Barão de Mauá, que por concessão, também do Governo Imperial, nesse mesmo ano poderia construir uma estrada de ferro de Petrópolis ao Rio Paraíba, próximo ao ponto chamado de Três Barras e daí até Porto Novo do Cunha.

Esta linha férrea tinha por fim encurtar as distâncias entre Minas e a Corte, e obedecia a um plano de conjunto também complementar: a navegação a vapor e o Porto de Mauá, a estrada de Mauá à raiz da Serra da Estréla e o "Caminho Novo" entre a Raiz da Serra e Petrópolis, permitindo franco trânsito a diligências e carros, construído com todos os requisitos de estrada real, com robustos muros, drenagens excelentes, pavimentação de pedra, pousos e bebedouros para as tropas e animais".

"Com um traçado primoroso, aproveitando o terreno de modo notável, uma construção sem exemplo naquela época, dotada de todos os requisitos para uma estrada que devia ser trafegada por veículos de tração animal, com obras de arte suntuosas e seguras, vencendo rios caudalosos e largos como o Paraíba, drenagem cuidadosa, muros de arrimo que serviram de exemplo a várias gerações, foi ela a rainha das estradas brasileiras, honra da nossa engenharia."

Mais importante que sua realização era, entretanto, o sentido de sua penetração; já era, na época, patente a necessidade de escoar a riqueza enterrada do longínquo interior, devolvendo em troca progresso e civilização para

as áreas além das faldas da Mantiqueira, Espinhaço e Espigão Mestre.

Se até lá não chegou o primeiro esforço, ficou apontado para os dias do Século XX a urgência do empreendimento e o atual plano de viação nacional encarregou-se de positivar aquela feliz lembrança, pela realização de obras que lembram a sequência desejada com o lançamento da "União e Indústria".

Anterior ao benemérito feito de Mariano Procópio, as penetrações para a Província de Minas Gerais já atravessavam, em parte, o território do atual Estado do Rio de Janeiro, na direção geral do Vale do Paraíba, afluente à esquerda do Paraíba.

Pelo chão da Província de São Paulo, o primitivo "Caminho dos Goiatacazes", bifurcação do "Caminho dos Guianazes", em Guaratinguetá e que demandava Minas pela garganta do Embú, na Mantiqueira, e que atingia a Província pela parte sul, estava fora do uso.

Seria natural que, vencida a Serra dos Órgãos, passasse, com as novas penetrações, no fim do Século XVII, a inadequada, a antiga trilha dos desbravadores paulistas, caindo em declínio o "Caminho dos Goiatacazes".

Pela irradiação direta do litoral para o outro lado das serras que limitavam a exploração, realizou-se, a partir do Século XVIII, importante desenvolvimento econômico, influenciando até mesmo consequências de ordem política, como o desmembramento das Minas Gerais da Capitania de São Paulo, em 1720.

A respeito, escreve Paulo Prado: "A terra como que protegia a ambição paulista. A mata formidável e que, ainda no Século XIX, impressionava os viajantes, como o inglês Caldeleugh, cercava por essa época o Rio de Janeiro, isolando-o dos descobertos auríferos.

Para lá chegar, era necessário ir até às vilas paulistas do Paraíba, viagem dura de cerca de sessenta dias, marchando de sol a sol, por ásperos caminhos".

Foi, em 1698, confiada, a Garcia Pais, a árdua tarefa de ligar o Rio com o território das Minas.

"Só em 1725 pode considerar-se terminado o serviço; desaparecia, desde então, a sonhada hegemonia paulista, que a princípio parecia lhe dar a predestinação histórica e geográfica da evolução nacional."

Miran de Barros Latif, em "As Minas Gerais" diz: Feito o "Caminho Novo", já não vai ter quase nenhum ouro à casa de fundição de São Paulo, que, deficitária, entra em decadência...

O Rio de Janeiro, como pórtio das minerações, tem um rápido surto.

Em contacto direto com a costa, o território das Minas desliga-se de São Paulo para formar, a partir de 1720, uma Capitania à parte.

Considerando-se terem sido sempre as primeiras entradas de penetração as mais rudimentares e nada mais que o aproveitamento dos "incertos e tênues caminhos de índios, parte marcados no solo pelos machados de pedra e parte nos galhos das árvores", é com justiça que deve ser classificado o "Caminho Novo" de Garcia Pais como "a primeira grande via de comunicação regular no Brasil Colônia".

Apesar das variantes, não deixa de ser o "Caminho Novo" uma importante indicação para a evolução da viação brasileira, não só por oferecer, mais tarde, grande parte de seu traçado para receber a ferrovia, como principalmente, para as considerações relativas ao aparecimento da estrada "União e Indústria".

Na verdade, no justo termo, podemos considerar a "União e Indústria" como o evoluir espontâneo das variantes do "Caminho Novo" de Garcia Pais.

Haveriam de ser servidas, então, outras condições de ordem econômica mas, de qualquer maneira, o lançamento da "União e Indústria" aproveitaria de modo mais próprio as atividades de uma vasta zona, limítrofe de duas grandes províncias produtoras da maior riqueza da época, o café.

Não seria pois inadequado, fazermos um ligeiro percurso ao

largo das variantes oferecidas pelo caminho de Garcia Pais.

"Foi o primeiro rasgão sério na densa floresta do Vale do Paraíba que se conserva em todo primeiro e segundo séculos e até parte do terceiro (1700) com as características de floresta de separação antropogeográfica entre duas civilizações paralelas — a da atividade agrícola fluminense e a da atividade desbravadora do paulista."

Diz mais Everardo Backheuser: "Essa estrada não sobe do mar como faria parecer um mapa etnográfico; ao contrário, desce dos álveos auríferos para as alfândegas costeiras que sugam as riquezas brasileiras para encher as arcas de Lisboa. Por isto, o Caminho Novo está pontilhado de "registros", atrás dos quais os homens do fisco viam os possíveis desvios".

Cedo estaria desdobrado em três variantes entre o leito do Paraíba e o Rio de Janeiro, ou para ganhar tempo, ou para burlar o fisco exigente.

Além da estrada de Garcia Pais, que partindo de Borda do Campo (Barbacena), atravessava a Serra da Mantiqueira, na garganta de João Aires, passava em João Gomes (Santos Dumont), Chapéu d'Uvas, Juiz de Fora, Matias Barbosa, Simão Pereira, Serraria, Entre Rios (Três Rios) Barra do Pirai, descia a Serra do Mar e seguia por Inhauma e Pavuna para o Rio de Janeiro, havia duas outras estradas para o trânsito na Serra do Mar, entre o Rio de Janeiro e Minas.

Os pontos que marcam o caminho de Garcia Pais balizam, como vemos, as ferrovias que atualmente cortam a região e também, por muitas vezes, o traçado da "União e Indústria", razão pela qual apreciamos as penetrações do Século XVIII.

O "Caminho Novo", em sua variante pela Serra da Estréla, é remodelado no começo do Século XIX, para transformar-se, em meados desse século, na Estrada "União e Indústria", a primeira grande via carroçável construída no Brasil. É esta, mais tarde, tal como a variante dita "por terra

firme", no Vale do Santana, indicará o traçado da linha férrea".

Saindo da Mantiqueira, um só era o caminho para atingir o "registro" do Paraibuna nos limites provinciais.

De Paraibuna, ou continuava descendo o vale do mesmo nome até as proximidades das Três Barras, passando por Serraria, e daí, já no Vale do Paraíba, alcançar Guarda (freguezia de São Pedro e São Paulo do Paraíba); ou então, seguia por Cachoeira e Farinha, abandonando de uma vez o Vale do Paraibuna para buscar o do Paraíba, em Guarda.

Surgia, então, a primeira bifurcação: um caminho procurava o leito do Piabanha a ravés Governo, Pedro Moreira, Cebolas, Boa Vista, Fagundes (Arroio Fagundes, afluente à esquerda do Piabanha), Magé (não confundir), Manoel Correias (Corrêas), Serra (garçanta), Vale do Inhomirim, em direção à baixada, Pau Grande, Frágoso, até o porto da Estrêla.

Essa variante é a que mais se liga ao nosso estudo, uma vez que, nesse trecho, fazem os traçados coincidência, principalmente ao longo do Piabanha.

Verifiquemos, entretanto, as outras variantes, para lembrar passagens que marcavam tais caminhos: Uma segunda variante, da freguezia de São Pedro e São Paulo (Paraíba do Sul), seguia por Verrem, Cabarê até Pau Grande (Avelar) onde aparecia a segunda bifurcação.

Duas direções: uma para Jesus Maria José do Alfêres (Pati) e outra para Sacra Família; a primeira, de Jesus Maria José do Alfêres, atravessava a Serra da Manga Larga, em Marcos Costa, as cabeceiras do Rio Santana, em Poese, as cabeceiras do Rio Pilar, vindo até a Guarda do Pilar, onde se entregava à navegação; a segunda variante, de Pau Grande, após Sacra Família, vencia também a Serra da Manga Larga, atravessava o Rio de Santana e mais o São Pedro, o Santo Antônio, o Douro e o Camboatá (afluente do Guandú), vindo ao engenho da Madureira (Queimados), próximo

às margens do Taipú (afluente do Iguaçu), daí à Machabomba, Santo Antônio do Jacutinga (Nova Iguaçu), atravessava o Sarapul e, por Inhaúma, chegava ao Rio.

Ao lembrar tais trajetos, neles vemos, em largas extensões, os trilhos das ferrovias, sempre indicando as direções das variantes do "Caminho Novo" de Garcia Pais.

Para todos eles ficava, qualquer que fosse a direção preferida, um grave e difícil problema, qual seja o de galgar e descer a forte serra, em busca do litoral, onde a vila da Estrêla era o principal empório do comércio, principalmente com Minas Gerais.

"Até 1844, quem do porto da Estrêla, via sítio do Frágoso, subisse a serra, para atingir Petrópolis, seguia diretamente para Paraíba do Sul, para Sumidouro ou Pedro do Rio, pelo Córrego Sêco (Saídas de Petrópolis); daí, Pedro do Rio, tomava a Serra do Taquaril (perto da Posse) para, atravessando o Paraíba e o Paraibuna, ir em demanda do Porto Novo do Cunha e, em seguida, ao interior de Minas."

Interessante recordar que, mais tarde, Mauá aproveitou uma das variantes do caminho de Garcia Pais, por Barra do Pirai, conjungendo-a com a direção do Porto Novo do Cunha, além de Entre Rios, para lançar a penetração ferroviária.

Por último, vejamos as direções percorridas para, do Porto do Rio de Janeiro, serem atingidos, no litoral fluminense, os pontos iniciais da penetração para além da serra, isto é, para atingir a Barra do Pilar ou o Porto da Estrêla.

"A praia dos Mineiros, no Rio, comunicava-se por faluas, boriando pela ponta oriental da Ilha do Governador, com o Pêro da Estrêla ou com a barra do Rio Pilar e, segundo Fausto de Souza, a carreira diária entre a Côte e o Rio Inhomirim — que foi o primeiro ensaio de navegação fluvial a vapor, entre nós, começou em maio de 1840 e o decreto de 10-VI-852, concedeu a Mauá o privilégio para a navegação a vapor entre o Rio de Janeiro e o porto

da praia do mar do Município da Estrêla, em que começasse o caminho de ferro que ele se propunha a construir até a raiz da serra."

Anteriormente, "do Rio, tomava-se um barco de vela que aproava o Porto da Estrêla pelo Rio Inhomirim, ou do Pilar e Charem, com a entrada no Rio São Bento, estando-se, porém, nesses últimos, na dependência da maré cheia, pois só era assim que o Rio São Bento podia dar navegação.

As "tropas", da Estrêla ou do Pilar, serviam para a freguezia de Inhomirim".

"Vencendo as penetrações para Minas Gerais grande parte do território fluminense", a partir do início do Século XVIII, economicamente essa grande região influenciaria, por suas condições, a utilização das penetrações, assim como, por outro lado, com elas muito deveria beneficiar-se.

Diz Backheuser: "O Vale do Paraíba nasceu arrancado no Século XIX aos puris-coroados, quando cessou o rush do ouro e as famílias mineiras opulentadas vieram derrubar as matas imponentes que sombreavam o rio, para extrair do solo a seiva para os cafezais".

Por essa ocasião, já havia entrado em declínio a cultura da cana de açúcar e as vastas zonas, às margens do Paraíba, entumesciam pejadas da rubiácea; necessário seria transportar o produto para portos mais afluídos à sua saída, entre eles o Porto da Estrêla, no litoral fluminense.

As freguezias mais prósperas, justamente as localizadas na Zona da Mata, em Minas Gerais e as fluminenses, à margem do Paraíba, entre os Rios Pirai e Pomba, ressentiam-se de um regular sistema de transporte para seus produtos e de apropriadas vias por onde esse transporte pudesse, também, regularmente, ser feito.

O "Caminho Novo" de Garcia Pais, com suas variantes, prestava ainda inestimáveis serviços e, embora suas condições fossem precárias, era largamente rodado pelas "carros de boi" e palmilhado pelas "tropas".

Esse caminho, na altura de Pedro do Rio, abandonava o Vale do Paraíba e, daí até o registro velho do Paraíba, nessa direção, ficava, ao oriente, riquíssima zona de Minas e Rio de Janeiro fora do alcance de sua irradiação.

Apareceram inúmeros caminhos empedrados; a iniciativa particular procurava suprir com sacrifícios as necessidades que a administração pública ainda não pudera avaliar no justo termo.

Foi ainda essa mesma iniciativa que, em empreendimento mais ousado, logrou, então, despertar no espírito do governo imperial a atenção protetora para um grande passo que seria dado em benefício da viação nacional.

Consequência da pujança do café foi, súbito, o incremento da viação. "Não satisfeitos com o transporte em lombos de burros, os fazendeiros sentiam necessidade de algo melhor e o tiveram, com uma magnífica estrada — a "União e Indústria" — larga e macadamizada, em perfis longitudinais e transversais subordinados à técnica.

Curvas de grande raio, rampas suaves, escoamento fácil das águas pluviais, pontes sólidas e elegantes, tais as características técnicas da obra de Mariano Procópio, que se tornaria o mimo e o orgulho da engenharia nacional.

Eis o que surgiu naquela época, segundo uma apreciação de técnica moderna:

Para os fazendeiros ficou, na segunda metade do Século XIX, resolvido o problema: "A grande linha de penetração fluminense e mineira para os veículos de tração animal era a "União e Indústria", que despejava o café no Porto da Estrêla".

Foi alma do empreendimento Mariano Procópio que, em 7-VIII-1852, obtivera permissão para construir uma estrada que, partindo das margens do Paraíba, fosse à Barbacena e Rio das Velhas, ramificando-se para o Município de Mar de Espanha, com destino a Ouro Preto, então capital da Província, e para São João Del-Rei.

Nesse planejamento não estava incluído o projeto para o lançamento da futura "União e Indústria", porém a grandiosidade de tal visão — a ligação das águas do Paraíba às do São Francisco — para ficar bastante alicerçada, requeria que fosse construída "uma estrada de primeira ordem" de Petrópolis a Paraibuna e, para isso, foi, em 1856, pelo governo imperial, concedida a devida permissão. Seria como que a etapa preliminar para a realização do extraordinário plano.

A Companhia União e Indústria, formada para o fim, criação de Mariano Procópio, inaugurava, em 12 de abril de 1856, os trabalhos de construção da referida estrada e, "a 18 de abril de 1858, dois anos depois, atingia Pedro do Rio, com cinco léguas de percurso; a 28 de abril de 1860, chegava à Posse, com mais duas léguas e meia, atravessando a Serra do Taquaril e finalmente, a 23 de junho de 1861, inaugurava-se o trecho de Petrópolis a Juiz de Fora, com 144 km de extensão".

Explorava o transporte a Companhia, inteligentemente administrada por seu criador; dispunha de armazéns para depósito de cargas já despachadas e onde os viajantes adquiriam passagens.

As suas carruagens (diligências), com janelas e portas, eram puxadas por duas parelhas de animais, que se trocavam em certos pontos (mudas), onde havia "restaurant"; transportavam as malas do correio, tinham assentos internos e externos superiores, desenvolviam uma velocidade média de 20 km por hora.

"Levavam quatro pessoas na berlinda e dez em cima, sendo uma à esquerda do cocheiro, três em um assento logo imediato e, passado o espaço destinado às malas dos passageiros, mais seis em dois assentos que ficavam "vis a vis". Assim, cada diligência, tirada por quatro valentes mulas, conduzia quatorze passageiros, além do cocheiro e condutor".

Dispunha a Companhia, à margem da estrada, de excelentes estações e considerável material de

transporte, nos Corréas, tinha grandes oficinas de reparação e fabrico de carroças e vastas estrebarias com capacidade para 600 animais; em Pedro do Rio, compunha-se a estação de enormes edificações e dois grandes armazéns para depósito de gêneros do interior e cargas, depósito de sal e estrebarias para 60 animais; a estação da Posse possuía dois espaçosos armazéns para depósito de café, um para sal, casas para empregados, estrebarias e cocheiras para 24 animais do serviço das diligências e grandes estrebarias para 300 animais das carroças; na estação de Matias Barbosa, havia estrebarias para 200 animais; e isso, não recordando outras estações mais importantes, como as de Três Barras, Paraibuna e Juiz de Fora, onde a Companhia tinha, nas estrebarias e pastos, 400 especiais mulas para as diligências e mais de 600 para as carroças de carga.

O serviço nas estações era perfeitamente montado e a muda de parelhas feita com prontidão; diz uma viajante: "A estrada está em toda sua extensão conservada com esmero e é percorrida com rapidez pelas diligências, sem que os passageiros sintam o abalo que experimentariam transitando na capital do Império e nas melhores caçocas, as ruas calçadas com paralelepípedos".

Quanto ao traçado lançado, de 144 km de Petrópolis a Juiz de Fora, ficou-lhe o nome da Companhia — "União e Indústria"; Embora planeada sua continuação até Barbacena, apenas no trecho em destaque nos deteremos.

Fogem aos nossos propósitos seus prolongamentos: de Petrópolis para o litoral, pela antiga Estrada Velha da Estréla e de Juiz de Fora para a Mantiqueira.

Foi construída em duas seções: uma "até-Paraíba", de Petrópolis até Paraibuna e outra, "além-Paraíba", de Paraibuna a Juiz de Fora, sede da Companhia e onde o futuro encarregar-se-ia de produzir-lhe um hiato.

Analisaremos o tracado, as zonas a cuja economia interessou e até onde, estendeu sua influência, seu

progresso, as causas de seu declínio e abandono e, finalmente, seu reerguimento, seu aproveitamento e entrosamento no atual plano de viação nacional.

"A direção geral é indicada pela natureza nos Vales do Piabanha e Paraibuna, ambos afluentes do Paraíba: o primeiro, da margem direita, descendo pelas encostas da Serra dos Órgãos e do contraforte Taquaril; o segundo, da margem esquerda, proveniente das encostas sul da Mantiqueira e que cabriola pelas ravinas da Serra do Marmelo antes de entrar no Paraíba, próxima a Entre Rios."

"Dêsses vales, o traçado da estrada, ainda hoje, apenas se afasta para evitar grandes rodeios das curvas dos rios, tomando por um ou outro colo secundário, mas sempre voltando aos vales principais, por onde segue."

Desde quase 900 metros de altitude, concretizou a "União e Indústria" o seu primeiro trecho da secção "aquém-Paraíba", numa distância de 31 km, de Petrópolis até Pedro do Rio.

Pela margem direita do Piabanha, rio que terá por diante sempre à vista, começa a descida, passando por Corrêas e atravessando, após, o Bom Sucesso na sua barra (afluente do Piabanha); em Olaria, depois de atravessar o Piabanha mais uma vez e em seguida o Santo Antônio, atingia Pedro do Rio, tendo descido 200 m em relação a Petrópolis.

Dêsse ponto saía uma ligação com a antiga estrada que seguia para Minas Gerais, ou seja com uma das Variantes do "Caminho Novo" de Garcia Pais e que recordamos atrás; um prolongamento até Pati do Alferes punha-na em comunicação com as importantes fazendas de café da freguezia.

Deixando Pedro do Rio, sempre pelo Vale do Piabanha, atravessava o Jacuba, encontrando nesse segundo trecho, de "aquém-Paraíba", a Serra do Taquaril.

Contornando os despenhadeiros das abas dessa serra, encontraram os engenheiros da Companhia as mais pesadas obras da estrada aberta em rocha viva; surgia, então,

transposta a Serra do Taquaril, o Vale da Posse, onde começava a zona do café e de onde era irradiada influência ao alcance dos grandes centros de produção agrícola.

Aí, pelo Vale das Laranjeiras, de Chiador e Sapucaia, recebia os produtos transportados e mesmo para os da Freguezia de Bemposta havia possibilidade de comunicação com Pôrto Novo do Cunha pela margem esquerda do Paraíba, abrangendo assim os produtos das fazendas das Freguezias de São José de além Paraíba e Aventureiro.

A estação da Posse eram ainda susceptíveis de se ligarem as Freguezias de São José do Rio Preto e Aparecida, dando saída a mais de 800.000 arrobas de café daquelas duas localidades.

Adiante da Posse, à meia légua, nova transposição do Piabanha e em Julioca (Areal) recebia a "União e Indústria" os produtos da Freguezia de Bemposta; mais além em Campo da Gramma, poderiam chegar as produções dos importantes estabelecimentos da Vargem, balizamento do "Caminho Novo", portanto, mais a oeste.

De Campo da Gramma, afastava-se a estrada do Piabanha, para não acompanhá-lo no grande circuito que faz para oeste e, tomando por uma garganta secundária mais longe, novamente encontrava o vale principal para deixá-lo, de modo definitivo, ao buscar a direção de Três Barras.

Até aí, a diferença de nível de Petrópolis descia a mais de 500 metros e, com êsses 72 km de percurso, já ficavam à vista as margens do Paraíba.

Atingida a estação de Entre Rios (Três Rios), nas proximidades de Três Barras, onde o Piabanha e o Paraibuna se lançam no Paraíba, servia a estrada à saída dos produtos dos estabelecimentos aquém da Serra das Abóboras e à ligação com a Vila da Paraíba do Sul, melhor assegurando as comunicações com Minas Gerais (variante do "Caminho Novo").

Examinando este percurso, nele vemos ainda hoje a "União e Indústria" em sua quase totalidade;

certos trechos deixou à mão, aproveitando melhores possibilidades e principalmente por ter sido, inexplicavelmente, permitido que, em sua macadame, a Estrada de Ferro Leopoldina assentasse os trilhos da ferrovia.

Derrotada mais tarde pelo avanço da estrada de ferro, teve a esplêndida rodovia de Mariano Procópio o desprazer de assistir o seu leito entregue aos trilhos de aço para uma penetração sem maiores dificuldades.

No trecho considerado, de Petrópolis a Três Rios, vemos pois a Estrada de Ferro Leopoldina marcar, na quase totalidade, o traçado da "União e Indústria".

Se o advento da ferrovia foi funesto ao incipiente sistema rodoviário, mais tarde, um moderno meio de transporte — o automóvel — provocaria, intensivamente, o reequipamento das rodovias, aproveitando, dentro de melhor técnica, o que já havia e criando, por todas as direções, novos traçados.

"Mal acabava de entrar em tráfego a "União e Indústria" e já apontava, para gáudio dos fazendeiros, o grande e portentoso empreendimento do Visconde de Muá."

"A penetração da Estrada de Ferro D. Pedro II pelo Vale do Paraíba, arrancando-lhe as mercadorias, num transporte direto para a Corte, foram as causas de seu declínio, chegando a ponto de ser obrigada a Companhia União e Indústria a passar para a Estrada de Ferro todo seu transporte de cargas que ficaria centralizado em Entre Rios."

"Venceu assim a Estrada de Ferro seu primeiro embate com a estrada de rodagem no Brasil. "Venceria outros? Ou no futuro, seguiriam irmanadas para pleno desenvolvimento da viação brasileira?"

Prossigamos entretanto: De Entre Rios (Três Rios) era atingida a localidade de Serraria, já no vale principal do Paraíba; aí podiam vir as produções do Município de Mar de Espanha e arredores. O "registro" velho do Paraíba era logo adiante alcançado; de várias léguas ao longe,

colossal pedra à margem do vale referenciava, precisamente, a localidade; em uma das margens ficava o registro provincial do Rio de Janeiro e na outra o de Minas Gerais.

Terminava nesse ponto a secção "aquém-Paraíba"; a influência dos benefícios da estrada era irradiada por Paraíba até Santa Bárbara, Rio Preto e Pôrto das Flores, onde eram encontradas as mais importantes fazendas de café e cujas terras eram de máxima uberidade.

Continuava o tracado acompanhando o Rio Paraíba, sempre por uma das margens, avistando-se, na outra, as terras da província limítrofe; a primeira povoação mineira, o Arraial de Rancheira, na Freguezia de São Pedro de Alcântara, e que balizava a passagem da estrada, fugia um pouco das proximidades do rio; mais adiante Soledade e, depois, ziguezagueando com as águas do Paraíba, chegava a estrada à estação de Matias Barbosa.

Derivando de uma grande volta do rio, era ele novamente alcançado no sopé da Serra do Marmelo, cujos trabalhos não foram inferiores aos da Serra do Taquaril e que depois de vencida, mostrava a cidade de Santo Antônio do Paraíba (Juiz de Fora) e poucos quilômetros mais, a estação final do percurso, Juiz de Fora.

Terminava o trecho final que correspondia à secção "além-Paraíba", começada em Paraíba e que perfazia 46 km de extensão.

De Juiz de Fora, não recordando o antigo caminho que demandava Barbacena, saíam vários ramais, assim chamados apenas pela subordinação econômica ao centro e à rodovia importante.

Raramente abandonando as calhas dos rios que lhe davam a orientação, ficava a "União e Indústria" na situação privilegiada de, explorando um inteligente e apropriado sistema de transporte, receber de zonas riquíssimas os produtos que, forçosamente, pelas encostas, desceriam ao vale em procura de escoamento.

Não havendo outra direção de saída facilitada pelo lançamento de estradas adequadas ou pela utilização de transportes regulares, estava a estrada em estudo destinada a exercer excepcional influência econômica até onde pudesse levar seus benefícios.

E para isso não ficou a administração da Companhia apenas na realização e exploração da obra; foi além: para todas as direções onde apontassem compensadores resultados, lançava sua cooperação, indo pôr-se ao alcance das mercadorias transportáveis, seja melhorando as condições dos caminhos que lhe fossem tributários, seja facilitando a construção de pontes e passagens que tornassem fácil a chegada ao macadame ou depósitos, dos variados produtos, especialmente o café.

Um alto senso de aproveitamento comercial em favoráveis condições econômicas, dando vida à comunicação e ao transporte.

Assim como a Estrada de Ferro Leopoldina balizaria, mais tarde, parte de seu traçado, também a Estrada de Ferro Central do Brasil estaria rodando ao seu lado ou mesmo por seu leito.

O trecho a partir de Paraibuna (antigo "registro") para Minas, nada mais era que parte do "Caminho Novo" de Garcia Pais, por terras fluminenses, seguia para Guarda do Paraíba (Paraíba do Sul) e variantes já lembradas. O importante da obra, além da técnica de realização, foi a penetração mais baixa pelo Vale do Piabanha, continuando de Pedro do Rio para Julioca e seguindo depois para Três Barras, deixando à oeste a Vila de Paraíba do Sul, futuramente balizando a passagem da Central do Brasil e a inclusão no traçado a partir de Entre Rios, do Vale do Paraíba, pelo qual passou a subir, abarcando logo adiante Serraria para atingir o "registro" do Paraíba. Convém lembrar que até então a preferência era: Paraibuna — Vila de Paraíba do Sul — variante para Pedro do Rio.

Servindo melhor, ricas freguezias concorriam para seu melhoramento, por ela vendo seus produtos seguir destino: Mar de Espanha, Pôrto das Flores, São José do Rio Preto, Aparecida, Bemposta, Vargem, Pau Grande (Avelar), Patl do Alfêres, Sapucaia, Chiador, Pôrto Novo do Cunha, Paraíba do Sul, Entre Rios, Posse, Pedro do Rio, Rio Novo, Juiz de Fora, etc.

A construção ficara, de 1856 a 1858, à razão de 100 contos de reis o quilômetro.

Assim apareceu a estrada "União e Indústria": seu alto custo, a amortização demorada dos capitais levantados em Londres e na praça do Rio de Janeiro e a penetração da E.F.D. Pedro II pelo Vale do Paraíba arrancando-lhe as mercadorias, num transporte direto para a Corte, foram os motivos de sua encampação pelo Governo Imperial para minorar sua situação precária.

Com o aparecimento da fase dos transportes ferroviários, ficou respectivamente à espera... "Do Brasil foi a Estrada União e Indústria a mais bela, pelos seus parâmetros, seus panoramas, boas águas, boas hospedarias, segurança e rapidez". (Eng. Joaquim Leite Ribeiro de Almeida, ao II Cong. Nac. de Estrad. de Rodagem, em 1922).

Mas... veio o automóvel! ...nos dias atuais, incorporada a ligação Rio-Belo Horizonte, não mais constitui uma rodovia isolada por falta de sistema; modificada em certas partes de seu antigo traçado, particularmente no trecho de Petrópolis a Três Rios, para deixar a Leopoldina em seu antigo macadame; sua orientação, entretanto, praticamente não foi alterada, uma faixa asfaltada a leva além de Juiz de Fora, continuando, nos mesmos pontos das antigas estações, as irradiações para todas as direções.

Uma se destaca: a Rio-Bahia, que de Areal parte, traduzindo a real intenção de uma administração acertar na solução das verdadeiras necessidades de nossa economia.

Na ligação Rio-Belo-Horizonte bem como na Rio-Bahia, está o

ACONTECEU NA ESCOLA MILITAR

Oferta da CASA NENO

Abrindo um parêntesis na série "Anedotário da F.E.B.", lembramos do "Caso do Cadete 10" acontecido na velha Escola Militar do Realengo. Qualquer semelhança com pessoas ou firmas não terá sido mera coincidência, mas pelo contrário, particularmente intencional e maliciosa...

Entre os Cadetes oriundos do Colégio Militar havia o "10", como ficou conhecido, mesmo depois de haver recebido outro número ao ingressar na E.M.

Esse companheiro (hoje reformado) certo dia foi chamado pelo Aprovevisionador da Escola: "Seu 10, o senhor de hoje em diante passa a apresentar-se no rancho, para receber uma refeição extra".

E o nosso "10" passou do "boião" comum a um menu muito melhor (presunto, bacon, ovos, etc.). O "10" engordava a olhos vistos e, quando estava mesmo gostando da coisa, a "vantagem" foi-lhe cassada sumariamente. O proveisionador recebera ordem do papai do verdadeiro cadete n. 10, um grande "peixe", e estava "cevando" o 10 do C.M., muito mais popular...



DO MILITAR PARA O MILITAR

AVISO AOS COMPANHEIROS

A CASA NENO

tão nossa conhecida, oferece RÁDIOS, BICICLETAS, RELÓGIOS, ENCERADEIRAS e demais utilidades domésticas, entregando imediatamente a mercadoria mediante a apresentação da identidade, para pagamento em 10 prestações, isto porque, seu sócio-gerente, COMPANHEIRO REFORMADO, deseja facilitar tôdas as nossas compras.

RUA REPÚBLICA DO LÍBANO, 7, 14 E 16

(Antiga Rua do Núncio)

RUA BUENOS AIRES, 151

RUA 7 DE SETEMBRO, 145

Rio de Janeiro

HISTÓRIA MILITAR

Do prelo, acaba de sair o 2º Volume da HISTÓRIA MILITAR (História Militar do Brasil) da autoria do General PEDRO CORDO-LINO F. DE AZEVEDO.

Nessa oportunidade, para que os nossos leitores tenham idéia da utilidade e valor do referido trabalho, é interessante transcrever a carta que, a respeito do 1º Volume (História Militar Geral), o ilustre professor recebeu de antigo discípulo e ex-Subdiretor de Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras.

Prezado mestre General Cordolino:

Estudei, com muita atenção e espírito de crítica, o I Volume da HISTÓRIA MILITAR da lavra de Vossa Excelência. Ao término da leitura, não sei o que mais admirar, se as epopéias levadas pela bravura e espírito guerreiro dos povos, que as empreenderam, se o estilo fluente, claro e preciso do historiador, que as descreveu.

O livro de Vossa Excelência, em sintética apreciação de conjunto, é não só de utilidade prática indiscutível, como de elevada significação moral e intelectual. De um extremo, dado o objetivo edificante e instrutivo, que o orientou. De outro, porque estabelece imparcial e serenamente a verdade histórica. Revela competência esclarecida e largo descortínio de um espírito capaz de interpretar e escrever, com elevação e imparcialidade, com desassombro e justiça, a verdadeira evolução da arte da guerra.

Há, ao demais, por todas as suas páginas, com a concisão castrense da linguagem, a segurança da exposição e a exatidão das sínteses, largo sopro de entusiasmo e civismo, que desde logo me envolveu, redobrando o interesse e curiosidade da leitura.

Vossa Excelência, nesta série de lições, aplica-se a demonstrar que a guerra está intimamente ligada ao

processo de civilização de todos os povos e constitui o ato social básico, visto que, a despeito dos males que direta ou indiretamente ocasiona, é fator decisivo de progresso. Apresenta, à luz da filosofia, em magníficas preleções de pedagogia militar, os aspectos táticos, estratégicos e logísticos das campanhas, como decorrência de fatores geográficos, econômicos, sociológicos e morais. Mostra, através do exame da arte peculiar aos grandes Capitanes e o estudo judicioso das suas principais batalhas, a evolução militar da humanidade e a gênese dos princípios capitais da ciência de dirigir vitoriosamente os Exércitos. Com raro poder dialético e alta sabedoria, filia os efeitos às causas imediatas ou remotas. Repõe os acontecimentos bélicos no meio e no instante em que se realizaram. Restitui aos homens e aos materiais a parte de influência que exerceram na consecução dos êxitos. Seguindo método objetivo, apresenta, além de uma galeria de quadros, coerente e interessante, dos principais fatos que, desde os primórdios da era helênica, caracterizaram as múltiplas fases de transformação arte militar, — a codificação dos princípios que regem, expondo-os consoante sistema rigorosamente ontológico.

O livro de Vossa Excelência era, há muito, reclamado no ensino da história militar. Consequência do

— "longo jornada pela cadeira de História Militar" —, desfaz uma lacuna e presta aos Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, em particular, precioso auxílio. Se necessário fôsse reforçar êsse assêrto, bastaria o confronto do índice da obra de Vossa Excelência com o programa da Aula de História Militar daquele instituto, estabelecido pelo 1º Seminário do Ensino do Exército (1950). Verificar-se-ia, então, que o segundo fôra decalcado do primeiro.

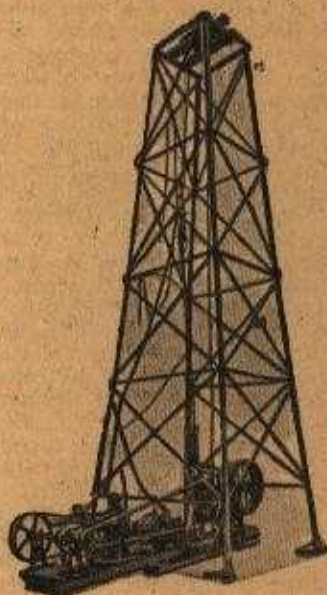
A HISTÓRIA MILITAR, que Vossa Excelência teve a inspiração de editar, transcende a uma ajuda, para tornar-se roteiro dos atuais Professores daquela Academia.

Ao findar esta rápida apreciação de HISTÓRIA MILITAR, cumpre-me confessar que, como resultado natural do estudo, que para tanto

realizei, aguardo com grande interesse a publicação da segunda parte. Terei, assim, oportunidade de recordar as magníficas aulas que, há vinte e cinco anos, foram proferidas com entusiasmo e fé patriótica, na velha Escola do Realengo, pelo Capitão CORDOLINO. "Verei surgir das páginas recentemente impressas, como outrora do — dolman — do oficial, o mestre insigne... O sacerdote ao serviço da Pátria... não apenas instruindo, porém pontificando e educando a juventude militar, primeiro para cidadão e, depois, para soldado, defensor da Nação, guardião do Brasil!"

Ao mestre, as minhas entusiásticas felicitações. Ao amigo, a minha estima.

(a) A.C. Moniz de Aragão.



POÇOS ARTESIANOS

E

SONDAGENS "STANKUS"

Lic. pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

POÇOS ARTESIANOS E SEMI-ARTESIANOS,
SONDAGENS GEOLÓGICAS E PESQUISAS DE
MINÉRIO E PETRÓLEO, MINERAÇÃO EM
GERAL, ESTUDOS DE TERRENOS

Vaclavas Stankus

RUA BENJAMIN CONSTANT, 122
3º Anº.-Sala. 303 — Tel. 32-5005
Caixa Postal. 3.955 — S. PAULO

Residência: AVENIDA AÇOCE, 404
INDIANÓPOLIS — MOEMA
Tel. 7-2782



INSTITUTO DE FÍSICA TEÓRICA

Revestida da maior simplicidade, como cabe a uma instituição científica, realizou-se, a 14 de junho do corrente ano, em São Paulo, na sede do Instituto de Física Teórica, à Rua Pamplona, 145, a cerimônia de inauguração de suas atividades científicas, à qual compareceram o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Fiuza de Castro, que foi a São Paulo especialmente para assisti-la, o Chefe de seu Gabinete, coronel Hugo Panasco Alvim, o Coronel Armando Vasconcelos, Chefe da Primeira Seção do Estado-Maior, o Coronel Nelson Rebelo de Queiroz, Comandante da Escola Preparatória de Cadetes, de S. Paulo, o Dr. Nilo Amaral, Secretário de Viação do Estado, representando o Dr. Lucas Garcez, Governador do Estado, ausente da Capital, o representante do Dr. Mário Beni, Secretário da Fazenda do Estado, o representante do Prefeito, Dr. Armando de Arruda Pereira, o Dr. José Reis, do Instituto Biológico, o Dr. Abraão Ribeiro, Dr. Francisco Luís Ribeiro, Prefeito de Santos, Dr. Walter Bellian, Presidente da Companhia Antártica Paulista, o Sr. José Matarazzo, representando o Conde Francisco Matarazzo, o Deputado federal Alde Sampaio, o

Almirante Magalhães Macedo, além de muitos outros oficiais superiores do Exército pertencentes à 2ª Região Militar, professores da Universidade de São Paulo e pessoas gradadas.

Achavam-se presentes os membros da Diretoria do Instituto: General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Coronel Eleuthério Brum Ferlich, Dr. Samuel Ribeiro, Dr. Francisco Luís Ribeiro e Dr. J. H. Leal Ferreira, deixando de comparecer, por enfermo, o Dr. Luciano Gualberto.

Discursou inicialmente o Engenheiro J. H. Leal Ferreira, Presidente do Instituto, o qual, numa síntese, recapitulou as características estruturais do Instituto e pôs em destaque a importância da pesquisa pura para o progresso do Brasil, onde há muito talento não aproveitado, sendo mistér que as Universidades, no desempenho de sua função primordial, estimulem os jovens nos seus estudos de Física com vistas ao seu aproveitamento como pesquisadores.

Falou, a seguir, o Sr. General Fiuza de Castro que justificou o apoio emprestado pelo Estado-Maior do Exército, desde os primórdios, a iniciativa de tamanha

magnitude, certo como está de que só por esse caminho será possível fazer-se progredir a Ciência, em ambiente onde prevaleçam apenas as normas de trabalho que lhe são pertinentes.

O Instituto está organizado como Fundação e desfruta de plena e efetiva autonomia científica, administrativa e financeira, a exemplo de congêneres Institutos do mais alto prestígio, como Max Planck Institut für Physik, de Göttingen, na Alemanha, e o Bohr Institut, de Compenhague, na Dinamarca; e tem a apoio-lo eminentes personalidades de São Paulo, da Indústria e da finança, sendo o seu principal animador o Dr. Samuel Ribeiro, figura de grande prestígio e também o Dr. Walter Bellian, da Antártica, o Conde Francisco Matarazzo e outros.

Teve ocasião de noticiar esta Revista, no seu número de julho de 1951, a criação do Instituto de Física Teórica; e, no presente, anuncia a cerimônia inaugural de seus trabalhos.

E para que melhor se conheçam os objetivos desse núcleo de pesquisa pura, publicamos, a seguir, na íntegra, o discurso do Engenheiro Leal Ferreira.

"Excelentíssimo Senhor representante do Governador; Excelentíssimos Senhores Generais; Meus Senhores:

Eis-nos chegados à terceira etapa da evolução de um programa cujo significado, fundamento e oportunidade temos pugnamente proclamado e defendido em anos de trabalho perseverante.

A primeira etapa nós a realizamos a 2 de março do ano passado, no Quartel-General desta Região, com a cerimônia da fundação deste Instituto de Física Teórica, quando tive a oportunidade de o definir em termos da maior amplitude.

Foi a segunda etapa atingida com a organização jurídica, a lavratura da escritura pública da Fundação com base nos estatutos previamente aprovados e com a constituição de sua Diretoria.

E hoje atingimos a terceira, com a inauguração das atividades científicas.

Mero portador de u'a mensagem, sem maiores atributos que os de homem-de-bem, sem vaidades a atender e sem benefícios a auferir, eu a trouxe a esta terra de trabalho e de progresso, ao amparo da autoridade moral e cívica do Estado-Maior do Exército e a deixei entregue a homens clarividentes e de estuante espírito público.

E assim foi possível esta obra, em que tenho pôsto tudo quanto de melhor posso dar por ver desenvolvida dignificada a Ciência e honrado e engrandecido o nosso Brasil pelo aproveitamento das suas inteligências exponenciais.

Impessoal e sereno como um magistrado, outra coisa não tenho feito senão resguardar os princípios diretores que fundamentam a afirmação de um programa de trabalho científico, inspirado no exemplo e na experiência de congêneres Institutos estrangeiros.

Da honestidade de nossos propósitos e da fidelidade ao pensamento original dos instituidores desta Fundação resulta a nossa atitude inflexível, a fim de que esse pensamento possa imperar sempre num ambiente de seriedade, de simplicidade e de dedicação à Ciência.

Duas condições são cardiais neste Instituto: a primeira à da sua autonomia; a segunda, o seu caráter efetivamente científico atestado na presença de grandes cientistas e na sua atividade adstrita à pesquisa pura.

Na tese da plena autonomia, meus Senhores, não se há-de ver apenas a idéia de defesa contra a ação negativa dos meios oficiais nos seus processos de baixa rotina, de desprezo pelo tempo e de inconseqüência nos resultados; há-de vêr-se um lato senso de liberdade criadora inerente à Ciência pura, para que a inteligência possa percorrer e perscrutar o horizonte das possibilidades.

Melhor do que eu sabels vós, meus Senhores, que é o caráter de um povo, e não a sua inteligência, que determina a sua evolu-

ção e regula o seu destino. E o vigor dêsse caráter se estadeia nas obras de maior estalão, na seriedade, firme determinação e estranhado zelo que os homens põem no seu trato e condução. O sentido perenético destas palavras é de meridiana evidência, e convence a tódas as luzes de que só por essa larga via poderemos realizar grandes cousas, do mesmo modo por que as fizeram outros povos.

E para dar-vos uma pequena mostra da certeza destas afirmações, eu vos darel a conhecer um excerpto de um documento da maior valla, redigido pelo eminente físico teórico alemão Professor Carl Friedrich von Weizsacker e entregue à Diretoria dêste Instituto: "O progresso da pesquisa pura tem uma importância fundamental para o desenvolvimento presente e futuro do Brasil. A experiência colhida em países de há muito fortemente industrializadas, demonstrou que é impossível progresso técnico sem pesquisa pura. A pesquisa de hoje é a técnica de amanhã. O Brasil se acha dentro de um processo de desenvolvimento técnico muito rápido e, por isso, é preciso fomentar, no Brasil, a pesquisa pura. Não exclui isso, porém, a necessidade da existência de grandes instituições de pesquisa aplicadas, mas não devemos esquecer que a fecundidade da pesquisa pura para o futuro reside justamente no fato de não ter alvos práticos imediatos. A pesquisa aplicada está obrigada a limitar-se a um alvo definido e portanto especial, ao passo que a pesquisa pura percorre livremente o horizonte das possibilidades.

Assim surgiu o rádio, graças aos trabalhos de laboratório e de gabinete dos Físicos puros Faraday, Maxwell e Hertz; os trabalhos sobre a energia atômica também foram conduzidos em toda parte por Físicos puros que encetaram tais estudos sem sequer pensarem em suas aplicações técnicas.

Torna-se necessário, portanto, criar instituições nas quais os jovens brasileiros possam formar-se como pesquisadores teóricos. Como só se aprende a pesquisar pesqui-

sando sob a direção de cientistas experimentados, o Instituto de Física Teórica, de São Paulo, poderá justa e exclusivamente prestar frutuozos serviços se efetivamente for um núcleo de pesquisa pura.

O Presidente do Instituto de Física Teórica mencionou a importância relevante da plena autonomia do Instituto e eu reconheço integralmente a importância dessa concepção."

Pelo que ouvistes, meus Senhores, na fase inicial do nosso Instituto, torna-se necessário trabalhar com cautela, agir em estrita obediência a um programa definido que o conduza a um ritmo normal de atividade, sem desvios e sem percalços.

Um largo espírito de colaboração deve a todos animar, a todos que compreendem de fato o significado e alcance desta obra, mas que esse espírito não sofra deformações nem se revista de falsos aspectos. Sem a verdadeira colaboração, a Ciência não teria progredido; a pesquisa científica se faz por um esforço coletivo através de fronteiras e de gerações.

Esta casa estará sempre aberta aos homens de boa vontade que desejem colaborar: aos cientistas e aos não cientistas. Mas estará irremissivelmente fechada aos que pensem aqui intervir para desviar a do seu rumo certo.

É do nosso propósito tudo fazer por que, desde início, neste velho paço hoje remozado para abrigar os primeiros anos de vida do nosso Instituto, imperem normas disciplinares de trabalho que favoreçam a formação de uma ambiência propícia ao trabalho científico, sem derrames de retórica, de elogios e de aplausos que nada acrescentam ao progresso da Ciência. Só o trabalho conta para a evolução da pesquisa, e é isso que nos cumpre substancialmente fazer e o faremos. Por tais razões, vigorarão aqui certas disposições, por expressa vontade dos instituidores, a primeira das quais é a de não haver palmas ao fim das conferências, dos seminários e dos discursos, sejam proferidos embora por eminentes ho-

mens, e por isso eu peço a todos os presentes como um favor que se abstenham de bater palmas ao término dos discursos que forem aqui proferidos no dia de hoje. Que cada um tome em boa conta o que de melhor encontrar, e testemunhe a sua concordância e a sua satisfação cooperando ativamente conosco na consecução dos nossos objetivos.

É do nosso maior empenho que as atividades do Instituto sejam proveitosas à Universidade de São Paulo para o progresso da Física e do seu ensino. Pela natural limitação dos seus cargos, não pode a Universidade aproveitar os jovens Físicos licenciados que, assim, se sentirão desencorajados. Abre-lhes o Instituto as melhores perspectivas, pois os que revelarem gosto e aptidão serão escolhidos como bolsistas e, posteriormente, pelo próprio mérito, admitidos como pesquisadores efetivos.

Lucrarão, dêsse modo, professores e alunos da Universidade: os primeiros porque encontrarão no interesse dos segundos um estímulo para a sua cátedra; os segundos porque receberão cursos mais bem cuidados e contarão com possibilidades de efetivo aproveitamento, sendo o mérito o supremo regulador.

Um amplo apelo eu aqui faço aos que me ouvem: que estimulados sejam os jovens estudantes de Física da Universidade a uma melhor preparação com vistas ao seu aproveitamento como pesquisadores, porque o progresso do Brasil depende do progresso da pesquisa pura. E o dever de aproveitar e valorizar os moços de ta'ento cabe às cátedras das Universidades.

Conta o Instituto com a atividade de seis jovens Físicos, e no começo de 1953 esperamos ter concluídos os entendimentos com os eminentes Físicos estrangeiros que aqui deverão permanecer.

Com esta cerimônia de hoje são dadas por iniciadas as atividades científicas com os seminários que se vêem realizando há cerca de dois meses.

Em nome da Diretoria do Instituto, agradeço ao Exmo. Sr. Governador o ter-se feito representar, ao Exmo. Sr. Chefe do Estado-maior do Exército, General Fiuza de Castro a quem tanto deve este Instituto, ao Dr. Mario Beni de modo especial, aos Senhores oficiais e a todos os Senhores que aqui vieram e nos honraram com a sua presença.

Das aspirações generosas nascem as grandes realidades benfeitoras. Sem idealismo, sem generosidade e sem abnegação nada se constrói de elevado na vida. Ser patriota é, antes de tudo, conhecer o Brasil, sentir-lhe as realidades tal como um cientista interpreta a Natureza, com imparcialidade objetiva; e em seguida lutar pela vitória de suas grandes causas, pela solução de seus problemas fundamentais dentre os quais excede o da educação nos seus diferentes graus até atingir a eminência onde se situa a Ciência pura.

Este Instituto é uma casa de ordem, de trabalho e de boa vontade. Entremos a trabalhar certos de que, com a ajuda de todos vós, atingiremos os nossos elevados objetivos pelo progresso da Ciência e pela grandeza do Brasil.

Tenho concluído.

MOACYR FREIRE & CIA.

REPRESENTAÇÕES E CONTA PRÓPRIA

RUA ANIZIO ORTIZ MONTEIRO, 149 e 225

— TAUBATÉ

SÃO PAULO

O FORTE DO PAU AMARELO

General DERMEVAL PEIXOTO

Uma brecha nos arrecifes que marginam, paralelamente, as costas é sempre porta franca, bem aberta, à entrada de embarcações vindas do mar grosso para se aproximarem de terra firme. Conhecem-nas bem pescadores e pequenos navegantes do nordeste.

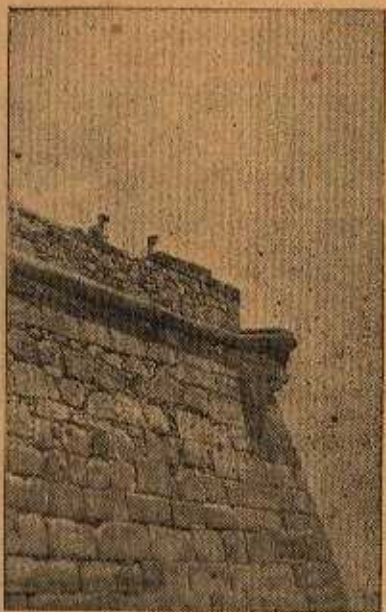
O Forte do Pau Amarelo fôra construído, precisamente, em frente de um maior canal que facilitára, entre rochedos imersos pouco acima da foz do Rio Doce, no norte de Olinda, uma entrada às caravelas dos invasores holandeses que não conseguiram abordar o Recife pela frente. Ao tempo em que fôra erguido, os barcos da época não aproariam para novos desembarques sem a hostilidade das antiquadas peças de artilharia que, então, guarneciam o baluarte da praia do Pau Amarelo.

Chegar até o local não foi fácil, e ao descobrirmos as ruínas da histórica fortaleza, tivemos profunda tristeza. Entre as mansas ondas de uma aprasível maré e o terror dos proprietários de trás e dos lados, somente resquícios das velhas amuradas. Para a banda do mar tombaram os elevados paredões de pedras e, por entre os desdentados baluartes laterais a vegetação crescida envolvera e cobrira, completamente, o monturo em ruínas.

Dois dos três antiquados canhões de ferro dormiam, enferrujados, à sombra humilde da espessa folhagem. As peças de bronze não mais são encontradas; arriscaram-se trazê-las, aos pedaços serrados, os que exploram o comércio de metal em grosso.

Um grupo de praiheiros surgiu, imediatamente, disposto a cumprir

minhas intenções: limpeza dos escombros, um mastro alto para a bandeira brasileira, a partir do dia seguinte uma picada para chegar até a estrada de Paulista, um rancho de palha para a pequena guarnição militar que iria ocupá-lo como guarda da posição. Um cabo reformado vivia num mucambo, ao lado do antigo Forte. Fôra, em tempos não muito remotos, o seu vigia, por ordem do General Joaquim Ignacio, cujo documento mostrou-me orgulhosamente, dado por aquele Chefe quando Comandante do Distrito Militar, em Pernambuco. Fi-lo chefe do grupo de



Velha muralha do Fte. do Pau Amarelo

guerrilheiros vigilantes de Pau Amarelo; reintegrei-lhe no honroso encargo de zelador da destrocada praça de guerra. Senti-me feliz por vê-lo exultante com a sua reposição inesperada à dignidade de comandante de um monturo de peprás...

Os terrenos, para os lados e para os fundos, estavam, naturalmente, sob posses, já cultivados com coqueirais e pastagens. Foram logo repostas, sem relutância, as lindes regulamentares, sem precisar-se de ação militar além do alegado direito, embora no tempo de guerra. A abandonada posição de defesa passou a viver como pequena guarânia de guerra. Dia e noite a nossa Bandeira tremulára ao tópo da derradeira e já inclinada guarita à um canto. O telefone e os modernos carros todo-terreno levaram vida nova e ensejo de mostrar brasilidade aos rudes mora-

dores daquela nossa abandonada orla marítima. Passou o forte a ser meu predileto destino nas manhãs dos domingos e feriados, depois da missa. Um bom e farto café com beijús e água de côco sempre encontramos na vivenda de um patricio que tivera realizado uma sua aspiração — a estrada aberta diretamente para Olinda. Levei ali chefes militares, que estiveram no Nordeste, para ver aquele local tão desconhecido, mas tão falado nas páginas de nossa História. Inclui a responsabilidade pela guarda daqueles paredões nos encargos do Comandante da Artilharia de Costa, cujo posto de Comando estava em Olinda. Agora, que no Rio Doce estava aquartelada uma unidade moderna da defesa de costa, por certo enobrecida pela vizinhança daqueles respeitáveis escombros, ficou mais acessível a histórica posição de nossa defesa — o Forte do Pau Amarelo.

INDÚSTRIAS "CAMA PATENTE — L. LISCIO" S.A.

A MAIOR FÁBRICA DE CAMAS DA AMÉRICA DO SUL



"ah... por isso dormi tão bem!"

ESTA É UMA LEGÍTIMA
CAMA-PATENTE
COM A FAIXA AZUL
IND. CAMA-PATENTE L. LISCIO S.A.

Matriz:

RUA RODOLFO MIRANDA, 97 — SÃO PAULO

Filiais:

RIO DE JANEIRO — RECIFE — BAHIA — PORTO ALEGRE —
BELO HORIZONTE — MACEIÓ E FORTALEZA

OS GRANDES PROBLEMAS NACIONAIS

Ten.-Cel. AROLD RAMOS DE CASTRO

A PRODUÇÃO E OS TRANSPORTES

O Brasil, em face do seu impressionante e vertiginoso progresso e, principalmente, em virtude de um novo ciclo da sua economia — industrial — que parece querer modificar radicalmente a sua característica tradicional de país agropecuário, defronta-se atualmente com graves problemas que estão a exigir pronta solução.

Assim, surgem como de importância vital os problemas do petróleo, da indústria pesada, dos transportes, das comunicações, da produção e da energia elétrica. Tais problemas, que representam indistintivamente a infra-estrutura do progresso do Brasil, não podem, apesar da sua amplitude, ser encarados prgressiva e sucessivamente, mas, devem ser solucionados paralelamente, razão pela qual a questão apresenta-se com características cíclicas.

Em verdade, todos os problemas que anteriormente focalizamos vêm sendo, sem dúvida, objeto das cogitações dos governos da República, porém, por razões sobrejamente conhecidas, em ritmo lento e, por que não dizer, às vezes, desarticuladamente.

Por tal motivo, é comum observar-se que a produção, no tocante à agricultura, após ter alcançado, em determinadas regiões do país, um índice verdadeiramente surpreendente, como, por exemplo, nas fertilíssimas terras roxas do norte do Paraná, começou a decair, uma vez que os agricultores, então animados pela propaganda da batalha da produção, vêm agora deteriorarem-se nos seus depósitos e nos armazéns das ferrovias os produtos

que, pelo seu trabalho, tinham retirado das terras que cultivaram.

Consequentemente a produção, que consideramos como de prioridade incontestante ante os demais problemas, exige, como complementação, transportes rápidos e econômicos para o seu encaminhamento para os centros consumidores; tais transportes, porém, ao invés de rodoviários, como estão sendo utilizados em larga escala, preferentemente devem ser feitos em ferrovias, visto serem mais econômicos e mais seguros. Ademais, no momento, os transportes rodoviários significam um elemento de sobrecarga nas nossas escassas divisas em dólares, seja pelo aumento do consumo de gasolina, seja pela aquisição de caminhões e respectivos sobressalentes.

Preocupado com o importantíssimo problema da produção, está o Governo encarando, com propriedade, a transformação do trabalho braçal nas lavouras, forma sem dúvida primitiva para as necessidades atuais do Brasil, em trabalho mecânico; conseqüentemente, tudo indica um progressivo aumento da produção e o conseqüente agravamento do problema dos transportes.

Por tal motivo, impõe-se cuidar urgentemente do reaparelhamento das nossas estradas de ferro, particularmente aquelas que servem às regiões de produção do país, como ultimamente foi feito com a Viação Férrea Paraná-Santa Catarina e reexaminar os fretes para o transporte dos artigos de primeira necessidade.

Os fretes cobrados nas vias-férreas do governo, pelos artigos de consumo obrigatório, não devem e

não podem ser fonte de renda, pois o seu elevado custo implica na retração dos produtores e, em consequência, na diminuição da produção e subsequente encarecimento do custo de vida.

O Governo se cobrirá dos prejuízos decorrentes dos transportes, mais tarde, pelos impostos de maiores vendas e logicamente de maiores lucros.

Em resumo, a produção e o transporte representam um binômio econômico de alta significação para o bem-estar e tranquilidade interna do país, razão pela qual, a nosso ver, merece especial atenção por parte do Governo.

É necessário, indiscutivelmente, que a produção marche sempre em trajetória ascendente, a fim de atender ao elevado e cada vez mais crescente índice demográfico do Brasil, fato que permite asseverar que tudo que é produzido nas nossas fertilíssimas terras é consumido, uma vez que transportes seguros, rápidos e econômicos assegurem o escoamento.

Ainda, relativamente ao problema dos transportes, devemos encará-lo sob um quádruplo aspecto: aéreos, ferroviários, marítimos e rodoviários. Consequentemente, pela dilatada projeção do problema, deve ser ele objeto do estudo, planejamento e execução por parte de um órgão federal eminentemente técnico e com dois objetivos nitidamente definidos: econômico e militar.

Dada a ligação íntima existente, como vimos, entre a produção e os transportes, não nos arrecelamos em afirmar quão vantajoso seria para a economia e a segurança nacional, a criação, não digo de um Ministério, mas de um Departamento Federal da Produção e dos Transportes.

O PETRÓLEO

Quanto ao atualizado e momentoso problema do petróleo, já iniciamos os primeiros passos em busca da emancipação, no que concerne aos combustíveis líquidos. Já caiu por terra a derrotista lenda de

que o Brasil não possui petróleo; a exploração petrolífera no recôncavo baiano e a sua industrialização é hoje uma promissora realidade, mas, representa, entretanto, o início para a solução de mais um grande problema nacional.

É necessário progredir nas pesquisas petrolíferas nas regiões do nosso território onde índices positivos asseguram a existência de preciosos lençóis, como em Araguaá e Guaratinguetá, no Estado de São Paulo, na Serra da Balisa, no Paraná, em Mato Grosso e no Amazonas. Por outro lado, impõe-se dedicar uma particular atenção às numerosas jazidas de salitres betuminosos que possuímos, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul, destacando-se como de particular importância as do Maranhão, de Alagoas e São Paulo.

Referentemente ao problema do petróleo, é necessário interessar o capital nacional, infelizmente ainda impregnado impatrioticamente do espírito das inversões que asseguram lucros rápidos e elevados.

Uma campanha de patriótico emprêgo do capital nacional deve ser desenvolvida, a fim de que seja possível ao Brasil enfrentar os grandes problemas nacionais sem os pesados encargos dos empréstimos externos que acarretam um forte desequilíbrio na sua economia interna.

Assim, referentemente ao petróleo, indústria de iniciação grandemente onerosa, muito pode cooperar o capital brasileiro, contribuindo, ainda, para dar-lhe o cunho verdadeiramente nacionalista.

A refinaria de Cubatão representa um grande passo para assegurar a consolidação da economia nacional, evitando o desgaste das nossas divisas no mercado externo, além de ser uma magnífica escola de formação de técnicos e operários especializados brasileiros.

Continui o Conselho Nacional do Petróleo nessa patriótica e elevada obra e, em futuro próximo, o Brasil poderá se tornar auto-suficiente, no tocante aos combustíveis líquidos.

A Refinaria de Cubatão, segundo as últimas declarações do Chefe do Governo, já se encontra dotada de 95 % do seu material, em importância superior a 14 milhões de dólares e, em fins do próximo ano, começará a produzir gasolina, óleo diesel e querosene. Uma vez completada a sua montagem, será possível entregar diariamente, ao mercado nacional, cerca de 2.500 barris de essência para aviação, 19.000 barris de gasolina para automóvel, 4.500 barris de querosene e outros tantos de óleo diesel, 15.000 barris de óleos combustíveis e mais 1.600 barris de gases liquefeitos.

Por outro lado, ainda de acordo com as últimas declarações do Governo, "cogita-se da industrialização dos gases residuais, cujo volume é da ordem de 330.000 metros cúbicos diários, o que torna possível e aconselhável o planejamento de indústrias subsidiárias do mais alto valor; entre estas, inclui-se a de adubos químicos, das quais importamos mais de 500.000 toneladas. Com a utilização de apenas 25 % da quantidade de gases residuais da refinaria, poderemos produzir diariamente cerca de 100 toneladas de amônia, suscetíveis de serem transformadas em 375 toneladas diárias de fertilizantes de alto teor de azoto". (Palavras do Chefe do Governo ao ensejo da inauguração do oleoduto Santos-São Paulo e de importantes obras na refinaria do Cubatão).

Tão promissoras notícias nos permitem asseverar que está alvareiramente iniciada a solução do importantíssimo problema do petróleo. Urge agora continuarmos a obra, envidando todos os esforços no sentido de explorarmos as nossas fontes petrolíferas, pois o problema só estará definitivamente solucionado quando as nossas refinarias beneficiarem o próprio petróleo nacional.

Como se sabe, o problema do petróleo é profundamente complexo e as pesquisas apresentam grandes dificuldades e requerem profundos conhecimentos geológicos da parte daqueles que a ele se dedicam.

O engenheiro Pedro de Moura, em interessante palestra proferida

no Serviço Regional do Conselho Nacional do Petróleo, na Bahia, apresenta uma série de interessantes considerações acerca da pesquisa e exploração do petróleo, da qual nos permitimos, "data vênica", citar alguns trechos.

"Referentemente às pesquisas devem ser eliminados, de pronto, os terrenos de constituição geológica de rochas muito antigas, onde, nos primitivos tempos geológicos, não havia sinal de vida orgânica. No caso, estão compreendidas, por exemplo, as que bordam a baía de Guanabara e o complexo cristalino que acompanha a nossa costa, desde o Rio Grande do Sul até o norte do País.

Assim, as pesquisas do petróleo devem ser feitas nas áreas de formações de rochas sedimentares, constituindo grandes bacias, porque depósitos sedimentares de pequena extensão não têm valor para esse problema de pesquisas".

Interessante é aludirmos aos pontos de nosso território onde pesquisas estão se realizando, a fim de constatarem ou não a existência do petróleo.

Em Alagoas, as perspectivas são muito boas; no Sul do país, vestígios de óleo foram consignados na bacia do Paraná; na bacia Amazônica, pesquisas vêm sendo feitas, com resultados animadores e no alto Araguaia, igualmente, os indícios são alentadores.

AS COMUNICAÇÕES

Outro magno problema nacional é o das comunicações; nunca o Brasil se sentiu tão ávido de vias de comunicações rodó e ferroviárias como no momento; nunca a frase de Washington Luiz "governar é abrir estradas" foi tão real e positiva.

O corpo geofísico do Brasil necessita possuir múltiplas artérias por onde possam circular as suas riquezas.

Infelizmente, muito poucas rodovias possuímos pavimentadas e tal fato acarreta danosas consequências para os transportes da produção, tornando-os lentos e onerosos.

Referentemente às ferrovias, inexplicavelmente possuímos uma gama de bitolas que bem traduzem uma desorientação inicial, hoje difícil de ser sanada.

Parece-nos que o problema das comunicações talvez seja um dos de mais difícil solução, pois exige, de início, uma verdadeira readaptação à vida nacional. Assim é que traçados defeituosos de algumas ferrovias vitais para a vida nacional estão sendo objeto de retificações e outras obras de vulto.

Em consequência de tal desarticulação, surgem as longas e onerosas baldeações, acompanhadas dos inevitáveis danos e prejuízos.

A INDÚSTRIA PESADA

Um outro grande problema nacional é, sem dúvida, o da indústria pesada. Felizmente, para o Brasil, Volta Redonda é uma magnífica realidade, embora a sua produção não atenda às necessidades internas do País.

De qualquer forma, porém, representa, para a economia nacional, um grande passo e tudo leva a crer que outras realizações da mesma natureza em breve surgirão no Brasil.

Quem visita Volta Redonda não pode descrever da nossa capacidade; necessitamos aqui, como no caso do petróleo, interessar os capitais nacionais, pois só assim teremos uma indústria pesada genuinamente nacional. Isto não quer dizer que devemos cerrar as nossas portas ao capital estrangeiro bem intencionado; não, ao contrário, devemos até mesmo interessá-lo e aceitar a sua colaboração mediante acordos e contratos leais e honestos.

Benvindo seja o Capital estrangeiro que aqui chega com propósitos elevados, pois contribuirá para o fortalecimento da nossa economia; aliemos porém, todo aquele que, pela sua origem escusa, possa transformar-se em fonte de discórdias e inquietações.

Atravessando o Brasil, como dissemos anteriormente, um novo ciclo da sua vida econômica, lançando-se vivamente no terreno industrial,

outro aspecto também se desenha no seio da massa obreira. Atraídas pelos salários compensadores e por uma avançada Lei Trabalhista, o homem do campo ocorre aos grandes centros, ansioso por conseguir lugar nas fábricas.

É o êxodo, que vem se verificando ultimamente, dos agricultores, oriundos das regiões caracteristicamente de criação e de produção, acarretando um verdadeiro desequilíbrio na nossa economia interna.

A única maneira de restabelecermos o equilíbrio indispensável é, sem dúvida, valorizar o trabalho do homem do campo, colocando-o em nível de igualdade com os que mourejam nas indústrias.

É o que se propõe realizar a política agrária, em boa hora concebida pelo Governo, convicto de que, sem produção farta e barata, todos os demais grandes problemas nacionais terão a sua trajetória inteiramente bloqueada.

ENERGIA ELÉTRICA

Propositadamente deixamos para tratar em último lugar do problema da energia elétrica, por considerá-lo verdadeira moeda de distensão do progresso do Brasil.

Inicialmente, desejamos salientar que o nosso País nunca teve tanta svidex de energia elétrica como presentemente, uma vez que se lança decididamente no mercado mundial como forte concorrente nos diversos setores industriais.

Ademais, modernamente, a energia elétrica é poderosa força propulsora de progresso, civilização e riqueza; tem as mesmas características das vias de comunicações, as quais por onde passam, promovem a criação de cidades, do comércio e da abastança.

Um magnífico e concludente exemplo do que dissemos se encontra na criação da Companhia hidrelétrica do S. Francisco, única forma capaz de permitir o aproveitamento de imensa área, compreendendo 347 municípios, que se situam em 8 Estados da federação.

A área a ser particularmente aproveitada, graças à presença da

energia elétrica, na percentagem de 90 %, está compreendida no "polígono das secas".

Com a era da energia elétrica, o Vale do S. Francisco alcançará surpreendente progresso nas suas atuais atividades econômicas, tais como: agricultura (algodão, mandioca, milho, feijão, fumo e côco da praia); indústria extrativa vegetal (fibras e sementes oleaginosas); produção extrativa mineral; produção industrial (açúcar e tecidos); pecuária (bovinos, assínios e caprinos).

A previsão é para que, em 1955, todo o sistema de Paulo Afonso, programado para a etapa inicial, esteja em funcionamento e, assim, reproduzindo as palavras do Tenente-Coronel Carlos Berenhauser Junior, "a Usina de Paulo Afonso será um fator muito importante para corrigir o deficiente balanço energético da região, proporcionando um dos meios para aceleração do seu desenvolvimento econômico".

O que se passa, em última análise, é a recuperação econômica e social de uma importante e fértil região do território brasileiro, com resultados benéficos para a economia nacional. A energia elétrica, no Vale do S. Francisco, irá, sem dúvida, prender o homem à terra e valorizar o seu trabalho.

Outro aspecto dos benefícios da energia elétrica encontramos nos monumentais trabalhos que se realizam em Ribeirão das Lages; o Rio e São Paulo, particularmente o último, terra de grandes parques industriais, exigem continuamente mais energia elétrica, o que

significa o crescimento das suas organizações fabris.

Assim, "dos 850 KW iniciais de suprimento elétrico para o Rio de Janeiro, quando transcorridos quase cinco lustros, já em 1930, a máxima demanda horária foi de 81.710 KW, passando para 142.200 KW no período subsequente de um decênio e elevando-se a 333.700 KW em 1950, ou cerca de 390 %".

Do mesmo modo, "partindo de uma produção inicial de cerca de 5.000.000 KW h em 1907, as necessidades da área servida, quer no Distrito Federal, quer em quinze municípios do Estado do Rio de Janeiro, exigiram uma produção de cerca de 400.000.000 KW h em 1930, 700.000.000 KW h em 1940 e 1.750.000.000 KW h em 1950, ou seja 350 % daquele suprimento anual primitivo".

Presentemente, Rio e S. Paulo, estão interligados pela eletricidade, atendendo-se reciprocamente nas suas necessidades de energia elétrica.

CONCLUSÃO

Foi unicamente inspirados na convicção que nutrimos da grandeza do Brasil que apresentamos a pálida fotografia acima, relativa aos importantes problemas nacionais.

E, para terminar, almejamos que do espírito dos brasileiros seja definitivamente banida a descrença, o derrotismo e o desinteresse pelas causas que constituem, inegavelmente, uma firme demonstração do nosso patriotismo e do nosso esforço pela projeção do Brasil como uma verdadeira potência econômica, no mundo contemporâneo.

PREÇOS SEM IGUAL

ARSENAL DO POVO

Calças de Casemira, Linho e Tropical — Linhos nacionais e estrangeiros para homens e senhoras — Opalas — Cretones — Popelines — Organdis — Morins — Algodões, etc — Completas seções de Cama e Mesa — Sedas — Atacado e varejo de retalhos — Feltros para indústria e todos os fins

RUA 1º DE MARÇO NS. 149/51 — TELEFONE, 43-2894

(Em frente ao Arsenal de Marinha)

RIO DE JANEIRO

O EXERCITO, O EXODO RURAL E OS TIROS DE GUERRA

Maj. CARLOS ALBERTO DA FONTOURA,
do E.M. da 2ª D.C.

De há muito vinha alimentando a ideia de abordar o assunto acima intitulado. Entretanto, dada a sua complexidade, foi sendo adiado até os dias que correm, quando me impuz lançar a público algumas considerações a respeito, de vez que vem sendo muito debatido no parlamento nacional, e não raro explorado à guiza de argumento para a restauração dos antigos "tiros de guerra".

Não resta a menor dúvida que a restauração dos antigos "tiros de guerra" seria o ideal. Entretanto, parece-nos, isso não mais será possível, hoje em dia. Atente o ilustre leitor, para o seguinte: o número de unidades constitutivas do Exército brasileiro, atualmente, está reduzido ao mínimo. Será uma temeridade, nos dias borrascosos e incertos que atravessamos, reduzi-lo ainda mais. Se distralássemos alguns milhares de patrícios, anualmente convocados, e os incorporássemos aos tiros de guerra, aquêle mínimo não seria atingido, com sérios prejuízos para a segurança nacional no seu duplo aspecto: interno e externo. Por outro lado, para manter aquêle número de Unidades e ao mesmo tempo um certo número de tiros de guerra, o contingente anual não o permitiria, quantitativamente. Isso é mais verdade ainda, se verificarmos que, infelizmente, cerca de 40 a 50 % dos nossos homens são julgados incapazes no exame de saúde a que são submetidos. Aí o aspecto numérico do problema, pois não devemos e talvez mesmo não possamos convocar maior número de homens, anualmente, para o serviço militar, chamando mais de uma classe.

De outro passo, a fraca densidade demográfica da maioria dos nossos municípios e distritos e a nossa incipiente rede rodoviária dizem contra os tiros de guerra.

A menos que diluíssemos "tiros" pelos distritos e até mesmo pelas linhas, não teríamos resolvido o problema, pois não vemos como concentrar todos os dias, à noite, os jovens candidatos a reservistas, por espaço mínimo de 3 a 4 horas, sem que os obrigássemos a fatigantes caminhadas a pé, ou mesmo a cavalo, após um dia de duro trabalho, de sol a sol, e na idade de 18 a 20 anos, idade ainda crítica sob o aspecto fisiológico.

Por outro lado, se fizéssemos a distribuição dos "tiros" para atender a cada "rincão", teríamos uma grande dispersão de homens (instrutores) e sobretudo de material bélico, esta última até certo ponto perigosa, sem a segurança necessária à sua guarda e conservação, pois os dias que passam assinalam o recrudescimento das atividades da 5ª coluna, desta vez comunista, que tudo faz para apossar-se de armas e munições, até mesmo pela violência.

Outro argumento será a natureza da instrução a ministrar. O soldado de hoje, na caserna, tem um mínimo de 6 1/2 horas de instrução diária afóra 1 1/2 hora de instrução geral (alfabetização)... Os nossos quartéis não possuem, em material, o que seria de desejar, mas dispõem de um mínimo indispensável à instrução de seus hóspedes anuais. Esse mínimo constitui um patrimônio relativamente grande, volumoso e dispendioso, conseguido à custa de enormes sacrifícios, obra de muitos e muitos anos, de co-

mandos e comandos que se sucedem, todos procurando melhorar cada vez mais. São as linhas de tiro comuns, as linhas de tiro para armas modernas (canhões antitanque, "bazookas", metralhadoras, granadas, etc.): são os estádios para educação física, os campos de desportos para oficiais e praças; são os parques de material, as salas de instrução tanto quanto possível objetivas e atendendo aos reclamos da pedagogia. Isso para não ir mais longe. Agora, pergunta-se: como dotar os tiros de guerra desse material? E o próprio enquadramento dos homens, no que tange ao aspecto moral e que constitui preocupação cotidiana dos quadros superiores e mesmo dos subalternos e sargentos? Como seria feito? Aumentaríamos os quadros de oficiais, acarretando maiores despesas à Nação, para atender à instrução dos tiros de guerra?

Como, pois, conciliar tudo isso e dar aos jovens brasileiros, nas colônias e nos campos, a instrução militar consentânea com o estágio atingido pelo Exército brasileiro de hoje e que o coloca em posição destacada no continente sul-americano?

Outro fator ponderável é o lado nacionalista da questão. Nossos homens do campo e os das colônias em particular, em sua maioria de origem étnica alemã, italiana, polaca, etc., encontram na caserna, sem dúvida nenhuma, a porta aberta para a sua nacionalização. Ai, em companhia do cabôco, do negro, do mestiço, do péo de estância, e à luz dos ensinamentos dos oficiais e sargentos e dos conhecimentos adquiridos na "escola regimental", aí é que eles começam a conhecer o Brasil. Aí principia o seu processo de integração da vida nacional brasileira.

O papel nacionalizador jamais será desempenhado pelos tiros de guerra. Os homens não sairiam de seu ambiente colonial e não se entreaçariam com os brasileiros já indiscutíveis e indiscutidos. A própria alfabetização, embora não seja função precipua do Exército, fica parcialmente prejudicada, pois não sobra tempo para tanto. O aspecto na-

cionalizador e educativo é muito importante em um país como o nosso. Não devemos esquecer que os "tiros", no passado, foram também responsáveis, em grau não pequeno, pela segregação a que se entregaram, mais por incúria nossa, os brasileiros de origem alemã e italiana, a ponto de exigir de nossa parte uma intensa campanha nacionalizadora.

Agora, indagamos: será o serviço militar um fator tão ponderável no despovoamento dos campos? Os fatores que influem nessa espécie de "mobilidade" são vários. Não negamos que o serviço militar seja um deles, mas em proporção muito limitada, insignificante quase. Estatísticas feitas pelo Exército confirmam isso.

Em verdade, alguns não regressam. São talvez os mais ambiciosos, os mais espertos, os mais inteligentes e porque não os mais capazes? Constitui tendência humana, natural, a troca da vida pior pela melhor. Ninguém pode ser condenado por isso. O episódio que um insigne patricio conta, do colono em P. Alegre, que não quize retornar à roça, por haver encontrado melhor remuneração com menos tempo de trabalho, ilustra bem o que dizemos. É a lei do menor esforço. Não devemos encorajá-la, em um país onde tudo está por fazer. Mas, não será isso que busca a civilização!? Até para destruir: o que representa a bomba atômica, senão a destruição simplificada, maior rendimento (paradoxo) com menor esforço e em menos tempo, conseqüentemente com menos trabalho!?

Convenhamos que a remuneração do trabalho agro-pecuário está muito aquém de qualquer coisa que pudéssemos configurar compatível com existência digna. Os jovens que vêm para a caserna, indiscutivelmente, melhoram de vida. Realizam uma "mobilidade vertical". Aprendem os mais comestíveis hábitos de higiene: a servir-se dos talheres, a tomar banho, a cortar o cabelo, a usar a escova para dentes, a calçar os sapatos... Verificam aí o contraste da vida rural, onde vegetam mise-

ravelmente, explorados, pelos patrões e não raro pelos próprios pais. Esse contraste chocante é que é o responsável pelo êxodo do número relativamente pequeno de conscritos que não retornam à origem. A grande maioria, apesar de tudo, ainda volta aos "pagos"...

Em verdade, o serviço militar propicia essa constatação. Mas, teremos o direito de condená-lo, de vez que possibilita a melhoria do nível de vida de milhares de brasileiros, pois quer os que regressem às suas residências de origem, quer os que ficam nas cidades, dê-se beneficiam? A tese é discutível, pois não devemos, nem podemos, em sã consciência, desejar que a nossa produção agrícola ou o seu desenvolvimento repousem no atraso, na ignorância e no abastardamento intelectual, moral e material em que vive o nosso homem do campo. Sem o mínimo de bem-estar compatível com a vida humana, sem assistência do governo, sem escolas, sem hospitais, sem transporte, êle só se mantém na terra pela ignorância absoluta de tudo quanto existe a mais de um quilômetro em seu derredor.

Já dissemos que várias são as causas do êxodo rural. Não cabe nos estreitos limites deste artigo o seu estudo. Apenas citaremos as que reputamos principais. As duas que julgamos de maior amplitude são, de um lado, o notável surto de progresso industrial que o país atravessa, reclamando braços e mais braços e acenando com maiores salários; de outro, o rudimentarismo de nossos processos agrícolas, ainda acorrentados ao arado de boi e à enxada, numa época em que os aviões andam a 1000 quilômetros por hora. É urgente, é indispensável a mecanização intensiva e extensiva da lavoura. O crescimento de nossa população exige uma produção de tal monta que, nos moldes atuais, mesmo que se não verificasse a fuga do campo, não atenderia às necessidades médias do consumo. Trata-se de substituir o homem pela máquina, que multiplica o número de braços, exigindo pequenas equipes para manejá-la. Im-

portemos menos "cadillacs" e outros objetos de luxo, superfluos, e mais caminhões, tratores e implementos agrícolas, de modo geral. Dê o governo assistência social de toda a ordem ao operário rural e também assistência técnica, além de financiamentos à juros módicos e não aos juros escorchantes dos dias atuais, tornando proibitiva qualquer iniciativa mais ousada.

Outro ponto correlato, e para o qual me permito alertar a atenção dos leitores, é o chamado fenômeno da seca, que está se tornando rotineiro. Esta é a grande causa do abandono da lavoura. Já não falamos do Nordeste Brasileiro. Quem quer que tenha a oportunidade de voar sobre o Rio Grande do Sul, poderá verificar, desolado, o crime que se está cometendo com a *desmatção* descontrolada. O mesmo se verifica em S. Catarina e Paraná.

As ravinas, os veios d'água, as nascentes, enfim, dos córregos, arroyos e rios, estão ficando à descoberto. O problema do reflorestamento está aí, a exigir ação energética e imediata, se não quisermos assistir o agravamento da situação atual.

Ilustre congressista censurou, pela imprensa, uma alta autoridade, recentemente, por haver declarado publicamente, ao fazer referência à participação do Brasil na guerra da Coreia ou mesmo em uma possível conflagração européia, "que não tínhamos soldados em condições de fazer a guerra moderna". É muito natural que assim seja, e nada mais verdadeiro: o Brasil não possui tropa capaz, no momento, de fazer a guerra extracontinental, em cujo teatro de operações predominem as armas modernas. Nosso Exército não possui material para tanto e nem pode possuí-lo, de vez que o não fabricamos. Temos de importá-lo, e isso custa-nos os olhos da cara. Então, cumpre importar o mínimo possível e fazer prodígios de conservação e manutenção, a fim de que possamos instruir nosso homem e passá-lo à reserva em condições satisfatórias, capazes de tomar parte em uma possível, em-

bora pouco provável, luta continental.

É também natural, até certo ponto, que ao mundo civil escape essa diferença: o Exército brasileiro não faz o que *deve*, faz apenas o que *pode*, com os recursos que lhes são fornecidos.

Infelizmente não podemos escapar a essa contingência, pois não produzimos material bélico, nem poderemos produzi-lo tão cedo. A razão disso é muito simples: os reduzidos efetivos de nosso Exército não seriam mercado suficiente para a manutenção econômica de um parque industrial de natureza bélica. Não poderíamos também, ou melhor, ainda, ter a petulância de tentar a exportação das sobras, pois não resistiríamos à concorrência européia ou americana do norte. De sorte que, as poucas fábricas de material bélico que possuímos, não trabalham à toda força senão excepcionalmente. Isso para falar do material chamado leve: canhões de pequeno calibre, munições de toda a sorte, fuzis e metralhadoras, pois quanto ao pesado, nada produzimos ainda.

Aí, pois, uma face do problema e que talvez esclareça a declaração daquela alta autoridade.

Extranhando ainda aquela declaração, o mesmo congressista aproveitou a oportunidade para dizer que, se com o serviço militar obrigatório, nos moldes atuais, não podemos ir à guerra, melhor seria que voltássemos aos "tiros de guerra" e argumentou ainda com o exemplo da F.E.B. Aqui há outro ponto que merece ser esclarecido. A F.E.B., em que pese um grande número de declarações em contrário, não foi constituída, em sua maioria, de simples reservistas dos "tiros de guerra". As estatísticas provam o contrário.

Entretanto, é muito natural que o número de elementos da reserva não tenha sido ínfimo. Ele até po-

deria ser maior, pois devemos ter em vista que, inicialmente, era intenção do governo enviar à Itália, não uma simples "divisão", mas um "corpo de exército". Era pois imprescindível que aqui mantivéssemos os elementos da ativa necessários à instrução e enquadramento dos reservistas destinados às demais "divisões". Convém ainda salientar que, à época, a Argentina ainda constituía um enigma e precisávamos ter nas fronteiras do sul elementos da ativa capazes também daqueles mistérios: instrução e enquadramento das reservas que acorriam aos quartéis.

Acrescente-se, ainda, que os elementos da reserva — e os reservistas dos velhos "tiros de guerra" em particular — receberam instrução antes de embarcar para a Europa. Para a guerra — a guerra fora do continente — como já dissemos, não basta haver prestado o serviço militar, é preciso mais ainda: é indispensável a atualização. Até mesmo para os exércitos europeus, isso é verdade. Não é menos verdade, também, que até durante a guerra a instrução continua. Unidades há que são retiradas da "frente" para se instruírem à retaguarda, aprenderem novas técnicas e processos de combate, conhecerem novas armas, etc. Em suma: a instrução — nas Forças Armadas — não cessa nunca.

Não é de estranhar, pois, a presença de regular percentagem de reservistas em a nossa F.E.B.

Para concluir, queremos acrescentar que a estagnação do êxodo rural não será realizada com o retorno dos "tiros de guerra", o que, se transformado em lei, talvez agrave a situação no seu aspecto mais geral: nem teremos aumentada a nossa produção agro-pecuária, nem teremos reservas militares à altura do imenso patrimônio moral e material do nosso Brasil.

LAURO SCHOLZ & CIA.

RUA D. CHIQUINHA DE MATOS N. 93

ESTADO DE SÃO PAULO

TAUBATÉ

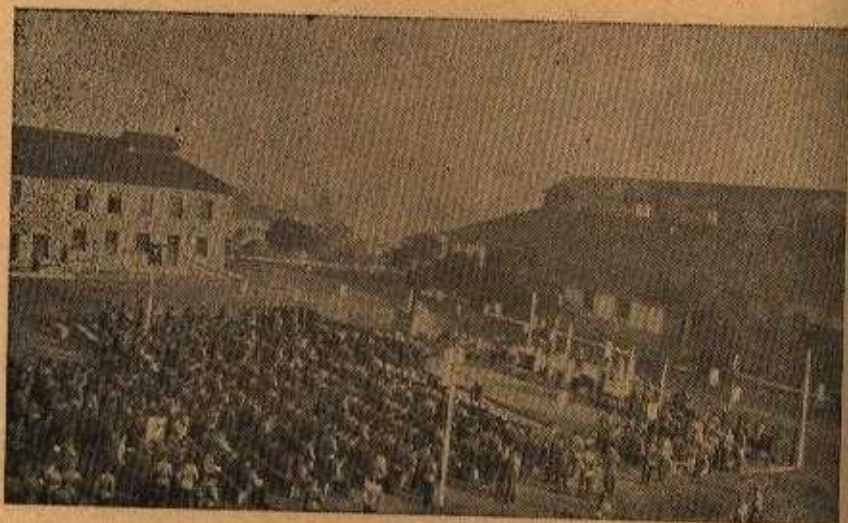
DA PROVINCIA

VIDA DA TROPA

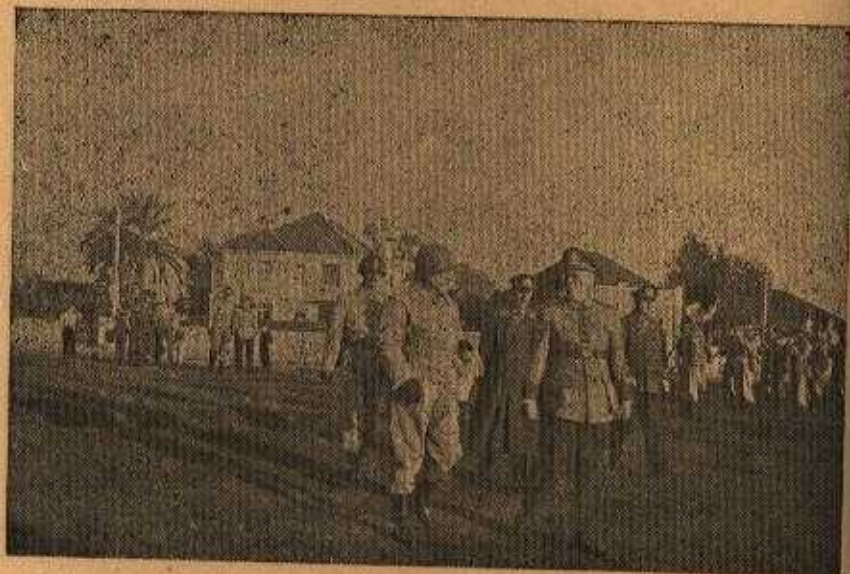
Atendendo a pedido nosso, feito em carta circular e em nota nas páginas desta revista, o Cel. Jerônimo Ferreira Romariz Rodrigues, Cmt. do 19º R.I., aquartelado em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, enviou-nos as fotografias abaixo, focalizando vários aspectos da vida de sua Unidade. É com o máximo prazer que as publicamos, pois a sua divulgação concorrerá para estreitar os laços de camaradagem entre os oficiais que servem nas diferentes guarnições do país. Basta contemplá-las para nos aquilatarmos das recompensas que a vida arregimentada nos proporciona, pois o Exército é, antes de tudo, a tropa. Nelas se vêem ordem, civismo, tradição, trabalho, fé, iniciativa, responsabilidade, enfim, tudo o que o Quartel proporciona de satisfação e de belo a um soldado de raça. Elas nos estimulam e nos fazem orgulhosos do nosso Exército, o qual está cumprindo com o seu dever, mesmo nas mais longínquas guarnições do país. Parabéns, pois, ao Cmt. do 19º R.I. e que as suas fotografias sejam seguidas por outras, de outras guarnições, pois a nossa revista outra coisa não visa, ao estampá-las, senão a união do Exército.



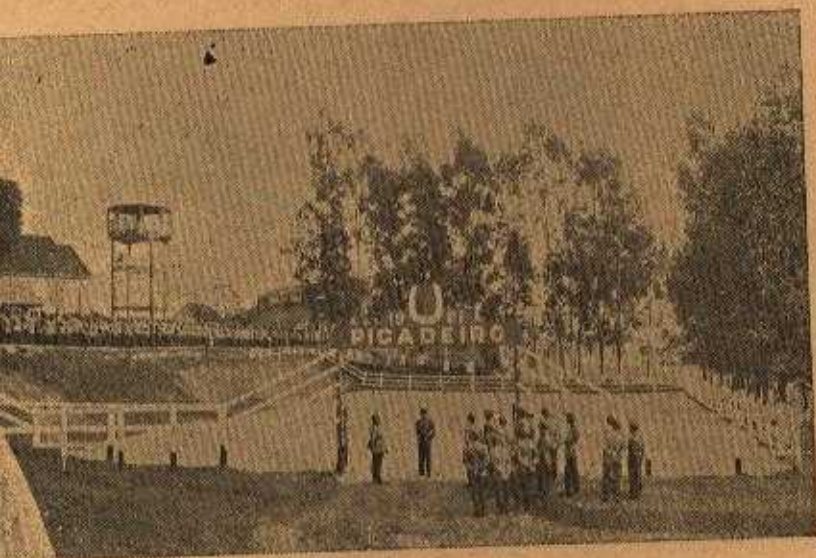
PASCOA DOS MILITARES (Homenagem a Duque de Caxias)
Em 23 de abril de 1932



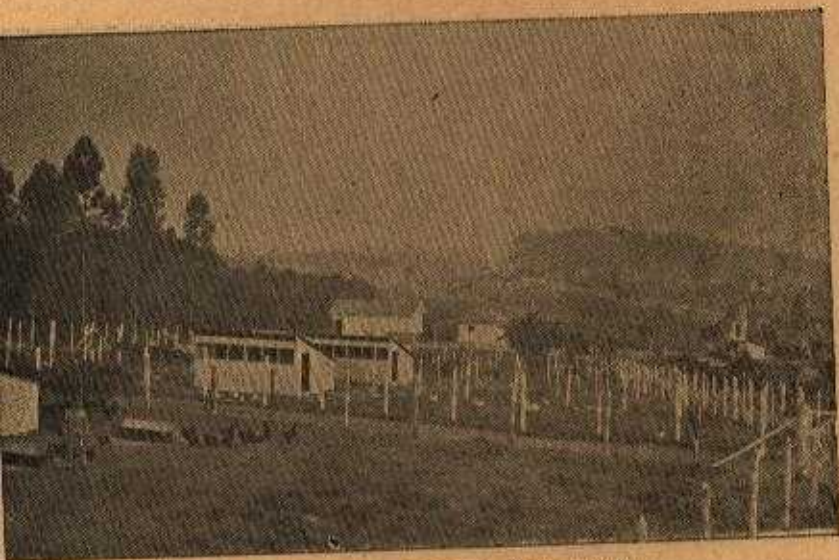
PASCOA DOS MILITARES (Vista geral)
Em 25 de abril de 1952



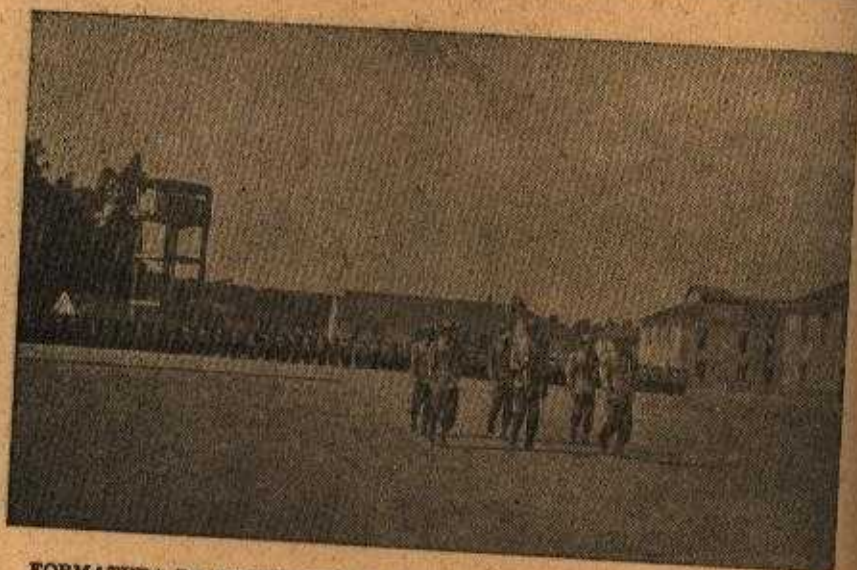
INSPEÇÃO DO EXMO. SR. GEN. CMT. DA 6ª D.I.
Em 24 de abril de 1952



INAUGURAÇÃO DO PICADEIRO A CÉU ABERTO
Em 24 de maio de 1952



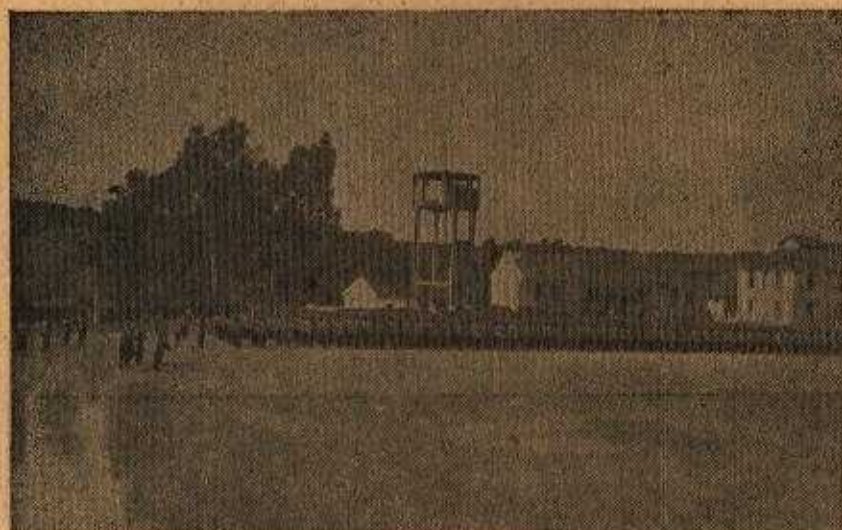
GRANJA SÃO LEOPOLDO (Vista geral)
Em 24 de maio de 1952



FORMATURA DO REGIMENTO NO PATEO INTERNO (Retirada da Bandeira)
Em 28 de agosto de 1951



JURAMENTO PELOS RECRUTAS — COMPROMISSO A BANDEIRA
Em 28 de agosto de 1951



FORMATURA DO REGIMENTO NO PÁTIO INTERNO DO QUARTEL.
Em 23 de agosto de 1951



PARADA DE 7 DE SETEMBRO
Em 7 de setembro de 1951

CAÇANDO ALMAS DE PARA-QUEDAS

P. J. BUSATO

Estávamos no Rio. Dois capelães militares gaúchos. Com um clima adverso, muito diferente do nosso, começamos a nossa tarefa. Unidades e mais unidades militares da Vila Militar e Realengo eram visitadas.

Após meses, uma unidade do nosso Exército chamou a atenção do meu colega, capitão capelão padre Alberto Trevisan: a dos pára-quedistas. Foi, viu e gostou. Apreciou tudo. E veio me dizer: olha, vou saltar de pára-quedas. Vou ser capelão daqueles moços.

Como se tratasse de uma obra altamente patriótica e meritória, como superior que era, consenti. E o padre Alberto "engajou" a fundo. Tiveram início os exercícios violentos. Marchas, sob um sol causticante. Resultado: o médico aconselhou que parasse, porque podia perigar a vida. Obedeceu. Um mês após, já o clima mais agradável, o futuro capelão voltou ao seu meio, entre os jovens pára-quedistas. Fez exame. Passou honrosamente. Desde então, sua vida está toda posta a serviço dos "seus" moços, os pára-quedistas. É o primeiro padre brasileiro que se entrega a esse mister.

Já fez quarenta e seis mergulhos no espaço. E viu jovens se estraçalharem no solo. Com lágrimas nos olhos, ele os atendeu.

Vou até Porto Alegre, com a sua gente, para fazer exercícios, fazer demonstrações pouco agradáveis, das alturas e nas alturas.

Foi até Fortaleza. A mesma arte, o mesmo sacrifício, a mesma valentia.

Um dia visitou sua família, que reside no Fachinal do Soturno, município de Cachoeira, Rio Grande do Sul. Contou à mãe em que con-

sistia a sua nova e nobre missão. A progenitora quase desmaiou, e disse: meu filho, não vá mais!

Mas o filho, assistida a ordenação sacerdotal de um irmão, voltou. Regressou, pois retrucara para a mãe que era a voz do dever que o chamava, embora a vida fôsse cheia de riscos e surpresas. Ele sabe que os seus rapazes confiam nas suas preces, nas suas orações e que partilha dos grandes perigos, também. Era isso que o Serviço de Assistência Religiosa às Forças Armadas tinha em vista.

E contou como os pára-quedistas agiam: valente e nobremente. Por isso, oficiais, sargentos, cabos e simples soldados são dignos da estima e reconhecimento do povo e da Pátria. O pára-quedista não vive muito, dadas as contínuas apreensões, desgaste do organismo e muitos outros fatores.

Graças ao intrépido Cel. Nestor Penha Brasil, o pára-quedismo do Exército Brasileiro é um fato, é uma realidade. Ele, chefe, leva a mesma vida que os seus comandados. Apesar da idade, salta, e sempre com sua gente.

Não apela para a idade, para o cargo, mas olha para a missão tão bela e sublime que escolheu. A ele deve muitíssimo a Escola de Pára-quedistas do Exército Nacional. Nunca posso esquecer os exercícios violentos, as marchas enormes, os saltos realizados na torre de Colina Longa, sede da Escola, sem pensar nessa figura encantadora que é o Cel. Penha Brasil.

E quantos quiseram ser pára-quedistas, mas a sorte não os favoreceu, porque é preciso ter uma saúde de ferro, vontade firme, convicções fortes, ânimo valente,

para enfrentar os trabalhos, verdadeiramente penosos, a que está sujeito o pára-quedista do nosso Exército.

Felizmente, da mocidade brasileira muito pode esperar o Brasil. Não faltam jovens que arriscam a própria vida para serem úteis à Pátria.

Não faltarão capelães que tudo farão para caçarem almas de pára-quedas, por Deus, pela Pátria, pelo Brasil, como está fazendo o padre Alberto Trevisan, da Congregação dos Padres Palotinos, da Província Brasileira, os quais, noventa por cento, são reservistas do Exército Brasileiro.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas:

- A RENOVACÃO** — Magazin do Meler — Ribeiro de Faria & Pereira Ltda. — Avenida Amaro Cavalcanti, 73-77 — Meier — Fone: 29-6798.
- BRUNO SILVEIRA & CIA. LTDA.** — Fornecedores do Exército — Rua Teófilo Otoni n. 58 — Fone: 43-9205.
- COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE TAUBATÉ LTDA.** — Rua Joaquim Távora n. 146 — Fone: 247 — Taubaté — Estado de São Paulo.
- SERRARIA SANTO ANTONIO** — Avenida Coelho Campos n. 379 — José Job de Carvalho — Aracaju — Sergipe.
- MARINHO, SANTOS & CIA. LTDA.** — Tecidos, miudezas, etc. — Rua Cons. Franco ns. 54-60 — Feira de Santa Ana — Estado da Bahia.
- DESTILARIA JUJUBA LTDA.** — Rua n. 4 — Margem Esquerda do Rio — Santo Amaro — Estado da Bahia.
- IMPORTADORA DE MATERIAL AERONÁUTICO (IMATA) LTDA.** — Avenida Franklin Roosevelt n. 115-s/704 — Fone: 42-2389.
- JOALHERIA HERMAN** — Rua Dr. Garnier n. 390 — RIEIX — Fone: 48-8502 — Q.G. Tel. 43-8256 — Praia Vermelha — Tel. 26-0043.
- MALHARIA CLIPER LTDA.** — Rua Barbosa Lima, 283 — Juiz de Fora — Fone 454 — Minas Gerais.
- CIA. FIACÃO E TECELAGEM DE MALHA "ANTONIO MEUREE"** — "Marangon" — Rua Espírito Santo, 529 — Juiz de Fora.
- CIA. INDUSTRIAL E CONSTRUTORA PANTALEONE ARCURI** — Casa fundada em 1895 — Rua Espírito Santo, 476 — Caixa Postal, 37 — Juiz de Fora — Minas Gerais.
- CIA. FIACÃO E TECELAGEM MORAES SARMENTO** — Caixa Postal, 47 — Tel. 1143 — Juiz de Fora — Minas Gerais.
- FERREIRA GONÇALVES & CIA. LTDA.** — Artigos sanitários em geral e instalações sanitárias — Avenida Paraná n. 59 — Belo Horizonte — Minas Gerais.
- BANCO FINANCIAL NOVO MUNDO S.A.** — Matriz: Rua do Carmo n. 65 — Tel. 52-4013 — Agências: Rua Figueiredo Magalhães, 22 — Tel. 97-9223 — Rua 24 de Maio, 1357 — Tel. 49-2400.

A POTÊNCIA MILITAR DA CHINA

RICHARD HUGHES, correspondente, em Tóquio,
do "Sunday Times" (Londres), de 13 de
abril de 1953

Traduzido da "Revue Militaire d'Information",
de 25 de maio de 1952, pela Redação

Submetida à impiedosa disciplina do comunismo e à influência do treinamento e suprimentos russos, hoje em dia, a China é uma potência militar de primeira grandeza. É o acontecimento mais importante da História mundial após a queda de Hitler, assim afiançam os chefes militares ocidentais que se encontram no Japão.

Segundo a opinião de um oficial do Serviço de Informações Americano, que analisou as Forças Armadas chinesas, — a "vaga humana" ululante que se despencou da Coréia do Norte sobre as forças das Nações Unidas, em dezembro de 1950, "não era senão um bando de recrutas comparadas com as forças que estão atualmente em luta, instruídas e equipadas pelos russos".

A Coréia do Norte foi virtualmente incorporada a China vermelha. Todos os centros estratégicos se acham agora sob o controle ativo do Exército e dos chefes políticos chineses. Na Coréia do Norte, os efetivos comunistas, segundo as estimativas feitas, passaram de 600.000 homens, no mês

de junho do ano findo, a 700.000, em setembro, a 850.000, em janeiro e a 900.000 homens, nos dias atuais. Melhorou consideravelmente a sua eficiência em combate. A "vaga humana" de 1950, de par com seus gritos de guerra orientais, a excitação dos toques de cornetas, o ruído dos cimbais e o rufar dos tambores tinha armas absolutamente arcaicas e caducas. Os chineses possuem, atualmente, mais de 1.500 aviões, 1.000 carros T-34 e canhões auto-rebocados, da mesma forma que uma grande quantidade de armamento anti-aéreo equipado com radar, lançarojões, minas e as melhores armas individuais russas. Estão exercitados no emprego em massa da artilharia, de acordo com o sistema clássico dos russos, que concentram uma enorme potência de fogo nas operações de guerra.

"Os chineses são, presentemente, tão valorosos quanto os japoneses jamais o foram", declarou o general Ridgway, então em Tóquio. "O equilíbrio das potências, na Ásia, ficou alterado em dois anos. Nos dias que correm, a China abalará o mundo".

TIPOGRAFIA SÃO DOMINGOS

Righi & Cia.

RUA CONSELHEIRO MOREIRA DE BARROS, 169 — TAUBATÉ
ESTADO DE SÃO PAULO

A "A DEFESA NACIONAL" EM MARCHA PELO MUNDO

É com a maior satisfação que transcrevemos a carta abaixo, do Coronel Diretor da "Rivista Militare", de Roma.

Nada lhe solicitamos, além de enviar-lhe, em intercâmbio, os exemplares da nossa revista. O interesse com que elle procura contacto conosco revela que algo de valor existe na nossa publicação, fruto da colaboração dos presados camaradas que nos honram com os seus artigos e traduções. Esse é, para os que aqui trabalham, o maior galardão.

Eis a carta:

MINISTÉRIO DA DEFESA —	Roma, 18 de julho de 1952
EXÉRCITO	Rua de S. Marco, 8 — Tel. 64-200
N. 509 do Protocolo	Tel. Militar 5347
Carta anexa n...	

Assunto: Intercâmbio de publicações

Ilmo. Sr. Diretor
de "A DEFESA NACIONAL"
Ministério da Guerra.
Caixa Postal n. 17

RIO DE JANEIRO
Brasil

Em troca da "A DEFESA NACIONAL" que recebemos regularmente e vivamente apreciamos, até agora tínhamos adotado o sistema de enviar o exemplar da "RIVISTA MILITARE" ao Adido Militar Italiano junto à Embaixada Italiana em Buenos Aires, o qual, como se depreende, assegura a distribuição do nosso periódico a todos os Ministérios militares dos países da América Latina, conforme combinamos com o mesmo.

Agora determinei que, para o futuro, além do exemplar que vem sendo enviado por intermédio do Adido Militar, seja remetida uma segunda diretamente à Direção de "A DEFESA NACIONAL".

Recebereis, também, os exemplares atrasados do ano em curso.

O CORONEL em S.S.M. DIRETOR
(Siro Bernabó)

FÁBRICA DE LOUÇA "SANTA CRUZ"

Oryor & Cia.

RUA 4 DE MARÇO N. 580 — TAUBATÉ — SÃO PAULO

BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

A 1 de agosto de 1896, foi sancionada, na Capital do Estado, pelo seu presidente, que era Campos Salles, a lei que criava o Município de Bauru. Data de 1856 a chegada, com o fim de estabelecerem por estes lados, dos primitivos moradores do lugar. Os homens que aqui primeiro se fixaram foram Felicíssimo Antonio de Souza e Antônio Teixeira do Espírito Santo. O primeiro no lugar denominado "Água do Sobrado", ali para os lados da Vila Falcão, e o segundo, no "Córrego das Flores", que banha a Rua Saint Martin.

As cartas e outros documentos passaram a ser datadas de Bauru. Daí por diante, começaram a aparecer os novos moradores, na maioria parentes e amigos dos primeiros mencionados. Veio muita gente do norte de São Paulo e do Estado de Minas, assim como das cidades vizinhas.

A doação das terras foi feita ao Divino Espírito Santo e a São Sebastião de Bauru, santo da devoção dos doadores, e passou-se no ano de 1884.

Em 1889, aqui se estabelecia também João Batista de Araújo Leite e seu parente Azarias Leite, nomes que estão ligados às tradições da cidade, pelo muito que a mesma lhes deve, sendo que o último perdeu a vida, quando pleiteava a elevação de Bauru à categoria de Comarca, desmembrando-a da jurisdição de Agudos. Araújo Leite, em colaboração com outros, foi o fundador da conhecida fazenda "Val-de-Palmas" que, naquela época, chegou a contar com uma lavoura de café calculada em 500 mil pés mais ou menos. Bauru, era, com tudo isso, apenas um patrimônio, uma povoação inicial. A população aumentava bastante, as lavouras se multiplicaram e com este progresso era necessário elevar à melhor categoria o núcleo primitivo. O desenvolvimento do lugar continuou a se fazer sem interrupção. Em 1905, já iniciada a nova Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, chegou a Bauru, a Sorocabana, e em 1910, a Paulista. Enquanto isto acontecia, também as lutas políticas exacerbavam os ânimos. No decorrer de 1910 já se cogitava da elevação do município a Comarca. Azarias Leite, que era um dos orientadores da opinião pública, desenvolveu grande atividade no sentido de transformar em realidade a idéia acalentada pelo povo de Bauru. A questão da comarca foi agitada no congresso do Estado e a 16 de dezembro de 1910 foi aprovado o projeto que elevou a cidade à citada categoria.

De então para cá, a vida citadina de Bauru tem sido marcada por etapas de crescente vitalidade econômica e cultural, merecendo especial menção o vertiginoso desenvolvimento de seu parque industrial, contando ainda com um grande centro comercial, o que lhe grangeia a posição de primazia entre as maiores cidades desta zona da Noroeste, Sorocabana e Alta Paulista.

Tendo-se em conta o grande número de construções particulares e obras públicas que se realizavam em Bauru, verifica-se que o município tende a manter a sua admirável posição de destaque entre os demais da comunhão estadual, contribuindo de maneira eficaz para uma segura estabilização econômica e financeira da região em que se situa.

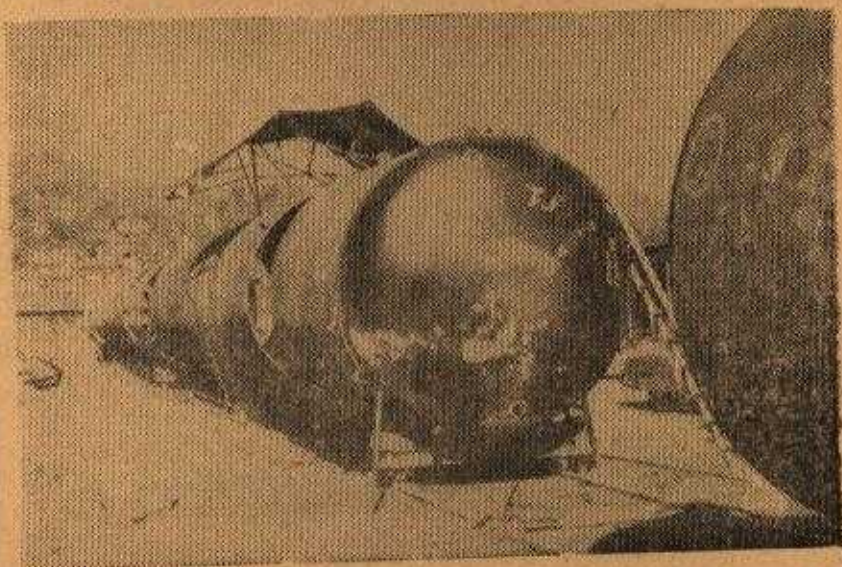
Para evidenciar o progresso assegurado a esta grande cidade, é bastante, por outro lado, citar o considerável número de repartições públicas centrais que aqui se localizam, tais como: Delegacia Seccional do Imposto de Renda, Serviço Centralizado da Secretaria da Fazenda, Serviço Centralizado das Caixas Econômicas, Delegacia Regional do Ensino, Delegacia Regional de Polícia, Divisão Regional de Trabalho, Departamento de Estradas de Rodagem, Pósto Fiscal Estadual e inúmeras outras igualmente de grande importância.

TECHINT

COMPANHIA TÉCNICA INTERNACIONAL

A inauguração do Oleoduto Santos-São Paulo que foi efetuada dia 12 de julho de 1952 com a presença de Sua Excia. o Presidente da República, chamou a atenção do mundo técnico não somente brasileiro mas também internacional, sobre essa obra que pode verdadeiramente ser considerada na vanguarda da técnica, tanto pelos sistemas de trabalho empregados como pelas dificuldades que foi necessário superar.

A TECHINT, Companhia Técnica Internacional, contratista principal da obra, à qual foi confiada a responsabilidade, a supervisão, a orientação técnica e administrativa do trabalho, assim como a execução dos serviços de montagem com pessoal próprio e de comprovada capacidade, reivindica o mérito da perfeita execução da instalação e orgulha-se de ter assim tangivelmente contribuído, através deste trabalho, a aumentar o potencial industrial do País e ao seu infalível desenvolvimento futuro.

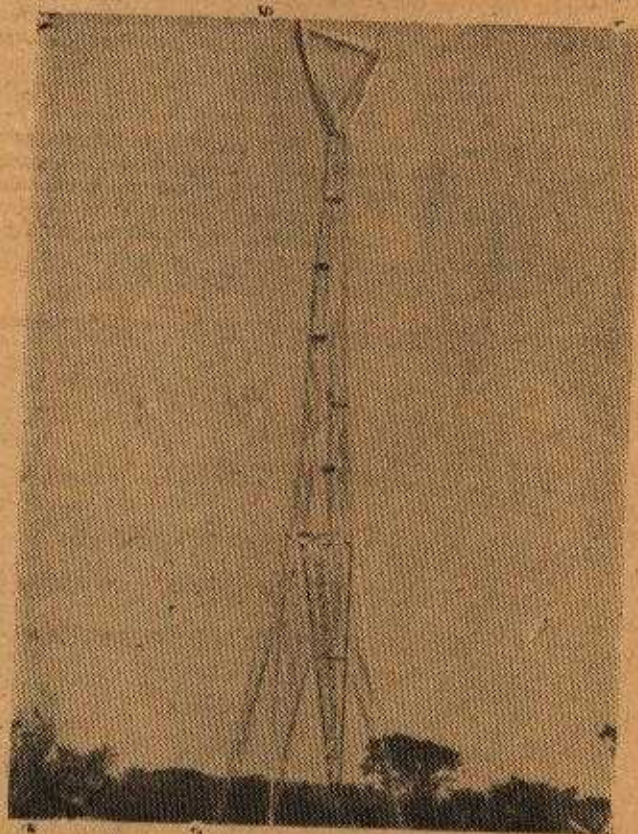


Montagem de Tanques a Pressão da Cia. Ultragás — Santos

Mas não é esse o único sucesso da TECHINT no Brasil: uma linha elétrica de 143 km de comprimento a 161.200 V de tensão em Minas Gerais, o projeto e a supervisão dos trabalhos da usina hidrelétrica de Salto Grande (Minas Gerais) de 100.000 HP de potência, o fornecimento dos materiais e a montagem da Usina hidrelétrica do Rio da Casca (Mato Grosso), o fornecimento das torres para as linhas elétricas a alta potência de São Jerônimo e de Bugres da C.E.E.E. do Estado do Rio Grande do Sul, o fornecimento e a montagem das duas torres de 92 m de altura para a travessia de linha elétrica a alta tensão sobre o Rio Jacuí para a C.E.E.E. de Porto Alegre, a montagem e solda de 46 tanques a pressão

por conta da Cia. Ultragás em Santos, etc. demonstram como a Companhia se esteja afirmando no País e como tenha conseguido grangear-se a confiança das Entidades que lhe entregaram a execução das obras.

A TECHINT, com seus escritórios que a representam em oito Países sul-americanos e nos Estados Unidos, Alemanha, França e Itália, está sempre presente onde quer que sua colaboração possa trazer resultados satisfatórios e de vantagem sobre a concorrência internacional. Sua or-



Torre de 93 m. de altura para travessia de Eletrodutos sobre o rio Jacuí — Rio Grande do Sul

ganização é tipicamente preparada para oferecer aos interessados quanto de melhor existe no mundo no campo das instalações de sua especialidade e no campo geral das montagens, para os quais suas turmas de engenheiros, técnicos e operários especializados já superaram as provas mais difíceis.

A TECHINT do Brasil desenvolveu rapidamente sua organização e hoje, com seus aparelhados escritórios técnicos, comerciais e sua direção de obras, está em condições de oferecer sua colaboração técnica e técnico-econômica nos vários ramos de atividade, como seja:

- Estudo, projeção e construção de instalações completas, para a produção de energia termo e hidrelétrica;

- Estudo, projeção e construção de instalações para transportes a movimento contínuo e em longos percursos como:
- a) transporte de materiais líquidos ou gasosos por meio de "pipe-lines";
 - b) transporte de materiais sólidos por meio de cabos aéreos ou correias transportadoras;
 - c) transporte de energia elétrica de alta tensão.
- Estudo, projeção, realização e colocação em funcionamento de instalações industriais (nos setores siderúrgico, mecânico, químico, de materiais de construção, etc.).

A nossa Revista vale pelos seus colaboradores, o que não exige que todos os oficiais sejam consumados escritores. Mesmo nas atividades de rotina, no comando, na instrução e na administração da tropa, há sempre observações, estudos, problemas e realizações dignos de exposição, de discussão, fáceis de serem anotados, coordenados e expostos, numa colaboração de indiscutível utilidade prática.

(Do Relatório da Diretoria relativo a 1951).

NOVA EMBALAGEM!



MAIS HIGIENE!
MAIS SEGURANÇA!
MAIS ECONOMIA!

AÇUCAR

PEROLA

SACO AZUL-CINTA ENCARNADA



NOTÍCIAS DIVERSAS

Combatamos sem descanso o pessimismo. Não vejamos apenas os nossos defeitos, que também outros povos igualmente possuem; fortaleçamos a fé em nossa capacidade de realização, repetindo a cada passo o muito que já conseguimos produzir e que as estatísticas proclamam; erigamos a consciência nacional de que já somos uma grande nação e de que seremos incomparavelmente maiores em próximo futuro, graças ao trabalho e aos imensos recursos de que poderemos dispor.

WALDEMIRO POTSCH

● A Manesmann em produção até 1954

Notícias de Belo Horizonte informam que a usina Manesmann deverá entrar em funcionamento em 1954, concomitantemente com a usina hidrelétrica de Santo Antônio, que lhe fornecerá a necessária energia elétrica. Informa-se que a usina terá uma capacidade de produção diária de mil toneladas de aço e que, para isso, necessitará de mil cavalos de força. Entre os técnicos de renome que ultimamente estiveram em Belo Horizonte, acertando providências com o governador mineiro no sentido de um rápido andamento das obras da usina de aço, figuram os Engenheiros Hermann Winkhaus, vice-presidente da Usina de Dusseldorf, Ulrich Petersen, diretor da fábrica e George Steith, metalurgista famoso e que permanecerá no Brasil para orientar a instalação da fábrica brasileira.

● Minerais atômicos só poderão ser adquiridos pelo Conselho Nacional de Pesquisas

O Presidente da República aprovou exposição de motivos feita pelo Conselho Nacional de Pesquisas e que é da mais alta significação para a produção de energia atômica em nosso país. Refere-se à aquisição, unicamente por esse ór-

gão, dos minerais de urânio lavrados em território nacional, bem como dos resíduos toríferos ou sais de tório, provenientes da industrialização da monazita. Essa providência não só evitará uma possível evasão desses materiais, considerados hoje de alta importância estratégica, como fomentará largamente a prospecção e lavra dos mesmos.

● Praticamente proibida a exportação de minerais atômicos

A Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados, decidindo sobre o projeto do Executivo solicitando a regulamentação do art. 4º, da Lei n. 1.310, de 5-1-1951, que proíbe a exportação, por qualquer forma, de urânio e tório e seus compostos, salvo de governo para governo, e mesmo assim após audiência dos órgãos competentes, aprovou a seguinte redação, segundo a qual é outorgada à União, sempre que as circunstâncias o exigirem, a faculdade de decretar o monopólio estatal dos chamados minerais estratégicos:

Art. 1º — Fica autorizado o Poder Executivo, sempre que assim o exigirem as necessidades nacionais de segurança, a decretar, ouvido, previamente, o Conselho de Segurança Nacional, o monopólio estatal das exportações de materiais estratégicos, através da Co-

missão de Exportação de Materiais Estratégicos, a qual adquirirá, no mercado interno, as mercadorias destinadas à exportação.

Art. 2º — No que tange à exportação de urânio e tório, só poderá ser realizada de governo para governo, ouvidos o Conselho de Segurança Nacional e o Conselho Nacional de Pesquisas.

* Art. 3º — A aquisição de urânio e tório, bem como de seus compostos e minérios será feita pelo Conselho Nacional de Pesquisas, exclusivamente. E a venda só poderá ser feita, de governo a governo, obedecendo os limites fixados pelo Conselho Nacional de Pesquisas.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

● **Fixado o critério sobre a preferência dos proprietários de solo na exploração das minas e jazidas**

Foram encaminhadas ao Presidente da República, pelo Ministério da Agricultura, as conclusões do estudo feito pela comissão especial que julgou os direitos de preferência do proprietário do solo na exploração das minas e jazidas e que são as seguintes:

"As minas e jazidas de hidrocarburetos fluidos e gases raros associados, rochas betuminosas e pirobetuminosas e as de interesse para a produção de energia atômica integram o domínio da União, como bens inalienáveis e imprescritíveis, constituindo reservas nacionais de interesse para a segurança do país, sendo a sua pesquisa e lavra da competência exclusiva do governo, quer diretamente ou mediante administração contratada, por arrendamento ou delegação de competência, com relação a elas não prevalecendo o direito de preferência do proprietário do solo, ao qual cabe direito tão somente à renda e à indenização por perdas e danos, de acordo com a lei em vigor, e, finalmente, no que concerne às demais minas e jazidas, que não às mencionadas, será

exercido o direito de preferência do proprietário do solo.

● **Aprovado pelo Presidente da República o plano da F. N. M. para a fabricação de tratores**

O Presidente da República aprovou o plano da Fábrica Nacional de Motores para a fabricação de tratores. Nesse sentido, foi aberta concorrência pública, sendo vitoriosa a Fábrica Fiat.

No seu despacho, disse o Presidente: "O programa de fabricação de tratores pela F.N.M., determinado em meu despacho de 16 de agosto de 1951, não pode ser mais retardado". E mais adiante: "Apresente o Ministério, no prazo de 30 dias, o plano de garantia de compras mínimas, previsto no Decreto-lei n. 8.693 e da utilização ou revenda dos tratores a adquirir, de sorte a assegurar mercado para o aceleração do programa da F.N.M. A garantia de compra do governo, num máximo de 10 anos, deverá ser progressiva em relação à percentagem de nacionalização do trator e ao vulto da produção industrial líquida da linha de tratores da F.N.M., bem como deverá ser tanto maior quanto mais se aproximar o preço da F.N.M. dos preços dos melhores tipos equivalentes de importação".

● **Mais uma usina de montagem e fabricação de automóveis em São Paulo**

A "Standar Motor", uma das mais importantes fábricas de automóveis, da Grã-Bretanha, propõe a construção de vasta usina de montagem e fabricação de automóveis no Brasil. O projeto, ainda em estudo, é resultado da visita ao Brasil do Sr. A.S. Dick, Sub-Diretor geral da "Standard Motor", e vai ser submetido ao nosso Governo para aprovação.

A usina seria construída nas proximidades de Santos e custaria, inclusive instalação e aparelhamento, 250 milhões de cruzeiros. Estuda-se se a usina será brasileira, com

simples participação da "Standard", principalmente no terreno técnico, ou se será pura e simplesmente uma sucursal da fábrica inglesa.

● Em vias de concretização a fábrica da Companhia Nacional de Alcalis

Já foi concedido à "Companhia Nacional de Alcalis" o empréstimo de 15 milhões de dólares, pelo "Banco de Reconstrução e Desenvolvimento", para a instalação de sua fábrica. Vai ser, assim, levado a cabo, finalmente, esse velho sonho dos brasileiros que concorrerá para libertar-nos, anualmente, de uma sangria de vários milhões de dólares gastos com a compra de soda cáustica e barrilha. Trata-se de um empreendimento semelhante ao da "Companhia Siderúrgica Nacional", isto é, o Estado será o principal acionista. É uma indústria básica necessária não só à economia como à defesa nacional. Para se ter uma idéia da importância que representará para nós a instalação da fábrica da C.N.A., que deverá ser localizada em Cabo Frio, basta citar-se as seguintes indústrias que consomem grandes quantidades de barrilha e soda cáustica em suas atividades: quanto à soda cáustica — indústrias químicas, produção de rayon, refinação de petróleo, fabricação de sabão, papel, tecidos, alvejamentos, borracha, etc. e quanto à barrilha — produção da própria soda cáustica por caustificação, indústrias químicas, alumínio, sabão, detergentes, tecidos, tratamento de água, indústria do petróleo e outras.

A fábrica da C.N.A. produzirá, inicialmente, de 60 a 70 mil toneladas de soda cáustica e 100 mil de barrilha, por ano, situando-se no mesmo nível da produção do Canadá, Bélgica ou Polónia. Será instalada próxima da Lagoa de Araruama, em Cabo Frio, Estado do Rio.

A cal lhe será fornecida pelas conchas que existem no fundo dessa lagoa e que serão dragadas. Essas conchas existem ali em quantidade superior três vezes aos 10

milhões de toneladas que os técnicos estimam como suficientes para os 50 primeiros anos de operação da fábrica. Quanto ao sal, a região é caracteristicamente produtora de sal marinho. O sulfato de amônio será comprado à Companhia Siderúrgica Nacional. A produção de vapor será obtida com carvão brasileiro.

A única importação será a do óleo combustível, necessário para o aquecimento dos fornos de cal. Com a instalação da fábrica da C.N.A. será possível, em futuro próximo, estabelecer, nas suas proximidades, outras indústrias, tais como os de cimento portland e branco, empregando o carbonato de cálcio obtido pela caustificação da barrilha, usinas de destilação de madeira em grande escala, com recuperação de sub-produtos, de usinas de magnésio, empregando o processo do ferro-silício, etc. Dada a abundância de matérias-primas nas vizinhanças da nova fábrica, esta poderá dobrar a sua produção, no futuro, sem nenhuma dificuldade. O custo da fábrica será de 25 milhões de dólares, dos quais 15, já obtidos, em moeda estrangeira.

Além dos ramais ferroviários projetados para o local da fábrica, foram elaborados projetos de mais dois outros destinados exclusivamente a servir de escoamento ao produto destinado à exportação, através do porto de Cabo Frio.

● Quatro ferrovias paulistas cortariam o oeste brasileiro

Anunciam-se entendimentos entre os governadores de São Paulo e Mato Grosso no sentido de prolongar a E.F. Araraquara até Cuiabá e, posteriormente, até Porto Velho, no Território do Guaporé. Ficaria, assim, todo o sudoeste brasileiro em contacto com São Paulo, Rio e outros centros importantes do país. O prolongamento até Porto Velho facilitará aos industriais paulistas a importação da borracha para as suas fábricas de pneumáticos e outras. A Araraquara já se encontra a 10 km da barranca do Rio Paraná, prosse-

guindo os trabalhos para alcançar o Porto Presidente Vargas, onde será transposto o grande rio, rumando os trilhos, em seguida, para Cuiabá. Projeta-se também o prolongamento da E.F. Sorocabana pela região de Dourados, no sul de Mato Grosso, região que vem sendo avidamente procurada pelos grandes plantadores de café paulista. Também a Cia. Paulista pretende levar seus trilhos para Mato Grosso, que ficará, assim, servido por quatro ferrovias paulistas, incluindo a Noroeste, que já atravessa grande extensão de seu território, rumando depois para a Bolívia.

Com essas 4 ligações ferroviárias, o oeste brasileiro ficará em contacto com a região mais desenvolvida do país, pondo em termos concretos a até agora simbólica frase "Rumo ao Oeste".

● A refinaria de Cubatão

As margens do Rio Cubatão, junto às grandes usinas elétricas da Light e nas proximidades da pequena cidade de Cubatão, a 13 quilômetros de Santos, ergue-se o maior empreendimento industrial da atualidade brasileira — a Refinaria de Cubatão. Ocupa ela uma área de mais de 1 milhão e 300 mil metros quadrados e custará à Nação cerca de 900 milhões de cruzeiros, dos quais já estão empregados nas obras perto de 500 milhões, gastos em materiais, equipamentos e preparação do terreno. Só o projeto, elaborado pela "Hidrocarbon Research, Suc", que supervisionou a construção da refinaria, custou 50 milhões de cruzeiros.

A Refinaria de Cubatão pode ser considerada um conjunto integrado por três partes: a Refinaria propriamente dita, constituída por unidades ou instalações do processo para o trato do petróleo; as obras complementares, constituídas de equipamento para a geração de vapor e energia elétrica, distribuição de água para o bombeamento de transferência, tanques de armazenamento, etc., e as instalações su-

plementares, como as de transmissão de energia elétrica, a adutora de água, o sistema de abastecimento de óleo, a vila operária, etc.

A Refinaria de Cubatão que produzirá gasolina (de aviação e para automóveis), óleo Diesel querosene, nafta, gás-óleo, alcatrão, terá 3 torres, sendo a maior de 34 metros de altura, mais de 90 vasos de pressão, 10 fornos grandes, mais de 150 bombas de 1.000 HP, e tubulações de vários diâmetros.

A operação permanente da Refinaria será feita nas 24 horas diárias com 3 turnos de operários se revezando, num total de 800 homens.

Quando a Refinaria estiver operando definitivamente, oferecerá margem de lucro num mínimo de 1 milhão de cruzeiros por dia. Dessa forma o investimento poderá ser pago em 3 ou 4 anos de atividade.

A primeira torre da Refinaria de Cubatão, destinada à pré-destilação da gasolina, com 23 metros de altura e pesando 22 toneladas, foi elevada em presença do Presidente Getúlio Vargas que hasteou o Pavilhão Nacional no topo da torre.

● A nossa posição na economia mundial

Muitos são os que diminuem o trabalho do nosso povo e a nossa posição na economia mundial. São os eternos pessimistas, detratores sistemáticos do governo ou das iniciativas particulares, na maior parte das vezes homens que jamais compulsaram uma estatística ou, se o fizeram, silenciaram sobre a sua significação. É que, se divulgadas, tirar-lhes-iam da boca o pasto da difamação sistemática, o cálice do vinho apetitoso da oposição gratuita a tudo que se tem feito de bom ou de grande neste país.

A esses eternos revoltados indicamos as páginas do "Anuário Estatístico do Brasil", último volume, agora publicado a referente ao ano de 1931.

Dali extraímos os dados abaixo e que falam por si mesmo. São ca-

pazes de convencer os mais céticos

Assim analisando a nossa produção agrícola, em confronto com a de todos os países do mundo, no ano de 1949 (últimos dados mundiais disponíveis) aquele anuário chegou à conclusão de que nos colocamos em primeiro lugar como produtores de café, feijão e bananas; em segundo, como produtores de cacau, laranjas e tangerinas; em terceiro, como produtores de milho e cana de açúcar; em quarto, como produtores de fumo e em quinto como produtores de algodão. Nada mais lisonjeiro para um povo de faixa tropical. Temos sabido aproveitar os recursos da natureza nessa faixa. Só a produção dos 10 produtos acima totalizou, no ano referido, 44 milhões de toneladas, o que mostra o trabalho do nosso povo em toda a sua evidência. Produzem mais algodão do que nós os Estados Unidos, Índia, China e Egito. Produz mais cacau apenas a Costa do Ouro. Produzem mais cana de açúcar a Índia e Cuba. Produzem mais fumo os Estados Unidos, a China e a Índia. Produz mais laranjas apenas os Estados Unidos e produzem mais milho os Estados Unidos e China.

Quanto ao açúcar propriamente, somos o quarto produtor mundial, sobrepujados apenas por Cuba, Índia e Estados Unidos.

Quanto aos tecidos de algodão, somos o terceiro produtor do mundo, apenas ultrapassados pelos Estados Unidos e Índia. A nossa produção desses tecidos somou, em 1948, nada menos de 1.120 milhões de metros.

Passando para o reino animal, verificamos que somos donos de um dos maiores rebanhos do mundo.

Somos os primeiros quanto aos equinos e muare, os segundos quanto aos bovinos, os terceiros quanto aos suínos, os quintos quanto aos asininos, os sextos quanto

aos caprinos e os décimo-primeiros quanto aos ovinos.

O total do nosso rebanho somou, em 1949, nada menos de 107.733.000 de cabeças. Criam mais bois do que nós apenas os Estados Unidos. Mais asnos a China, Etiópia, México e Turquia. Mais porcos os Estados Unidos e China e mais cabras a Turquia, África Ocidental Francesa, China, Paquistão e Etiópia.

Passando ao reino mineral, somos o quinto produtor mundial de manganês e o quinto, também, de sal marinho. Quanto aos minérios de ferro, dos quais possuímos um dos mais ricos depósitos do mundo, as estatísticas silenciam, uma vez que se referem ao ano de 1949, quando a Cia. do Vale do Rio Doce estava começando as suas exportações. É inegável, contudo, que, dentro em breve, seremos um dos maiores exportadores desse produto.

Nada mais significativo, também, para demonstrar a nossa posição na economia mundial do que as cifras, em valor, das nossas exportações.

Quanto a esse aspecto e tomando por base os dados de 1950, somos o nono país exportador do mundo.

Nesse ano, as nossas exportações somaram 1.346 milhões de dólares e só nos ultrapassaram os Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Canadá, Benelux, Holanda e Austrália.

Tudo indica, porém, que a nossa posição já melhorou, por isso que, em 1951, a nossa exportação atingiu a soma de 1.700 milhões de dólares.

Finalmente e como ilustração, encontramos no referido Anuário a notícia de que o Brasil é o terceiro país do mundo maior possuidor de estações radiodifusoras. Em 1947 possuíamos 178 estações, esse número sendo ultrapassado apenas pelos Estados Unidos e México.



Noticiário de Interesse Militar

O Canhão Atômico

O que pode fazer o canhão atômico? Suponhamos que forças atacantes acabam de romper as primeiras linhas do defensor e emassam-se para realizar novo ataque. Súbitamente uma granada explode sobre a cabeça dos atacantes com enorme ruído e entre nuvens de fumaça. Resultado? Nada menos de 1.600 soldados atacantes estão postos fora de ação, ou seja, praticamente, 2 Btls. Trata-se da entrada em ação de uma nova arma revolucionária: a artilharia atômica. É a bomba atômica adaptada, em terra, como arma tática.

Os técnicos conseguiram reduzi-la ao tamanho praticável de um projétil de artilharia. O projétil atômico pode ser atirado com notável precisão por uma peça de artilharia altamente móvel. O canhão atômico já é um fato, pois está em linha de produção. O exército americano sonhou utilizar a explosão atômica na artilharia de campanha desde que ouviu falar da primeira explosão atômica sobre Hiroshima.

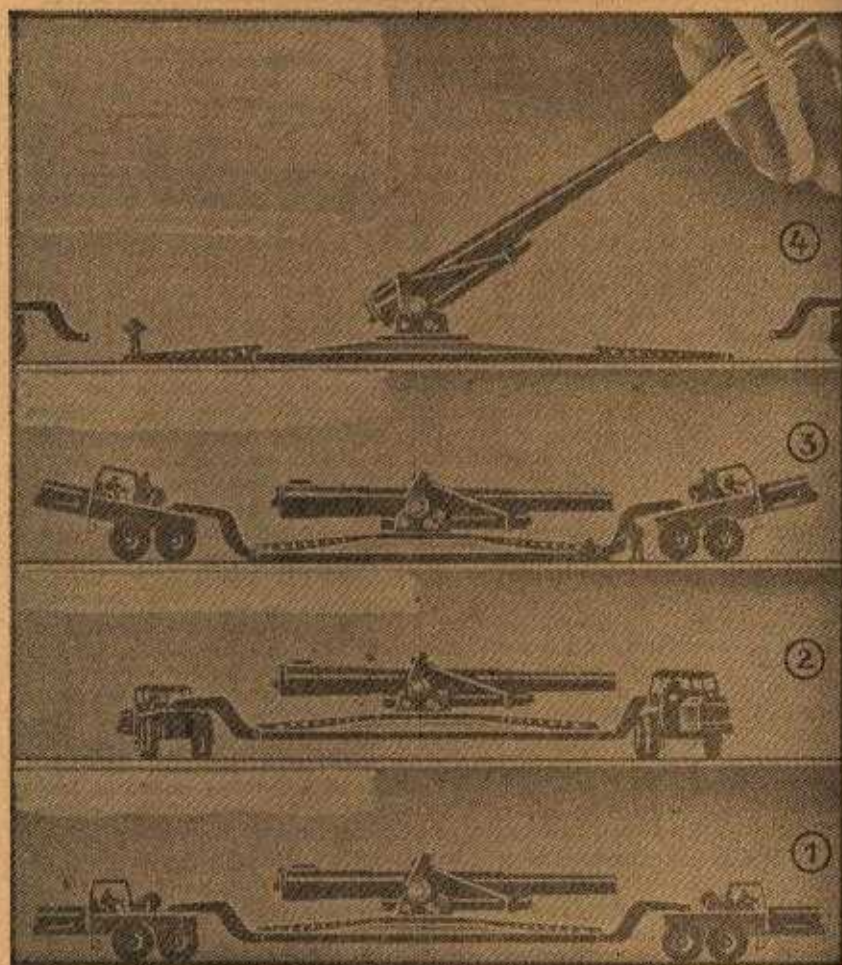
Porém o sonho permaneceu impraticável até que os cientistas atômicos descobriram como produzir pequenas explosões atômicas controladas. Então, um jovem perito de material bélico, que é também físico nuclear, o Cel. Angelo R. del Campo, desenhou alguns esboços e levou-os para os laboratórios de Los Alamos. Trabalhando em segredo, del Campo gastou meses procurando conciliar as exigências técnicas da artilharia com as de uma carga atômica. Amostra: as partes mecânicas de uma bomba atômica necessitam ter a dureza bastante para resistirem somente à turbulência do ar; as partes mecânicas de um projétil atômico devem ser 4.000 vezes mais resistentes para resistirem à pressão quando a peça atira. Um dia del Campo telefonou para os patrões do Pentágono: "Acabo de voltar de Los Alamos e as luzes estão verdes". As experiências tinham sido, afinal, bem sucedidas. Os novos desenhos foram aprovados. A marinha, ciosa da construção de grandes canhões, pleiteou ser a primeira a construir os novos canhões e os novos projéteis.

Mas o exército teve a primazia e o Gen. Collins, Chefe do E. M., deu a ordem para a produção em larga escala.

O canhão atômico não foi feito para substituir a artilharia divisória. É, antes, uma artilharia de Exército, descendente dos Berta alemães, um tipo de artilharia pesada trazida para o "front" somente para certos fins especiais, tais como ações de sítio ou destruição de um inimigo emassado para a travessia de um curso d'água. O seu uso contra con-

centrações menores seria militarmente ineficiente tanto quanto de prego proibitivo. A grandes distâncias, o canhão atômico é 4 vezes tão preciso quanto a média das peças de campanha e pode ainda atirar 4 tipos de projéteis não atômicos. Os desenhos mostram como o canhão é transportado em estrada (1), através campo (2), como é descarregado para entrar em posição (3) e, finalmente, em plena ação (4). O conjunto pesa cerca de 75 toneladas, porém ainda é suficientemente leve para transportar as pontes divisionárias. Nas rodovias, move-se com a velocidade de 56 km por hora. Pode cruzar terrenos acidentados e atravessar passos de rio de 1,5 m de profundidade. O conjunto tem um raio de ação de 400 km. Pode caber dentro de um navio de desembarque da marinha e atravessar as portas deste.

Os críticos do canhão atômico atacaram o Gen. Collins dizendo que ele não poderia fazer nada que uma bomba atômica lançada de avião



O canhão atômico

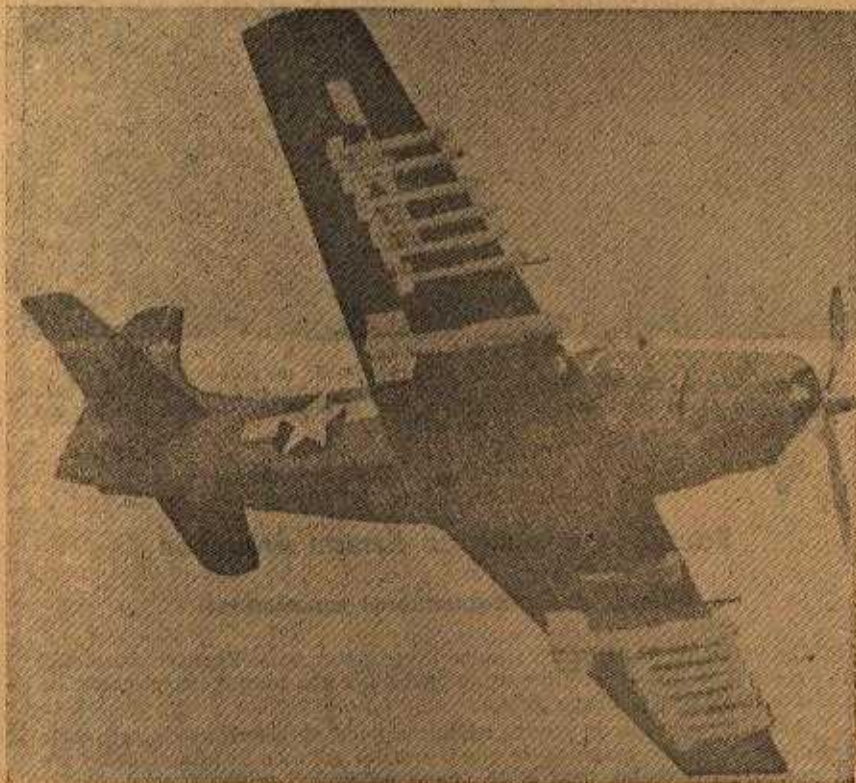
não pudesse fazer. O Gen. Collins respondeu que, com mau tempo, os aviões não podem fazer nada dentro dos estreitos limites de um campo de batalha. E, mesmo com bom tempo, um erro de cálculo de um bombardeiro atômico pode levar o pânico a toda uma inteira divisão amiga.

Collins, porém, admite que o canhão atômico é uma arma transitória e que evolui para uma forma de projetis guiados de terra para terra, outro projeto do exército em desenvolvimento. Estes ainda são muito imprecisos para serem usados com fins precisos (Da revista "Time").

Foguetes

Os soldados que lutam na Coreia tiveram oportunidade de apreciar a considerável eficácia dos foguetes, quando foram utilizados pela aviação aliada, os já populares "Tiny Tim" da marinha dos Estados Unidos.

Estes foguetes são os maiores até agora em serviço, já que medem cerca de 4 metros de comprimento, seu calibre é de 30 cm e seu peso ultrapassa meia tonelada.

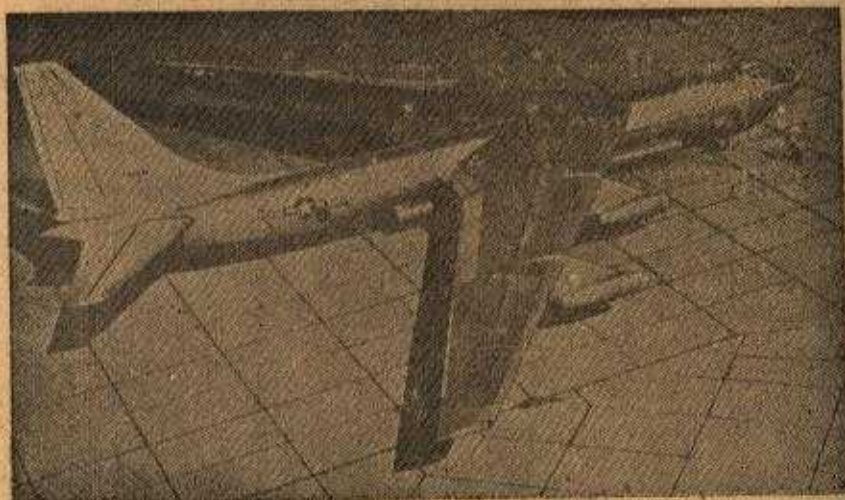


Os aviões "Douglas Skyraider" (ver fotografia) podem levar, com facilidade, dois foguetes "Tim", além de 12 outros menores, ao passo que um avião "Martin Mauler" pode levar 4.

A força que impulsiona os "Tim" para o seu objetivo é produzida por um motor de reação alimentado por 66 kg de um combustível sólido tão potente que se queima completamente em pouco mais de um segundo.

Na primeira missão de combate que os "Tim" realizaram, já faz mais de um ano, colaboraram eficazmente na destruição de 13 locomotivas, na avaria de 23 outras, na explosão de 8 vagões de munições e no incêndio de 2 trens de combustíveis.

Se bem que concebidos para ataques a navios, os "Tim" provaram a sua eficácia na ação contra objetivos terrestres (Da revista "Ejército", da Espanha).



Avião "Convair YB-60", novo jato de 4 motores, versão de asas dobradas do B-36, fotografado em Fort Worth, Estados Unidos. É o primeiro de 2 já construídos para o "Comando Aéreo Estratégico". Raio de ação: 16 mil km. Velocidade: 950 km por hora

Família completa de Armas Atômicas

(Planos dos pesquisadores americanos)

Os cientistas dos Estados Unidos inventaram uma "família completa" de armas atômicas que estão sendo incluídas nos planos de combate do Exército, Marinha e Força Aérea.

Além de cabeças de guerra atômicas para as granadas de artilharia e projéteis dirigidos, presume-se que o arsenal atômico dos Estados Unidos já possui ou possuirá dentro de pouco a temível super bomba de hidrogênio.

Os peritos militares e civis que descreveram os recentes progressos no campo da energia atômica, perante o subcomitê de verbas da casa dos representantes, não declararam especificamente se a referida bomba

já havia sido aperfeiçoada para poder fazer parte desse vasto arsenal, mas fizeram constantes referências à mesma, conforme se pode verificar dos depoimentos cuidadosamente redigidos que foram entregues aos representantes da imprensa.

Os referidos depoimentos tiveram relação com o pedido feito pelo presidente Truman no sentido de serem concedidos mais 3 bilhões e 991 milhões de dólares para ampliar as instalações de energia atômica nos Estados Unidos, a mais vultosa soma solicitada até agora de uma só vez para esse fim (*Da Imprensa*).



Tanque "T-48 Patton Medium". Novo tanque do exército americano, com o casco feito de uma só peça e lados em rampa para desviar os projéteis que o alcançam. Fotografado quando transpunha um obstáculo, nas experiências da fábrica. Será utilizado na Coreia

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra. publicados no mês de agosto de 1952

AVISO N. 541 — EM 2 DE AGOSTO
DE 1952

1. Atendendo a que as despesas permanentes com pessoal satisfeitas pelas Economias Administrativas, de um modo geral, vêm absorvendo a maior parte destas, fica suspensa neste Ministério, e particularmente nos E.S.M., a admissão de auxiliares para o desempenho de serviço à conta daquela rubrica.

2. Em caso de necessidade absoluta de admissão, devem as propostas devidamente esclarecidas e justificadas, ser encaminhadas à decisão final do D.G.A.

3. Em princípio deverão ter preferência nas propostas de admissão — se outros motivos não desaconselharem o aproveitamento — sargentos R-1 ou reformados, fisicamente capazes, com a gratificação mensal de Cr\$ 500,00.

4. Os quadros de auxiliares das organizações devem ser reajustados de maneira que o total das folhas de pagamento de pessoal admitido na forma do n. 1 não exceda de 30 % da "renda bruta" apurada.

5. Até o dia 25 do mês de agosto de 1952, deve este Gabinete, por intermédio do D.G.A., ter conhecimento dos resultados do cumprimento das determinações do n. 4 acima. — *Cyrol Espirito Santo Cardoso.*

(“Diário Oficial” de 5-VIII-1952.)

AVISO N. 553 — EM 11 DE AGOSTO
DE 1952

De acordo com o parecer do E.M.E. emitido no Ofício n. 449-A de 21 de julho de 1952 sobre o tra-

balho da Comissão organizada em obediência ao Aviso n. 854, de 17 de dezembro de 1951, resolvo:

a) Os cursos julgados equivalentes ao de Aperfeiçoamento ou Comandante de Pelotão (Seção) até 31 de agosto de 1951, data do Aviso n. 585, são:

C.R.A.S. de Manutenção;

Curso Provisório de Transmissões (Aviso n. 772, de 21 de junho de 1946);

Curso de Formação de Enfermeiro;

Curso de Formação de Manipuladores de Farmácia;

Curso de Formação de Manipuladores de Laboratório;

Curso de Adaptação de Protético;

Curso de Formação de Sargento Enfermeiro Veterinário;

Curso de Formação de Sargento Mestre Ferrador;

Curso de Identificadores-Dactiloscopistas do Serviço de Identificação do Exército;

Curso C da Escola de Transmissões (Formação de elementos para o Q.R.E.);

Curso de Monitor da E.E.F.E.;

Curso de Massagista da E. E. F. E.;

Curso de Mestre de Esgrima (Aviso n. 1.132, de 3 de novembro de 1947);

Qualquer dos cursos do Instituto Nacional de Música ou de qualquer Instituto ou Escola reconhecida, oficializada ou equiparada ao Instituto Nacional de Música.

b) A discriminação dos cursos estabelecidos na letra a) tem por objetivo complementar o disposto na letra d) do Aviso n. 585 de 31

de agosto de 1951 e facilitar a aplicação dos arts. 54 e 99 do Decreto-lei n. 3.940, de 18 de dezembro de 1951 (Lei de Inatividade). General *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 13-VIII-952.)

* *

DECRETOS DE 2 DE AGOSTO DE 1952

O Presidente da República resolve promover:

Ao posto de General de Exército, o General de Exército Graduado *Euclydes Zenobio da Costa* e os Generais de Divisão *Oswaldo Cordeiro de Faria*, *Angelo Mendes de Moraes* e *Odylio Denys*.

A General de Divisão, o General de Brigada *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

A Generais de Divisão, o General de Divisão Graduado *João Carlos Barreto* e os Generais de Brigada *Nicanor Guimarães de Souza*, *Jayme de Almeida*, *Arthur Hescket Hall*, *Juarez do Nascimento Fernandes Tavora*, *Durival Britto e Silva* e *Alcides Gonçalves Etche-goyen*.

A Generais de Brigada, os Coronéis *Nilo Horacio de Oliveira Supira*, *Jandyr Galvão*, *Ilydio Romulo Colonia*, *Arthur da Costa e Silva*, *Oswaldo de Araujo Motta*, *Sady Polch*, *Humberto de Alencar Castelo Branco*, *Jair Dantas Ribeiro*, *Nestor Penha Brasil*.

A General de Brigada Técnico, o General de Brigada Técnico Graduado *Gelio de Araujo Lima* e os Coronéis Técnicos *Adalberto Rodrigues de Albuquerque* e *Nelson de Castro Senna Dias*.

A General de Brigada Veterinário, o Coronel Veterinário *João Telles Villas Boas*.

("Diário Oficial" de 6-VIII-952.)

* *

AVISO N. 547 — DE 6 DE AGOSTO DE 1952

Conforme dispõe, taxativamente, o Decreto-lei n. 4.545, de 31 de julho de 1942, é proibido, entre ou-

tros, o uso da Bandeira Nacional "como reposteiro ou pano de boca, guarnição de mesa ou revestimento de tribuna, cobertura de placas, retratos, painéis ou monumentos a serem inaugurados, (art. 25, letra c)".

Não se compreende, assim, que em solenidades oficiais se cometam, a título de decoração, tão graves desrespeitos a Bandeira Nacional.

Recomendo, pois, a todos os chefes militares subordinados a este Ministério, a vigilância do fiel cumprimento da legislação referente ao uso dos Símbolos Nacionais (Decreto-lei n. 4.545, de 31 de julho de 1942).

("Diário Oficial" de 9-VIII-952.)

* *

AVISO N. 56-C.O. — EM 12 DE AGOSTO DE 1952

Ao Exmo. Sr. General Diretor Geral de Intendência do Exército, por intermédio da Diretoria de Finanças:

Declaro a V. Excia. que, de acordo com o Ofício n. 145-F.A., de 6 de agosto de 1952, da D.O.F.E., a importância de Cr\$ 600.000,00 distribuída àquele órgão, em Aviso n. 48-C.O. de 29-VII-952, fica anulada e redistribuída como se segue:

Q.G. da 1ª R.M. — Para prosseguimento das obras no 1º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreo 40 mm — Cr\$ 150.000,00.

C.E.O./7 — Para prosseguimento da construção de casas destinadas a Sargentos do Forte de Copacabana — Cr\$ 210.000,00.

Q.G. da 9ª R.M. — Para prosseguimento do aquartelamento do 10º Regimento de Cavalaria, sediado em Bela Vista, Mato Grosso — Cr\$ 240.000,00.

Ditas quantias serão entregues pelo E.C.F. correspondentes. — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 14-VIII-952.)

DA NOVA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA AO MINISTÉRIO DA MARINHA**LEI N. 1.658 — DE 4 DE AGOSTO DE 1952****Da nova organização administrativa ao Ministério da Marinha**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os serviços administrativos do Ministério da Marinha serão reorganizados nas bases desta lei.

Art. 2º. O Ministério da Marinha compreenderá o Conselho de Almirantado, o Conselho de Promoções, o Gabinete do Ministro, o Estado-Maior da Armada, a Secretaria Geral da Marinha, as Diretorias e os Serviços.

§ 1º. O Conselho do Almirantado, o de Promoções e outros que forem criados, as Comissões de caráter consultivo e a Secretaria Geral da Marinha constituirão, em conjunto, o Gabinete Administrativo do Ministro.

§ 2º. O Chefe do Estado-Maior da Armada, como Assessor Militar, o Secretário Geral da Marinha, como Assessor Administrativo, os Diretores Gerais das diversas Diretorias e o Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, como Assessores Técnicos, serão os Auxiliares do Ministro, na sua atribuição de exercer a alta direção da política naval.

Art. 3º. O Estado-Maior da Armada é o órgão responsável pelo Comando Militar e pela Logística de Consumo, competindo ao seu Chefe, como Comandante Superior das Forças Navais, o adestramento, eficiência, preparação e emprego dessas Forças.

§ 1º. O Estado-Maior da Armada terá um Vice-Chefe e cinco Subchefes, com as atribuições estabelecidas em regulamento.

§ 2º. São subordinados ao Estado-Maior da Armada, militar e administrativamente, as Forças Navais e os Distritos Navais, estes últimos para o fim da coordenação das atividades de terra e militarmente o Corpo de Fuzileiros Navais,

cabendo aos Comandantes dos Distritos o Comando superior das Bases e mais estabelecimentos navais existentes na zona de sua jurisdição.

§ 3º. Será subordinado ao Chefe do Estado-Maior o Inspetor Geral da Marinha, a quem cabe investigar e fiscalizar tudo que concernir à disciplina e à eficiência da Marinha Brasileira.

Art. 4º. A Secretaria Geral da Marinha compreenderá os Departamentos de:

a) Administração — com atribuições sobre: Expediente, Pessoal Civil, Tombamento, Estatística, Planejamento e Controle Administrativo, Biblioteca, Arquivo e Imprensa Naval;

b) Finanças — com atribuições sobre: Orçamento e Distribuição de Rendas, Fiscalização de Despesa e de Pagamentos e Recebimentos;

c) Relações Públicas — com atribuições sobre: Logística de Produção, Ligações com o Congresso Nacional, Ligações com as Repartições Públicas, Autarquias e Serviços de Propaganda e Ligação com a Imprensa e Público;

d) Consultoria Jurídica — com atribuições de Consulta e a de Consolidação de leis e regulamentos.

Art. 5º. Os órgãos técnicos da Administração Naval serão:

a) Diretoria do Pessoal — com atribuições sobre: Assuntos relativos à obtenção, instrução e distribuição do pessoal, promoções, justiça, disciplina e assistência social, bem como a superintendência das organizações navais de pessoal e ensino;

b) Diretoria do Armamento da Marinha — Direção dos serviços relacionados com o material bélico em geral;

c) Diretoria de Engenharia Naval — Planos de construção e obtenção de navios e embarcações e certos equipamentos; projetos, construção ou obtenção de obras civis e serviços de força, luz, água, telefones, esgotos e outros necessários às dependências navais; orientação técnica dos estaleiros, oficinas

e arsenais de construção e reparos; controle de determinados laboratórios experimentais;

d) Diretoria de Hidrografia e Navegação — Assuntos de hidrografia, oceanografia, meteorologia náutica e segurança da navegação marítima, fluvial e lacustre;

e) Diretoria de Saúde Naval — Administração de hospitais, ambulatórios, clínicas e laboratórios e adstramento do pessoal de saúde;

f) Diretoria de Portos e Costas — Registro de embarcações, matrícula do pessoal marítimo, socorros marítimos, praticagem, polícia naval do litoral, ensino profissional do pessoal marítimo e de pesca;

g) Diretoria de Intendência da Marinha — Aquisição, armazenamento e entrega de suprimentos, provisões, fardamento, combustível e outros materiais, manutenção e tomada de contas do patrimônio e dos fundos da Marinha; pagamento do pessoal e das faturas de fornecimento, quando autorizado pela Secretaria Geral da Marinha;

h) Diretoria de Aeronáutica — Coordenação dos assuntos relacionados com o Ministério da Aeronáutica, mantendo com este a mais estreita cooperação; e assuntos relacionados com a Aviação embarcada;

i) Diretoria de Eletrônica — Projetos de delineamento, fabrico ou obtenção, reparos, entrega e manutenção do material eletrônico e de rádio-comunicações não especificadamente atribuído a outra Diretoria. Controle das atividades relacionadas com a eletrônica e rádio-comunicações, como fábricas, gabinetes, laboratórios de pesquisas e de análises e depósitos;

j) Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais — Recrutamento, ensino, adstramento e distribuição das praças; adstramento e distribuição dos Oficiais; administração das organizações de apoio e do pessoal do Corpo.

Art. 6º. São extintas as atuais Diretoria de Comunicações, Diretoria de Fazenda, Diretoria da Marinha Mercante, Diretoria do Ensino Naval e a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, sendo dada

nova organização ao Gabinete do Ministro e transferidas para a Divisão de Expediente da Secretaria Geral da Marinha as atuais atribuições da Secretaria da Marinha.

Art. 7º. Os atuais Arquivo da Marinha e Biblioteca passarão a constituir uma Divisão da Secretaria Geral.

Art. 8º. O Poder Executivo baixará os regulamentos necessários à execução desta lei e fixará a lotação do pessoal civil das repartições e estabelecimentos navais, de acordo com a nova organização administrativa do Ministério.

Art. 9º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de agosto de 1952; 131ª da Independência e 64ª da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Gullibet.

("Diário Oficial" de 3-VIII-1952.)

• •

AVISO N. 563-DJA — DE 18 DE AGOSTO DE 1952

Tendo em vista as determinações constantes da Resolução n. 768, do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, publicada no *Diário Oficial* de 13 de junho último, dou por bem recomendada a necessidade da maior economia possível de eletricidade no período de 17,30 às 20 horas, com exceção dos sábados e domingos, a fim de aliviar a carga no intervalo mencionado. — General Cyro Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 22-VIII-1952.)

• •

BRASILEIROS RESIDENTES NO ESTRANGEIRO E QUE AINDA NÃO SE ACHAM QUITES COM O SERVIÇO MILITAR

AVISO N. 577 — DE 23 DE AGOSTO DE 1952

Tendo em vista a nova redação que a Lei n. 1.585, de 28 de março de 1952 deu, entre outros, aos arti-

gos 36 e 56 da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946) e considerando as informações prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores em documento DC n. 522.23 (41), de 15 de fevereiro de 1952 e o parecer emitido pelo Estado-Maior do Exército, determino sejam observadas as seguintes normas em relação aos brasileiros residentes no estrangeiro e que ainda não se acham quites com o serviço militar:

1. Aos brasileiros, residentes no exterior, enquadrados nas condições do § 2º do art. 36 da Lei do Serviço Militar, não se concederá qualquer dispensa ou adiamento de incorporação a não ser nas situações previstas para os brasileiros residentes no Brasil.

2. Cabe ao E.M.E., após consulta aos órgãos competentes, entre outros os Cônsules Gerais brasileiros nos países limítrofes por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, definir os locais próximos de guarnição militar brasileira, considerando para isto as facilidades de transporte inclusive sob o aspecto econômico.

3. Cabe à Diretoria de Recrutamento esclarecer devidamente ao Ministério das Relações Exteriores quanto aos locais e prazos estabelecido para a seleção de conscritos, após a definição do n. 2.

4. Quanto aos brasileiros residentes no exterior, enquadrados no § 3º do art. 36 da Lei do Serviço Militar as autoridades consulares brasileiras deverão:

a) tratando-se de brasileiros visíveis e notoriamente incapazes, física ou mentalmente, instruir os respectivos processos com documentos idôneos a serem remetidos à Diretoria de Recrutamento do Ministério da Guerra para concessão dos Certificados de Isenção;

b) em todos os demais casos, conceder, na forma da lei, os adiamentos anuais de incorporação, renováveis até 30 anos ou até regressarem ao Brasil, apondo, no Certificado de Alistamento ou em

documento a ele vinculado, um carimbo com os seguintes dizeres:

"Fica cancelada esta concessão, se o beneficiário empreender a primeira viagem ao ou para o Brasil e então sujeito à primeira incorporação que se verificar na Região Militar em que passar a residir, devendo apresentar-se ao órgão alistador de seu novo domicílio";

c) solicitar da Diretoria de Recrutamento a expedição do certificado de reservista de 3ª categoria ao conceder o último adiamento de incorporação (correspondente aos 30 anos de idade).

5. O presente aviso começará a vigorar em toda sua plenitude por ocasião da execução do Plano Geral de Convocação para 1953. — *Cyro Espírito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 27-VIII-1952.)

* *

MILITARES DA RESERVA OU REFORMADOS, NOMEADOS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE ATIVIDADE NO MINISTÉRIO DA GUERRA

AVISO N. 378 — DE 23 DE AGOSTO DE 1952

Dá nova redação ao Aviso n. 165, de 12-III-1952

1. O Aviso n. 165, de 12 de março de 1952, passa a ter a seguinte redação:

"Os militares da reserva ou reformados nomeados para o exercício de função de atividade no Ministério da Guerra que, no exercício dessas funções, tenham sido ou venham a ser promovidos em virtude de disposições legais que assegurem esses benefícios aos inativos, deverão ser imediatamente dispensados, por conveniência do serviço, cabendo ao Órgão em que prestam serviços, providenciar o expediente necessário à lavratura da portaria ministerial correspondente".

2. No expediente necessário à lavratura da portaria ministerial referida, deverá constar o ato de nomeação do militar para o exercício dessas funções, bem como o seu tempo de serviço à data da

transferência para a inatividade e o passado em função de atividade.

3. O presente Aviso terá aplicação dentro dos seguintes prazos:

a) para as Circunscrições de Recrutamento e Órgãos subordinados, a partir de 31 de outubro de 1952;

b) para os demais Órgãos, a partir da data de sua publicação.

— *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.
("Diário Oficial" de 27-VIII-52.)

PLANO GERAL DE CONVOCAÇÃO PARA O ANO DE 1953

Organizado pela Diretoria de Recrutamento, em coordenação com as Diretorias do Pessoal da Armada e Diretoria Geral do Pessoal da Aeronáutica, de acordo com o artigo 35 da Lei do Serviço Militar.

I — Convocação

A — Será convocada para a prestação do serviço militar em 1953, a classe de 1934.

B — Além dos cidadãos pertencentes à classe citada, ficarão sujeitos à prestação do serviço militar aqueles que, de classes anteriores, ainda estejam em débito com o mesmo, os quais terão prioridade para a incorporação.

C — O serviço militar será prestado nas Forças Armadas:

1) Nas Escolas de Formação ou Preparatórias de Oficiais da Ativa;

2) Nas Unidades de Tropa, Formações de Serviços, Bases Navais ou Aéreas, contingentes diversos e nas Escolas Técnico-Profissionais das Forças Armadas;

3) Nos Centros ou Núcleos de Formação de Oficiais ou Graduados da Reserva das Forças Armadas;

4) Nos Tiros de Guerra e Centros de Formação de Reservistas, Colégio Militar e Colégio Naval.

D — Os Comandantes de Regiões Militares, em entendimento direto com os Comandantes de Zonas Aéreas e Distritos Navais, elaborarão os respectivos Planos Regionais de Convocação, com a antecedência necessária, enviando cópias dos

mesmos não só a essas autoridades, como ao Ministro da Guerra e à Diretoria de Recrutamento.

E — Por intermédio dos órgãos de publicidade existentes no território da respectiva Região Militar (imprensa, rádio, etc.), será dada, sob a responsabilidade regional, a mais ampla divulgação às disposições contidas nesse Plano e que sejam do interesse dos convocados.

F — Em cada município tributário, funcionará em princípio, uma Comissão de Seleção à qual se apresentarão os convocados.

G — É permitido, contudo, o funcionamento de Comissões de Seleção, em caráter volante, tendo em vista a existência na Região de grande número de municípios tributários e a carência de recursos em pessoal e material para a constituição de comissões estacionárias.

II — Seleção

A — As Comissões de Seleção serão organizadas, pelo Comandante da Região Militar, sempre que houver conveniência, em caráter misto, isto é, com representantes das três Forças Armadas.

B — Essas Comissões serão constituídas, no mínimo, de três membros, dos quais, um será o presidente, e, os outros dois, o oficial selecionador e o oficial médico.

O Delegado Militar de Recrutamento integrará a mesma, obrigatoriamente, nos municípios de sua jurisdição.

Poderão ser completadas por oficiais da Reserva, não convocados, e por civis do território regional que forem autorizados pelos respectivos Ministérios (art. 45 da Lei do Serviço Militar).

C — Para a escolha dos convocados a incorporar, serão adotados, além dos critérios definidos pelos arts. 44 e 45 e parágrafo único do art. 59, da Lei do Serviço Militar, as normas estudadas pelo C.A.E.R. e fixadas pela Diretoria de Armas do Exército e órgãos correspondentes nas demais Forças Armadas, de maneira a obter-se em cada Unidade ou Repartição, o Contingente-

tipo o mais aproximado possível das necessidades a satisfazer, selecionando-se os homens de acôrdo com o duplo critério da sua capacidade física e da habilitação que possuam.

D — A seleção será procedida da seguinte forma:

1) Na época de seleção, nas sedes dos municípios tributários, 90 dias antes da data fixada para a época de incorporação, para todos os cidadãos da classe a incorporar.

2) Na época de incorporação, nas sedes das guarnições em data a mais próxima possível da 1ª incorporação na Região, de maneira que o seu término coincida com a data dessa incorporação, o que possibilitará a seleção, pela respectiva Comissão, dos convocados que se apresentarem no limite do prazo.

3) Nas demais épocas de incorporação serão selecionados os que tenham obtido adiamento de incorporação e os insubmissos.

4) Deverá ser aplicada aos que não se apresentarem na época de seleção (refratários), a multa máxima de Cr\$ 50,00, prevista no artigo 128 da Lei do Serviço Militar.

E — A 2ª inspeção de saúde para os incapazes temporariamente (Grupo C) da classe convocada será realizada juntamente com a época de seleção (geral) da classe imediata (1953).

F — É permitida a realização da seleção geral, de municípios vizinhos às sedes de guarnição federal, nas próprias guarnições desde que a Região Militar possa arcar com as despesas de transporte necessárias.

G — Nas guarnições federais, em que este processo seja viável, recomenda-se aos Comandantes de Regiões Militares, na base de entendimentos com os representantes das demais Forças Armadas, a organização de Comissões de Seleção em caráter misto, de maneira a obviar a falta de selecionadores e a melhor utilização do material existente e processando-se um melhor aproveitamento das capacidades do elemento humano de acôrdo com a necessidade da Defesa Nacional, respeitadas as normas vigentes em cada Força Armada.

As Comissões de Seleção contudo, poderão ser integradas por um único médico desde que militar da ativa (Aviso n. 604, de 25 de setembro de 1950).

III — Incorporação

A — A incorporação, nas diferentes Regiões Militares, deverá processar-se da seguinte maneira:

1) 1ª e 2ª Regiões Militares.

Essas Regiões Militares realizarão duas incorporações, que deverão estar terminadas nas seguintes datas:

1ª R.M.

a) 1ª incorporação — 7 de janeiro;

b) 2ª incorporação — 1 de julho.

2ª R.M.

a) 1ª incorporação — 1 de março;

b) 2ª incorporação — 1 de novembro.

2) 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª Regiões Militares.

Essas Regiões Militares realizarão uma só incorporação que deverá estar terminada nas seguintes datas:

a) 3ª e 5ª R.M. — 1 de maio;

b) 4ª e 9ª R.M. — 1 de julho;

c) 6ª, 7ª, 8ª e 10ª R.M. — 1 de junho.

B — Nas datas indicadas acima, é que deverá ter início a contagem do ano de serviço militar de cada contingente de incorporação, devendo-se considerar, ainda:

a) que o último dia de apresentação para a incorporação, coincidirá com o último dia fixado para a seleção da época de incorporação;

b) que em todas as Regiões Militares, o efetivo dos contingentes de incorporados será calculado visando dar cumprimento ao prescrito nas Portarias Res. ns. 42-37, de 15-XII-949 e 49-39, de 9-XI-950.

IV — Matrícula nos Tiros de Guerra

A — A matrícula nos Tiros de Guerra será regulada pelo Plano

Regional de Matrícula, organizado pelos Comandantes de Regiões, de acordo com as prescrições dos artigos 35, 44, 74 e 76, da Lei do Serviço Militar.

A data inicial de funcionamento dos T.G. será igualmente fixada pelos Cmts. de R.M.

B — A transferência de matrículas em Tiros de Guerra, de uma Região para outra, deverá ser feita mediante proposta do Serviço Regional de Recrutamento, por intermédio do Comando da Região Militar, ao Diretor de Recrutamento. Ao S.R.R. de origem, logo após tomar conhecimento do ato de transferência, cabe providenciar o expediente à C.R. onde se encontra vinculado o convocado e à R.M. para a qual foi o mesmo transferido.

C — Para o funcionamento inicial da instrução nos Tiros de Guerra, deverão os Comandantes de R.M. observar o disposto no art. 5º, parágrafo único, do Decreto número 19.694, de 1-X-945.

D — Serão matriculados nos Tiros de Guerra, os convocados residentes há mais de um ano em zona urbana ou suburbana dos respectivos Municípios sedes (art. 74, da L.S.M. e art. 6º, letra a, do R.T.G.).

E — Poderão ser matriculados nos referidos órgãos de formação de reservistas, desde que os efetivos comportem (letra e, do art. 37 e art. 76, da L.S.M.).

— os excedentes do contingente da classe convocada para preenchimento dos claros nas guarnições federais do Exército;

— os brasileiros por opção e os naturalizados com menos de 30 anos residentes em localidades onde funcionem os referidos órgãos.

F — Os convocados destinados à matrícula nos Tiros de Guerra serão submetidos à seleção juntamente com os demais convocados (art. 36 da L.S.M.).

Os incluídos no Grupo "C" ficarão sujeitos à matrícula no ano seguinte, observadas as disposições do Aviso n. 64, de 14 de janeiro de 1947.

G — Os convocados mandados matricular nos Tiros de Guerra, que sem justo motivo faltarem à matrícula, serão considerados matriculados e desligados ao completarem 20 pontos. Os desligados nessas condições serão incorporados no ano imediato em Unidade designada pelo Comando da Região Militar, conforme estatuem os arts. 36 e 37, do Regulamento dos Tiros de Guerra, e o § 2º, do art. 56, da Lei do Serviço Militar.

V — Dispensa de Incorporação

A — Serão "dispensados da incorporação" em 1953, as seguintes categorias de convocados:

1) Os residentes em municípios nas condições especificadas no artigo 37 da Lei do Serviço Militar.

2) Os preferenciados para a Marinha e a Aeronáutica na forma do art. 40 da L.S.M., caso tenham satisfeito as condições exigidas.

3) Os portadores de "brevet" de piloto civil (Aviso n. 530, de 14 de agosto de 1951, do Ministério da Guerra).

4) Os aprendizes das Escolas Técnico-Profissionais de Fábricas, Arsenalis ou Estaleiros das Forças Armadas, de Usinas Siderúrgicas de interesse da Defesa Nacional, de Fábricas de Aviação e Motores ou os que possuírem certificado de conclusão de curso das referidas Escolas e desde que essa providência seja solicitada pelos referidos Estabelecimentos (letra c, art. 55, da L.S.M.).

B — Os cidadãos convocados, que tenham mudado de residência do município tributário para outro não tributário, somente poderão ser dispensados de incorporação se apresentarem prova de que a mudança de domicílio ocorreu pelo menos um ano antes da data inicial da época da "Seleção".

VI — Excesso de Contingente

Serão incluídos no excesso do contingente, pelos Comandantes de Região Militar, além dos residentes nos municípios não tributários, as seguintes categorias de convocados,

mesmo que residam em municípios tributários:

- 1) Os que se dediquem à indústria extrativa de carvão mineral.
- 2) Os funcionários que desempenhem as seguintes funções em vias férreas e do Departamento de Correios e Telégrafos: telegrafistas, radiotelegrafistas, teletipistas, carteiros, mensageiros e condutores de malas.
- 3) Os alunos das escolas de formação de técnicos agrícolas reconhecidas pelo Governo e os homens indispensáveis à lavoura, a critério do Comandante da Região Militar.
- 4) Os arrimos de família desde que o comprovem, devendo os Comandantes de Região Militar darem o máximo de publicidade a esta cláusula, com a antecedência necessária, no sentido de evitar recurso ao Ministro da Guerra, efetuada a incorporação. Os documentos de comprovação são os fixados pelo art. 124 do Decreto n. 15.934, de 22-1-923.

VII — Adiamento de Incorporação

Terão direito ao adiamento de incorporação:

- 1) Os cidadãos candidatos à matrícula nas Escolas de Formação de Oficiais da Ativa ou em Cursos de Formação de Oficiais da Reserva das Forças Armadas e mais os matriculados em Cursos de Formação de Oficiais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, tudo de acordo com as letras a e b do artigo 56 e art. 79 da Lei do Serviço Militar.
 - 2) Os cidadãos matriculados em institutos de ensino destinados à formação de sacerdotes, de ministros de qualquer religião ou de membros de ordens religiosas regulares, de acordo com a letra c do art. 56 da Lei do Serviço Militar.
- Os requerimentos solicitando adiamento de incorporação neste caso, são dirigidos uma única vez até o término do curso, para cada candidato, ao Comandante da Região Militar de nascimento do futuro sacerdote e deverão dar entrada na mesma até 60 dias antes

da data da 1 incorporação da classe.

Concluído o curso, deverá o sacerdote, mediante comprovação, requerer à mesma Região, o seu certificado de reservista de 3ª categoria para o Serviço Religioso das Forças Armadas.

3) Os que se encontrarem no exterior em local não próximo à Fronteira e renovada essa concessão cada ano, mediante sua apresentação ao Consulado mais próximo, enquanto não regressarem ao Brasil e não houverem atingido a idade de trinta anos.

4) Os cidadãos julgados incapazes grupo "C" até a convocação da classe imediata.

5) Terão, ainda, a incorporação adiada os alunos das Escolas de Marinha Mercante, oficiais ou reconhecidas pelo Governo, até a sua exclusão ou conclusão do curso e se não forem então considerados reservistas.

Em caso de interrupção do curso ou desligamento, compete à Marinha a regularização da situação militar desses cidadãos.

VIII — Isenção do Serviço Militar

Serão isentos do serviço militar no ano de 1953:

- 1) Os incapazes temporariamente, Grupo "C", pela 2ª vez e com o mesmo diagnóstico.
- 2) Os incapazes temporariamente, Grupo "C" pela 3ª vez com quaisquer diagnósticos.
- 3) Os incapazes definitivamente Grupo "D".
- 4) Os incapazes moralmente, de acordo com a letra b, do art. 54, da L.S.M.

IX — Contingentes a fornecer pelas Regiões Militares

A — As 7ª e 10ª R.M. farão apresentar ao Centro de Formação de Reservistas Navais, sediado em Natal, Estado do Rio Grande do Norte 350 (trezentos e cinquenta) e 150 (cento e cinquenta) conscritos convocados, respectivamente, selecionados (Aptos "A", modalidade da Marinha e alfabetizados, lendo, escrevendo e contando) de

acôrdo com o critério fornecido pelo Comando do 3º Distrito Naval, por intermédio de seus representantes junto às 7ª e 10ª R.M., a fim de prestarem o serviço militar no Centro acima referido.

Para essa contingência, deverão restringir, se fôr o caso, o número de municípios a serem dispensados de incorporação.

O contingente deverá ser apresentado, integralmente, em número e seleção, devendo ser retirado dos municípios dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, jurisdicionados do 3º Distrito Naval.

As despesas decorrentes da seleção, alimentação e transporte correrão por conta do Ministério da Marinha, na forma do Aviso n. 811 de 20-XII-950.

B — As providências decorrentes das necessidades de médicos e material para a seleção serão objeto de entendimentos diretos entre os Comandos de R.M., Distritos Navais e Zonas Aéreas, participadas, posteriormente, à Diretoria de Recrutamento e à Diretoria de Saúde do Exército.

C — Em princípio, nos municípios onde só existem Unidades ou Estabelecimentos pertencentes a uma das Forças Armadas, a convocação será atribuída, exclusivamente, à essa Força.

D — A 2ª Região Militar fornecerá à 9ª R.M. um efetivo de conscritos suficientemente selecionados e numeroso que permita a esta Região formar os sargentos, cabos e soldados, de que carece, nas qualificações militares em que são indispensáveis homens com instrução primária completa, pelo menos.

E — A 5ª Região Militar deverá fornecer elementos para o Batalhão de Polícia da 1ª Região Militar, para a Academia Militar de Agulhas Negras e Batalhão de Guardas.

F — No tocante às letras D e E, acima, ficam os Comandantes de

Regiões Interessadas, autorizados a processarem os entendimentos necessários para o estabelecimento do valor numérico e qualificativo dos contingentes que deverão ser fornecidos às 1ª e 9ª Regiões Militares, respectivamente.

X — Disposições Diversas

A — As Regiões Militares encaminharão ao Ministro da Guerra, por intermédio da Diretoria de Recrutamento, até o dia 30 de setembro do corrente ano, as propostas contendo as previsões quanto às diárias das J.M.S., aos transportes não requisitáveis dos convocados e para a difusão do Plano de Convocação Regional.

Estas propostas deverão obedecer ao modelo anexo.

B — Os Comandantes de Região Militar proporão os municípios que deverão ser dispensados da incorporação, nos termos do art. 37, da L.S.M., devendo as respectivas propostas serem encaminhadas à Diretoria de Recrutamento, onde deverão dar entrada até 90 dias antes da data fixada para a primeira incorporação da classe na respectiva Região Militar.

§ 1º. Não deverão constar dessas propostas os municípios onde existam núcleos ponderáveis de população de origem estrangeira.

§ 2º. Deverão ser devidamente avaliadas as necessidades decorrentes da seleção para a incorporação nas três Forças Armadas, de maneira a evitar-se a inclusão ou exclusão de novos municípios à proposta inicial.

§ 3º. Os municípios onde existam Tiros de Guerra serão considerados como tributários.

Rio de Janeiro, de agosto de 1952. — *Lamartine Peixoto Paes Leme*, Gen. Bda., Diretor de Recrutamento.

("Diário Oficial" de 20-VIII-1952.)

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Sr. Fernando Azevedo.
Sr. José Nonato de Faria.
Eng. Leal Ferreira.
Gen. Dermeval Peixoto.
Gen. Souza Junior.
Cel. Adalberto P. Santos.
Cel. J. H. Garcia.
Cel. José S. Monteiro Lindemberg.
Cel. Newton Franklin do Nascimento.
Ten.-Cel. A. C. Moniz Aragão.
Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.
Ten.-Cel. Floriano Möller.
Major Alvaro Cardoso.
Major Carlos A. Fentoura.
Major Cesar Neves.
Major Heráclides de Araújo Nélon.
Major Luiz Felipe da Silva Wiedemann.
Cap. Estevam Meirelles.
Padre J. Busato.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1952